



*As funções conjuntas na Guerra do Golfo:
Uma perspectiva passados 30 anos*

*Coordenadores: Coronel Tirocinado (Res.) Pardal dos Santos
Tenente-coronel Dias da Costa
Major Marques Teixeira
Capitão-tenente Vargas Cabrita*



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**As funções conjuntas na Guerra do Golfo:
Uma perspetiva passados 30 anos.**

Coordenadores:

Coronel Tirocinado de Artilharia António José Pardal dos Santos

Tenente-coronel de Artilharia Ricardo Dias da Costa

Major de Cavalaria Antero de Aguiar Marques Teixeira

Capitão-tenente de Marinha Dinis Filipe Vargas Cabrita

Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM

Março de 2022

A publicação *IUM Atualidade* visa publicar eletronicamente no sítio do IUM, ensaios ou artigos de opinião sobre temas de segurança e defesa da atualidade, assim como trabalhos sobre temáticas pertinentes e de mais-valia para a *práxis* do Instituto, preferencialmente da autoria de docentes do IUM, investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros, a convite do Diretor ou por iniciativa própria.

Números publicados:

1. Intervenção Militar Francesa no Mali – Operação SERVAL (abril de 2014)
Tenente-coronel de Infantaria Pedro Ribeiro
Major de Infantaria António Costa
Major de Infantaria Hugo Fernandes
2. A Aviação Estratégica Russa (dezembro de 2014)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
3. A Crise na Ucrânia (março de 2015)
Tenente-coronel de Engenharia Leonel Martins (Coord.)
Tenente-coronel Navegador António Eugénio (Coord.)
4. A Dissuasão Nuclear na Europa Central (outubro de 2015)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
5. Afeganistão treze anos depois (fevereiro de 2016)
Tenente-coronel Técnico de Informática Rui Almeida
6. O Avião do Futuro: evolução expectável e possíveis contributos da Internet das Coisas (IoT) (abril de 2016)
Coronel Piloto-Aviador António Moldão
7. (Versão Portuguesa)
Regras e Normas de Autor no CIDIUM: Transversais e Específicas das Várias Linhas Editoriais (julho de 2017)
Coronel Tirocinado Lúcio Santos
Major Psicóloga Cristina Fachada
7. (Versão Inglesa)
CIDIUM Publication Guidelines: General and Specific Guidelines of the IUM (novembro de 2017)
Coronel Tirocinado Lúcio Santos
Major Psicóloga Cristina Fachada
8. Capacidades balísticas no território de Kaliningrado (dezembro de 2017)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
9. O processo estratégico do poder financeiro internacional para a defesa do interesse nacional (junho de 2018)
Professora Doutora Teodora de Castro
10. Armas “proibidas”: O caso dos lasers cegantes (julho de 2018)
Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
11. A “nova” república da Macedónia do norte: significado geopolítico e geoestratégico (agosto de 2018)
Tenente-coronel (GNR) Marco António Ferreira da Cruz
12. Mobilidade no espaço da CPLP: Desafios securitários (setembro de 2018)
Major de Artilharia Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador
13. A crise dos migrantes e refugiados no espaço Europeu. Contributos do instrumento militar (novembro de 2018)
Major de Engenharia João Manuel Pinto Correia
14. NATO after the Brussels Summit. An optimistic perspective (novembro de 2018)
Tenente-coronel de Infantaria Francisco Proença Garcia
15. John McCain: o militar que serviu a América e deixou um exemplo ao mundo (dezembro de 2018)
Major de Artilharia Nuno Miguel dos Santos Rosa Calhaço
7. (2.^a edição, revista e atualizada) Regras e Normas de Autor no IUM (janeiro de 2019)
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão-de-fragata Nuno Miguel Brazuna Ranhola
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
16. O poder de Portugal nas relações internacionais (março de 2019)
Professor Doutor Armando Marques Guedes (Coord.)
Tenente-coronel Ricardo Dias da Costa (Coord.)

17. Impactos da impressão 3d num futuro próximo (junho de 2019)
 Geanne Costa
 Maria Clara de Abreu Rocha e Silva
 Neandro Velloso
 Tenente-coronel Pedro Alexandre Bretes Amador
 Tiago Miguel Felício Dâmaso
7. (3.^a edição, revista e atualizada) Normas de Autor no IUM (fevereiro de 2020)
 Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
 Capitão-de-fragata Nuno Miguel Brazuna Ranhola
 Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros
 Coronel Tirocinado (Res) Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
18. -KILLER: O míssil de cruzeiro russo 9M729 (junho de 2020)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
19. United States Space Force: Necessidade militar ou golpe publicitário? (junho 2020)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
20. A Europeização da Política (julho 2020)
 Dr. José Ribeiro e Castro
21. A Resposta Resiliente Europeia à Liderança Atrativa Inteligente Chinesa (janeiro 2021)
 Capitão (GNR) Adriana Martins
22. A ISAF e a NATO 13 Anos de Operações no Afeganistão: Uma Análise por Funções Conjuntas (fevereiro 2021)
 Coronel Tirocinado António José Pardal dos Santos (Coord.)
 Tenente-coronel Ricardo Dias da Costa (Coord.)
23. China Contra China: Atividade Aérea no Estreito da Formosa como Potencial Catalisador de um Conflito Alargado (abril 2021)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
24. A Investigação em Ciências Militares – Projetos desenvolvidos em 2020 (julho 2021)
 Coordenadores: Comodoro Ramalho Marreiros
 Capitão-tenente Lourenço Gorricha
 Professor Thomas Gasche
 Major Luís Félix
25. As Relações UE-África (julho 2021)
 Coordenador: Tenente-coronel Marco Cruz
26. As informações na Defesa e Segurança de Portugal: Uma Análise aos vários Cenários de Conflito (julho 2021)
 Coordenador: Major Pedro da Silva Monteiro
27. O Apoio das Forças Armadas às operações da Proteção Civil e das Forças e Serviços de Segurança (julho 2021)
 Coordenadores: Coronel Tirocinado Pardal dos Santos
 Tenente-coronel Figueiredo Moreira
 Tenente-coronel Moraes dos Santos
 Tenente-coronel Brito Sousa
28. Resposta do Ensino Superior Militar à Pandemia de Covid-19 (setembro 2021)
 Coordenador: Tenente-coronel Santos Loureiro
29. O Conhecimento em rede e as redes do conhecimento. A “Nova” Forma de Poder dos Estados. (outubro 2021)
 Tenente-coronel Brás Bernardino
30. Dissuasão Nuclear na Europa Ocidental: Atualização. (novembro 2021)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
31. Exercício “Cyber Phalanx 2021” (janeiro 2022)
 Coronel Tirocinado Pardal dos Santos
 Major Lourenço Serrão
32. A (in)dependência energética da Europa no quadro da transição energética – o papel de Portugal e o projeto “*The Iberian Southern Gas Corridor*” / *Europe’s (in)dependence in the energy transition framework – the role of Portugal and de “The Iberian Southern Gas Corridor” project* (versão bilingue) (março 2022)
 Professor Doutor Duarte Lynce Faria

Como citar esta publicação:

Santos, A. J. P., Costa, R. D., Teixeira, A. A.M., & Cabrita, D. F. V. (Coords.) (2022). *As funções conjuntas na Guerra do Golfo: Uma perspectiva passados 30 anos*. IUM Atualidade, 33. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Diretor

Tenente-general José Augusto de Barros Ferreira

Editor-chefe

Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros

Coordenadora Editorial

Tenente-coronel Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Primeiro-marinheiro Conductor Mecânico de Automóveis Rodolfo Miguel Hortência Pereira

Assistente técnica Gisela Cristina da Rocha Basílio

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: (+351) 213 002 100

Fax: (+351) 213 002 162

E-mail: cidium@ium.pt

www.ium.pt/cisdi/publicacoes

ISSN: 2183-2560

© Instituto Universitário Militar, março, 2022.

Nota do Editor:

O texto/conteúdo da presente publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	1
I – A COMPREHENSIVE APPROACH NA GUERRA DO GOLFO.....	5
1. Introdução.....	5
2. Enquadramento estratégico	5
3. Comprehensive Approach.....	7
4. Conclusões	10
Referências Bibliográficas.....	11
II – A COMPONENTE NAVAL.....	12
1. Introdução.....	12
2. Warfare and Combat.....	13
3. Áreas de Combate	14
4. Segurança Marítima.....	17
5. Conclusões	18
Referências Bibliográficas.....	19
III – A COMPONENTE TERRESTRE.....	20
1. Introdução.....	20
2. Estrutura da Componente Terrestre.....	21
3. O Emprego da Componente Terrestre	23
4. Implicações	24
5. Conclusões	26
Referências Bibliográficas.....	27
IV – A COMPONENTE AÉREA.....	28
1. Introdução.....	28
2. Emprego da Componente Aérea na Guerra do Golfo.....	28
3. A Componente Aérea na Guerra do Golfo – Uma Perspetiva pós-30 anos	31
4. Conclusões	33
Referências Bibliográficas.....	35
<u>V – A COMPONENTE DE OPERAÇÕES ESPECIAIS.....</u>	<u>36</u>
1. Introdução.....	36
2. Enquadramento Conceptual e Doutrinário	37
3. A Componente de Operações Especiais na Guerra do Golfo (1990-1991)	38
4. Retrospectiva das Lições Identificadas.....	40
5. Conclusões	41
Referências Bibliográficas.....	42
VI – O TARGETING CONJUNTO	44
1. Introdução.....	44
2. O Processo de Targeting da NATO.....	44

3.	Processo de Targeting Durante a Guerra do Golfo.....	46
4.	Implicações	48
5.	Conclusões	49
	Referências Bibliográficas.....	50
	VII – O COMANDO E CONTROLO.....	51
1.	Introdução.....	51
2.	Constrangimentos Político-Culturais.....	51
3.	O Sistema de Comando e Controlo.....	54
4.	Lições Apreendidas e Inovações	55
5.	Conclusões	56
	Referências Bibliográficas.....	57
	VIII – A EXPERIÊNCIA NA GUERRA DO GOLFO COMO BASE PARA A CRIAÇÃO DA FEDERATED MISSION NETWORKING DA NATO	58
1.	Introdução.....	58
2.	A Guerra do Golfo e o Início da Revolução em Assuntos Militares.....	59
3.	Do Conceito Network-Centric Warfare à Federated Mission Networking	60
4.	A Federated Mission Networking	61
5.	Conclusões	64
	Referências Bibliográficas.....	65
	IX – AS REGRAS DE EMPENHAMENTO	66
1.	Introdução.....	66
2.	A Guerra do Golfo.....	67
3.	Regras de Empenhamento.....	68
4.	Regras de Empenhamento na Guerra do Golfo.....	69
5.	Conclusões	72
	Referências Bibliográficas.....	73
	X – AS INFORMAÇÕES.....	74
1.	Introdução.....	74
2.	Enquadramento	75
3.	As Informações na Guerra do Golfo.....	76
4.	Lições Apreendidas e Evolução das Informações	78
5.	Conclusões	79
	Referências Bibliográficas.....	80
	XI – AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO	82
1.	Introdução.....	82
2.	As Operações de Informação e a Doutrina	82
3.	A Operação Desert Sabre e as Operações de Informação	84
4.	Conclusões	86
	Referências Bibliográficas.....	87

XII – AS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS	88
1. Introdução.....	88
2. Enquadramento Conceptual das Operações Psicológicas	88
3. As Operações Psicológicas na Guerra do Golfo	90
4. Conclusões	92
Referências Bibliográficas.....	93
XIII – A LOGÍSTICA OPERACIONAL.....	94
1. Introdução.....	94
2. Enquadramento Teórico	94
3. A Sustentação das Forças na Guerra do Golfo.....	97
4. Conclusões	101
Referências Bibliográficas.....	102
XIV – A PROTEÇÃO DA FORÇA.....	103
1. Introdução.....	103
2. Enquadramento Teórico	104
3. A Proteção da Força na Guerra do Golfo.....	105
4. Retrospectiva e Lições Identificadas.....	107
5. Conclusões	108
Referências Bibliográficas.....	109
XV – A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR.....	111
1. Introdução.....	111
2. A Função Conjunta Cooperação Civil-Militar	111
3. A Cooperação Civil Militar na Guerra do Golfo.....	113
4. Lições Aprendidas.....	115
5. Conclusões	115
Referências Bibliográficas.....	116
POSFÁCIO DE COORDENADORES	117
POSFÁCIO DE AUTORES	119

NOTA INTRODUTÓRIA

António José Pardal dos Santos
Coronel Tirocinado de Artilharia
Ex-Coordenador da AEOM/AETTM
Instituto Universitário Militar
santos.ajp@ium.pt

Ricardo Dias da Costa
Tenente-coronel de Artilharia
Docente Responsável pela UC de EDO
Instituto Universitário Militar
costa.jrsbd@ium.pt

Antero de Aguiar Marques Teixeira
Major de Cavalaria
Docente da AEOM/AETTM
Instituto Universitário Militar
teixeira.aam@ium.pt

Dinis Filipe Vargas Cabrita
Capitão-tenente de Marinha
Docente da AEOM/AETTM
Instituto Universitário Militar
cabrita.dfv@ium.pt

A presente publicação é constituída por 15 artigos resulta dos Trabalhos de Aplicação de Grupo elaborados pelo Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC) 2020/2021, no âmbito da Unidade Curricular de Enquadramento Doutrinário das Operações, da responsabilidade da Área de Ensino de Operações Militares/Área de Ensino de Técnicas e Tecnologias Militares (AEOM/AETTM). Pretendeu-se que os auditores efetuassem uma retrospectiva passados 30 anos da Guerra do Golfo (1990 a 1991), sob um prisma do emprego das Funções Conjuntas nesta operação.

A Guerra do Golfo englobou duas grandes operações: A *Operation Desert Shield*, que teve início a 7 de agosto de 1990, e a *Operation Desert Storm*, com início a 17 de janeiro e fim a 28 de fevereiro de 1991, numa coligação liderada pelos Estados Unidos da América (EUA). A primeira operação visou a dissuasão de uma intervenção iraquiana na Arábia Saudita, ao mesmo tempo que preparou as condições para a segunda operação, uma ofensiva com o objetivo de obrigar à retirada das forças iraquianas do Kuwait.

As Funções Conjuntas são uma estrutura que permite a um comandante e ao seu estado-maior visualizar as atividades da força e garantir que todos os aspetos da operação são abordados (NATO, 2019). Assim, os temas desenvolvidos estão agrupados de acordo com as afinidades às seguintes áreas: Manobra, Fogos, Comando e Controlo, Informações, Atividades de Informação, Sustentação, Proteção da Força, Cooperação Civil-Militar.

No primeiro artigo analisou-se a *Comprehensive Approach* durante a Guerra do Golfo em 1991. Embora este conceito só tenha sido adoptado pela NATO em 2006, foi possível verificar que, na prática, a coligação internacional empregou nesta guerra as bases que lhe estão subjacentes. Concluiu-se que para o sucesso desta grande operação foi fundamental ter uma abordagem comum e uma estratégia coletiva por parte dos vários atores envolvidos no conflito. Mais concretamente, como cada instrumento de poder é limitado no seu raio de influência e uma intervenção unidimensional não é

suficiente, apenas a colaboração e coordenação entre os vários atores internacionais, locais, militares e civis, permite dar resposta à resolução de crises complexas.

Do segundo ao quinto artigo tiraram-se ilações sobre a aplicação da função conjunta Manobra, nomeadamente através da análise do emprego da componente naval, da componente terrestre, da componente aérea e da componente de operações especiais. Observou-se que a componente naval permitiu o controlo incontestável do mar, que aliado à cooperação militar de longa data dos EUA junto dos países aliados do Golfo Pérsico, possibilitou o transporte marítimo estratégico mais significativo da história. De realçar igualmente a sustentação logística das operações e a forte capacidade médica projetada para a *Joint Operations Area* (JOA) através desta componente. Verificou-se também que a Guerra do Golfo foi a maior operação de combate terrestre desde a 2.^a Guerra Mundial, tendo a coligação internacional empenhado mais de 500.000 homens e 65.000 viaturas de combate. A componente terrestre, antecedida por seis semanas de bombardeamentos aéreos que debilitaram significativamente a capacidade de combate das forças iraquianas, forçou a retirada do exército iraquiano, em apenas quatro dias, tendo sido destruídos mais de 3.000 carros de combate, 1.400 viaturas blindadas de transporte de pessoal e 2.200 armas de artilharia.

Comprovou-se o papel crucial que a componente aérea desempenhou, tendo sido determinante no ataque aos alvos estratégicos, na supressão da defesa aérea, na garantia da superioridade aérea e nos ataques ao exército iraquiano. O resultado do bombardeamento massivo inicial, bem como da contínua pressão do poder aéreo ao longo do conflito, permitiram às forças da Coligação reduzir substancialmente a atrição às suas forças terrestres na condução das suas operações, com efeitos na degradação do potencial militar adversário, mas também exercendo um significativo efeito psicológico. De exaltar também que as Forças de Operações Especiais que atuaram neste conflito revelaram-se fundamentais, principalmente a nível estratégico, tal como atesta a ação direta à ameaça de utilização por parte do Iraque dos sistemas de mísseis SCUD, que poderia levar Israel a entrar no conflito e afetar a coesão e os objetivos da coligação internacional. Esta mudança de paradigma de atuação de grandes unidades robustas, para grupos pequenos de indivíduos, vai permitir o desenvolvimento da componente de Operações Especiais assente na alteração da forma de emprego em apoio de objetivos estratégicos, que irá ter um papel determinante no pós 11 de setembro de 2001, em particular no Afeganistão.

No sexto artigo verificou-se que a concentração inicial de todo o processo de *targeting* na componente aérea, conduziu à reduzida aplicação de outros recursos disponíveis das restantes componentes. Após o início das operações terrestres, o processo de *targeting* tornou-se mais eficaz, sendo possível a integração da informação de todas as componentes para a tomada de decisão. Apesar da clara ineficiência do processo de *targeting* conjunto, a aplicação dos fogos durante a Guerra do Golfo desempenhou um papel preponderante no conflito, sendo considerado um caso de sucesso.

Do sétimo ao nono artigo elegeram-se três aspetos como determinantes ao bom funcionamento da função conjunta Comando e Controlo neste conflito: o treino conjunto e combinado, que foi importante na ultrapassagem da diversidade cultural e linguística numa operação que reuniu uma coligação de 39 países; o princípio da unidade de comando, que foi materializado na edificação de um comando conjunto único, bem como na atribuição de missões particularizadas às nações que faziam parte da coligação; e a utilização da tecnologia no espaço de batalha, que foi implementada pela primeira vez num espaço de batalha de grande intensidade que caracteriza a Guerra do Golfo. Aliás, de referir que embora não tenha sido uma operação da NATO, contribuiu significativamente para a

criação do que hoje conhecemos como o conceito de *Federated Mission Networking* (FMN) da Aliança, nomeadamente no que à partilha de informação, uniformização de procedimentos, capacidade de projeção, unidade de comando e meios de Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Informações (C4I) diz respeito. Já as Regras de Empenhamento (ROE) combinaram as orientações políticas e legais com a execução militar aos mais baixos escalões, numa tentativa primordial de equilibrar dois requisitos concorrentes: a necessidade de eficácia e flexibilidade operacional; e a necessidade de controlo político sobre a aplicação da força. Isto implicou que fossem sendo ajustadas com a evolução da situação ao longo da campanha, constituindo um multiplicador de força para a coligação e permitindo alcançar a legitimidade internacional e local.

No décimo artigo analisou-se o emprego da função conjunta Informações, elencando os principais aspetos das diferentes fases do ciclo de produção de informações, que se constituíram como um dos principais motivos para uma vitória caracterizada pela celeridade, pelo emprego de um grande número de forças militares no teatro e pelo reduzido número de baixas. Não obstante, nem sempre a integração dos produtos provenientes dos diversos órgãos foi de fácil execução, evidenciando-se problemas no âmbito da sincronização das informações com as operações em curso, cujas lições aprendidas possibilitaram a evolução da doutrina comum no seio da NATO.

O décimo primeiro e décimo segundo artigos foram dedicados à função conjunta Atividades de Informação, onde se verificou que as Operações de Informação (*Info Ops*), embora formalmente só tenham sido implementadas em 1996 no Exército norte-americano, foram executadas na Guerra do Golfo. Verificou-se que o emprego destas capacidades, sincronizado com uma adequada segurança das operações e informações, condicionou o conhecimento situacional das forças iraquianas. Estas, permaneceram convencidas que a operação decisiva seria conduzida de Sul para Norte e a partir do mar, não se apercebendo do movimento torneante por Oeste. No que respeita ao emprego das Operações Psicológicas (PsyOps), é de realçar que se mostrou extremamente eficaz, levando à capitulação em massa das forças iraquianas. O envolvimento inicial no planeamento da campanha de PsyOps mostrou ser a chave do sucesso para o desenvolvimento de temas e mensagens adaptadas à realidade local, sendo por isso mais eficazes. O sucesso posterior materializou-se na forma como foram empregues as PsyOps, nomeadamente: ganhar a confiança da população árabe, criando as condições necessárias para a entrada em teatro das forças ocidentais; acentuar o desespero e desmoralização das tropas iraquianas, levando a rendições e deserções em massa.

Já o décimo terceiro artigo foi dedicado à função conjunta Sustentação, onde a existência de um único órgão de gestão da logística conjunta, bem como a criação de bases logísticas, facilitaram o planeamento e o apoio prestado às forças da Coligação. É também de destacar o *Host Nation Support* (HNS) ao nível das infraestruturas, a contratação de serviços e mão de obra civis e o recurso ao *outsourcing* ao nível da assistência técnica às tropas (como nas reparações e disponibilização de sobresselentes), soluções inovadoras para a época, que permitiram que o esquema da manobra não fosse significativamente afetado por limitações logísticas.

No décimo quarto artigo verificou-se que a Guerra do Golfo teve uma das taxas de sobrevivência mais elevadas, situação para a qual as medidas ativas e passivas da função conjunta Proteção da Força (PF) muito contribuíram. Ficou demonstrado que todos os comandantes devem incluir a PF no seu planeamento, embora seja fundamental balancear as medidas ao nível de ações *hard power* e *soft power*, de forma a minimizar o impacto negativo que possam ter na população.

No décimo quinto artigo concluiu-se que, apesar do conceito de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) ainda não existir na altura, foram conduzidas atividades de apoio a civis deslocados e refugiados, destacando-se o fornecimento de comida, água e combustível, bem como a prestação de cuidados médicos. No entanto as atividades desenvolvidas foram caracterizadas por um planeamento *ad hoc*, com atrasos na sua implementação, associado a um desconhecimento das suas capacidades e a uma distribuição desequilibrada de meios. O reconhecimento desta fragilidade permitiu formular um conjunto de lições aprendidas com impacto na função conjunta CIMIC.

Por fim, realça-se a importância que a Guerra do Golfo teve na evolução doutrinária que se assistiu nos EUA durante os anos 90, com reflexos na doutrina atual da NATO, em particular na aplicabilidade das funções conjuntas às operações militares. Desta forma, os trabalhos desenvolvidos pelos auditores do CEMC permitiram aprofundar o conhecimento sobre esta operação militar, ao nível estratégico e operacional, contribuindo para a finalidade deste curso em qualificar oficiais superiores das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR) para o desempenho de funções em estados-maiores conjuntos nacionais e internacionais, nas estruturas superiores das Forças Armadas e da Defesa Nacional, e em organizações nacionais e internacionais.

I – A *COMPREHENSIVE APPROACH* NA GUERRA DO GOLFO

Alexandre de Souza Gomes
Capitão-de-Fragata, Marinha do Brasil

Luís Manuel Ferreira Fernandes
Major, GNR

Humberto Gourdin de Azevedo Coutinho Rosa
Major, Exército

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a *Comprehensive Approach* (CA) durante a Guerra do Golfo em 1991. Pese embora este conceito se baseie na abordagem norte-americana *Effects Based Operations* que deu lugar à *Effects Based Approach to Operations* no seio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), é apenas em 2006 que a Aliança aprova o enquadramento para o seu planeamento (Cólon, 2011, cit. por Fiel, 2017, p. 54; Major & Mölling, 2009, p. 26).

No final da década de 1980, Saddam Hussein reclama a província perdida do Iraque, o Kuwait rico em petróleo, a fim de desviar as atenções das falhas económicas e políticas do seu regime e, dessa forma, compensar oito anos desastrosos de guerra contra o Irão (Tucker-Jones, 2014). Assiste-se, pois, a um aumento de tensão até ao ponto de rutura.

Após a queda do Muro de Berlim e a dissolução iminente da União Soviética, surge a Guerra do Golfo com os Estados Unidos da América (EUA) como superpotência emergente da Guerra Fria, procurando redefinir as relações mundiais de poder. Destaca-se a ação do Presidente George Bush na “sensibilização das opiniões públicas internacionais, na formação da coligação multinacional e, posteriormente, na condução da operação que iria libertar o Kuwait do jugo iraquiano” (Ribeiro, Menezes e Macieira, 2005, p. 55).

Em 8 de agosto de 1990 inicia-se a operação “Escudo do Deserto” que visava proteger a Arábia Saudita de qualquer agressão militar do Iraque enquanto se reuniam as condições para se lançar uma ofensiva e conquistar o Kuwait. No seguimento da crise, “a combinação das acções diplomáticas, políticas, económicas, psicológicas e militares, não foram suficientes para levar Saddam Hussein a recuar” (Viana, 1993, p. 36), dando origem à operação “Tempestade do Deserto” com vista a expulsar as forças iraquianas do Kuwait (Ribeiro et al., 2005, p. 71).

O trabalho está organizado em quatro capítulos. Após a presente introdução, o segundo capítulo apresenta o enquadramento estratégico, incluindo os objetivos estratégicos, os objetivos operacionais e as fases da operação. O terceiro capítulo apresenta a base concetual e a análise da CA nos domínios político, económico e militar. No quarto e último capítulo apresentam-se as conclusões.

2. Enquadramento estratégico

Com a perda de influência da ex-União Soviética a nível global a partir de 1989, e com o receio dos EUA assumirem o protagonismo no Médio Oriente, Saddam Hussein altera a sua política externa com o intuito do Iraque se assumir como potência regional preponderante, apesar de possuir um acesso limitado ao Golfo Pérsico, para além das fortes debilidades económicas do país. A dívida externa e o agravamento da situação interna do Iraque levaram a que Saddam Hussein acusasse os países produtores de petróleo de excederem as cotas de produção autorizadas, originando fortes impactos negativos na economia iraquiana, para além de colocar em causa a sua hegemonia regional (Viana, 1993, pp. 27–28).

A partir de 1990 as críticas de Saddam Hussein agudizaram-se e, a 17 de julho, ameaça recorrer à força caso não haja uma redução na produção de petróleo por parte do Kuwait e dos Emirados Árabes Unidos iniciando-se, a 21 de julho de 1990, a concentração de forças iraquianas junto à fronteira com o Kuwait. A 31 de julho de 1990, o Iraque e o Kuwait iniciam negociações, no entanto, o Kuwait apenas cedeu parcialmente na questão respeitante à produção do petróleo. Já a questão da dívida iraquiana estaria dependente de um acordo na demarcação da fronteira entre os dois países, o que foi considerado pelo Iraque como intolerável, abandonando as negociações no dia seguinte, com a consequente invasão do Kuwait a 2 de agosto de 1990 (Viana, 1993, pp. 29–30).

2.1. Objetivos estratégicos

Após a invasão do Kuwait pelas forças iraquianas, o Presidente George Bush, no seu discurso proferido no Congresso a dia 5 de agosto de 1990, definiu que os objetivos estratégicos dos EUA estavam assentes em quatro premissas: retirada imediata, completa e incondicional de todas as forças iraquianas do Kuwait; restauração do governo legítimo do Kuwait; segurança e estabilidade da Arábia Saudita e do Golfo Pérsico; e, segurança e proteção da vida de cidadãos americanos no exterior (Ribeiro et al., 2005, p. 70).

Durante o período da crise e no período que antecedeu a guerra propriamente dita, ou seja, antes de 17 de janeiro de 1991, os objetivos estratégicos do Iraque visavam a união do mundo árabe, assumindo-se como nação líder e, por conseguinte, constituir-se como a grande potência regional dominante, alcançando desta forma a hegemonia regional (Viana, 1993, p. 36).

As forças da coligação, com os EUA a assumirem-se como nação líder, tinham como objetivos estratégicos, por um lado, salvaguardar o respeito pelo Direito Internacional que tinha sido violado pelo Iraque e, por outro lado, restaurar o equilíbrio regional que tinha sido alterado com a invasão do Kuwait pelas forças iraquianas (Viana, 1993, p. 38).

2.2. Objetivos operacionais

A operação “Escudo do Deserto” visava essencialmente os seguintes objetivos operacionais: desenvolver a capacidade defensiva na região do Golfo Pérsico com o intuito de dissuadir o Iraque de continuar com os ataques; defender a Arábia Saudita de qualquer agressão militar no caso de a dissuasão falhar; garantir as condições no Teatro de Operações (TO) para a chegada de efetivo suficiente para lançar uma operação ofensiva com o intuito de conquistar o Kuwait (Ribeiro et al., 2005, p. 71).

A 17 de janeiro de 1991 inicia-se a operação “Tempestade do Deserto” que tinha como objetivos operacionais:

- Atacar a liderança político-militar do Iraque e o seu sistema de comando e controlo;
- Obter e manter a superioridade aérea;
- Neutralizar as linhas de comunicação [reabastecimentos] iraquianas;
- Destruir as infraestruturas de produção, armazenamento e lançamento de armas NBQ [Nucleares, Biológicas e Químicas];
- Destruir as Forças da Guarda Republicana no TO do Kuwait;
- Libertar a cidade do Kuwait. (Viana, 1993, pp. 42–43).

2.3. Fases da operação

A operação “Tempestade no Deserto” desenvolveu-se em quatro fases. A primeira fase, designada de campanha aérea estratégica, tinha como finalidade desorganizar funções vitais do Iraque através da destruição da Força Aérea iraquiana, do seu sistema de defesa aérea, dos sistemas de comunicações, da sua capacidade de produção de armas NBQ e dos centros vitais das suas capacidades ofensivas e defensivas (Ribeiro et al., 2005, p. 73).

A segunda fase tinha como finalidade a obtenção da superioridade aérea no campo de batalha, através da supressão das defesas antiaéreas iraquianas instaladas no Kuwait. Já a terceira fase visava preparar o campo de batalha com ataques de precisão, quer de dia ou de noite, reduzindo desta forma o potencial de combate das forças iraquianas, através da diminuição da sua capacidade de efetuar uma resistência efetiva perante o assalto terrestre das forças da coligação (Ribeiro et al., 2005, p. 73).

A quarta fase da operação, intitulada de campanha terrestre, iniciou-se no dia 24 de fevereiro de 1991 e tinha como finalidade isolar o TO do Kuwait, destruir as forças da Guarda Republicana iraquiana e expulsar as forças iraquianas do Kuwait (Ribeiro et al., 2005, p. 73).

3. *Comprehensive Approach*

Neste capítulo apresenta-se a base concetual e a análise da CA nos domínios político, económico e militar ao longo da campanha anteriormente descrita.

3.1. Base concetual

Cécile Wending, no seu artigo *The Comprehensive Approach To Civil-Military Crisis Management – A Critical Analysis And Perspective* (2010, pp. 9-10), defende que existem vários posicionamentos acerca do conceito de CA consoante o estado ou a organização internacional que o emprega. O termo surge mais frequentemente no início deste milénio dando a ideia de harmonização e coordenação entre atores internacionais, locais, militares e civis, no sentido em que seria contraproducente uma abordagem unidimensional à resolução de crises complexas (Rintakoski & Autti, 2017, p. 11).

A União Europeia (UE) entende este conceito de CA como a visão e a análise estratégicas comuns de todas as suas instituições e dos seus estados-membros, resultando assim numa UE mais forte, coerente, visível e eficaz nas suas relações externas. O desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza exigem paz e segurança e o inverso também é verdade: neste caso, a ligação entre segurança e desenvolvimento é, portanto, um princípio fundamental subjacente à aplicação da CA da UE (European Commission, 2013, p. 2).

A OTAN baseia-se nas suas experiências no Afeganistão, no Kosovo, entre outros, para reforçar que, embora essencial, o instrumento militar não é suficiente para lidar com uma crise isoladamente (*North Atlantic Treaty Organization* [NATO], 2010, p. 10). Este fará parte de uma estratégia coletiva, na qual os instrumentos diplomático e económico dos estados-membros da Aliança serão tão importantes como a estratégia e as forças militares, pois cada instrumento de poder é limitado no seu raio de influência. O sucesso da CA depende assim do entendimento mútuo da situação e do compromisso assumido para resolver essa mesma situação por parte dos estados membros (NATO, 2017, p. 2-4). Acrescente-se que a variedade de domínios¹ utilizados torna ainda mais difícil a compreensão deste conceito, já que cada ator vai empregá-los de acordo com o contexto e o seu historial (Wendling, 2010, p. 10).

¹ DIME (*diplomatic, informational, military, economic*), MIDLIFE (*military, intelligence, diplomatic, law enforcement, information, finance, economic*), entre outros.

3.2. Político

Embora seja uma ideia de grande difusão, o uso do poder político na Guerra do Golfo não resultou da proteção do princípio da ordem mundial, da lei internacional e da violação da Carta das Nações Unidas pelo Iraque. As ações militares, políticas e económicas estiveram relacionadas, basicamente, com a geopolítica do petróleo (Frank, 1992). Importa referir que o Kuwait e a Arábia Saudita tinham investido uma grande porção dos seus petrodólares nos EUA e no Reino Unido, as duas maiores forças militares e económicas da coligação (Aarts, 1992).

Em termos políticos, a Guerra do Golfo materializou o ponto de inflexão do apoio dos EUA ao Iraque. O apoio dos EUA recebido durante a guerra Irão-Iraque levou Saddam Hussein a um erro de cálculo político ao supor que os EUA não interfeririam no caso de uma invasão ao Kuwait. Ainda por causa da superioridade militar relativamente aos países árabes, o líder iraquiano não imaginou que fosse politicamente viável a formação de uma liga árabe contra o seu país (Matoi, 2014).

Ainda antes do início da operação “Escudo do Deserto”, a intensa movimentação diplomática, envolvendo praticamente todas as grandes potências, pretendeu uma solução pacífica para a questão do Kuwait. Paralelamente, o governo dos EUA procurou reforçar a sua aliança com a Arábia Saudita, ao tentar convencer o rei Fahd que as áreas petrolíferas do país também estariam ameaçadas pelo Iraque e que a presença de tropas norte-americanas no país seria uma medida de segurança.

Diversos líderes árabes, como forma de pressionar o Iraque após a ocupação e dissuadi-lo de ampliar o espectro das suas ações, optaram pelo envio de tropas para a Arábia Saudita, o que não era esperado por Saddam Hussein (Matoi, 2014). Tais manobras pretenderam criar no líder iraquiano uma perceção de que não valeria a pena prosseguir com a ocupação do Kuwait e muito menos ir para além das ações provocativas contra a Arábia Saudita.

Importa referir que os países-membros da OTAN, após as ameaças de Saddam Hussein contra a Turquia por ter declarado o seu apoio à coligação liderada pelos EUA, decidiram, em conjunto, tomar ações protetivas em prol da segurança turca contra um possível ataque iraquiano (Çancı & Şen, 2011). Lembra-se que a Turquia é o país que possui a maior população de etnia curda perseguida pelo líder iraquiano (Olson, 1992).

Um outro esforço político considerável foi exercido no sentido de evitar que Israel viesse a intervir no conflito e fomentasse a criação de uma aliança pró-Iraque, embora o país fosse alvo de diversos ataques por mísseis SCUD e Frog-7. Na verdade, a própria ação da coligação gerou uma série de manifestações de apoio a Saddam Hussein em diversos países, como por exemplo a Jordânia. Neste sentido, a interferência de Israel teria um enorme potencial de agravar a situação, fazendo com que o conflito tomasse uma proporção maior do que a desejável (Aarts, 1992; Tucker-Jones, 2014).

3.3. Económico

Antes do início da Guerra do Golfo, o Iraque já enfrentava enormes problemas económicos decorrentes da prolongada guerra com o Irão (1980-1988). Estes problemas agravaram-se por causa da variação do preço do barril do petróleo e da incapacidade do Iraque em saldar as suas dívidas com os seus credores, incluindo o Kuwait que acabou por ser invadido pelas tropas de Saddam Hussein sob diversos pretextos, como a alegação da exploração de mercadoria por parte do Kuwait em território iraquiano (Alnasrawi, 2001; Grammas, 1991; Mersheimer & Walt, 2003).

A reação dos EUA à invasão iraquiana ao Kuwait foi imediata, com a publicação das ordens executivas 12722 e 12723, impondo sanções económicas àquele país. Tais sanções foram seguidas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU) que aprovou as Resoluções 660, 661, 665 e 670/90 e determinou, entre outros, a retirada das tropas iraquianas do Kuwait e o estabelecimento de restrições a serem adotadas contra o Iraque, tais como a proibição de importações e o estabelecimento de um bloqueio naval e aéreo. Por sua vez, a Resolução 678/90 autorizou a utilização de todos os meios necessários para o cumprimento destas sanções. Estima-se que as sanções tenham sido efetivas em 90% das importações e 97% das exportações iraquianas (Alnasrawi, 2001; Freedman & Karsh, 1993; Grammas, 1991; Organização das Nações Unidas, 1990).

Durante a guerra, o emprego militar das forças contra o Iraque incrementou os efeitos das sanções económicas. A Resolução 687/91 do CSONU detalhou ainda mais as sanções já impostas e estabeleceu critérios para a sua suspensão, tais como a eliminação das armas de destruição maciça e o compromisso em não adquirir ou desenvolver armamento nuclear. Embora, aparentemente, esta Resolução pudesse aliviar as condições humanitárias, ao permitir a aquisição de alimentos para além das condições mencionadas nas Resoluções anteriores, a proibição de vender petróleo para adquirir bens alimentares foi mantida em vigor e a situação humanitária não melhorou (Alnasrawi, 2001; Organização das Nações Unidas, 1991).

Devido ao agravamento da crise humanitária decorrente da guerra, foram aprovadas as Resoluções 706 e 712/92. Estas resoluções autorizaram o Iraque a vender 1,6 mil milhões de dólares em petróleo a cada 180 dias em troca de comida, configurando o programa que ficou conhecido como *oil for food*². Foi somente com a Resolução 986/95 que o CSONU aumentou o limite monetário supracitado para 2 mil milhões dólares a cada 90 dias, mas ainda assim os impactos humanitários foram mínimos (Alnasrawi, 2001; Simons, 1998).

3.4. Militar

De acordo com as prioridades estabelecidas para a preparação do campo de batalha, a campanha aérea incluiu as fases I, II e III do plano geral, iniciando o bombardeamento das cidades de Bagdade, Bassorá e Kuwait no dia 17 de janeiro de 1991 (Ribeiro et al., 2005, p. 73). Desta forma, a coligação pretendia “reduzir as estruturas militares, económicas e industriais [...] e [...] retirar-lhes a vontade de combater, levando Saddam Hussein a capitular” (Ribeiro et al., 2005, p. 74), através da destruição dos sistemas nacionais de comunicações, dos centros vitais das suas capacidades defensivas e ofensivas, da sua força aérea e da sua capacidade de produção de armas NBQ (Viana, 1993, p. 44), atingindo dessa forma o seu centro de gravidade (Stewart, 2010, p. 40).

De igual forma, a campanha marítima também ocorreu nas fases I, II e III do plano geral, com base nos objetivos fixados para as mesmas. Uma das missões da componente naval era prestar apoio às operações de interceção controlando os transportes marítimos na região (Ribeiro et al., 2005, p. 75) e impedindo a saída e entrada de navios dos portos iraquianos (Tucker-Jones, 2014). Depois de incapacitar a defesa aérea iraquiana, os Tomahawks lançados dos navios estacionados no mar Vermelho, e até mesmo de um submarino, atingiam alvos estratégicos um pouco por todo Iraque (Stewart, 2010, p. 40).

A operação “Tempestade do Deserto” foi a revelação da tecnologia avançada com o emprego de guerra eletrónica para empastelamento das comunicações do inimigo, antecipar os seus movimentos e

² Petróleo por alimentação, em tradução livre.

“cegar” os sistemas de comando e controlo, mas também através do emprego de GPS³ ao identificar claramente as coordenadas dos alvos, apoiando na tomada da decisão do sistema de armas mais adequado para os atacar e corrigindo a sua trajetória após verificar os seus efeitos (Pereira, 2003, p. 156).

Na perspetiva do instrumento militar, verifica-se que:

O objectivo é agora, mais do que aniquilar o adversário, imobilizá-lo, controlá-lo e reconformar o seu comportamento. Trata-se em resumo de submeter o inimigo de forma a criar um novo ambiente político com perdas controladas – mesmo para o inimigo, evitando provocar reacções negativas da opinião pública (Pereira, 2003, p. 163).

4. Conclusões

Este trabalho permitiu verificar que, embora o conceito de CA não estivesse instituído em 1991 quando se desenrolou a Guerra do Golfo, o mesmo já era na prática implementado. De facto, a invasão do Kuwait por parte do Iraque envolveu mais do que apenas o cenário bélico, com o emprego de diplomacia e de embargos económicos.

A fragilidade económica em que o Iraque se encontrava, resultado de oito anos de guerra com o Irão, não impediu que Saddam Hussein alterasse a sua política externa a fim de se assumir como potência regional. Assim, assiste-se ao emprego de vários instrumentos de poder, em particular do militar, do político e do económico para impedir tal desiderato e, assim, atingir os objetivos estratégicos fixados pela coligação.

Antes do conflito, a diplomacia pretendia evitar a escalada da violência através de uma solução pacífica por parte de quase todos os estados-membros da Aliança e dos seus aliados. Como referido, as ações empreendidas a fim de evitar o envolvimento de Israel no conflito e, dessa forma, agravar a situação, são um exemplo do esforço político realizado.

Noutra perspetiva, as sanções económicas impostas pela comunidade internacional, através da proibição de importações/exportações e do estabelecimento de embargos, tiveram como propósito obrigar o Iraque a capitular e retirar do Kuwait, resultando numa grave crise humanitária.

O emprego do instrumento militar acaba por complementar a operação com o propósito de retirar a vontade de combater através de uma campanha aérea eficaz sobre alvos remuneratórios, a fim de criar as condições para a ofensiva terrestre que se seguiu e que durou apenas quatro dias.

Em suma, à semelhança dos conceitos mais recentes que foram desenvolvidos pela OTAN e pela UE, foi fundamental ter uma abordagem comum e a definição de uma estratégia coletiva por parte dos vários atores envolvidos no conflito. Mais concretamente, como cada instrumento de poder é limitado no seu raio de influência e uma intervenção unidimensional não é suficiente, apenas a colaboração e coordenação entre os vários atores internacionais, locais, militares e civis permite dar resposta à resolução de crises complexas.

³ *Global Positioning System.*

Referências Bibliográficas

- Aarts, P. (1992). Democracy, oil and the Gulf War. *Third World Quarterly*, 13(3), 525–538.
- Alnasrawi, A. (2001). Iraq: economic sanctions and consequences, 1990–2000. *Third World Quarterly*, 22(2), 205–218.
- Çancı, H., & Şen, Ş. (2011). the Gulf War and Turkey: Regional Changes and Their Domestic Effects (1991–2003). *International Journal on World Peace*, XXVIII(1), 41–66.
- European Commission. (2013). The EU's comprehensive approach to external conflict and crises EN. Joint Communication to the European Parliament and the Council.
- Frank, A. G. (1992). Third World War: A political economy of the Gulf War and the new world order. *Third World Quarterly*, 13(2), 267–282.
- Freedman, L., & Karsh, E. (1993). *The Gulf Conflict, 1990–1991: Diplomacy and War in the New World Order*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Grammas, G. N. (1991). Multilateral Responses to the Iraqi Invasion of Kuwait: Economic Sanctions and Emerging Proliferation Controls. *Maryland Journal of International Law J. Int'l L*, 15(1), 1–21.
- Major, C., & Mölling, C. (2009). More than wishful thinking? The EU, UN, NATO and the comprehensive approach to military crisis management. Vol. LXII. Brussels: Studia Diplomatica.
- Matoi, E. (2014). Gulf Crisis and War Reparation Process. *Sytategic Impact*, 4, 94–106.
- Mersheimer, J. J., & Walt, S. M. (2003, February). An Unnecessary War. *Foreign Policy*, 51–59.
- NATO. (2010). *NATO 2020: assured security; dynamic engagement*. Brussels: NATO Public Diplomacy Division.
- NATO. (2017). *AJP-1 Allied Joint Doctrine (E)*. NATO Standardization Office.
- Olson, R. (1992). The Kurdish question in the aftermath of the Gulf War: Geopolitical and geostrategic changes in the Middle East. *Third World Quarterly*, 13(3), 475–499.
- Organização das Nações Unidas. (1990). Resolução n.o 661/90 (pp. 19–20).
- Organização das Nações Unidas. (1991). Resolução n.o 687/91 (pp. 1–10).
- Pereira, C. (2003). A RAM: Realidade e Utopia. N.o 104. 2.a Série. Nação e Defesa.
- Ribeiro, C., Menezes, S., & Macieira, C. (2005). *Análise das duas guerras do Golfo Pérsico (1991 e 2003), contributos para a transformação do Exército Português (1a parte)*.
- Rintakoski, K., & Autti, M. (2017). *Comprehensive Approach - Trends, Challenges and Possibilities for Cooperation in Crisis Prevention and Management*. Seminário organizado por Crisis Management Initiative, Helsínquia.
- Simons, G. (1998). *The Scourging of Iraq: Sanctions, Law and Natural Justice*. London: MacMillan Press Ltd.
- Stewart, R. W. (2010). *War in the Persian Gulf - Operations Desert Shield and Desert Storm - August 1990-March 1991 (Issue March)*. Washington: Center of Military History.
- Tucker-Jones, A. (2014). *The Gulf War - Operation Desert Storm 1990-1991 (M. Warfare (ed.))*. South Yorkshire: Pen & Sword Military.
- Viana, V. (1993). *O conflito do Golfo Pérsico (Vol. 30)*. Pedrouços: Boletim do Instituto dos Altos Estudos Militares.
- Wendling, C. (2010). *The Comprehensive Approach To Civil-Military Crisis Management A Critical Analysis And Perspective*. Institut de Recherche Stratégique de l'École Militaire.

II – A COMPONENTE NAVAL

Bruno Alexandre Soares Mercier
Capitão-Tenente, Marinha

Clara Cristina Machado Lopes
Major, GNR

Nuno Fernando Ramos Hingá Fernandes
Major, Exército

1. Introdução

No contexto do instrumento de poder militar, o poder naval é fundamental, pois permite uma grande flexibilidade na resposta a ameaças convencionais distantes das fronteiras dos Estados, antes que cresçam ao ponto de ameaçar os seus interesses, por vezes vitais (Matthews, 2019).

Exemplo disso foi a Guerra do Golfo (GdG). Esta guerra foi desencadeada pela invasão e ocupação do Kuwait, por parte do Iraque, em 2 de agosto de 1990. Os iraquianos, com estes ações, pretendiam assumir o controlo das grandes reservas de petróleo daquele país e expandir o seu poder na região (Friedman, 2011; Schwab, 2009, pp. 46-47).

A ameaça potencial que a invasão do país vizinho representou para a Arábia Saudita, o maior produtor e exportador de petróleo do mundo, levou à intervenção militar por parte dos Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido e França, sob a forma de uma Coligação⁴, cuja Componente Naval se configurou numa Força Naval Multinacional (FNM), de comando americano⁵. A esta força juntaram-se, mais tarde, a Argentina, Austrália, Canadá, Dinamarca, França, Itália, Holanda, Noruega e Espanha (Stevens, 1992, p. 24).

A contribuição da Componente Naval da Coligação para o esforço da guerra viria a revelar-se determinante, não só porque parte da guerra se fez a partir do mar, mas também porque houve a necessidade logística de transportar grande parte do equipamento militar pela via marítima (Stevens, 1992, p. 23).

Tendo em consideração esta contribuição, o presente trabalho pretende descrever a forma como a GdG foi influenciada pelo poder naval, no contexto das operações conjuntas, encontrando-se estruturado em cinco capítulos, começando com a presente introdução. No segundo capítulo é discutida a importância do *sea control* para o desenrolar das operações, são apresentadas as diversas formas pelas quais o Iraque tentou exercer *sea denial* às forças da Coligação e é descrito o contributo da componente naval para a projeção de poder durante a campanha. No terceiro capítulo, a campanha marítima é analisada por áreas de combate, designadamente *Anti-air Warfare* (AAW), *Antisurface Warfare* (ASUW), *Naval Mine Warfare* (NMW), *Strike Warfare* (SW) e *Amphibious Operations* (AW). No quarto capítulo, são abordados os aspetos da campanha que se enquadram no conceito de segurança marítima. Por fim, nas conclusões, emerge um resumo da campanha naval, apontando-se as principais concretizações e constrangimentos do esforço desenvolvido.

⁴ A NATO, enquanto Aliança, embora tenha mantido a sua atividade de patrulha no Mediterrâneo Oriental, para proteção dos navios e para garantir a *freedom of navigation* (FON) das *sea lines of communication* (SLOC), não interviu diretamente na GdG, por falta de legitimação de atuação fora das fronteiras dos seus Estados-membros (Stevens, 1992, p. 30).

⁵ Não obstante, até à formalização e legitimação da FNM, vários Estados mantiveram o comando e controlo total sobre os seus ativos navais (Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN], 2019, pp. 1-22; Stevens, 1992, p. 25).

2. *Warfare and Combat*

2.1. *Sea control e Sea denial*

A campanha marítima na GdG demonstrou a importância crucial de assumir e explorar o *sea control*, para uma projeção de poder bem-sucedida (OTAN, 2019), e para afetar o curso e o resultado das operações (United States of America Department of Defense [USADoD], 1992).

Desde 1949 que os navios da *Joint Task Force Middle East* (JTFME) operavam diariamente no Golfo Pérsico, realizando exercícios com as nações do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), enquanto protegiam as rotas marítimas. Para além disso, os EUA mantinham regularmente um *Carrier Battle Group* (CVBG) no Oceano Índico, em ligação com a JTFME (Cohen, 1993).

Aquando da invasão do Kuwait, os oito navios da JTFME, o CVBG *Independence* a operar no Oceano Índico e o CVBG *Eisenhower* no Mar Mediterrâneo oriental, foram as primeiras forças acionadas para o Teatro de Operações (TO), formando o Comando Central da Marinha dos EUA (NAVCENT) (Cohen, 1993). Em 8 de agosto de 1990, seis dias depois da invasão, os dois CVBG já estavam posicionados e prontos para realizar os primeiros ataques aéreos no Mar Vermelho e no Golfo de Omã (NHHC, 2021), contribuindo expressivamente para a rápida contenção e resposta à expansão iraquiana.

Estabelecer o *sea control* do Golfo Pérsico era também um pré-requisito essencial para qualquer operação anfíbia contra o flanco esquerdo iraquiano no Kuwait e para a proteção do flanco direito das forças da Coligação contra ataques aéreos provindos do Irão (USADoD, 1992).

Do lado do Iraque, embora um dos seus objetivos fosse obter melhor acesso ao Golfo Pérsico, a sua frota naval compreendia apenas alguns navios de patrulha armados com mísseis superfície-superfície (MSS), pelo que, acabaram rapidamente destruídos pelos meios navais da Coligação, desempenhando um papel pouco tangível na GdG (Patton, 1991, p. 52).

Alguns dos elementos de sucesso na estratégia de *sea denial* do Iraque foram o posicionamento das baterias costeiras MSS *Silkworm*, de difícil deteção, e o lançamento de minas marítimas junto à costa do Kuwait. A presença das baterias forçou a Coligação a escoltar permanentemente, fazendo uso sistemas de defesa aérea, os navios de contra-medidas de minas (MCM) e as forças anfíbias no norte do Golfo Pérsico, escoltas essas que continuaram a ser necessárias, mesmo depois da Força Aérea iraquiana ter sido neutralizada (Stevens, 1992, p. 22).

Outra ação iraquiana que pode ter tido um efeito de *sea denial* foi a libertação deliberada de uma mancha de óleo no mar, para tentar desativar as centrais de dessalinização na costa da Arábia Saudita e limitar as operações costeiras por forças de superfície. Apesar do derrame de óleo ter sido imediatamente interrompido pelas forças da Coligação, esta foi obrigada a alocar meios para a monitorização constante e contenção do seu alastramento (Stevens, 1992, p. 22).

2.2. *Projeção de poder militar*

A componente naval assegurou o controlo do mar e a superioridade marítima, acionando o caminho para a projeção de forças dos EUA e dos seus parceiros de Coligação, oferecendo uma liderança forte para a FNM. Os laços de cooperação militar estabelecidos durante mais de 40 anos, junto dos Estados árabes amigos, ajudaram a consolidar uma rápida projeção das forças terrestres e aéreas dos EUA na Arábia Saudita, bem como em outros Estados do Golfo (USN, 1991), consubstanciando uma capacidade de combate instantânea, com os fuzileiros a garantirem a defesa inicial da Arábia Saudita, contra qualquer impulso iraquiano renovado (Friedman, 2011).

A superioridade marítima estabelecida facilitou o maior e mais rápido transporte marítimo

estratégico da história. Cerca de 240 navios transportaram mais de 8,3 milhões de toneladas de equipamentos. A sustentação logística da operação contou com o transporte de munições, petróleo, óleo e lubrificantes, numa contribuição vital da marinha mercante dos EUA (Finlan, 2003, pp. 39–40; Rost, Addams & Nelson, 1991).

Na GdG, as forças marítimas assumiram tanto o apoio direto às operações terrestres, como à componente aérea, quanto à ação independente no mar. Neste âmbito, importa assinalar o *Tomahawk Land-Attack-Cruise-Missile* (TLAM), integrando uma nova geração de armas navais de tecnologia avançada, com capacidade de precisão em combate, conferindo vantagem estratégica e tática (All Hands, 1992; Stevens, 1992).

Importa, igualmente, destacar a forte componente médica enviada para a Arábia Saudita, com os navios-hospital *Comfort* e *Mercy*, assumindo a prontidão no Golfo Pérsico em 23 de setembro de 1990. Mais de 6.100 homens e mulheres da Marinha foram destacados para fornecer cuidados médicos às forças da Aliança na operação, contando com o apoio de 10.452 médicos reservistas navais chamados de volta ao serviço ativo (USN, 1991).

3. Áreas de Combate

As missões nas áreas de combate AAW, ASUW, NMW e AW, com apoio da SW (OTAN, 2014, pp. 3–5; 3–6, OTAN, 2016, pp. 13–17), foram enquadradas para o Mar Vermelho e o Golfo Pérsico, no âmbito (i) da defesa naval, aérea e terrestre das forças da Coligação; (ii) do apoio às Operações de Interdição Marítima (MIO) (OTAN, 2014, pp. 3–6); (iii) do empenhamento de aeronaves táticas navais e ataques TLAM contra ativos e forças iraquianas; (iv) do controlo naval do transporte marítimo em áreas designadas e defesa aérea do esforço de transporte da Coligação; e (v) da coordenação e empenhamentos para a Busca e Salvamento em Combate. Adicionalmente, a força do Mar Vermelho asseguraria a liberdade de navegação em vitais *Sea Lines Of Communications* (SLOC), como o estreito de Bab--Al-Mandab (USADoD 1992, p. 256), na passagem para o Golfo de Áden.

Atento à estrutura de comando definida para a GdG, infere-se que o TO se encontrava repartido em quatro *Joint Operations Areas* (JOAs), designadamente, o Golfo Pérsico, o Mar Vermelho, o Médio Oriente e o Mar Mediterrâneo (USADoD, 1992, p. 254).

No Mar Vermelho foi constituída a *Red Sea Battle Force* (RSBF), composta pelos CVBG USS⁶ *John F. Kennedy*, com o comandante da força (COMCARGRU2) a bordo, o *USS Saratoga* e o *USS América*. No Golfo Pérsico, foi gerada a *Persian Gulf Battle Force* (PGBF), constituída pelos *USS Midway*, com o comandante (COMCARGRU5) a bordo, o *USS Ranger* e o *USS Roosevelt* (USADoD 1992, p. 253).

Numa primeira fase (*Alpha*), assistiu-se à integração de três forças na RSBF e outras três no PGBF. Entretanto, adotou-se a situação *Charlie* com a nomeação dos respetivos comandantes como *officer in tactical command* (OTC) e a consequente atribuição do comando tático (TACOM), embora sob comando e controlo operacional (OPCOM/OPCON) do NAVCENT, tal como toda a logística (OTAN, 2016, pp. 24–25, OTAN, 2019, pp. 1–40; 1–41; USADoD, 1992, pp. 253–254).

No Mar Arábico, o comandante da JTFME manteve o OPCON da força marítima de interdição americana dos navios MCM⁷ e da esquadra de navios de superfície do Golfo Pérsico.

⁶ *United States Ship*.

⁷ Integrava uma força britânica MCM que conduziu a maioria das operações MCM durante a *Operation Desert Storm*, sob OPCON do oficial naval sénior do Reino Unido no Médio Oriente e TACOM do JTFME. A Arábia Saudita e a Bélgica também empenharam navios na força durante a *Operation Desert Shield* e *Operation Desert Storm*. Após o cessar-fogo, os ativos da MCM da França, Alemanha, Itália, Japão e Holanda juntaram-se ao grupo MCM para terminar as operações de limpeza de minas nos portos do Kuwait e no Golfo Pérsico (USADoD 1992, p. 285).

No Mediterrâneo, o grupo de ataque era o NAVCENT, com OPCON dos navios de superfície e subsuperfície em algumas operações, bem como a coordenação das frotas do Atlântico, da Europa e do Pacífico, disponibilizou várias formas de apoio à *Operation Desert Shield* e *Operation Desert Storm* (USADoD, 1992, pp. 253; 276).

Paralelamente, foi constituída uma força de Coligação composta por forças egípcias, sauditas, sírias e das nações do CCG, em estreita colaboração com a RSBF e a PGBF.

3.1. *Anti-air warfare*

Os cruzadores com o sistema *Aegis* e o novo sistema *New Threat Upgrade* (NTU) foram selecionados como comandantes de AAW, sendo-lhes atribuído o controlo tático (TACON) com a missão de estabelecer e manter a superioridade aérea na região, considerando os seguintes objetivos: (i) Manter uma vigilância ampliada do espaço aéreo sobre o Golfo Pérsico, Golfo de Omã e o norte do Mar Arábico; (ii) detectar, identificar, interceptar e abordar ou escoltar todas as aeronaves hostis ou desconhecidas à entrada na área de vigilância AAW da força; (iii) fornecer proteção AAW para as forças da Coligação a operar nas áreas de vigilância da força; e (iv) estabelecer procedimentos de controlo e desconflituação aérea para as forças aéreas da Coligação a operar na região (OTAN, 2019, pp. 1–25; USADoD 1992, p. 270).

Com exceção dos quatro porta-aviões a operar no Golfo Pérsico, 21 navios combatentes americanos de superfície e fragatas britânicas, australianas, espanholas e italianas, estavam sob o TACON do comandante AAW para a defesa das forças da Coligação (USADoD 1992, p. 272).

As plataformas aéreas com capacidades antinavio⁸ iraquianas interferiram nas operações AAW da Coligação. Esta reagiu com um efetivo sistema de partilha de informações através de *data link* via rádio de alta frequência, integrado por aeronaves do *Airborne Warning and Control System* (AWACS)⁹, bem como com a defesa aérea da Coligação em terra (USADoD, 1992, pp. 270–271; 306).

Os sistemas *Aegis* e *New Threat Upgrade* foram projetados para um ambiente AAW complexo e exigente. Estes sistemas tinham em consideração a restrita geografia, as anómalas condições de propagação radar, a proximidade da ameaça iraquiana, o elevado número de aeródromos comerciais com as respetivas rotas aéreas e, acima de tudo, o limitado tempo disponível para uma identificação positiva de contactos aéreos potencialmente hostis para empenhamento combinado da força.

3.2. *Antisurface warfare*

A destruição da Marinha iraquiana era considerada um pré-requisito para o sucesso das operações de contramedidas de minas por navios americanos e britânicos. Esta ação permitiria a movimentação das forças do Golfo Pérsico para norte de modo a aproximar o poder aéreo naval dos seus alvos, bem como a preparação das operações anfíbias e o apoio às forças terrestres da Coligação com fogo contra posições inimigas (USADoD 1992, p. 259).

Com a necessidade de garantir uma vigilância adequada para as operações ofensivas de ASUW e defesa da força e a definição de zonas de exclusão de 24 milhas náuticas em torno de cada portaviões e forças logísticas (USADoD 1992, p. 259), a alteração de comando ASUW apresentou uma nova estratégia, mais

⁸ As 32 aeronaves *Mirage F-1* tinham capacidade de disparo de 2 mísseis *Exocet*, os quatro bombardeiros B-6D habilitados a lançar mísseis *Silkworm* não foram consideradas uma ameaça devido à sua dimensão, lentidão e ineficácia do equipamento de navegação. As 25 aeronaves SU-24 tinham capacidade de transporte de mísseis AS-7, AS-9 e AS-14 e os helicópteros *Super Frelon* estavam equipados com sistemas de disparo de mísseis *Exocet*.

⁹ Este sistema permitiu desconflitar mais de 15.000 aeronaves em segurança e com sucesso, nas quais se incluíam 17 tipos diferentes dos EUA e de mais seis nações, sem qualquer registo de fogo AAW de forças amigas.

acutilante e agressiva, com o intuito de (i) destruir os navios combatentes de superfície e de guerra de minas iraquianos; (ii) negar a utilização das plataformas petrolíferas aos iraquianos para fins militares; (iii) forçar as forças navais iraquianas a recuarem para norte; e (iv) prevenir ataques e ameaças às forças da Coligação e aos Estados do Golfo (USADoD 1992, p. 260).

A força da Coligação era constituída por meios de outras nacionalidades, alguns dos quais com funções ASUW subordinadas¹⁰ (USADoD, 1992, p. 260). As operações ofensivas de ASUW ficaram a cargo da USN, dos britânicos, dos kuwaitianos e dos sauditas que destruíram navios opositores além do alcance dos seus misséis¹¹ antinavio (USADoD 1992, pp. 257; 259). As operações ASUW de defesa da força, proteção aos portaviões e aos navios logísticos, além da USN e dos Estados do CCG, ficaram a cargo de navios combatentes da Argentina, Austrália, Canadá, Dinamarca, França, Itália, Holanda, Noruega, Espanha e Reino Unido (USADoD 1992, p. 262).

As aeronaves de patrulha marítima encontravam-se sob TACOM ASUW com missões de vigilância de minas, vigilância e seguimento de superfície, reconhecimento de manchas de óleo e combate ASUW, contando com o apoio dos ativos de asa fixa¹² de ataque, combate e de *airborne early warning* (Friedrich et al., 1991, p. 49; USADoD 1992, p. 260).

3.3. *Naval mine warfare*

Os cinco meses da *Operation Desert Shield* permitiram aos iraquianos desenvolver um extenso sistema de defesa costeira no Kuwait, do qual fez parte a estratégia de guerra de minas que afetou a maioria das operações navais durante a GdG.

É precisamente na atuação dos porta-aviões no Golfo Pérsico que este sistema de defesa costeira mais se fez sentir, obrigando a Coligação a operar a grandes distâncias devido à presença de minas à deriva a sul ou dentro de importantes portos no Golfo. Estas minas condicionaram, por conseguinte, a projeção das forças da Coligação para terra durante a *Operation Desert Shield* (USADoD, 1992, p. 306).

Após o início da *Operation Desert Storm*, a principal missão dos meios de MCM da Coligação consistiu na abertura de caminho para a costa do Kuwait. A sua finalidade consistiu em permitir efetuar tiro contra costa e lançar a possibilidade de um desembarque anfíbio a partir das capacidades existentes de contramedidas de minas de superfície, contramedidas de minas de aviação e equipas de eliminação de munições explosivas (USADoD, 1992, pp. 273; 277).

Com um portefólio de 11 tipos de minas acústicas¹³ (USADoD 1992, p. 274), a estratégia iraquiana¹⁴ centrava-se em proteger as suas SLOC logísticas e a costa do Kuwait de um ataque anfíbio (USADoD 1992, p. 276).

¹⁰ Um exemplo disso foi a atribuição do comando ASUW ao Canadá para proteção de navios logísticos na área designada para os reabastecimentos.

¹¹ *Styx* (42 milhas de alcance) e *Exocet* (96 milhas de alcance). A Marinha iraquiana tinha 13 navios com capacidade de lançamento de misséis: sete navios *Osa* ex-soviéticos, cinco navios TNC-45 e um FPB-57.

¹² As missões principais consistiam no apoio à Componente Aérea, no âmbito da campanha aérea estratégica nas fases I e II da *Operation Desert Storm* (USADoD, 1992, pp. 99; 255).

¹³ Destacam-se as minas de influência acústica e magnética de alta tecnologia adquiridas à União Soviética e Itália, incluindo minas de contato fundeadas (por exemplo, a *Myam*, a Soviética M-08 e a LUGM-145) e minas de influência acústica de fundo (por exemplo, a *Manta*, a KMD, a UDM e *Sigeel*).

¹⁴ Métodos de operação: colocar campos de minas ancoradas e de fundo, linhas de minas individuais e minas à deriva, estas últimas com o intuito de apanharem as correntes do Sul e danificarem os navios da Coligação.

3.4. *Strike warfare*

A *Strike Warfare* foi conduzida por aeronaves navais e pelos navios de superfície ao nível do *naval gunfire support*. Embora o Iraque não dispusesse de submarinos e a *anti-submarine warfare* não tivesse sido testado no TO, os submarinos de ataque com propulsão nuclear da Marinha americana participaram na Campanha Aérea Estratégica, lançando TLAMs¹⁵ contra alvos iraquianos, recolhendo informações e realizando missões de vigilância (USADoD 1992, p. 307).

3.5. *Amphibious operations*

Garantir o *sea control* era um pré-requisito para a realização de *Amphibious Operations*. Efetivamente nunca ocorreu um ataque anfíbio, mas os seus preparativos e exercícios ao longo da JOA foram fundamentais na estratégia de decepção aos iraquianos, conduzindo-os à fortificação de posições na costa do Kuwait, com um significativo impacto no sucesso da Coligação (USADoD 1992, pp. 252; 307; Westermeyer, 2014, p. 43).

4. Segurança Marítima

Como anteriormente referido, após a invasão do Iraque, a JTFME, o CVBG *Independence* e o CVBG *Eisenhower* no Mar Mediterrâneo oriental, foram as primeiras forças a acorrer ao pedido de auxílio saudita após a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) n.º 660/1990, de 02 de agosto.

A presença militar na região era injustificada pela ausência de consenso e por significar apenas a proteção e defesa da Arábia Saudita, constringimento esse que o embargo económico imposto ao Iraque (Dunnigan & Bay, 1992, pp. 307–308; RCSNU, 1990) permitiu ultrapassar. As operações MIO promoviam a interceção, contacto ou abordagem/visita a navios mercantes para determinar as suas cargas, destino e último porto de escala (Stevens, 1992, p. 26), garantindo a sua legitimação através da RCSNU n.º 665/1990, de 25 de agosto (1990).

Segundo Stevens (1992, p. 27) a força podia facilmente controlar o acesso marítimo ao Iraque¹⁶ através do Estreito de Ormuz e do Golfo de Aqaba (JTFME e RSBF, respetivamente). Simultaneamente, através dos sistemas já identificados, a força assegurava o *maritime situational awareness* recolhendo e disseminando informação da envolvente marítima, permitindo, assim, alimentar o planeamento e condução das operações de forma eficaz e eficiente (OTAN 2016, p. 19).

Com o *sea control* atingido num curto espaço de tempo foi possível assegurar liberdade de navegação das SLOC para o transporte logístico¹⁷, necessário para as *Operation Desert Shield* e *Operation Desert Storm* (USADoD 1992, p. 252), e promover a segurança dos portos sauditas e do Kuwait.

Além da pressão sobre Saddam, o embargo económico¹⁸ de 06 de agosto, que proibia o comércio de todos os bens de e para o Iraque (RCSNU, 1990; Stevens, 1992, p. 24), deu tempo à Coligação para formar forças e o consenso, sem o qual a ação militar teria sido amplamente denunciada como excessiva (Friedman, 2011).

¹⁵ O *USS Louisville* foi o primeiro submarino a lançar um TLAM em combate (USADoD 1992, p. 304).

¹⁶ No período de agosto de 1990 a abril de 1991, mais de 9200 navios mercantes foram contactados, tendo mais de 1200 sido abordados e pelo menos 67 foram desviados do seu destino por transportarem carga proibida.

¹⁷ 95% do apoio logístico foi realizado por via marítima.

¹⁸ RCSNU n.º 661/1990 de 06 de agosto.

5. Conclusões

A GdG demonstrou que assumir e explorar o *sea control* é crucial para uma projeção de poder bem-sucedida. Foi a rápida projeção de meios navais que se encontravam pré-posicionados aquando da invasão do Kuwait que permitiu a contenção e a resposta imediata à expansão iraquiana.

A frota naval iraquiana compreendia apenas alguns navios de patrulha armados com MSS capitulou rapidamente, desempenhando um papel pouco tangível na GdG. Ainda assim, o Iraque procurou exercer *sea denial* à Coligação por outros meios, o que a obrigou a escoltar permanentemente, com sistemas de defesa aérea, os MCM e as forças anfíbias a norte do Golfo Pérsico.

O controlo incontestável do mar e a cooperação militar de longa data dos EUA junto dos países aliados do Golfo Pérsico possibilitaram o transporte marítimo estratégico mais significativo da história, bem como a sustentação logística das operações, realçando-se, igualmente, a forte componente médica projetada para a JOA, com recurso à componente naval.

Com a destruição dos seus meios navais, o Iraque ficou impedido de manter a estratégia de implantação de minas ao longo da JOA, o que limitava substancialmente os CVBG de se aproximarem do Kuwait e dos alvos aéreos a abater, de modo a aumentarem o número de ataques, permitindo, assim, que se pudessem realizar operações anfíbias.

Todas as operações aéreas navais foram conduzidas com segurança e sucesso ao longo de toda a GdG, não havendo qualquer registo de fracticídio. Considerando as características geográficas da região, os sistemas e tecnologias empregues na GdG, sejam eles para o lançamento de mísseis, para tiro contra posições terrestres inimigas, para o apoio a missões aéreas e terrestres, para o apoio ao treino e aprontamento conjunto com unidades anfíbias ou para missões de interceção marítima, deram uma clara vantagem às forças da Coligação.

Os seus preparativos e exercícios anfíbios ao longo da JOA foram fundamentais na estratégia de decepção aos iraquianos pela ameaça potencial que representavam, conduzindo-os à fortificação de posições na costa do Kuwait, demonstrando a eficácia das AO e o seu significativo impacto no sucesso da Coligação.

É evidente que as forças navais por si só não venceram a guerra, uma vez que a maior parte do combate foi feito com recurso aos meios aéreos e por forças terrestres baseadas na Arábia Saudita. No entanto, as forças navais foram determinantes e uma pré-condição para a projeção de poder militar para a Arábia Saudita, bem como para toda a região, contribuindo significativamente para toda a campanha e para a vitória da Coligação na GdG.

Referências Bibliográficas

- All Hands. (1992). Desert Storm Special Issue: The Navy-Marine Corps Team. All Hands Magazine, 892.
- Cohen, E. (1993). Gulf War Air Power Survey. A Statistical Compendium and Chronology - Volume V. Washington, DC: U.S. Government.
- Friedman, N. (2011). Gulf War: The War at Sea. [Página online]. Retirado de <https://www.defensemedianetwork.com/stories/gulf-war-the-war-at-sea/>
- Friedrich, O., Morrow, L., Ogden, C., Magnuson, E., Elson, J., Cloud, S., Birnbaum, J., Gray, P., Kramer, M., Hull, J., VanVoorst, B., Henry III, W., Morrison, D., Greenwald, J., Kriss, R., & Gibbs, N. (1991). Desert Storm: The War in the Persian Gulf. New York: Time Warner Publishing Inc.
- Matthews, D. (2019). Learning from Victory: America, Allies, Partners, and Competitors in the Persian Gulf War. [Página online]. Retirado de <https://blog.usni.org/posts/2019/10/28/learning-from-victory-america-allies-partners-and-competitors-in-the-persian-gulf-war>
- NHHC. (2021). "The Gathering Storm": the build-up of U.S. Forces. [Página online]. Retirado de <https://www.history.navy.mil/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/u/us-navy-in-desert-shield-desert-storm/the-build-Up.html>
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2014). AJP-3.3.3. - Allied Joint Doctrine for Air-Maritime Coordination (Ed. A v1). Bruxelas: Organização do Tratado do Atlântico Norte.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2016). AJP-3.1 - Allied Joint Doctrine for Maritime Operations (Ed. A v1). Bruxelas: Organização do Tratado do Atlântico Norte.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2019). AJP-3 - Allied Joint Doctrine for the Conduct of Operations (Ed. C v1). Bruxelas: Organização do Tratado do Atlântico Norte.
- Patton, J. H. (1991). More Gulf War Lessons. Proceedings, 117(4), 52.
- Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.o 660/1990 de 02 de agosto. (1990). Determina que existe uma quebra na paz e segurança internacionais relativamente à invasão do Kuwait pelo Iraque em 2 de agosto de 1990. Nova Iorque: Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.o 661/1990 de 06 de agosto. (1990). Estabelece um embargo económico ao Iraque por não ter cumprido com o parágrafo 2 da Resolução n.o 660/1990 de 02 de agosto. Nova Iorque: Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.o 665/1990 de 25 de agosto. (1990). Reforça o embargo económico imposto pela Resolução n.o 661/1990 e solicita aos Estados Membros cooperação com o Kuwait no empenhamento militar na região. Nova Iorque: Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- Rost, R. F., Addams, J. F., & Nelson, J. J. (1991). Sealift in Operation Desert Shield/Desert Storm: 7 August 1990 to 17 February 1991. Virginia: Center for Naval Analyses.
- Stevens, D. (1992). The Role of Maritime Power in the Wake of the Gulf War 1990-1991. (Master of Arts thesis in Strategic Studies). Strategic and Defence Studies Centre, Research School of Pacific Studies, The Australian National University, Canberra.
- United States Navy. (1991). The United States Navy in "Desert Shield"/ "Desert Storm." (Report Ser OO/IU500179 from Chief of Naval Operations). Washington Navy Yard, DC: Naval History and Heritage Command.
- United States of America Department of Defense. (1992). Conduct of the Persian War - Final Report to Congress. (Final Report to Congress - Chapters I through VIII). Washington, DC: Autor.

III – A COMPONENTE TERRESTRE

Luís Carlos Brandão Marques
Capitão-de-Fragata, Marinha

Alberto Filipe Duarte Gonçalves
Major, GNR

Sérgio Miguel Gorjão Marques
Major, Exército

1. Introdução

Há trinta anos, a Guerra do Golfo era notícia de abertura diária dos telejornais. O conflito decorreu entre agosto de 1990 e fevereiro de 1991 e chegou a ser objeto de sessões informativas extraordinárias, interrompendo a programação televisiva habitual com emissões de reportagens, quase em direto.

O Iraque invadira o Kuwait em 2 de agosto de 1990 e, logo a 6 de agosto, a Arábia Saudita decide aceitar a ajuda dos Estados Unidos da América (EUA), temendo também uma invasão do Iraque. É o início da operação *Desert Shield*. Apesar das ameaças do ditador iraquiano Saddam Hussein, sobre uma invasão do Kuwait, não havia perspetivas que isso pudesse efetivamente acontecer. Esperava-se que o Iraque estivesse económica e militarmente desgastado do conflito anterior com o Irão. Contudo, continuava a possuir o maior e mais bem equipado exército da península arábica (Correll, 2006).

Em 29 de novembro de 1990, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova a Resolução 678 autorizando “todos os meios necessários [...] para restaurar a paz internacional e a segurança na área”, caso o Iraque não retirasse do Kuwait até 15 de janeiro de 1991 (United Nations, 1990). Na sequência do incumprimento dessa resolução pelo Iraque, dá-se início à operação *Desert Storm* com operações de bombardeamento aéreo e naval contra alvos iraquianos em terra (Holland, 2018).

Em resposta à invasão do Kuwait pelo Iraque, uma coligação de 39 países liderada pelos EUA, em apoio à Arábia Saudita, derrotou o quarto maior exército do mundo, com um custo de menos de 500 baixas. Após os bombardeamentos, uma força terrestre conjunta forçou a retirada do exército iraquiano, em apenas quatro dias e quatro horas, tendo sido destruídos mais de 3.000 carros de combate (CC), 1.400 viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) e 2.200 armas de artilharia (US Army Center of Military History, 2000).

O objeto de estudo deste artigo é a função de combate conjunta de manobra da componente terrestre. Nesse sentido, realizou-se um estudo de caso através de uma retrospectiva do emprego desta função de combate conjunta entre 17 de janeiro e 28 de fevereiro de 1991, durante a operação que ficou designada como *Desert Storm* ou tempestade no deserto.

O trabalho está organizado em cinco capítulos. Após a presente introdução, no segundo capítulo efetua-se uma caracterização da componente terrestre da força de combate conjunta, que compôs a coligação. O terceiro capítulo aborda o emprego da componente terrestre e o quarto as implicações no próprio conflito e também o seu legado para os conflitos que se seguiram. No quinto capítulo apresentam-se as conclusões.

2. Estrutura da Componente Terrestre

A operação *Desert Shield* ficou conhecida como o maior destacamento de forças do Exército dos EUA, após a guerra do Vietnã, pois nunca se tinha movimentado uma força de tal dimensão em tão curto espaço de tempo, sendo que o sucesso desta operação determinou o desfecho da operação *Desert Storm*, que se seguiu (Lane, 2021, p. 20).

Considerando os eventos ocorridos em 2 de agosto de 1990, a Arábia Saudita solicita aos EUA uma análise sobre a ameaça com que se deparava. Para o efeito, o Secretário da Defesa dos EUA, Dick Cheney, e o comandante do Comando Central dos EUA (CENTCOM), General H. Norman Schwarzkopf, dirigem-se a este país a 6 de agosto, a fim de oferecer a ajuda dos EUA para a defesa do reino (Debay, Yves; Green, 2003; Fontenot, 2017). Segundo Fontenot (2017), a Arábia Saudita aceitou a ajuda dos EUA logo nesse dia, tendo o General Schwarzkopf emitido imediatamente ordens para a movimentação de forças, com os caças da Força Aérea dos EUA a chegar à região em poucas horas. Em 8 de agosto, a 82.^a Divisão Aerotransportada começou a aterrar em Darã (Dilbert, 1994).

A primeira remessa da componente terrestre consistiu em tropas do XVIII Corpo de Exército Aerotransportado (Fontenot, 2017). As unidades de manobra incluíram o 3.^o Regimento de Cavalaria Blindada, a 1.^a Divisão de Cavalaria, a 24.^a Divisão de Infantaria Mecanizada, as 82.^a e 101.^a Divisões Aerotransportadas (Fontenot, 2017; Gourley, 2011; Lane, 2021).

Foi, desde logo, iniciado um planeamento por um Estado-Maior Conjunto, com o objetivo de expulsar as tropas iraquianas do Kuwait, caso fosse exigida uma postura ofensiva. Nesse processo de planeamento, o General Schwarzkopf desenvolveu um conceito que incluía três fases de ataques aéreos, finalizando com uma campanha terrestre. Ao longo de várias semanas, procuraram-se respostas para a garantia do sucesso de uma eventual campanha terrestre. Isto levou à projeção de uma segunda tranche de forças, apesar de não haver ainda qualquer decisão sobre uma opção ofensiva (Fontenot, 2017; Horne, 1991).

Importa referir que, desde 1981, o Exército dos EUA desenvolvia uma preparação adequada ao campo de batalha característico do Médio Oriente, realizada no Centro Nacional de Treino em *Fort Irwin*. Aí, os batalhões mecanizados e blindados treinavam num ambiente desértico, adequado para grandes manobras, o que acabou por resultar numa boa adaptação ao tipo de cenário da Guerra do Golfo (Lane, 2021).

Estas forças estavam também equipadas com armamento e equipamento tecnologicamente avançado, como os sistemas de defesa aérea *Patriot*, o *Multiple Launch Rocket System*, o helicóptero de ataque *AH-64 Apache* com o sistema de mísseis *Hellfire*, o helicóptero utilitário *UH-60 Black Hawk*, o carro de combate *M1 Abrams* já com a nova versão contemporânea *M1A1* e o veículo de combate *Bradley* (Fontenot, 2021; Lane, 2021).

A projeção das forças continuou durante os meses seguintes, contemplando forças de outros países. No momento de conclusão da projeção da totalidade das forças¹⁹, verificou-se que estavam reunidas as condições para que o General Schwarzkopf pudesse transitar da operação *Desert Shield* para uma opção ofensiva (Berg, 2010, p. 16; Lane, 2021; Micheletti & Debay, 1991) - a operação *Desert Storm*.

Após meses de reunião e formação (Nelan & Dowell, 1990), foram estabelecidos cinco grandes agrupamentos de forças terrestres da coligação que, antes do seu emprego, estavam organizados da seguinte forma: na área mais a oeste do teatro de operações, estava instalado o já referido XVIII Corpo do Exército Aerotransportado, ao qual se juntou a 6.^a Divisão Blindada Francesa e a 12.^a e 18.^a Brigadas

¹⁹ Norte-americanas, britânicas, francesas e de nações árabes.

de Aviação; à sua direita encontrava-se o VIII Corpo do Exército dos EUA que incluía a 1.^a Divisão de Infantaria, as 1.^a e 3.^a Divisões Blindadas, e a 1.^a Divisão de Cavalaria, tendo sido integrado o 2.^o Regimento de Cavalaria Blindado e a 1.^a Divisão Blindada Britânica; ao centro, e junto ao Comando Conjunto das Forças – Norte (JFC-N), incluía-se a 3.^a Divisão Mecanizada Egípcia, a 4.^a Divisão Blindada Egípcia, a 9.^a Divisão Blindada Síria, um Regimento *Ranger* Egípcio, um Regimento de Comandos Sírio, a 20.^a Brigada Mecanizada das Forças Terrestres Reais Sauditas (FTRS), a 4.^a Brigada Blindada das FTRS e as Brigadas *Shaheed* e *Al-Tahrir* do Kuwait; à direita do JFC-N, constituiu-se um grupo assente na 1.^a Força Expedicionária *Marine*, que incluía as 1.^a e 2.^a Divisões *Marine* e a 1.^a Brigada da 2.^a Divisão Blindada do Exército dos EUA, conhecida por Brigada *Tiger*; por fim, o JFC - Leste (JFC-E) ocupava o flanco direito da campanha terrestre da coligação, sendo composto por três *task forces*, designadas de *Omar*, *Othan* e *Abu Bakr* que, no seu conjunto, incluíam a 10.^a Brigada de Infantaria das FTRS, os Batalhões Motorizados de Infantaria dos Emiratos Árabes Unidos e de Omã, a 8.^a Brigada de Infantaria Mecanizada das FTRS, a Brigada *Al-Fatah* do Kuwait, uma Companhia de Infantaria do Bahrein, a 2.^a Brigada Motorizada de Infantaria da Guarda Nacional e um Batalhão Mecanizado do Qatar (Gourley, 2011).

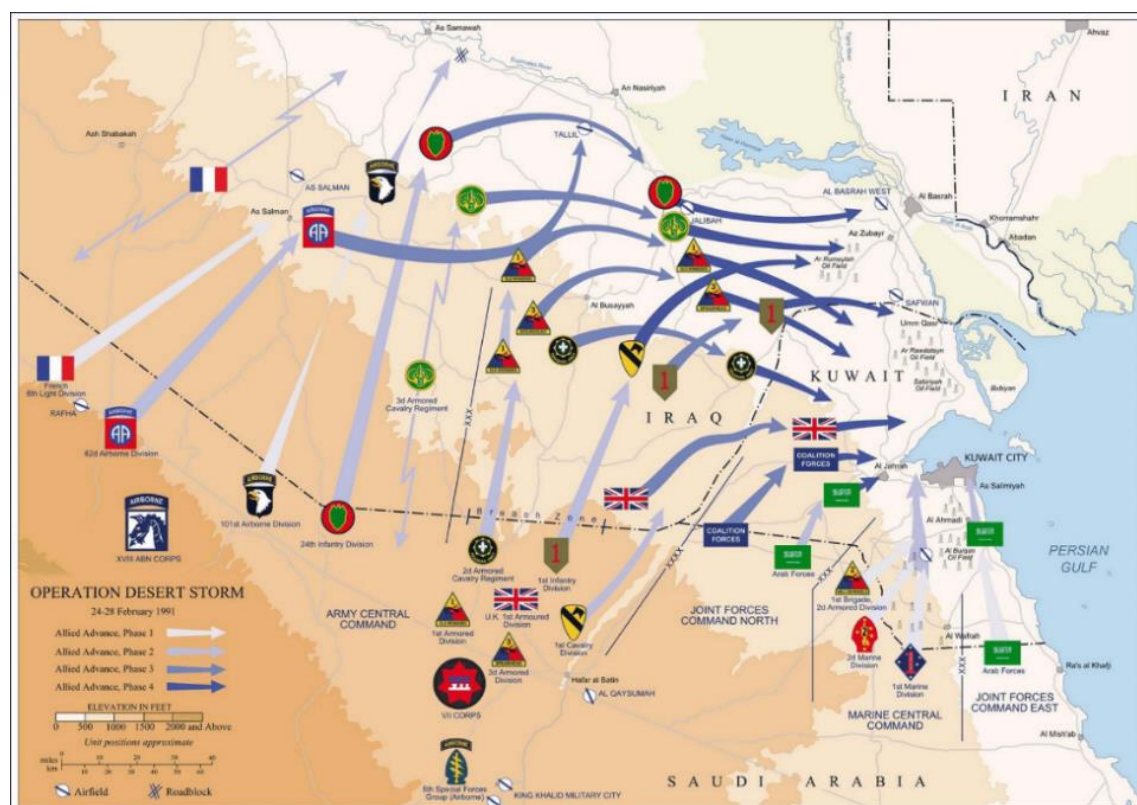


Figura 1 - Movimentos das forças terrestres na Guerra do Golfo em 1991

Fonte: US Army Center of Military History (2000).

Gourley (2011) refere que este posicionamento exigiu a movimentação de mais de 65.000 veículos de apoio e de combate, essenciais para a manobra que se desencadeou e que foram a chave da vitória da coligação terrestre na operação *Desert Storm*, onde foram empregues cerca de 500.000 militares americanos (O' Hanlon, 2001, p. 83).

3. O Emprego da Componente Terrestre

Após 38 dias de ataques aéreos contínuos contra alvos terrestres no Iraque e no Kuwait, o Presidente George H. Bush ordenou o início da ofensiva terrestre (Shubert & Kraus, 1995) em 24 de fevereiro de 1991, definido como o dia G.

Segundo Gourley (2011), os ataques aéreos deram a cobertura necessária para que as forças terrestres se posicionassem e avançassem para a ofensiva. Contudo, ainda antes do início da ofensiva terrestre, já se verificavam detenções de prisioneiros, que se apresentavam voluntariamente à coligação.

Anthony Tucker-Jones (2014) reforça que, além do efeito desmoralizador no adversário e da cobertura aos movimentos da força terrestre, o General Schwarzkopf tinha preconizado uma degradação de 50% das capacidades de combate iraquianas com a campanha aérea preliminar. Essa estimativa foi superada. Antes do início da ofensiva terrestre, a coligação já tinha destruído 1.300 CC, 800 VBTP e 1.100 armas de artilharia.

Apesar das perdas, Saddam não retirou. Em vez disso, anunciou que ia lutar a “mãe de todas as batalhas”. O combate terrestre foi assim inevitável (Tucker-Jones, 2014).

Nas primeiras horas do dia G, iniciou-se uma campanha terrestre combinada, num esforço conjunto, com o objetivo de cortar as linhas de comunicações no Sudeste do Iraque, libertar o Kuwait e neutralizar as forças de elite iraquianas - a Guarda Republicana.

O conceito operacional envolveu uma coordenação de ataque massiva em eixos inicialmente paralelos, com um envolvimento pelo deserto iraquiano. Procurava-se evitar os pontos fortes do adversário e cortar a saída das forças iraquianas, às quais restaram as opções de rendição ou aniquilamento (Gourley, 2011).

O ataque foi realizado em três direções paralelas. No extremo Oeste, a 6.^a Divisão Blindada Ligeira Francesa e a 101.^a Divisão Aerotransportada dos EUA iniciaram um envolvimento massivo, segurando o flanco esquerdo da coligação, num ataque aéro-móvel para a conquista, em profundidade, de bases avançadas em território iraquiano. Ao centro do dispositivo aliado, ao longo do *Wadi Al-Bāṭin*²⁰, a 1.^a Divisão de Cavalaria atacou uma concentração de Divisões iraquianas, cujos comandantes estavam convencidos de que a coligação utilizaria leitos de rio como direções de ataque. A Leste, as 1.^a e 2.^a Divisões de Marines, a Brigada *Tiger* do Exército dos EUA e outras forças da coligação sob comando saudita, atacaram para Norte em direção ao Kuwait. Enfrentando ataques em três pontos separados, o Exército iraquiano tentou defender-se, dispersando unidades de combate e de apoio logístico (Shubert & Kraus, 1995).

Segundo Beardsley (2016), quando a coligação lançou este ataque de madrugada, as forças iraquianas acreditavam que estavam perante um ataque frontal em direção à cidade do Kuwait. As Divisões de Marines enfrentaram obstáculos de frente, atraindo os fogos e fixando as forças iraquianas no Kuwait, enquanto as forças a Oeste iniciavam o seu envolvimento, abrindo caminho para o avanço das brigadas de cavalaria. O sucesso foi quase imediato, com os CC a avançarem sem resistência, provando o sucesso do plano em ludibriar os iraquianos.

Carhart (cit. por Beardsley, 2016) refere que o combate durou apenas alguns dias, embora duro e sem períodos de descanso. Logo no primeiro dia, a engenharia das Divisões de *Marines* conseguiu, numa abertura de brecha clássica, romper os difíceis obstáculos iraquianos, compostos por campos de minas,

²⁰ *Wadi* é um nome utilizado nos países arábicos para identificar o leito seco de um rio (Bowyer, 1999).

aramé farpado e trincheiras, conforme salientado pelo general Schwarzkopf à imprensa nos dias seguintes (Beardsley, 2016).

Apesar do sucesso, verificaram-se baixas por fogo amigo, com elevada incidência na coligação, como descreveu Mackay (1993, cit. por Doton 1996, p. 4), quer entre forças terrestres, quer proveniente dos bombardeamentos aéreos. Segundo Vito DeMonte (1992, cit por (Doton, 1996, p. 4), tal se deveu à falta de capacidade na identificação de alvos.

Apenas 100 horas após o início da ofensiva, o Presidente Bush ordenou o cessar-fogo. O exército iraquiano, anteriormente visto como uma força formidável, saiu pesadamente derrotado, tendo perdido 3.847 dos seus 4.280 CC e metade das suas 2.880 VBTP. Nos dias seguintes, os vencedores continuavam ocupados a processar cerca de 60.000 prisioneiros de guerra. A coligação obteve a mais rápida e inequívoca vitória da história militar dos EUA (Stewart, 2010). As forças terrestres iraquianas foram sobrestimadas, já que as expetativas, em relação a estas, apontavam para um desempenho mais satisfatório (Tucker-Jones, 2014).

4. Implicações

A Guerra do Golfo de 1990-1991 marcou um novo paradigma baseado numa poderosa força de coligação a operar longe das suas bases. O indismantível sucesso da coligação, levou a modificações no pensamento estratégico ocidental. Tal se refletiu no crescente interesse pela criação de forças regionais combinadas de intervenção, já no século XXI. Os conflitos da Somália, Bósnia e Kosovo vieram confirmar essa tendência (Gourley, 2011).

Para Fontenot (2021) um dos legados desta Guerra do Golfo foi a assunção da supremacia incontestável dos EUA numa guerra convencional. Porém, as forças dos EUA e da *North Atlantic Treaty Organization* [NATO] têm, desde essa altura, enfrentado uma ameaça não convencional, em que as operações multi-domínio assumem particular relevância, levando à incorporação do conceito de “lógica paradoxal” defendido por Luttwak (s.d., cit. por Jordan et al., 2016, p. 48).

A Guerra do Golfo também reflete o desenvolvimento do conceito de batalha *Airland* formulado em 1980, cuja doutrina desenvolvida pelo Exército dos EUA foi neste conflito aplicada pela primeira vez, potenciando a iniciativa, profundidade, agilidade e sincronização, em operações de armas combinadas (Lane, 2021).

Fontenot (2021) refere que este conceito abrangia as ameaças tipificadas pelo Pacto de Varsóvia, designadamente, a grande concentração de forças mecanizadas no Médio Oriente ou a ameaça da Coreia do Norte, concluindo que o mesmo ia muito para além da questão da União Soviética. Atualmente, o conceito permanece importante devido às sinergias resultantes da combinação das forças terrestres e aéreas, onde as operações conjuntas assumem relevância (Jordan et al., 2016, p. 92).

Durante o conflito tiveram lugar inúmeros melhoramentos nas forças da coligação, em parte conseguidos devido a um processo de disseminação de lições aprendidas em larga escala desde o início da operação *Desert Storm* (Gourley, 2011).

Ao nível tático, a reunião de informação permitiu aferir a fiabilidade, resiliência e letalidade dos vários sistemas e respetivas tecnologias, que nunca haviam sido testados em combate.

Quanto ao CC *Abrams*, por exemplo, foi reportada uma taxa de prontidão operacional de mais de 90%, após 100 horas de operações (Tucker-Jones, 2014). O armamento da coligação revelou-se robusto, mas também tecnologicamente superior face ao dos iraquianos permitindo, por exemplo, a superioridade no combate noturno com a utilização da visão noturna e térmica (Gourley, 2011).

O canhão M829A1 e a blindagem do CC Abrams revelaram-se superiores aos dos CC iraquianos. A utilização do novo *Global Positioning System* também contribuiu para a supremacia das forças terrestres da coligação, facilitando de sobremaneira a navegação, localização e aquisição de alvos. O sistema *Firefinder* para localização da origem de fogo inimigo constituiu uma vantagem comparativa, permitindo um aumento da eficiência dos sistemas de *rockets* na supressão rápida e permanente do fogo iraquiano (Stewart, 2010). Paradoxalmente, a tecnologia disponível não evitou a alta incidência de fogo amigo entre a coligação.

Quanto à doutrina, a Operação *Desert Storm* foi um exemplo do emprego da função de combate movimento e manobra, onde as forças se movimentaram e empregaram numa posição de vantagem relativa, explorando a surpresa e o choque, e mantendo a iniciativa sobre o inimigo (US Army, 2019).

Aludindo aos princípios da guerra, o objetivo estava bem definido na manobra terrestre que, de acordo com Bowen (1992), foi potenciada pela preparação. Este autor reforça que o princípio da ofensiva demonstrou ser a melhor forma de vencer a guerra, beneficiando do princípio da surpresa, e que a segurança resultou de uma preparação adequada. A unidade de comando decorreu de uma liderança forte, com todos os intervenientes a focarem-se num único conceito. Embora complexa, a simplicidade de execução desta operação deveu-se à centralização do controlo dos transportes e movimentos. Foi conseguida uma economia de forças²¹, com uma concentração nos objetivos mais importantes (Bowen, 1992). Na atual doutrina conjunta da NATO, encontra-se a referência a um comando operacional conjunto, bem como ao princípio de que o emprego da componente terrestre nunca será concebido isoladamente, evidenciando o legado desta Guerra do Golfo (NATO, 2016).

Verificou-se que esta componente foi empregue segundo a abordagem manobrista, procurando afetar a vontade de combater e a coesão do adversário, através de um envolvimento que lhe cortou as linhas de comunicações e os itinerários de retirada. As forças terrestres da coligação conseguiram manter a iniciativa, através do movimento e poder de fogo, explorando a surpresa e o choque inicial. A agressividade da operação e a tipologia das forças empregues²², permitiu explorar o sucesso inicial, levando à rápida derrota do inimigo (NATO, 2016).

Após a libertação do Kuwait, as forças terrestres dedicaram-se a missões humanitárias, focadas na resolução de problemas com refugiados, no auxílio aos kuwaitianos para a reocupação da sua capital e na ajuda ao processo de reconstrução. O *US Army Civil Affairs* e o Corpo de Engenharia foram empenhados na distribuição de víveres, combustível e cuidados médicos. O instrumento militar dos EUA passou então a ser considerado também para operações de manutenção de paz (US Army Center of Military History, 2000). O exército dos EUA foi reduzido de 772.000 homens em 1989 para 529.000 em 1994. Este redimensionamento visou uma maior mobilidade, conferindo-lhe uma maior capacidade expedicionária (Stewart, 2010).

²¹ Pela primeira vez desde a 2.ª Guerra Mundial.

²² Com unidades blindadas de elevada mobilidade e unidades aeromóveis.

5. Conclusões

A Guerra do Golfo de 1990-1991, em que se conduziram as operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, constituiu-se no primeiro grande conflito internacional no período pós-guerra-fria. Conduziu à maior coligação internacional desde a 2.^a guerra mundial e constituiu o primeiro conflito armado dos EUA, desde a guerra do Vietnã. A coligação liderada pelo EUA sobrestimou as forças terrestres iraquianas, pois não se esperava uma vitória tão rápida sobre o exército mais bem equipado da península arábica e o então quarto maior do mundo.

Através de uma retrospectiva de 30 anos, este estudo permite uma análise da preparação e do emprego da componente terrestre da coligação que levou à retirada do exército iraquiano do Kuwait. Procedemos a uma caracterização dessa componente em que, para além das forças terrestres dos EUA, participaram forças do Reino Unido, da França e de diversos Estados árabes, num esforço combinado e conjunto.

Esta Guerra do Golfo iniciou-se com uma operação defensiva, numa posição de força justificada por um ultimato que exigia a retirada das forças iraquianas do Kuwait. A operação *Desert Shield* permitiu, em menos de seis meses, reunir, organizar e posicionar forças que, em apenas 100 horas, concluíram a operação *Desert Storm*. Esta consistiu na maior operação de combate terrestre desde a 2.^a Guerra Mundial, em que a coligação internacional empenhou mais de 500.000 homens e 65.000 viaturas de combate. A operação *Desert Storm* resultou num avassalador envolvimento terrestre, antecedido por seis semanas de bombardeamentos aéreos, que debilitaram significativamente a capacidade de combate das forças iraquianas. A superioridade da coligação foi demonstrada em todos os domínios com a rápida destruição e isolamento das unidades adversárias.

A abordagem da superioridade tática e tecnológica da coligação, bem como o paradoxo do fogo amigo, permitiu constatar que as forças terrestres da coligação atingiram um equilíbrio entre a mobilidade e o poder de fogo, com emprego eficaz das armas combinadas; ou que empregaram a manobra e a atrição em operações de armas combinadas. Doutrinariamente, a Guerra do Golfo introduziu inovações, como o reforço do conceito de operações conjuntas, assente no princípio do emprego da componente terrestre num contexto conjunto e não isolado.

Este artigo contribuiu assim para clarificar a função de combate conjunta de manobra da componente terrestre, com uma análise das implicações do seu emprego na Guerra do Golfo de 1990-1991, assim como a identificação dos seus contributos e reflexos nos dias de hoje.

Referências Bibliográficas

- Beardsley, S. (2016). "Mother of All Battles" lasted only 100 hours. Stars and Stripes. [Página online]. Retirado de <https://www.stripes.com/news/special-reports/the-gulf-war-25-year-anniversary/100-hours>.
- Berg, P. D. (2010). Desert shield and desert storm: 20 years in retrospect. *Air and Space Power Journal*, 24(3), 16.
- Bowen, J. C. (1992). *Military Movements and the Principles of War*. US Army War College. [versão PDF]. Retirado de <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a251584.pdf>.
- Bowyer, R. (1999). *Dictionary of Military Terms* (3.a Ed.). Bloomsbury Publishing Plc.
- Correll, J. T. (2006). The strategy of desert storm. *Air Force Magazine*, 89(1), 26-33. [Página online]. Retirado de <https://www.airforcemag.com/article/0106storm/>.
- Debay, Yves; Green, M. (2003). *Operation Desert Shield: Prelude to Desert Storm* (2.a). Concord Publications Company.
- Demonte, V. (1992). Avoiding Fratricide: Is the Endgame Solution the Answer? *Journal of Electronic Defense*, n.o 15, pp. 34-36.
- Dilbert, J. C. (1994). Train do Deploy. *Military Review*, 74(5), 35.
- Doton, L. (1996). Integrating Technology to Reduce Fratricide. *Acquisition Review Quarterly*, Winter. [versão PDF]. Retirado de <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a487939.pdf>.
- Fontenot, G. (2017). *The 1st Infantry Division and the US Army Transformed. Road to Victory in Desert Storm. 1970-1991*. Columbia, University of Missouri Press.
- Fontenot, G. (2021). Gulf War Insights: Lessons from 30 years ago remain important. *Army Magazine*, 16-19.
- Gourley, S. R. (2011). Desert Shield/Desert Storm: The 20th Anniversary of The Gulf War. Some Lessons Learned From the Land War. 30-36.
- Holland, B. (2018). Operation Desert Storm. *History Vault*. [Página online]. Retirado de <https://www.history.com/news/history-vault-operation-desert-storm>.
- Horne, A. (1991). The Eve of Waterloo? *National Review*, 24-25.
- Jordan, D., Kiras, J. D., Lonsdale, D. J., Speller, I., Tuck, C., & Walton, C. D. (2016). *Understanding Modern Warfare*. Cambridge University Press.
- Lane, G. (2021). Shield Leads to Storm: Success in the Desert Supported by Earlier Innovations. *Army Magazine*, 20-22.
- Mackay, R. (1993). Army Hopes ID Device for Vehicles Will Cut Friendly Fire Deaths. *The Washington Post*, March 8, A-4.
- Micheletti, E., & Debay, Y. (1991). *Operation Desert Shield: The First 90 Days*. Widrow & Green.
- NATO. (2016). *AJP 3.2 – Allied Joint Doctrine for Land Operations*. Bruxelas: NATO.
- Nelan, B. W., & Dowell, W. (1990, December). Ready for Action (cover story). *Time Magazine*.
- O' Hanlon, M. E. (2001). CHAPTER 5: Rethinking Two-War Strategies. In *Revising the Two MTW Force Shaping Paradigm* (pp. 81-93). Strategic Studies Institute of the U.S. Army War College.
- Shubert, F. N., & Kraus, T. L. (1995). *The Whirlwind War*. Center of Military History United States Army.
- Stewart, R. W. (2010). *War in the Persian Gulf - Operations Desert Shield and Desert Storm: August 1990 - March 1991*. Center of Military History United States Army. Retirado de <http://books.google.com.br/books?id=2x8IhLAI4C>.
- Tucker-Jones, A. (2014). *The Gulf War: Operation Desert Storm 1990-1991*. South Yorkshire: Pen & Sword Military.
- United Nations. (1990). Security Council Resolution 678.
- US Army. (2019). *ADP 3-0 Operations*. Headquarters Department of the Army.
- US Army Center of Military History. (2000). *Commemorative Programs*. Retirado de <https://history.army.mil/reference/Commemoratives.htm>.

IV – A COMPONENTE AÉREA

Luís Miguel da Silva Resende Mouta
Major, Exército

Ricardo Miguel Ramos Bailote
Major, GNR

1. Introdução

O presente trabalho aborda a temática da componente aérea na Guerra do Golfo (1990 a 1991), numa retrospectiva de 30 anos passados sobre esse conflito.

De acordo com a doutrina atual da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), as funções combate conjuntas providenciam um enquadramento de referência consistente, de capacidades e atividades correlacionadas, agrupadas de forma a facilitar os comandantes a integrarem, sincronizarem e dirigirem as operações militares conjuntas²³.

Nesta óptica, a função combate conjunta “Manobra” visa obter uma posição de vantagem sobre o adversário que permita o emprego efetivo ou potencial de força sobre o mesmo, e que o leve à incapacidade de exercer resistência, focando-se na coesão do adversário, ao invés de simplesmente se focar na destruição de cada um dos seus elementos integrantes por um progressivo crescente de atrição (NATO, 2019, p. 1-21).

O Poder Aéreo, que se pode caracterizar como “a aptidão para usar capacidades aéreas para influenciar o comportamento de atores e o curso de eventos” (NATO, 2016, p.1-2), implica nos seus atributos distintivos de Altitude, Velocidade e Alcance, um emprego da componente aérea para o controlo e utilização do espaço aéreo, moldando toda a área de operações conjunta, permitindo a utilização das restantes componentes de forma otimizada, e sem interferência aérea proibitiva, podendo mesmo ser um pré-requisito para a condução das operações terrestres ou marítimas (NATO, 2019, p. 1-18).

O trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. Após a presente introdução, no segundo capítulo são abordados o planeamento e o emprego da componente aérea na Guerra do Golfo. No terceiro capítulo é apresentada uma perspetiva crítica sobre contributos e lições aprendidas. Por fim, no quarto capítulo são tecidas as conclusões resultantes dos assuntos abordados nos capítulos anteriores.

2. Emprego da Componente Aérea na Guerra do Golfo

2.1. Operação *Desert Shield*

Em dois de agosto de 1990, o Iraque invadiu o Kuwait. Receando que as forças iraquianas prosseguissem para a província oriental da Arábia Saudita, rica em petróleo, com o intuito de capturar as suas reservas. Estando o Kuwait sob controle militar iraquiano, uma Coligação liderada pelo Estados Unidos da América (EUA) priorizava uma defesa da Arábia Saudita (Grant, 2010).

Em reunião do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, realizada a quatro de agosto de 1990, os generais Schwarzkopf e Horner estabeleceram opções para o Presidente Bush, tornando-se claro que as primeiras escolhas teriam, necessariamente, de envolver o poder aéreo. As forças desta componente poderiam chegar ao terreno dentro de dias, em detrimento das forças terrestres que, para estabelecer

²³ A NATO considera oito funções conjuntas: (i) Manobra; (ii) Fogos; (iii) Comando e Controlo; (iv) Informações; (v) Atividades de Informação; (vi) Sustentação; (vii) Proteção da Força; (viii) Cooperação Civil-Militar (CIMIC).

uma ofensiva ou estabelecer uma defesa, necessitariam no mínimo de dezassete semanas (Keaney & Cohen, 1993, p. 33).

O General Horner informou que o emprego do poder aéreo consistia em ganhar superioridade aérea; interditar o ataque das forças inimigas; e defender os portos e as zonas da retaguarda. Simultaneamente, este General apresentou um plano para os casos em que fossem utilizadas armas químicas contra as forças dos EUA ou aliadas (Keaney & Cohen, 1993, pp. 33-34).

As duas opções iniciais foram delineadas em formato *air tasking orders* (ATO), nomeadamente, a "ATO de Punição" e "ATO do Dia D".

A ATO de Punição consistia num ataque de retaliação das forças da Coligação, de cariz ofensivo, em reação à utilização de armas químicas pelo Iraque. Esta opção englobava vários alvos económicos (relacionados com o petróleo e energia elétrica); militares (instalações *Nuclear, Biological, Chemical* [NBC]); e um alvo político²⁴. A "ATO do Dia D" baseava-se na possibilidade do Iraque invadir a Arábia Saudita, considerando-se como um emprego defensivo da componente aérea (Keaney & Cohen, 1993, p. 34).

Nestes termos, a seis de agosto de 1990, as autoridades americanas²⁵ reuniram-se com as congéneres sauditas, e em especial com o rei Fahd. Considerando a defesa do seu território, o rei rapidamente anuiu receber forças americanas com o objetivo de apoiar na defesa do seu território (Grant, 2010).

No seguimento, o Pentágono anunciou a operação *Desert Shield*, conduzida pelo Comando Central dos EUA (CENTCOM), sob o comando direto de Schwarzkopf, ficando Horner designado como comandante do CENTCOM²⁶ (Grant, 2010).

A oito de agosto de 1990, a região do Golfo assistiu à chegada das primeiras forças dos EUA²⁷ (Correll, 2006). Uma semana após a chegada das primeiras aeronaves, o transporte aéreo organizado continuava a garantir a chegada de mais recursos e meios militares, nomeadamente: aeronaves E-3 AWACS da Força Aérea (FA); caças F-15C; helicópteros MH-53J *Pave Low*; e petroleiros KC-135. Em poucos dias, as aeronaves-cisterna KC-10, RC-135 *Rivet Joint surveillance aircraft*, e F-117 caças furtivos foram instalados em bases, por toda a região do Golfo (Grant, 2010).

Em novembro, só a Força Aérea dos EUA tinha projetado para a região 700 aeronaves, e mais de 31.000 militares. Em janeiro de 1991, a força da Coligação era constituída por 540.000 tropas terrestres de 31 países²⁸ (Grant, 2010).

Após cinco meses de aglomeração de recursos e meios militares no terreno, com uma inflexão do carácter de capacidades defensivas para capacidades ofensivas, a força estava pronta para entrar em ação, aguardando para este efeito, ordem do Presidente americano.

²⁴ O palácio presidencial de Saddam Hussein.

²⁵ Os Generais Schwarzkopf e Horner e o Secretário da Defesa dos EUA Dick Cheney.

²⁶ Centro responsável pelas operações aéreas da força conjunta durante as operações *Desert Shield* e *Desert Storm*.

²⁷ Uma aeronave C-141 da Força Aérea dos EUA com um elemento de controlo de transporte aéreo, seguida de perto pelos F-15 e elementos da 82.ª Divisão Aérea do Exército dos EUA.

²⁸ No final da operação *Desert Shield* mais de 660.000 militares e 1.800 aeronaves de combate e apoio encontravam-se no teatro de operações.

2.2. Operação *Desert Storm*

A operação *Desert Storm* dividia-se em quatro etapas: (i) conduzir uma campanha aérea estratégica consubstanciada pelo plano *Instant Thunder*, que considerava como objetivo prevenir reforço das Forças Iraquianas no Kuwait; (ii) garantir superioridade aérea; (iii) incrementar as operações aéreas para reduzir a capacidade das forças terrestres iraquianas antes do ataque ao solo; e (iv) executar um ataque pelo solo em Kuwait (Keaney & Cohen, 1993, p. 38).

O Presidente Bush deu ordens ao General Schwarzkopf para iniciar a guerra após 15 de janeiro de 1991. O objetivo seria lançar uma campanha aérea decisiva que estabelecesse condições para as operações no terreno, com o mínimo de baixas (Grant, 2011).

Segundo o planeamento inicial, a campanha aérea compreendeu oito categorias principais de alvos: (i) comando, controlo e comunicações; (ii) instalações de comando; (iii) capacidades NBC; (iv) instalações de apoio militar (paióis de munições e infraestruturas logísticas); (v) infraestruturas de lança mísseis balísticos; (vi) energia elétrica; (vii) refinarias de petróleo; e (viii) pontes e instalações ferroviárias²⁹. A 26 de fevereiro de 1991 as categorias anteriormente mencionadas passaram de 295 para 535 alvos, fruto de um crescimento exponencial das informações (Keaney & Cohen, 1993, pp. 64-65).

A primeira fase da operação *Desert Storm* foi executada de 17 a 27 de janeiro de 1991. Durante o primeiro dia, a rede de comando e controlo de Saddam foi eliminada, tal como a ameaça da FA iraquiana - a maioria destruída e a restante retraída para o Irão -, resultando no desaparecimento da sua capacidade de montar uma resposta militar coerente.

Esta fase visava essencialmente destruturar a FA iraquiana, o seu sistema de defesa aérea, os sistemas de comunicações e a sua capacidade de produção de armas NBC, com a finalidade de destruir o centro de gravidade das FI (Correll, 2006). Nesta fase, as aeronaves de combate das forças da Coligação realizaram várias incursões sobre os principais aeródromos iraquianos, com a intenção de abater qualquer aeronave que descolasse.

Os *Tornados* britânicos atacaram as superfícies de descolagem em aeródromos iraquianos com sistemas de submunições tipo JP233, desenvolvidas com o propósito específico de inutilizar as pistas. Foram ainda lançados ataques sofisticados envolvendo drones e *high-speed antiradiation missiles* (HARM) contra Bagdade, e outras áreas, potenciados pelos radares teleguiados dos próprios *surface to air missiles* (SAM) (Keaney & Cohen, 1993, p. 58).

A segunda fase realizou-se entre 23 e 27 de janeiro de 1991. Destinava-se a suprimir as defesas antiaéreas iraquianas instaladas no Kuwait.

A terceira fase realizou-se de 27 de janeiro a 23 de fevereiro. Esta focava os ataques essencialmente contra as unidades terrestres iraquianas no Kuwait, com especial enfoque nas forças da Guarda Republicana de Saddam.

A campanha aérea prolongou-se assim por 38 dias, conforme planeado: primeiro os alvos estratégicos; depois a supressão da defesa aérea; e os ataques ao exército iraquiano para criar condições para a invasão terrestre.

Nesta senda, o poder aéreo destruiu “39% dos carros de combate (CC) iraquianos, 32% das viaturas blindadas de transporte de pessoal e 47% da artilharia” (Correll, 2006).

No conjunto das três primeiras fases, a potência aérea atingiu o objetivo de desgaste da força terrestre de Saddam, na ordem dos 50%. Assim, “entre 50% a 75% dos dois escalões da frente iraquianos

²⁹ Nos 43 dias de guerra, 15% dos alvos atingidos faziam parte dessas oito categorias.

no Kuwait foram vítimas ou feitos prisioneiros, embora o desgaste tenha sido menor para as divisões da Guarda Republicana” (Correll, 2006).

Durante a campanha aérea, as forças da Coligação realizaram um total de 11.610 ataques contra alvos considerados estratégicos (Putney, 2004, p. 351).

Foi durante a operação *Desert Storm* que o F-117 ganhou fama de avião furtivo, invisível ao radar e de elevada precisão. Estas capacidades potenciaram a sua penetração bem-sucedida sobre as defesas aéreas iraquianas e, por conseguinte, a utilização de munições guiadas por laser contra uma série de alvos-chave (Jordan et al., 2008, p. 279).

A campanha aérea não foi perfeita, sobretudo pela incapacidade em encontrar e eliminar os mísseis *Scuds*, apesar de fazer parte da lista de alvos e principais preocupações. Não obstante, o seu reduzido valor militar, as baixas que estes mísseis infligiram na Arábia Saudita, em Israel e no Bahrein, tiveram um grande impacto psicológico e emocional na população (Correll, 2006).

Durante a *Desert Storm*, a componente aérea abateu 33 aeronaves iraquianas³⁰, com apenas uma baixa no combate aéreo (Keaney & Cohen, 1993, p. 58).

Estavam reunidas as condições para o golpe final, dar-se-ia início à quarta fase: a ofensiva terrestre. Em simultâneo com os ataques aéreos, no dia 24 de fevereiro, às quatro horas da manhã, as forças terrestres da Coligação avançaram no flanco ocidental do deserto iraquiano (Correll, 2006).

No dia seguinte, os iraquianos já batiam em retirada e, apesar do sucesso da ofensiva, as forças da Coligação continuaram a destruir o maior número de carros de combate inimigos, inutilizando-os decisivamente. A 27 de fevereiro de 1991, na decisiva batalha de Medina Ridge, a Coligação atingiu uma divisão da Guarda Republicana, destruindo 60 CC T72. O embate durou uma hora. Em 28 de fevereiro estabeleceu-se o cessar-fogo. A ofensiva terrestre durou apenas quatro dias. Menos um do que o idealizado pelo General Schwarzkopf (Correll, 2006).

Em suma, as tecnologias que mais potenciaram o emprego desta componente foram: (i) a tecnologia furtiva, utilizada nos F-117 e nos mísseis cruzeiro, garantindo o elemento surpresa nos ataques contra as FI; (ii) as munições guiadas por laser, garantindo a uma elevada eficácia e precisão nos ataques; (iii) o reabastecimento das aeronaves pelo ar, facilitando a deslocação dos meios aéreos para a região, e a sua utilização em operações complexas; (iv) os HARM, permitindo a neutralização das defesas terrestres iraquianas³¹ e a Unidade de Telefone Seguro STU-III, que permitiu uma ligação constante e segura entre o poder político e os militares no terreno, garantindo uma maior eficiência na escolha de determinados alvos considerados estratégicos (Keaney & Cohen, 1993, pp. 223-234).

3. A Componente Aérea na Guerra do Golfo – Uma Perspetiva pós-30 anos

De acordo com o Major-General Rowayne Schatz Junior³², para além do destaque da importância na valência de mobilidade aérea na condução de operações desta envergadura, das dificuldades inerentes a esta projeção estratégica aérea neste conflito resultou a noção da necessidade de uma logística mais eficiente, conduzindo à introdução de sistemas de controlo e gestão de *stocks*, incluindo na atualidade o controlo e *tracking* de itens individuais³³ (Pawlyk e Swarts, 2016).

³⁰ 05 MiG-29s, 08 Mirage F-Is, 02 MiG-25s, 08 MiG-23s, 02 Su-25s, 04 MiG-21s, 03 Su-7/17s e 01 IL-76) e 05 helicópteros.

³¹ Artilharia antiaérea e outros mísseis terra-ar.

³² Segundo-comandante do “*Mobility Air Command*”.

³³ Segundo a mesma fonte, foram movimentados aproximadamente 472.000 efetivos e 465.000 toneladas de carga para o Golfo num período de oito meses.

Apesar do destaque comum no avanço tecnológico dos meios e munições empregues na campanha aérea, como destacam Cordesman e Wagner (1994, p. 484), a Guerra do Golfo ocorre num momento em que tanto as forças americanas como os restantes elementos da Coligação encontravam-se em transição tecnológica e perspetivando o avanço dos seus meios aéreos nos mais variados vetores.

A tecnologia empregue e disponível era já avançada, mas tinha lacunas. Um exemplo disso foram os sistemas de comando, controlo e informação. Nestes sistemas destacam-se dificuldades nas comunicações no teatro, conectividade entre meios aéreos, dificuldades para o reconhecimento, bem como na transmissão de imagens e *signal intelligence* (SIGINT) às unidades de combate.

As dificuldades e lacunas verificadas no emprego da componente aérea em proveito da manobra, implicaram uma subsequente preocupação de revisão da doutrina americana e da doutrina conjunta. Esta necessidade de revisão incidia na forma de potenciar a interoperabilidade, incluindo uma preocupação em desenvolver comunicações mais sofisticadas, e desenvolver a possibilidade de transmissão de dados em tempo real com disseminação digital que constitui hoje uma realidade comum.

O fator tecnológico também veio progressivamente alargar a utilização da componente aérea em operações noturnas. Hoje, os meios aéreos estão preparados com capacidade de visão noturna e qualificadas para esse tipo de operações (Pawlyk e Swarts, 2016).

As munições guiadas de precisão³⁴ foram uma das novidades neste conflito. Encontrando-se à data em fase experimental, estas munições obtiveram efeitos que superaram as expectativas, atingindo resultados satisfatórios. Embora com potencial inovador, centrado na destruição de infraestruturas e de outros objetivos, a sua utilização apenas representou cerca de 3,5% do total dos ataques concretizados. A maioria dos ataques foram conduzidos com recurso aos bombardeiros B-52 através de bombardeamentos massivos com os tradicionais explosivos *cegos* (Jornal de Notícias, 2003, p. 42-43).

Desde a Guerra do Golfo, o avanço do poder aéreo passou pelo contínuo desenvolvimento deste tipo de munições *inteligentes*.

A dimensão aeroespacial também teve igual destaque e importância, em concreto no suporte às operações em rede de satélites. Hoje é possível, com base na tecnologia disponível em meios e sistemas de comando e controlo, a utilização de plataformas aéreas não tripuladas na resposta militar nos mais variados teatros de operações (TO). Esta utilização tem uma aplicação efetiva de destaque não só no campo das informações, vigilância e reconhecimentos, em prol das operações conjuntas, mas também, e cada vez mais, um emprego ofensivo ar-terra.

Outra lição a retirar da operação *Desert Storm*, mais do que apenas “maior precisão”, foi a constatação de que a componente aérea conseguia atuar a distâncias de emprego seguro, fora do alcance de defesas antiaéreas adversárias. Este emprego dito em *stand-off*, onde as aeronaves F-117A *Stealth* se destacaram nas operações, abriu também caminho a outras soluções futuras, focadas na flexibilidade de emprego em “todo o tempo”, em “multifunções” e com maior letalidade (Cordesman e Wagner, 1994). Este tipo de emprego constitui-se um foco no desenvolvimento atual dos vetores de emprego aéreo, quer seja aeronaves como do respetivo armamento.

Por outro lado, em termos de conduta de operações, a utilização de um “controlo centralizado de todas as aeronaves operando no TO através da ATO, incluindo as aeronaves dos porta-aviões e dos US Marines, contribuiu decisivamente para a unidade de comando e para a eficácia” (Cruz, 2019, p. 212). Esta é uma realidade constante nas operações atuais, a par do desenvolvimento subsequente à Guerra do Golfo

³⁴ Estas também são apelidadas de “armas inteligentes”. Estas permitiam navegação orientada por satélite para o controlo de posição, permitindo no “guiamento terminal” - na fase terminal até o impacto - o visionamento de imagens, recolhidas e enviadas também por satélite.

de um processo mais desenvolvido de *targeting*, procurando uma eficiência nos resultados, face às ameaças e oportunidades, e encurtando significativamente os tempos de resposta.

O controlo do ar, e o bombardeamento estratégico, foram fundamentais para o desenrolar da Guerra do Golfo. A abordagem de operações baseada em efeitos – *effects-based approach* – concretizou sucesso visível das operações conjuntas e em prol da manobra e com um concreto efeito dissuasor psicológico no adversário.

O planeamento e execução através desta abordagem concretizou eficazmente um conceito de operações de “guerra paralela”. Este foi caracterizado pela aplicação simultânea de ataques num número elevado de alvos³⁵, focados em sistemas fulcrais do dispositivo adversário, procurando a paralisia e colapso da sua estrutura e do seu potencial militar. Tal conceito materializou, até à data, o maior número registado de ataques aéreos a alvos no decurso de uma campanha aérea na história militar, num tão curto espaço de tempo (Deptula, 2021).

Na curta campanha terrestre, mas decisiva, também foi importante o apoio da componente aérea na condução das operações no terreno. Esta componente, na operação *Desert Storm*, contabilizou a média de 400 a 550 saídas diárias para ataques ar-terra em apoio direto de forças amigas e na proximidade destas, ou seja, de apoio aéreo próximo. Destaca-se neste tipo de apoio o uso de aeronaves A-10 *Thunderbolt* por potenciar esse tipo de tarefa (Elsarelli, 1998).

4. Conclusões

A operação *Desert Shield* teve como desiderato proteger a Arábia Saudita de uma eventual invasão por parte das Forças Iraquianas, assegurando a proteção dos portos e aeroportos. Locais considerados estratégicos para garantir uma rápida projeção de novas forças no terreno.

Nestes termos, a componente aérea desempenhou um papel crucial devido ao reduzido tempo de prontidão e de projeção das forças, considerando a urgência identificada em posicioná-las e estabelecer uma posição defensiva.

A operação *Desert Storm* teve como propósito expulsar as Forças Iraquianas do Kuwait e capitular as suas forças armadas, degradando decisivamente a sua capacidade de resposta.

De acordo com o planeamento efetuado, a operação foi dividida em quatro fases. A componente aérea foi determinante nas três primeiras fases, nomeadamente, no ataque aos alvos estratégicos identificados, na supressão da defesa aérea, na garantia da superioridade aérea e, finalmente, nos ataques ao exército iraquiano com o objetivo de degradar as Forças Iraquianas e estabelecer condições para a hora H.

Neste contexto, importa relevar a quantidade de alvos identificados e atingidos no decorrer desta operação. Numa perspectiva histórica estes ataques bateram todos os recordes estabelecidos até então e que contribuíram para salvaguardar um dos quesitos elencados pelo Presidente dos EUA – o princípio da economia de forças, evitando um elevado número de baixas (por norma associado a manobras terrestres de grande escala), tornando a “guerra” menos negativa aos olhos da opinião pública em geral.

É de realçar ainda, a tecnologia utilizada durante a guerra que potenciou o emprego da componente aérea, determinante para o sucesso das operações desenvolvidas, principalmente nas fases I a III da *Desert Storm*.

³⁵ Por comparativo, ao longo de 1943 e no decorrer da Segunda Guerra Mundial, os bombardeiros aliados atacaram 123 complexos-alvo na Alemanha. Durante as primeiras 24 horas da operação *Desert Storm*, bombardeiros da Coligação atacaram 148 complexos-alvos (Olsen et al., 2015, p. 83).

A utilização de vetores com alta tecnologia militar, no âmbito da componente aérea, teve uma extraordinária importância no desenrolar dos acontecimentos, a par da aplicação decisiva, conjugada e complementar das restantes componentes.

O resultado do bombardeamento massivo inicial, bem como da contínua pressão do poder aéreo ao longo do conflito, permitiram às forças da Coligação reduzir substancialmente a atrição às suas forças terrestres na condução das suas operações, mitigando, não só o potencial militar adversário, e o seu sistema global, mas também exercendo desta forma um significativo efeito psicológico.

A função conjunta da manobra – componente aérea – na Guerra do Golfo teve um papel fundamental, com carácter inovador, desde logo no seu planeamento, que implicou a aplicação de força sobre os centros de gravidade do adversário, concentrando-se nos efeitos a atingir nesse mesmo adversário, procurando a paralisia do seu sistema como um todo, ao invés de apenas se concentrar em ataques sequenciais de atrição sucessiva.

Referências Bibliográficas

- Cordesman, A. H., Wagner A. R. (1994). Lessons of the Gulf War: 1990-1991. [Página online]. Retirado de <https://www.csis.org/programs/burke-chair-strategy/lessons-war/gulf-war>
- Correll, J. T. (2006). The Strategy of Desert Storm. Air Force Magazine. [Página online] Retirado de <https://www.airforcemag.com/article/0106storm/>
- Cruz, A.S.P. (2019). 100 Anos do Poder Aéreo – A história da Aviação Militar, Coleção “Ares”, 27. Lisboa: Instituto Universitário Militar [IUM]
- Deptula, D. (2021). Desert Storm at 30: Aerospace Power and the U.S. Military. [Página online] Retirado de <https://warontherocks.com/2021/03/desert-storm-at-30-aerospace-power-and-the-u-s-military/>
- Elsarelli, E. L. (1998). From Desert storm to 2025: Close Air support in the 21ST Century. Alabama: Army Command and Staff College - Air University
- Grant, R. (2010). Desert Shield. Air Force Magazine. [Página online] Retirado de <https://www.airforcemag.com/article/0810desert/>
- Grant, R. (2011). Desert Storm. Air Force Magazine. [Página online] Retirado de <https://www.airforcemag.com/article/0111storm/>
- Jordan, D., Kiras, J. D., Lonsdale, D. J., Speller, I., Is, C. T., & Walton, C. D. (2008). Understanding Modern Warfare. In Journal of Chemical Information and Modeling (Vol. 53, Issue 9). Cambridge: Cambridge University Press.
- Jornal de Notícias. (2003). Grandes Batalhas da História Universal – Golfo 1991. Matosinhos: QuidNovi - Edição e Conteúdos
- Keaney, T. A., & Cohen, E. A. (1993). Gulf War Air Power Survey Summary. Washington: United States Government.
- NATO. (2016). AJP-3.3 Allied Joint Doctrine for Air and Space Operations. Edition B. Version 1
- NATO. (2019). AJP-3 Allied Joint Doctrine for the Conduct of Operations. Edition C. Version 1
- Pawlyk O., Swarts P. (2016). 25 years later: what we learned from Desert Storm. [Página online] Retirado de <https://www.airforcetimes.com/news/your-air-force/2016/01/21/25-years-later-what-we-learned-from-desert-storm/>
- Putney, D. T. (2004). Airpower Advantage Planning the Gulf War Air Campaign 1989-1991. Washington D.C.: Library of Congress

V – A COMPONENTE DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Albino José Pinheiro de Jesus
Major, Exército

João Paulo Ferreira Lourenço
Tenente-Coronel, Força Aérea

Pedro Miguel Falcão Raposo
Major, GNR

1. Introdução

Três décadas passaram desde a aprovação da lei Goldwater-Nichols do *Department of Defense* (DoD) *Reorganization Act* de 1986, dos Estados Unidos da América (EUA). Esta lei, entre outras alterações, promoveu a reorganização da cadeia de comando, passando a ser mais direta, entre os comandantes operacionais e o secretário de defesa até ao presidente (Marquis, Dye, & Kinkead, 2017, p. 76). Simultaneamente, introduziu o conceito de atuação Conjunta, limitando dessa forma as Forças a uma função administrativa e organizacional de provedores de força.

A lei Goldwater-Nichols foi colocada à prova na Guerra do Golfo, por via das duas grandes operações *Desert Shield* e *Desert Storm* que ocorreram entre 02 de agosto de 1990 e 28 de fevereiro de 1991 (Britannica, 2021).

O objetivo da *Desert Shield* era evitar uma possível invasão da Arábia Saudita pelo Iraque e preparar as forças americanas para a execução da segunda operação – a *Desert Storm* –, caso o Iraque não cumprisse o prazo de retirada do Kuwait determinado pela Organização das Nações Unidas (ONU) (Crook, 1991).

Por seu lado, a finalidade da *Desert Storm* era repelir as forças iraquianas do Kuwait, restabelecendo a soberania do mesmo e diminuir a atitude expansionista e imperialista do Iraque (History.com Editors, 2009).

Para o efeito os EUA constituíram e lideraram uma coligação que integrou militares de quase 50 nações (Joint Chiefs of Staff [JCS], 1997), incluindo 53.457 do Reino Unido (Crook, 1991). De relevar, que a articulação desta coligação veio consolidar a doutrina Conjunta que vinha a ser desenvolvida e foi implementada pelo exército dos EUA (Alves, 2016, p. 1).

As Forças de Operações Especiais (FOE) projetadas neste conflito revelaram-se fundamentais, principalmente a nível estratégico, tal como atesta a ação direta à ameaça de utilização por parte do Iraque dos sistemas de mísseis SCUD, que poderia levar Israel a entrar no conflito e afetar a coesão e os objetivos da coligação internacional (Rosenau, 2001).

Por conseguinte, o objetivo do presente estudo passa por analisar o emprego da Componente de Operações Especiais na Guerra do Golfo, procurando efetivar uma retrospectiva de evoluções doutrinárias e organizacionais na referida Componente e na doutrina de Forças Conjuntas, nos EUA, que tiveram implicações evolutivas dessa componente na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Nessa senda, levou-se a cabo pesquisa bibliográfica e entrevistas exploratórias com oficiais portugueses de Operações Especiais, que permitiram direcionar o esforço de investigação sobre a temática em questão.

O trabalho está organizado em cinco capítulos. Após a presente introdução, no segundo capítulo apresenta-se o enquadramento conceptual e doutrinário. No terceiro capítulo tem lugar a análise da Componente de Operações Especiais na Guerra do Golfo (1990-1991) ao nível do seu emprego e da evolução que se verificou. No quarto capítulo apresenta-se uma retrospectiva das lições identificadas e no quinto as conclusões.

2. Enquadramento Conceptual e Doutrinário

A Guerra do Golfo decorreu fora do âmbito da OTAN, como uma coligação de forças militares, cuja *lead nation* conforme já referido era os EUA. Por esse facto, releva-se a importância de aportar ao corpo de conceitos a definição de Força Conjunta, que se entende por uma força composta por elementos, designados ou integrados, de dois ou mais órgãos militares operando sob um único comandante de Força Conjunta (JCS, 2021, p. 1).

No caso da Guerra do Golfo, sobre o comando do General Norman Schwarzkopf, foram desenvolvidas operações combinadas cujo termo, identifica duas ou mais forças de dois ou mais aliados, sendo as suas ações militares conduzidas por forças combinadas (JCS, 2021, pp. 40, 119).

Torna-se ainda necessário recorrer à definição da Função Conjunta de combate Movimento e Manobra para consolidar o emprego das FOE, a nível conjunto ou combinado. Assim, está relacionada com as “tarefas e sistemas que movem empregam forças para alcançar uma posição de vantagem relativa sobre o inimigo e outras ameaças”, sendo o efeito surpresa um fator decisivo, só garantido por estreita coordenação entre movimento e apoio de fogos, sendo uma das tarefas associadas conduzir reconhecimento e vigilância (US Army, 2017, p. 2-41).

Constituindo-se as FOE como uma Componente do sistema de Forças Conjuntas, revela-se de todo pertinente abordar a base da “Teoria das Operações Especiais” do incontornável Almirante William McRaven em 1993. Esta teoria serviu de alavanca para a reorganização e desenvolvimento destas Forças, não só nos EUA, mas também no seio da OTAN.

Segundo McRaven (1993, p. 3), as Operações Especiais eram conduzidas por forças especialmente treinadas, equipadas e apoiadas para alcançar objetivos militares, políticos, económicos ou psicológicos, por via de meios não convencionais em áreas hostis, ou em áreas politicamente sensíveis. Para esse efeito, o referido autor, através da análise de situações históricas, pretendeu demonstrar que aplicando determinados princípios³⁶, seria possível alcançar a superioridade relativa através de uma força atacante de menor dimensão, obtendo vantagem decisiva sobre as forças opositoras de maior dimensão ou com melhores defesas (McRaven, 1993, p. 2).

Desse modo e tendo em consideração a doutrina atual dos EUA e da OTAN, é de relevar a natureza intrínseca Conjunta e/ou Combinada que as FOE possuem. Decorrente da interdependência e integração com unidades de Operações Especiais terrestres, marítimas e aéreas e pelo facto de serem projetadas com estrutura de Comando e Controlo, esta componente facilita a integração e a coordenação das operações no seio da Força Conjunta (JCS, 2014, p. 5; NATO, 2019, p.1). Por forma a prosseguir a senda de enquadramento concetual, no Quadro 1 consta uma comparação das definições e principais atividades associadas às FOE no seio da doutrina dos EUA e da OTAN.

³⁶ Derivavam dos princípios da guerra e deviam ser tidos em conta durante o planeamento, preparação e execução de uma operação: i) simplicidade, ii) segurança, iii) repetição, iv) surpresa, v) rapidez; vi) propósito (McRaven, 1993, pp. 11-12).

Quadro 1 – Resumo concetual de Operações Especiais dos EUA e OTAN

	EUA	OTAN
Definição	“[...] ações militares, diretas ou indiretas, focadas na concretização de objetivos estratégicos ou operacionais [através] de pessoal especializado equipado e com recurso a táticas que extravasam as usadas pelas forças convencionais [...]” (Alvarez et al., 2015, p. 1) e que são “[...] conduzidas em ambientes hostis, política ou diplomaticamente sensíveis [sendo uma das características] atuar clandestinamente ou encoberto (JCS, 2014, p. ix).	“[...] atividades militares conduzidas por forças especialmente organizadas, treinadas e equipadas, usando técnicas e modos de emprego diferenciados [que] podem ser conduzidas num largo espectro de operações militares, de forma independente ou com forças convencionais [podendo] exigir operações clandestinas, que comportam um risco político e militar, não associado a intervenções com forças convencionais [...]” (NATO, 2019, p. 1).
Principais atividades	“Ação Direta; Reconhecimento Especial; Contraterrorismo; Guerra não Convencional; Assistência Militar; Resgate de cidadãos; Contrainsurgência; Assistência Humanitária internacional; Operações de apoio de informações militares; Operações de assuntos civis.” (JCS, 2014, p. ix).	“Assistência Militar; Reconhecimento Especial; Ação Direta” (NATO, 2019, p. 7).

3. A Componente de Operações Especiais na Guerra do Golfo (1990-1991)

3.1. Emprego das Operações Especiais

A Guerra do Golfo proporcionou uma oportunidade para as FOE, não obstante as rivalidades que persistiam entre as operações convencionais e as Operações Especiais, assim como, uma falta de conhecimento geral no seu emprego e de confiança nas opções alternativas que ofereciam. O resultado final foi o uso muito limitado dessas forças e, às vezes, até incorreto, o que acabou frustrando as expectativas do novo Comando de Forças Especiais dos EUA (USSOCOM) (Rodríguez, 2015).

O destacamento de 7000 militares de operações especiais, foi o maior da história concentrado numa única região (Adams, 1998, p. 232; S. Marquis, 1997, p. 228). Até então, as FOE eram utilizadas para apoio das forças convencionais, tal como, durante a libertação do Kuwait (Cordesman, 1997, p. 836; Tucker & Lamb, 2019, p. 159).

O Comandante da operação, o General Schwarzkopf, não tinha confiança suficiente nas unidades de Operações Especiais, considerando um *"waste of time and resources"* (Adams, 1998, p. 232; Smith, 2011, p. 172). Esta opinião acerca das FOE decorre do mau relacionamento que ele mantinha com o chefe da USSOCOM, General Steiner (S. Marquis, 1997, p. 231), rejeitando inclusive uma proposta deste para realizar "uma campanha agressiva de guerra não convencional" para libertar o Kuwait (S. Marquis, 1997, p. 231).

Segundo Rodríguez (2015), a má relação de Schwarzkopf com o General Wayne Downing, chefe do Comando Conjunto de Operações Especiais (JSOC), acabou por limitar a participação dos Boinas Verdes e dos SEALs³⁷ em ações independentes e, posteriormente, o seu afastamento das operações.

As unidades com a designação *"Special Operations Capable"* eram equipas de combate de armas combinadas flexíveis treinadas, equipadas e organizadas para realizar operações anfíbias especiais: ataques anfíbios diurnos/noturnos; ataques a objetivos limitados; evacuações não combatentes; demonstração de operações de força; operações de reforço; operações de segurança; missões de equipas de formação móvel; assuntos civis; operações de fraude; coordenação de apoio a incêndios; contraespionagem; orientação inicial terminal; guerra eletrónica; recuperação tática de aeronaves e pessoal; operações de recuperação

³⁷ FOE da Marinha dos EUA.

clandestina; operações militares em terrenos urbanos; demolições especiais; e in extremis resgate de reféns (Brown, 1998).

Schwarzkopf assegurou-se de fazer passar a ideia de que o emprego das FOE não fosse fácil. Muitas das missões acabaram por serem descartadas, e outras devido ao peso excessivo de limitações e obstáculos acabaram no fracasso (Simmons & Basilici, 2004, p. 74; S. Marquis, 1997, p. 231). Durante a campanha Schwarzkopf restringiu o emprego das FOE a quatro missões padrão: apoio à campanha da coligação; reconhecimento especial; assistência às forças de segurança locais; e *Combat Search and Rescue* (CSAR) (S. Marquis, 1997, p. 238; Adams, 1998, p. 234).

Parte do poder decisivo que a componente aérea teve na operação *Desert Storm* foi o contributo do Comando Central de Operações Especiais da Força Aérea (AFSOCCENT), através do seu Comando de Operações Especiais da Força Aérea (AFSOC) que durante a operação *Desert Shield* conduziu primariamente as missões de CSAR em coordenação com o centro de operações das Operações Especiais (Bergeron, 2001).

Algumas das missões realizadas pelas FOE foram: a neutralização de radares (Bergeron, 2001); a utilização de um MH-53J modificado para libertar o embaixador dos EUA na cidade do Kuwait (Leyden, 1997); o controlo de um navio iraquiano (Al Wasitti and Tadmur), através de helicópteros (Brown, 1998); o apoio ao plano de decesso com ações ao longo da costa do Kuwait para promover a crença de que existiriam operações anfíbias entre Mina Saud e Ras Al Qulayah (Quilter, 1993); a procura e destruição de mísseis SCUD que tinham como alvo Israel (Rodríguez, 2015).

Estas e outras missões similares, tornam evidente a economia de forças das FOE, ou seja, capaz de produzir resultados de grande valor político, como a neutralização dos mísseis SCUD, o resgate de um embaixador, o controlo de um navio, entre outras, com tão pouco envolvimento logístico e económico. Este é o valor agregado real que a contribuição das FOE traz para todas as forças armadas (Rodríguez, 2015).

No entanto, a missão mais relevante durante o conflito foi a assistência às forças de segurança locais, no qual Schwarzkopf hipotecou a maior parte dos recursos de operações especiais (Cordesman, 1997, p. 833; S. Marquis, 1997, p. 232).

3.2. Evolução

As razões por detrás da evolução com vista à utilização desta valência foram de natureza política, como foram há trinta anos atrás, com a reforma da defesa dos EUA através da referida lei Goldwater-Nichols de 1986. Em suma, um processo de inovação militar revolucionária evidenciado no aumento quantitativo de forças e orçamentos, bem como no crescimento qualitativo de posições militares de responsabilidade e de operadores permanentemente destacados envolvidos em operações especiais. Mas também revolucionário porque a escolha da alternativa oferecida pelo uso dessas forças significou uma melhoria substancial na forma de operar e lutar. Esta alternativa não havia sido especialmente valorizada até aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 (Rodríguez, 2015, p. 371).

As FOE têm sido uma parte essencial dos esforços de resposta global do DoD americano. Essas forças não têm servido apenas como forças de contingência e de resposta a crises, mas como um elemento ímpar equipado, treinado e organizado para realizar operações de grande importância na esfera política ou em ambientes de alta sensibilidade devido ao risco que representam os ataques ao adversário (U.S. Government Accountability Office, 2005).

O DoD observou repetidamente a importância do papel das FOE para atingir os objetivos de segurança nacional e indicou que essas forças continuarão a desempenhar um papel crítico no apoio à sua

estratégia. Um exemplo recente é a Revisão Quadrienal de Defesa de 2014, estabelecendo que o investimento em FOE é apoiado pela necessidade de manter operações contra redes terroristas, combater outras ameaças transnacionais e fortalecer a capacidade das forças de segurança da nação parceira (Department of Defense, 2014).

Segundo Lindsay (2013), infelizmente foram os ataques de 11 de setembro de 2001 que promoveram a transformação do USSOCOM. Muitas dessas transformações foram beneficiadas por tecnologias e conceitos, bem como com questões doutrinárias associadas à *Revolution in Military Affairs*, que teve início na década de 90 (Lindsay, 2013).

Dessa forma, pode-se assumir que o pós 11 de setembro de 2001 se constitui como ponto de viragem para uma nova era das FOE, muito impulsionada pelos esforços acometidos pelos EUA no combate global ao terrorismo, promovendo no seio da OTAN e seus países membros e aliados, o desenvolvimento das suas FOE (Moon, 2018).

Rumsfeld (2002, p. 25) referiu que as FOE seriam uma componente necessária à preparação dos EUA para “uma longa guerra contra o terrorismo”. Este facto não só marcou um aumento significativo de forças, quase 30% a atingir nos quatro anos seguintes, mas também um aumento no treino de forças convencionais em operações irregulares, tipo contrainsurgência, operações de estabilização, aliviando assim o fardo das FOE “para tarefas mais especializadas e exigentes, especialmente operações secretas e indiretas de longo prazo em áreas com acesso não autorizado e cenários politicamente sensíveis” (Rumsfeld, 2002, p. 25). Além disso, o “*Report of the 2006 Quadrennial Defense*” estabeleceu que para ações diretas, as FOE possuiriam uma capacidade cada vez mais orgânica de localizar, identificar e perseguir indivíduos perigosos e outros alvos de alto valor em todo o mundo (DOD, 2006, p. 44).

Segundo Rodríguez (2015, p. 403), as FOE dos EUA cresceram de cerca de 5.000 em 2001 para cerca de 13.000 militares em 2011, um aumento de aproximadamente 160%. Outro passo significativo no desenvolvimento das FOE em termos de importância surgiu em 2006, quando o JSOC, foi requalificado e evoluiu de general ou almirante de duas estrelas para três, conferindo mais autoridade e influência ao lidar com outras autoridades militares. Este, não foi um evento isolado, o aumento exponencial de generais e almirantes das FOE em posições de alta responsabilidade vinha ocorrendo desde 2001. Em dez anos passou de cerca de uma dúzia para aproximadamente 70 generais, muitos dos quais, com grande responsabilidade e acesso às autoridades políticas (Robinson, 2013, p. 4).

Posteriormente, o USSOCOM poderia planejar e executar as suas próprias missões, desde que o Secretário de Defesa e, se necessário, o próprio Presidente autorizasse. Esta mudança deu à USSOCOM uma margem de manobra considerável. As cadeias de comando foram achatadas, mais simples e passaram diretamente da chefia do USSOCOM para o Secretário da Defesa, sem ter de passar pelos Comandos Unificados regionais. Desta forma, as decisões eram mais rápidas, evitando a contaminação dos processos decisórios pelo truque da desaceleração burocrática, consequência da competição entre exércitos, comandos ou outros interesses pessoais ocultos (Rodríguez, 2015, p. 400).

Segundo Rodríguez (2015, p. 417), o uso de FOE durante os primeiros 15 anos do século XXI, no continente africano estabeleceu novas teorias que identificam e explicam quais os recursos a utilizar e como deve ser realizado o planeamento das operações militares para que sejam eficazes e bem-sucedidas.

4. Retrospectiva das Lições Identificadas

Trinta anos após o conflito, o veredicto sobre a capacidade Conjunta utilizada na Guerra do Golfo é agora mais evidente. Em parte, pelo facto dos EUA não conseguirem replicar o sucesso das operações em

confrontos subsequentes (Quinn, 1999, p. 52-53). A atuação Conjunta entre as Forças, não podendo ser encarado como fator decisivo na vitória da coligação na Guerra do Golfo, teve um realce positivo. A superioridade das forças da coligação sobre as forças iraquianas era tão abrangente que, por si só, era suficiente para atingir os objetivos da missão. A coligação estava mais bem equipada, mais bem treinada e mais bem comandada do que os iraquianos. Não obstante, a articulação Conjunta, não foi de todo um fator positivo durante a operação, tal como foi já referido.

As forças dos EUA estão hoje muito mais próximas de compreender todas as possibilidades da capacidade Conjunta. Neste sentido, e depois de vários anos de grandes operações de combate no Médio Oriente (Marquis et al., 2017, p. 77), William Odom e Christopher Hayes (2014, p. 123) referem que “[...] *America’s Armed Forces work together more often than at any time [...] Their success over the last decade of war has cemented the power of “jointness” in accomplishing military objectives*”.

Como exemplo desses desenvolvimentos doutrinários da atuação Conjunta, destaca-se a existência de elementos de ligação entre as FOE e as outras componentes, permitindo solucionar muitos problemas e reforçar os fogos, quer aéreos quer terrestres (US Army, 1991) e que em muito contribuiu para o sucesso das operações.

Pode-se avogar que somente com tempo e empenhamento em operações contínuas, contribuem decisivamente para a atuação Conjunta, das várias componentes.

5. Conclusões

A Guerra do Golfo de 1991 serviu para provar as capacidades e dinâmicas da atuação Conjunta das várias componentes, com particular enfoque para o Comando das FOE, criado no final da década de oitenta, com a finalidade de organizar a forma como as FOE eram utilizadas no combate, não só dos EUA, mas também dos seus aliados.

O arranjo e a forma como as Operações Especiais contribuíram diretamente para a prossecução de objetivos estratégicos associados à coesão da aliança que os EUA lideraram contra a invasão do Kuwait por parte das forças de Saddam Hussein, contribuiu para o seu prestígio e afirmação, especialmente em ambiente conjunto e combinado, em prol dos objetivos da força.

Com base neste conflito, que muda o *mindset*, demonstra-se que pequenas unidades constituídas por um reduzido número de elementos podem realizar operações contra objetivos com influência estratégica no conflito. Apoiando-se nos ensinamentos da Guerra do Golfo, o Almirante McRaven conduz os seus estudos e reflexões que alteraram a forma de emprego das Operações Especiais pelos EUA e concomitantemente pelos seus aliados, extensível até ao seio da OTAN.

Vale a pena referir que é esta mudança de paradigma de grandes unidades robustas, para grupos pequenos de indivíduos, que vai permitir todo o desenvolvimento que a componente de Operações Especiais vem a desempenhar no pós 11 de setembro de 2001, com a intervenção de pequenas unidades em apoio à conquista de objetivos estratégicos que se viu, por exemplo, no Afeganistão.

A guerra ao terrorismo, precursora das operações de contrainsurgência, conduzida pelos EUA e aliados, no pós 11 de setembro, seria muito diferente se não se tivessem retirado ensinamentos da utilização da componente de Operações Especiais em prol das operações “*Desert Shield*” e “*Desert Storm*”, como foi possível compreender, em particular no que a estrutura de comando e controlo diz respeito, com recurso a cadeias de comando mais diretas entre os níveis estratégico e tático.

Referências Bibliográficas

- Adams, T. K. (1998). *US Special Operations Forces in Action: The Challenge of Unconventional Warfare* (1st Edition). New York: Routledge.
- Alvarez, J., Nalepa, R., Wyan, A.-M., & Zimmerman, F. (2015). *Special Operations Forces Reference Manual*. (4th Edition). Florida: Joint Special Operations University.
- Alves, A. J. S. (2016). Operação “Desert Shield and Desert Storm” (1990-1991). (Trabalho de Aplicação Individual do CEMC 15/16). Instituto Universitário Militar [IUM]. Lisboa.
- Bergeron, R. (2001). *Desert Shield/Desert Storm. Air Force Special Operations Command in the Gulf War*. Florida. Headquarters Air Force Special Operations Command.
- Britannica, T. E. of E. (2021, Janeiro 9). Persian Gulf War. [Página online]. Retirado de <https://www.britannica.com/event/Persian-Gulf-War>
- Brown, R. J. (1998). *U.S. Marines in the Persian Gulf, 1990-1991 with Marine Forces afloat in Desert Shield and Desert Storm*. Washington, D. C.: History and Museums Division - US Marine Corps.
- Cordesman, A. H. (1997). *The Lessons Of Modern War, Volume Iv: The Gulf War* (1st Edition). Routledge.
- Crook, P. J. (1991). *What Was the Gulf War? - Art Other Mother’s Sons*. Imperial War Museums.
- Department of Defense. (2006). *Quadrennial Defense Review 2006*. Washington DC: Secretary of Defense.
- Department of Defense. (2014). *Quadrennial Defense Review 2014*. Washington DC: Secretary of Defense.
- History.com Editors. (2009). President George H.W. Bush orders Operation Desert Shield. [Página online]. Retirado de. <https://www.history.com/this-day-in-history/bush-orders-operation-desert-shield>
- Joint Chiefs of Staff. (1997). *Joint Military Operations Historical Collection*. Washington,D.C.: Joint Chiefs of Staff. Washington
- Joint Chiefs of Staff. (2014). *Joint Publication 3-05: Special operations*. Washington,D.C.: Joint Chiefs of Staff.
- Joint Chiefs of Staff. (2021). *DOD Dictionary of Military and Associated Terms*. Washington DC: Department of Defense.
- Leyden, A. (1997). *An After action Report Gulf War Debriefing Book*. Oegon: Hellgate Press.
- Lindsay, J. R. (2013). Reinventing the Revolution: Technological Visions, Counterinsurgent Criticism, and the Rise of Special Operations. *Journal of Strategic Studies*, 36(3), 422–453.
- Marquis, C. G., Dye, D., & Kinkead, R. S. (2017). The Advent of Jointness During the Gulf War: A 25-Year Retrospective. *Joint Force Quarterly*, 85, 76–83.
- Marquis, S. (1997). *Unconventional Warfare: Rebuilding U.S. Special Operation Forces*. Brookings Institution Press.
- McRaven, W. (1993). *The Theory of Special Operations*. (Thesis sbmitted for the degree of Master of Arts in National Security Affairs). Naval Postgraduate School. Monterey - CA.
- Moon, M. (2018). *NATO Special Operations Forces in the Modern Security Environmet*. Draft Report for the NATO Parliamentary Assembly. NATO PA.
- NATO. (2019). *AJP-3.5 Allied Joint Doctrine for Special Operations* (Ed. B Ver1). (Edition B, Version 1). Bruxelas: NATO Standardization Office.
- Odom, W., & Hayes, C. D. (2014). *Cross-Domain Synergy Advancing Jointness*. National Defense University Press, 73(2nd quarter), 123–128.
- Quilter, C. (1993). *U.S. Marines in the Persian Gulf, 1990-1991. With the I Marine Expeditionary Force in Desert Shield and Desert Storm*. Washington, D. C.: History and Museums Division - US Marine Corps.

- Quinn, D. J. (1999). *The Goldwater-Nichols DOD Reorganization Act: a ten-year retrospective*. Washington DC: National Defense University Press.
- Robinson, L. (2013). *The Future of U.S. Special Operations Forces*. (Council Special Report n.o 66). New York: Council on Foreign Relations.
- Rodríguez, R. (2015). *Procesos de innovación militar en el empleo de la fuerza de operaciones especiales de Estados Unidos desde 2001 hasta 2015*. (Tesis Doctorado «Análisis y Estudios de Seguridad»). Universidad de Granada [UGR]. Granada.
- Rosenau, W. (2001). *Special Operations Forces and Elusive Enemy Ground Targets*. Santa Monica, CA: RAND Corporation.
- Rumsfeld, D. H. (2002). *Transforming the Military*. *Foreign Affairs*, 81(3), 20–32.
- Simmons, J. L., & Basilici, S. P. (2004). *Transformation: A Bold Case for Unconventional Warfare*. (Master of Science in Defense analysis) Naval Postgraduate School: Monterey.
- Smith, M. (2011). *Killer Elite: Completely Revised and Updated: The Inside Story of America's Most Secret Special Operations Team* (2nd Ed.). St. Martin's Griffin.
- Tucker, D., & Lamb, C. J. (2019). *United States Special Operations Forces* (2nd Ed.). Columbia University Press.
- U.S. Government Accountability Office. (2005). *Military Transformation Actions Needed by DOD to More Clearly Identify New Triad Spending and Develop a Long-term Investment Approach*. Report to the Subcommittee on Strategic Forces, Committee on Armed Services, House of Representatives. Washington: Autor.
- US Army. (1991). *Air assault in the Gulf. An interview with MG J. H. Binford Peay, III Commanding General, 101st Airborne Division (Air Assault)*. This. Washington, D. C.: US Army Center of Military History.
- US Army. (2017). *FM 3-0 Operations*. Washington DC: Department of the Army.

VI – O TARGETING CONJUNTO

Luís Filipe Pratas Quinto
Major, Exército

Ernesto António de Jesus Alves
Capitão-Tenente, Marinha

Pablo Vázquez Edo
Major, Exército Espanhol

1. Introdução

A Guerra do Golfo é considerada como um caso de estudo da aplicação de doutrina conjunta numa guerra convencional, tendo servido de base para o seu estudo e evolução (Hunter, 1994, pp. 23-24). A *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) considera a *targeting* um processo de seleção e priorização de alvos, associando a estes uma resposta adequada, tendo em conta os requisitos e capacidades operacionais (NATO, 2019, p. 127).

Este processo liga as orientações e direção do nível estratégico com atividades táticas através do ciclo de *targeting* a nível operacional, de forma sistémica e focada, para criar efeitos específicos, de modo a alcançar objetivos militares e o estado final desejado (NATO, 2016, p. 1.1). A sua implementação tem-se revelado complexa, desde a 2.^a Guerra Mundial, devido a dificuldades de coordenação (Hunter, 1994, pp. 7-9). Torna-se assim essencial o estudo da aplicação do *targeting* conjunto durante a Guerra do Golfo, permitindo retirar ilações e lições aprendidas.

O objeto de estudo definido para este trabalho é o *targeting* conjunto durante a Guerra do Golfo, sendo este limitado às ações decorridas entre 1990 e 1991 – ações desenvolvidas pelos países participantes na coligação formada no contexto deste conflito –, na região do Golfo Pérsico. O trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos, iniciando com uma breve introdução ao tema, uma síntese do enquadramento metodológico e a apresentação da estrutura do trabalho. Segue-se a descrição do processo de *targeting* NATO, sendo o terceiro capítulo relativo à descrição do modo de implementação do processo de *targeting* durante a Guerra do Golfo. O quarto capítulo apresenta uma breve análise das implicações associadas às decisões tomadas durante o conflito, no tocante ao objeto de estudo, cessando o trabalho com a exposição das conclusões mais relevantes, limitações e propostas de desenvolvimento futuro.

2. O Processo de Targeting da NATO

No campo do emprego de forças militares, o processo de *targeting* abrange as atividades que visam, adequar meios, cinéticos e não-cinéticos, de forma sistemática, que devem influenciar determinados alvos selecionados, com vista a atingir os efeitos desejados, que podem ser, letais ou não-letais (Laranjo, 2010, p. 6; NATO, 2016, pp. 1.6-1.7).

Este processo é enquadrado no âmbito legal através da legislação internacional, complementada pelas leis das nações participantes, orientando a condução das operações, impondo limites nas decisões e ações de emprego do *targeting*. Como exemplo, a Lei dos Conflitos Armados (LOAC) impõe alguns princípios quanto ao emprego do *targeting*, nomeadamente: 1) a necessidade militar, que justifica o seu uso; 2) a humanidade, de modo a evitar o sofrimento; 3) a distinção, quanto à legitimidade; e 4) a proporcionalidade, de modo a evitar danos colaterais (NATO, 2016, pp. 1.7-1.8).

O processo de planeamento, obedece ao ciclo de *targeting* conjunto, como uma função de comando, que visa: 1) a determinação dos efeitos necessários para alcançar os objetivos do comandante; 2) a

identificação das ações necessárias para as criar, com base nos meios disponíveis; 3) a seleção e priorização de alvos; 4) a sincronização de capacidades, e; 5) a avaliação da eficácia cumulativa, incrementando eventuais medidas corretivas, caso tal seja necessário (NATO, 2016, p. 1.1).

O ciclo de *targeting* está organizado em seis fases, de acordo com a doutrina da NATO (2016, p. 1-14) (Figura 1), aplicando-se tanto a métodos dinâmicos como deliberados. Este ciclo foca-se nas opções do *targeting* sob os objetivos do *Joint Force Commander* (JFC) para as operações, reduzindo, em simultâneo, a probabilidade de ocorrência de consequências indesejadas. Encontra-se ligado ao ciclo das informações e ao processo do *Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (JISR), alimentando o processo de planeamento. De acordo com a doutrina da NATO (2016, p. 1 - 15), a fase um é focada na identificação dos objetivos a atingir, sob que circunstâncias e dentro de que parâmetros, incluindo as Medidas de Desempenho – *Measures of Performance* (MOP) – e as Medidas de Eficácia – *Measures of Effectiveness* (MOE). Ainda, inclui a orientação e intenção do Comandante, bem como, a identificação de tarefas e a lista de alvos a apoiar.

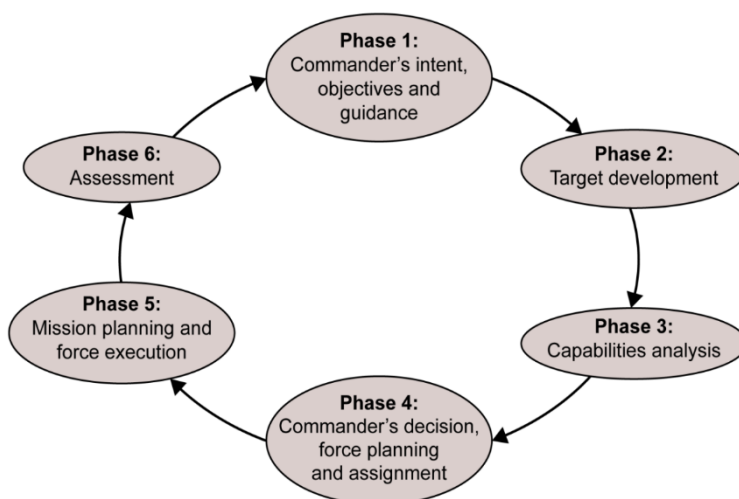


Figura 2 - O Ciclo do *Targeting* Conjunto a nível NATO

Fonte: NATO (2016, p. 1-14).

A fase dois, correspondente ao desenvolvimento de alvos, contempla a identificação dos alvos elegíveis que podem ser influenciados para alcançar os objetivos do Comandante, sendo ainda consideradas, questões relacionadas com danos colaterais e outros efeitos indesejados. São também analisados os alvos, nomeadamente através de ferramentas, como as *Targets Audience Analysis* (TAA) e as *Targets Systems Analysis* (TSA), de modo a identificar os alvos mais relevantes com os efeitos desejados. Ainda é verificada a seleção de alvos, seguida da validação dos potenciais alvos para uma *Joint Target List* (JTL), bem como, a priorização de alvos numa *Joint Prioritized Target List* (JPTL).

A fase três, da análise de capacidade, visa analisar os alvos de modo a recomendar ao Comandante a sincronização das capacidades mais adequadas (letais e não letais). Pretende-se com esta sincronização gerar os efeitos físicos ou psicológicos desejados, de modo a alcançar os objetivos, mitigando os efeitos colaterais indesejados previamente identificados.

Na fase quatro, o Comandante aprova a lista de alvos prioritários (JPTL), atribuindo-os depois às componentes específicas para prosseguir com o planeamento e execução.

A fase cinco corresponde ao planeamento e execução da atividade tática sob responsabilidade dos Comandantes de Componentes. Durante esta fase será obtida uma identificação final positiva (PID³⁸) dos alvos. A execução dos alvos consiste em sete etapas: encontrar; fixar; seguir; alvejar; envolver; explorar; e avaliar (F2T2E2A)³⁹.

Por último, a fase seis faz a avaliação dos efeitos alcançados à luz do planeamento, após o cumprimento da missão, através de um *Battle Damage Assessment* (BDA). Esta avaliação de efeitos realiza-se através de MOP e MOE, e processos de avaliação para atividade de informação, contribuindo para apoiar a tomada de decisão do JFC (NATO, 2016, pp. 2.2-2.8).

3. Processo de *Targeting* Durante a Guerra do Golfo

A Guerra do Golfo, nomeadamente a operação *Desert Storm*, veio destacar a grande importância do *targeting* conjunto no nível operacional (Hunter, 1994, p. 23).

Tradicionalmente, o *targeting* conjunto gera bastante discórdia entre os comandos de componente. Em teoria, este constitui um processo colaborativo que aproveita a experiência dos elementos da força conjunta-combinada. O intuito final é garantir a congruência dos efeitos provocados com os objetivos do nível operacional (Matt McKeon, 2012, p. 2).

Embora seja considerada um sucesso e um modelo de estudo para as operações subsequentes, a Guerra do Golfo não é uma exceção em termos de fricções entre os comandantes. A operação foi realizada por uma coligação de países, liderada pelos Estados Unidos da América, sob o comando do General Schwarzkopf, sendo a doutrina aplicada neste conflito fundamentalmente proveniente dos Estados Unidos. Nesta época, as publicações doutrinárias relativas ao *targeting* conjunto eram ainda vagas. A definição das funções do JFC, do *Joint Forces Air Component Commander* (JFACC) e do *Joint Target Coordination Board* (JTCCB) eram muito flexíveis. A doutrina outorga ao JFC a possibilidade de determinar os elementos de comando, controlo e coordenação do processo do *targeting*, sendo apenas uma recomendação o estabelecimento de um JTCCB (Hunter, 1994, pp. 6-8).

Durante este conflito, numa organização pioneira, o JFC tinha comando operacional sobre todas as componentes e respetivas capacidades de fogos, nomeadamente: Componente Aérea, Terrestre, Naval, *Marines* e Operações Especiais, incluindo capacidades de longo alcance da Marinha e Exército e fogos não letais (Ex.: ações psicológicas) (Hunter, 1994, p. 37).

Neste contexto, a maior dificuldade foi a sua aplicação garantindo simultaneamente a implementação do conceito de esforço e a maximização da utilização de cada sistema, em apoio aos objetivos da campanha (Hunter, 1994, p. 24).

O General Schwarzkopf, com vista a reduzir os níveis de comando, avocou o Comando da Componente Terrestre, ficando com controlo operacional sobre todas as forças no terreno, enquanto manteve as funções de JFC. Igualmente, designou apenas um Comandante de Componente Aérea, uma decisão inédita, nomeando o *Air Force Component Central Command* (CENTAF) como comandante da JFACC. Este comando incluía as capacidades da Força Aérea, Marinha e *Marines* (sem a aviação de apoio próximo) (Horner, 1991, p. 21). Schwarzkopf implementou ainda o JTCCB para coordenação e estabelecimento de prioridades, tendo como produto principal as JTL (*Joint Chiefs of Staff*, 1991). O objetivo definido para os fogos pode ser identificado na intenção do comandante, no início da projeção da força:

³⁸ *Positive Identification*.

³⁹ *Find, Fix, Track, Target, Engage, Exploit and Assess*.

Inicialmente atacaremos a Pátria iraquiana usando o poder aéreo para decapitar a sua liderança, comando e controlo, e eliminar a sua capacidade de reforçar as forças iraquianas no Kuwait e no sul do Iraque. Ganharemos então superioridade aérea para que possamos subsequentemente atacar as forças terrestres iraquianas com poder aéreo para reduzir o seu poder de combate e destruir unidades de reforço. (Schwarzkopf, N., 1991, cit. por Hunter, 1994, p. 24)

Definindo um claro foco na Componente Aérea, esta abordagem justifica igualmente o lapso significativo de tempo entre o início da operação e a intervenção da componente terrestre no terreno (Department of Defence, 1992, p66, cit. por Hunter, 1994, p. 49). Tal pode dever-se ao facto de, pouco antes da invasão do Iraque, a célula de planeamento da Componente Aérea, designada “*Checkmate*”, ter proposto ao JFC a realização de uma Campanha Aérea com grande ênfase em alvos estratégicos, contendo também alguns alvos associados às Operações Terrestres. Nesta fase, cabia ao *Tactical Air Control Center* (TACC), cerne de decisão do planeamento operacional da Componente Aérea, a aprovação e priorização dos alvos, sendo alegado foco na Campanha Aérea pelas outras componentes, em detrimento dos restantes pedidos (Hunter, 1994, pp. 27–29; Scales, 1994, p. 180). Em seguida, o TACC, através da *Air Tasking Order* (ATO), indigitava os alvos a atingir a todos os meios aéreos do Teatro de Operações (TO) (Putnay, 2004, pp. 305–317).

Em adição, o JTCB, com uma função crítica no processo, reuniu pela primeira vez 10 dias após o início da operação, estando a lista de alvos já definida e priorizada nessa fase, com base na informação da Componente Aérea. A função de controlo foi ainda minorada, uma vez que o JFC não reunia com o JTCB para análise e definição diária das prioridades e alvos, mas sim diretamente com JFACC, dando contributos diretos que implicaram a alteração dos resultados do processo de planeamento. Assim, a informação e alvos do Comando Terrestre era passada através do *Battlefield Coordination Element* (BCE), elemento de ligação desta Componente, junto do Comando Aéreo, embora por vezes em divergência com a posição do JFC (Hunter, 1994, p. 34).

Esta abordagem conduziu à não implementação de um processo único de *targeting*, ao nível operacional, com uma clara preponderância da Componente Aérea face à Terrestre ou de Operações Especiais, verificando-se tanto na aquisição de alvos como na utilização de meios para atingir os efeitos pretendidos (Ex.: artilharia de campanha ou mísseis de longo alcance ou Unidades de Operações Especiais) (Hunter, 1994, p. 26).

Após o início da Campanha Terrestre o *Deputy JFC* (DJFC), General Waller, foi nomeado para chefiar o JTCB, efetivando os contributos deste órgão no processo de *targeting*. Após esta fase, os pedidos dos diversos Comandantes de Componente (CC) foram incluídos nas JTL, e passados ao JFACC e posteriormente ao TACC. Apesar disso, o JFC manteve a sua influência direta no processo, adicionando ou eliminando alvos em reuniões diretas com o JFACC (Hunter, 1994, p. 33).

Como consequência deste desequilíbrio, o Sistema de Mísseis Táticos de Exército (ATACMS) foi poucas vezes utilizado em apoio às operações, devido ao alegado receio de interferência no espaço aéreo, reservado à Componente Aérea. Igualmente, a Componente de Operações Especiais foi tratada separadamente, identificando esta alvos a serem afetados através das suas capacidades, após aprovação do JFC (Hunter, 1994, p. 34).

Durante o conflito foram ainda identificadas limitações de meios associados ao processo de *targeting*, bem como a falta de capacidade de BDA, sendo esta essencial para aferir a eficácia e eficiência do processo (Cordesman, 2013, pp. 627–633).

4. Implicações

O JFC deve ser o responsável pelo processo de *targeting* durante uma campanha, aglutinando os contributos de cada interveniente e definindo tarefas a cada componente, para posterior execução, tal como definido na atual doutrina NATO. Este deve definir o conceito de fogos, e as prioridades, através da intenção do comandante e conceito de operação (Hunter, 1994, p. 26).

O General Schwarzkopf dispôs de uma diversidade de meios para aplicar os fogos operacionais. A sua responsabilidade consistiu em definir a estrutura e as condições para garantir a unidade de esforços, maximizando as capacidades de cada sistema no apoio aos objetivos estratégicos (Exército Português, 2012, p. 1.13).

Para tal, o JFC decidiu estabelecer um JTCB que o assistiu na determinação das prioridades, no fornecimento das diretivas e na elaboração das JTL. No entanto, inicialmente, a JTL foi desenvolvida pelo JFACC com limitados contributos dos outros CC, sendo o planeamento da aplicação de forças realizado no TACC (Hunter, 1994, p. 24-26).

Uma das limitações mais evidentes da estrutura implementada foi a clara preponderância da Componente Aérea, face às restantes. Esta preponderância verificou-se na aquisição de alvos, bem como na seleção de meios para atingir os efeitos pretendidos, especialmente na fase inicial do conflito (Hunter, 1994, p. 26).

Uma análise cuidada dos objetivos selecionados indicia que existiu um claro foco na realização de uma Campanha Aérea em detrimento dos objetivos conjuntos, especialmente os relativos às operações terrestres (Hunter, 1994, p. 28).

Ao ignorar a função do JTCB, na fase inicial do conflito, optando por reunir diretamente com o JFACC, o JFC anulou a função deste órgão de aconselhamento, influenciando igualmente as operações de acordo com a sua visão pessoal, em detrimento dos resultados do processo de *targeting* (Hunter, 1994, p. 32).

Com o início das operações terrestres, e a indignação do DJFC, General Waller, como chefe do JTCB, este órgão adquiriu finalmente uma participação ativa no *targeting*, aumentando a relevância dos restantes CC (Scales, 2006, pp. 180-181).

Este órgão não tem qualquer autoridade de comando, sendo por isso essencial a ligação ao JFC, neste caso através do DJFC. A partir desse momento, os CC começaram a colocar os seus requerimentos ao JTCB através de células destacadas, sendo possível a integração da informação de todas as Componentes para a tomada de decisão. Em seguida, o JTCB elaborava as consequentes JPTL e a alocação dos meios para, finalmente, o JFACC coordenar as ações dos meios aéreos através do TACC (Hunter, 1994, pp. 31-33).

A falta de uniformidade da doutrina ao nível das Componentes, e as referências vagas da doutrina conjunta, limitaram severamente o processo de *targeting*, em parte devido à inexistência de uma visão conjunta. A criação e reconhecimento tardio da essência do JTCB, apoiando o JFC até à aprovação dos JPTL, para posterior atribuição aos CC, potenciou igualmente o desequilíbrio no processo de *targeting*. A intervenção direta do JFC, no processo de *targeting*, em ligação direta com o JFACC, por vezes com posições contrárias à informação apresentada pelo processo de planeamento da Componente Terrestre, limitaram igualmente a sua eficácia.

Outra das lacunas foi a falta de capacidade edificada para a elaboração dos BDA, que facilitasse uma avaliação adequada dos efeitos alcançados, completando o ciclo de *targeting*. Pelas suas especificidades, este conflito revelou-se um “laboratório de experiências”, servindo de base para a elaboração da doutrina

conjunta de *targeting* em 1994, com aplicação posterior à NATO (Deputy Director Joint Staff J7 - Joint Training, 2018; Joint Chiefs of Staff, 1994, p. IV.1-IV.12).

5. Conclusões

A Guerra do Golfo é por muitos considerada o primeiro conflito da “era moderna”. Dividida entre as operações “*Desert Shield*” e “*Desert Storm*”, representa um marco no campo das lições aprendidas tendo conduzido à evolução da doutrina conjunta, nomeadamente ao nível da NATO. Com uma forte componente de fogos, o processo de *targeting* conjunto revelou-se ditador para o sucesso da missão da coligação neste conflito.

Assim, o objetivo do presente trabalho foi a realização de uma análise retrospectiva ao *targeting* conjunto durante a Guerra do Golfo, decorrida entre 1990 e 1991. Para tal foi realizada pesquisa bibliográfica, incluindo documentos contemporâneos ao conflito e estudos científicos com vista à análise do conflito e suas lições aprendidas. Como objeto de estudo foi definido o *targeting* conjunto na Guerra do Golfo.

Sendo a primeira operação em que o JFC teve a autoridade para integração dos fogos de todas as Componentes, naturalmente existiram limitações e lições a reter. A concentração inicial de todo o processo de *targeting* na Componente Aérea, conduziu à reduzida aplicação de outros recursos disponíveis das restantes Componentes. Esta concentração limitou drasticamente a eficiência e os resultados alcançados durante o conflito. Ao ignorar a função do JTCB, na fase inicial do conflito, optando por reunir diretamente com o JFACC, o JFC anulou a função deste órgão de aconselhamento, influenciando igualmente as operações de acordo com a sua visão pessoal, em detrimento dos resultados do processo de *targeting*.

A incapacidade de planeamento do *targeting* ao nível conjunto levou a um estremar de posições, com especial relevo para o Exército e Força Aérea, como reflexo da incapacidade de aplicação do conceito de esforço. Com a nomeação do DJFC para a liderança do JCTB, após o início das operações terrestres, o processo de *targeting* tornou-se mais eficaz, sendo possível a integração da informação de todas as Componentes para a tomada de decisão. Uma vez que este órgão não tem qualquer autoridade de comando, torna-se essencial vincar a sua ligação ao JFC, materializada através do DJFC.

Tendo este conflito sido desenvolvido através de uma coligação, o presente trabalho focou-se fundamentalmente na doutrina e documentação americana, sendo essa simultaneamente a principal limitação e área para estudos futuros, sendo importante o estudo da visão dos outros elementos da coligação. Apesar da clara ineficiência do processo de *targeting* no âmbito conjunto, a aplicação dos fogos durante a Guerra do Golfo desempenhou um papel preponderante no conflito, sendo considerado um caso de sucesso.

Referências Bibliográficas

- Cordesman, A. H. (2013). *Lessons Of The Gulf War: 1990-1991*. Washington: Westview Press.
- Deputy Director Joint Staff J7 - Joint Training. (2018). *Integration and Synchronization of Joint Fires*. Suffolk: Autor.
- Exército Português. (2012). *PDE 3-00 - Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Horner, C. (1991). Operation Desert Shield/Desert Storm - The Air Campaign. *Military Review*, pp. 16-27.
- Hunter, J. B. (1994). *Joint Operational Targeting: Who's in Charge; CINC, JFACC or JTCCB?* (Tese de Dissertação do Advanced Military Studies Program). United States Army Command and General Staff College, Kansas.
- Joint Chiefs of Staff. (1991). *Joint Task Force Planning Guidance and Procedures*. Washington: Office of the Chairman.
- Joint Chiefs of Staff. (1994). *Command and Control of Joint Air Operations*. Washington: Office of the Chairman.
- Laranjo, E. (2010). *Adequação do Ciclo de Targeting à Realidade Nacional*. (Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto, Edição 2009/2010). Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], Lisboa.
- Matt Mckeon. (2012). *Joint Targeting: What's Still Broke?* Washington: Biblio Scholar.
- North Atlantic Treaty Organization. (2019). *AAP-6 - NATO Glossary of Terms and Definitions (English and French) (Edition 2019)*. Bruxelas: NATO Standardization Office.
- North Atlantic Treaty Organization. (2016). *AJP-3.9 - Allied Joint Doctrine for Joint Targeting (Edition A Version 1)*. Bruxelas: NATO Standardization Office.
- Putnay, D. T. (2004). *Airpower Advantage. Planning the Gulf War Air Campaign 1989-1991*. Whashington D.C.: United States Air Force History and Museums Program. Retirado de: <https://media.defense.gov/2010/may/25/2001330265/-1/-1/0/afd-100525-065.pdf>
- Scales, R. H. (1994). *Certain Victory: The US Army in the Gulf War*. Kansas: US Army Command and General Staff College Press.
- Scales, R. H. (2006). *Certain Victory: The U.S. Army in the Gulf War*. Nebraska: Potomac Books. <https://doi.org/10.2307/20047069>

VII – O COMANDO E CONTROLO

Aires Almeida Carqueijo
Major, Exército

Miguel António Gomes
Major, GNR

Rui Coelho Borges
Major, Exército

1. Introdução

A invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, resultou na Guerra do Golfo e na maior coligação de nações (49) desde a Segunda Guerra Mundial, ultrapassando 700.000 militares empregues. Dessa coligação, 36 nações forneceram forças terrestres, aéreas e navais, enquanto as restantes garantiram apoios (United States of America [USA] Department of Defense [DoD], 1992).

A estrutura de Comando e Controlo (C2) de uma força com estas características e magnitude teria que ser inevitavelmente complexa, constituindo-se *per sí* como relevante para retirar ensinamentos.

Neste seguimento, importa considerar como objeto de investigação do presente estudo de caso – o C2 na Guerra do Golfo, que será dissecado com base em relatórios oficiais, na autobiografia do General Schwarzkopf⁴⁰ (1992) e em investigações e obras relativos à temática. Considerar-se-á C2 como o exercício da autoridade e direção por um comandante devidamente nomeado, sobre forças designadas para o cumprimento de uma missão (USA DoD, 1989, p. 77).

Dada a extensão da temática, esta terá que ser inevitavelmente delimitada temporal, espacial e concetualmente (Santos et al., 2019). Em termos temporais, cingir-se-á às operações *Desert Shield* (2 de agosto de 1990 a 17 de janeiro de 1991) e *Desert Storm* (17 de janeiro de 1991 a 28 de fevereiro de 1991). No concernente ao espaço, o estudo será efetuado no contexto da coligação, tendo como foco os Estados Unidos da América (EUA). Relativamente ao conteúdo, serão observados os constrangimentos político-culturais, e as principais ferramentas utilizadas para garantir a gestão do espaço de batalha e a centralização do C2. A predominância será dada à componente aérea, dado o peso que teve nas operações, indagando-se os seus aspetos inovadores.

O estudo encontra-se organizado em cinco capítulos, descerrados pela presente introdução, seguindo-se os constrangimentos políticos e culturais que afetaram da estrutura de C2 na Guerra do Golfo, a apresentação de algumas considerações relativamente às principais ferramentas que foram utilizadas para a coordenação das operações da componente aérea com a terrestre, a abordagem dos aspetos inovadores do sistema de C2 implementado, culminando com as conclusões.

2. Constrangimentos Político-Culturais

Durante a operação *Desert Storm* a coligação operou sob um de dois comandos, o CENTCOM e o *Saudi Joint Forces Command*. Na realidade, não havia um Quartel-General (QG) que centralizasse todas as forças, sendo que os países muçulmanos atuavam debaixo do controlo saudita, enquanto que os países tradicionalmente aliados dos EUA atuavam sob o controlo do CENTCOM (Figura 3) (USA DoD, 1992, p. 44).

⁴⁰ O General Herbert Norman Schwarzkopf liderou as forças da coligação durante a Guerra do Golfo, enquanto *Commander-in-Chief Central Command* (CINCCENT), comandando o *United States Central Command* (CENTCOM).

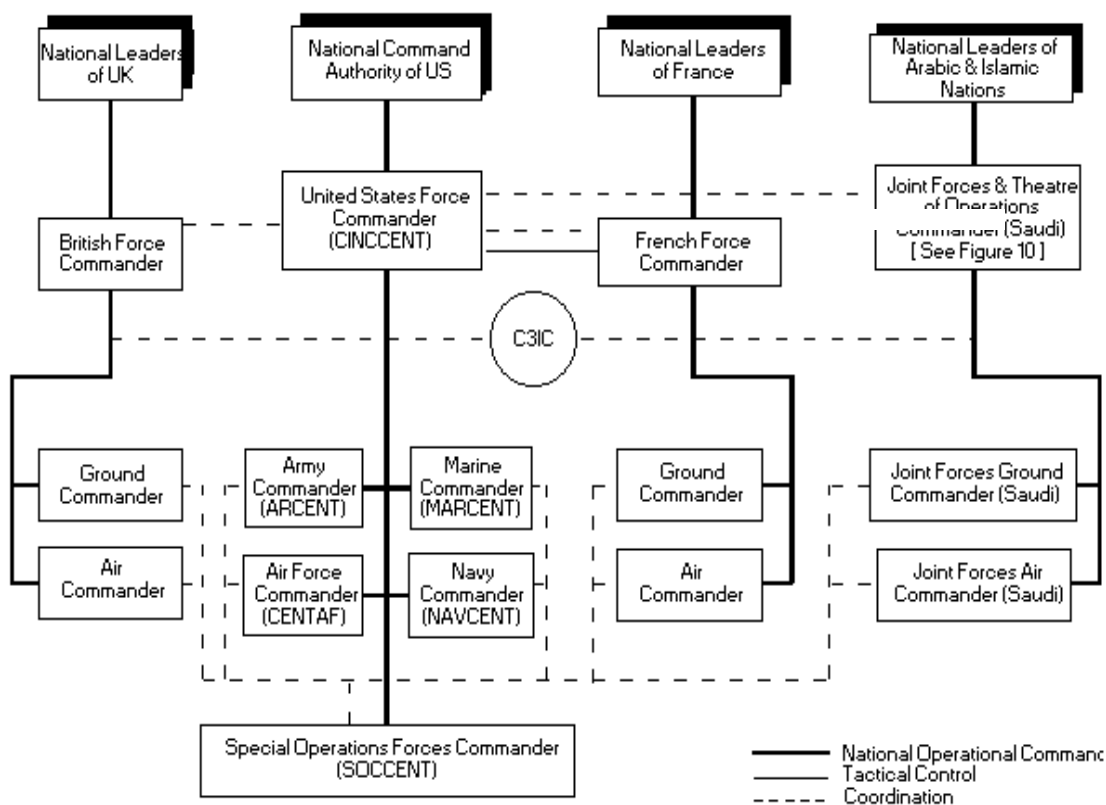


Figura 3 - Relações de comando da coligação para a operação *Desert Storm*

Fonte: McGeehan e Wahl (2017).

Ao nível das considerações políticas, estas eram efetuadas através de uma estrutura de comando paralela. Assim que se iniciou projeção de forças para a Arábia Saudita, os sauditas concordaram que os EUA mantivessem o comando total das forças dos EUA, se estes tivessem a "direção estratégica". Não obstante esta "direção estratégica" nunca ter sido realmente definida, passou a significar que os sauditas forneceriam orientação estratégica geral, mas não comandavam as forças dos EUA. Relativamente ao controlo das forças dos países muçulmanos, este nunca foi cedido, nem solicitado pelos EUA. Os sauditas propuseram a todas as nações muçulmanas a oportunidade de participar da coligação, se colocassem as suas forças sob controlo saudita (USA DoD, 1992, p. 493).

A decisão de formar uma estrutura de comando paralela foi política, tendo sido assumida entre o Secretário de Estado dos EUA e o Rei Saudita (USA DoD, 1992, p. 493). O General Schwarzkopf (1992, p. 373) descreve este "entendimento de comando" como um comando conjunto, entre ele e o Tenente-General Khalid, mas cabendo ao comandante americano a autoridade de aprovação final para planos ofensivos. Este acordo satisfazia os propósitos políticos, enquanto aproveitava a experiência americana em grandes operações ofensivas.

A França apresentou inicialmente um terceiro comando paralelo. Durante a fase defensiva da operação *Desert Shield*, os franceses pretendiam um setor separado para defender e não desejavam ser incluídos na estrutura de comando de nenhum outro país. Depois de os sauditas terem recusado, os franceses concordaram em coordenar as suas atividades com o comando militar saudita, mantendo o comando e o controlo das suas forças (USA DoD, 1992, p. 492).

A estrutura de comando francesa separada funcionou razoavelmente bem durante a fase defensiva, dado ser relativamente estática. A mudança, no entanto, para operações ofensivas, exigiu ampla coordenação ao nível tático, pelo que a insistência francesa numa estrutura de comando paralela impediu

a sua inclusão em qualquer formação aliada. Em França houve debates políticos significativos sobre se esta deveria participar em operações ofensivas, mas, só em dezembro de 1990 o General Schwarzkopf foi informado da disposição de Paris em participar. A preocupação com o equipamento ligeiro na Divisão francesa, fez com que os franceses pedissem para não participarem do ataque principal, acedendo, em vez disso, a aceitar o Controlo Tático (TACON) dos EUA, às suas forças se fossem usados para proteger o flanco norte (Schwarzkopf, 1992, p. 390).

Os britânicos mantiveram o comando, mas colocaram as suas forças em Controlo Operacional (OPCON) do CENTCOM. Este acordo foi efetuado antes da projeção das forças e, embora esta decisão política limitasse o número de comandos separados no Teatro de Operações (TO), também limitou o seu emprego operacional a setores controlados por comandantes dos EUA (Watson, 1991, p. 26). Durante a fase defensiva, os britânicos forneceram uma força blindada para o setor “MARCENT”, do Tenente-General Boomer. Para a fase ofensiva, os objetivos políticos britânicos influenciaram o emprego da 1.^a Divisão Blindada (do Reino Unido), tendo o Tenente-General Sir Peter de la Billiere deixado claro ao General Schwarzkopf que os britânicos deveriam participar no ataque principal, o que originou grandes mudanças ao nível dos preparativos de C2 (Schwarzkopf, 1992, pp. 385-386).

Uma característica única da coligação era o *Coalition Coordination, Communication, and Integration Center* (C3IC). Este centro coordenava e transmitia informações entre os QG, ligando as duas cadeias de comando e permitindo a coordenação e integração diária de esforços. Esta célula mostrou-se fulcral para o funcionamento da estrutura de comando, bem como para a manutenção da unidade de esforços dentro da coligação, evitando que fatores como idioma, nível de treino, equipamento e doutrina aumentassem a “névoa da guerra”⁴¹ destabilizando desta forma, a estrutura de comando da coligação (USA DoD, 1992, p. 44).

No que toca à vertente da proficiência linguística, os EUA fizeram uso das lições aprendidas na guerra da Coreia, de 1950. Este foi o motivo pelo qual na Guerra do Golfo cederam equipas de ligação, treinadas nos idiomas dos seus parceiros de coligação, até ao nível de Batalhão, o que permitiu acelerar a coordenação e fornecer aos aliados acesso ao apoio de fogos americano (USA DoD, 1992, pp. 493-500).

Na Guerra do Golfo também estava patente uma das coligações com maior diversidade cultural da experiência americana. Os contrastes entre a cultura muçulmana e a ocidental poderiam ter dificultado os esforços da coligação, mas, tal não sucedeu. Um motivo consideravelmente importante foi a personalidade dos líderes envolvidos, e a sua sensibilidade às realidades políticas e culturais da coligação (Moore, 1993, pp. 35-36).

Na verdade, as diferenças culturais eram muito mais profundas do que a simples barreira do idioma. O General Schwarzkopf (1992, p. 305) descreve a Arábia Saudita como um reino xenófobo intensamente dedicado a manter-se religiosa e culturalmente puro. Neste contexto, somente a grave ameaça representada pelo Iraque poderia superar as inibições dos sauditas relativamente à presença dos ocidentais em seu país (Watson, 1991, p. 21).

⁴¹ “*Fog of War*” – Termo aplicado à incerteza da guerra (Kiesling, 2001).

3. O sistema de Comando e Controlo

Ao nível do C2, e numa visão mais abrangente de *Coalition Command, Control, Communications and Intelligence Battle Management (C4I/BM)*, os sistemas informáticos foram preponderantes. De facto, havia sido empregue pela primeira vez inteligência artificial em apoio de operações, tendo sido utilizados para quase todas as funções, incluindo (Craft, 1992, pp. 35-36):

- Guiar os mísseis *Tomahawk*;
- Manter bases de dados sobre os movimentos aéreos e navais, pessoal e ordem de batalha eletrónica inimiga;
- Elaborar de planos de contingência para os comandantes em TO;
- Planear rotas para as aeronaves, de modo a evitar as defesas aéreas inimigas;
- Analisar e filtrar informações;
- Gerir o apoio de fogos e a defesa aérea;
- Desenvolver a *Air Tasking Order (ATO)*;
- Gerir frequências.

No que concerne à gestão do espaço de batalha e à centralização do C2, nomeadamente no que respeita à coordenação da componente aérea e desta com a componente terrestre, destacam-se duas ferramentas principais, o *Master Attack Plan (MAP)* e a *ATO* (Cohen & Keaney, 1993, pp. 170-186; USA DoD, 1992, pp. 136-141).

O MAP foi utilizado antes da ATO. Este plano de ataque foi ajustado pelos processos diários de recolha de informações, avaliação e planeamento, que moldaram a batalha aérea. A ATO era a programação diária, que fornecia a orientação detalhada, permitindo às tripulações das aeronaves implementar o MAP. A ATO consubstanciava-se no "veículo administrativo" usado para transferir o plano diário para as principais unidades de combate aéreo e fornecer os indicativos de chamada, o *time on target (TOT)* e outras informações detalhadas, de que os comandantes das unidades de combate precisavam para executar o MAP. Ela refletiu o trabalho da *Joint Target Coordination Board (JTCCB)*, e inerentes intenções dos Generais Horner⁴² e Schwarzkopf (Cohen & Keaney, 1993, pp. 144-154). Concomitantemente, a ATO integrou a implementação centralizada do MAP com o plano de reabastecimento aéreo, promovendo ainda a integração de meios como o *Airborne Warning and Air Control System (AWACS)* e o *Airborne Battlefield Command and Control Center (ABCCC)*, incluindo ainda os ataques dos bombardeiros *B-52* (Hallion, 1992, pp. 143-156).

O sistema MAP/ATO permitiu ao CENTCOM rever e expandir continuamente esforços ao nível do *targeting*, tanto para os EUA como para os aliados. Este sistema garantiu a pesquisa de milhares de potenciais objetivos, agrupando-os num sistema de referência, com 12 categorias de objetivos, e vinculando-os à campanha aérea. O JFACC foi ainda capaz de desenvolver um processo dinâmico para mudar o planeamento de objetivos e alterar o MAP e a ATO, refletindo novas informações, alteração de fatores climáticos, mudanças na situação operacional e os resultados do *Battle Damage Assessment (BDA)* (Cohen & Keaney, 1993, pp. 41-42).

Apesar dos pontos positivos, a ATO também apresentou algumas imperfeições e limitações (Cordesman, 2013). Destaca-se o facto de ser fastidiosa dado ter frequentemente mais de 300 páginas. Nem sempre coordenou eficazmente as missões, e não integrava totalmente as operações da Marinha dos EUA.

⁴² O Tenente-General Charles Albert Horner era o Comandante do *Joint Forces Air Component Command (JFACC)* durante a operação *Desert Storm*.

Demonstrou por vezes, alguns atrasos inevitáveis, que não permitiam uma capacidade de resposta adequada aos comandantes das componentes terrestres.

Além disso, o sistema MAP/ATO foi degradado pelo facto de o processo de BDA ser inadequado, consumindo muito tempo. Como resultado, o planeamento não pôde ser adaptado dinamicamente e em tempo real, com base em BDA precisos. Este problema foi agravado pela crença daqueles que desenvolveram o MAP e a ATO de que teriam um BDA muito mais preciso do que era na realidade (Cohen & Keaney, 1993, pp. 230-234).

Conclui-se assim que a gestão de campanhas desta magnitude carece de sistemas de C2 flexíveis e tecnologicamente avançados, que permitam lidar com a rapidez e complexidade das operações conjuntas ao longo de todo o TO. Este facto reveste-se de superior complexidade em conflitos como a Guerra do Golfo, dado tratar-se de uma coligação com uma grande diversidade e quantidade de intervenientes (Cordesman, 2013, pp. 262-263).

4. Lições Apreendidas e Inovações

A Guerra do Golfo foi um dos conflitos mais complexos e inovadores da história, envolvendo algumas das maiores inovações de sempre em C2.

O comando conjunto, apesar de paralelo, revelou ser uma mais-valia, considerando as consequências benéficas que provocou na condução das operações, nomeadamente, a redução de potenciais desentendimentos entre nações com culturas militares muito diferentes, garantindo uma coordenação estreita (Cordesman, 2013).

Ao mais alto nível de comando estratégico-militar, verificou-se que os líderes políticos delegaram um nível adequado de autonomia no comando militar, com um grau mínimo de intromissões. Este facto permitiu que grande parte dos países mantivessem um equilíbrio apropriado entre a autoridade política e militar (Cordesman, 2013). Os comandantes militares designados eram treinados e demonstraram vontade de cooperar, à semelhança da maioria das forças da coligação que tinham treinos e experiências de cooperação prévias (Freedman, 1993). A este nível, sublinha-se ainda o facto de os EUA terem criado o comando regional CENTCOM em 1983. Após várias décadas de estreita cooperação com a Arábia Saudita, estes laços de proximidade facilitaram a decisão de utilização das infraestruturas sauditas (Cordesman, 2013).

Foi a primeira vez na história militar americana que foi designado um único comandante, o General Horner, para todas as operações aéreas conjuntas e combinadas. Correlacionado com esta circunstância, evidencia-se que o C4I/BM *foi uma inovação* tanto ao nível dos sistemas de comando americanos, como também em coligações envolvidas em batalha de grande escala (Cordesman, 2013).

Faz-se agora uma referência à dimensão humana. Vários autores consideram que o sucesso do comando conjunto da componente aérea do General Horner deveu-se, em parte, ao facto de este ter trabalhado anteriormente com o Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas e com o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea saudita, o General Mohammed al-Hammad e o Tenente-General Ahmada Ibrahim Behery, respetivamente (Cordesman, 2013).

À data, os EUA detinham praticamente o monopólio sobre os sistemas de comunicação por satélite. Esta capacidade assumiu um papel crucial na garantia do tratamento de dados e informações, sustentando o C2, contribuindo decisivamente para a unidade de comando das operações (Freedman, 1993).

A necessidade de melhorar as comunicações táticas constitui-se como uma importante lição aprendida nesta guerra. Apesar dos equipamentos de transmissões dos países da coligação serem relativamente modernos, não eram interoperáveis (Cordesman, 2013).

Esta guerra destaca-se por ter sido a primeira onde foram aplicados os dados de satélites meteorológicos avançados, através do Programa de Defesa de Satélites Meteorológicos (PDSM). Estes dados são importantes em todos os conflitos, mas neste tiveram especial importância, considerando as más condições meteorológicas que se fizeram sentir após o dia “G”, tendo-se registado recordes de pluviosidade e de tempestades de areia. Para melhor compreender a relevância destes dados refere-se que, de acordo com a bibliografia consultada, quase metade das saídas aéreas de ataque foram abortadas ou falharam o alvo devido às más condições climáticas (Cordesman, 2013).

A condução de operações militares no deserto depara-se com dificuldades acrescidas, no que respeita à navegação/orientação, à identificação de alvos, bem como à condução de combates noturnos e em condições climáticas adversas. Neste contexto, o programa *NAVSTAR Global Position System (GPS)* teve um papel fundamental ao fornecer a localização precisa e em tempo, utilizando um sistema comum de referência, a todas as forças da coligação, independentemente das condições do terreno ou de visibilidade. Apesar do GPS ter sido previamente usado pela componente aérea, rapidamente se chegou à conclusão que este sistema era igualmente útil para as forças terrestres (Cordesman, 2013).

5. Conclusões

No estudo ora elaborado analisou-se a função conjunta de C2 na Guerra do Golfo, um dos mais complexos conflitos da história, envolvendo uma coligação de 49 países contra o Iraque.

Este trabalho consubstanciou-se num estudo de caso, com a análise documental a constituir-se como a principal técnica de recolha de dados alicerçada em fontes primárias, nomeadamente relatórios oficiais dos EUA.

Como desiderato da análise elaborada identificam-se alguns aspetos que influíram decisivamente a função conjunta de C2 no desenrolar da operação.

A definição política das relações de comando foi um fator decisivo na edificação de um comando conjunto único bem como na atribuição de missões particularizadas às nações que faziam parte da coligação. Esta variável, política, influiu diretamente nos arranjos de C2, provocando mudanças e as consequentes adaptações.

A diversidade cultural e linguística, apesar de serem vetores centrífugos, foi possível ultrapassar recorrendo a elementos de ligação americanos com proficiência linguística e sensibilidade cultural nos principais parceiros da coligação. Seguidamente, a designação de comandantes experientes e bem treinados para a operação, foi determinante para ultrapassar as enormes diferenças entre as culturas militares.

Por fim, releva-se que a utilização de alta tecnologia que contribuiu em larga medida como base para o sistema de C2. Vários sistemas de comando e gestão, baseados na tecnologia avançada à época, foram implementados pela primeira vez num espaço de batalha de grande intensidade que caracteriza a Guerra do Golfo.

De entre os principais resultados obtidos, elegem-se três aspetos como contributos para o conhecimento por terem sido as engrenagens essenciais ao bom funcionamento da função conjunta C2 neste conflito: O treino conjunto e combinado *à priori*; o princípio da unidade de comando; e a utilização da tecnologia no espaço de batalha.

Referências Bibliográficas

- Cohen, E. A., & Keaney, T. A. (1993). *Gulf War Air Power Survey. (Summary Report)*. Washington DC: United States Government Printing Office.
- Colonel Craft, D. W. (1992). *An Operational Analysis of the Persian Gulf War*, (717), 63.
- Cordesman, A. H. (2013). *Lessons of the Gulf War: 1990-1991*. Washington DC: Center for Strategic & International Studies.
- Freedman, L. (1993). *Lessons of the Gulf War*. *Asian Affairs*, 24(3), 273–279. <https://doi.org/10.1080/714041220>
- Hallion, R. P. (1992). *Storm Over Iraq: Air Power and the Gulf War*. Washington DC: Smithsonian Institution Press.
- Kiesling, E. (2001). *Fog on War without the Fog*. *Military Review*, 81(5), 84.
- McGeehan, T., & Wahl, D. (2017). *Minding the Interoperability Gap*. Center for International Maritime Security. Retirado de <https://cimsec.org/tag/interoperability/>.
- Moore, J. A. (1993). *Coalition Command And Control: Essential Considerations*. Kansas: School of Advanced Military Studies.
- Santos, L. A. B., Lima, J. M. M. V., Garcia, F. M. G. P. P., Monteiro, F. T., Silva, N. M. P., Silva, J. C. V. F., ... Piedade, J. C. L. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação. (2.a Ed., revista e atualizada)*. *Cadernos do IUM*, 8. Lisboa: Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar.
- Schwarzkopf, H. N. (1992). *It Doesn't Take a Hero*. New York: Bantam Books.
- United States of America Department of Defense. (1989). *Dictionary of Military and Associated Terms*. Washington DC: United States Government Printing Office.
- United States of America Department of Defense. (1992). *Conduct of the Persian Gulf War. (Final Report to Congress No. SAM 9200390)*. Washington DC: United States Government Printing Office.
- Watson, B. W. (1991). *Military lessons of the Gulf War*. Novato: Presidio Press.

VIII – A EXPERIÊNCIA NA GUERRA DO GOLFO COMO BASE PARA A CRIAÇÃO DA FEDERATED MISSION NETWORKING DA NATO

João Pedro Viana Fragoso Xavier
Major, Exército

Miguel Ângelo da Costa Jorge
Major, Exército

1. Introdução

O fim da Guerra Fria e do sistema bipolar, o alargamento da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) e o surgimento de tensões regionais perturbaram o equilíbrio geopolítico mundial, tendo repercussões também ao nível militar. Hodiernamente, as operações militares são afetadas por uma série de fatores dos quais se destacam: a constante alteração do ambiente securitário; a natureza combinada, conjunta e cooperativa; os constrangimentos económicos; e os avanços tecnológicos, particularmente ao nível das Tecnologias de Informação (TI) (Michele & Alessandro, 2012).

No passado, as organizações militares eram pioneiras no desenvolvimento tecnológico e na sua aplicação, no entanto, na atual era da informação, verificamos que os grandes avanços ao nível das TI têm sido desenvolvidos por entidades comerciais, com o intuito de satisfazer as necessidades do mercado (Alberts, Garstka & Stein, 2000).

A Guerra do Golfo marcou o início de uma Revolução em Assuntos Militares (RAM), caracterizada por avanços significativos em diversas áreas, destacando-se ao nível da utilização das TI, uma transição de guerras centradas em plataforma (*Platform-Centric Warfare*), que surgiram após a utilização generalizada de computadores, para centradas em rede [*Network-Centric Warfare* (NCW)], no caso dos Estados Unidos da América (EUA), ou *Network-Enabled Capability* (NEC), no caso do Reino Unido. Ambas as arquiteturas assentam na possibilidade de criar, distribuir e explorar a informação existente através de redes (Cebrowski & Garstka, 1998; Cordesman, 2013).

Em 2002, na Cimeira da NATO em Praga, marcada pelo advento dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, verificou-se a necessidade de desenvolver um conceito NATO com base na NCW e NEC, para fazer face aos novos desafios securitários. Este conceito, designado de *NATO Network-Enabled Capability* (NNEC), seria posto em prática pela *International Security Assistance Force* (ISAF) no Afeganistão, através da *Afghanistan Mission Network* (AMN), cujas lições identificadas viriam a servir de base para o atual conceito de *Federated Mission Networking* (FMN) da NATO (Buckman, 2005; Grifo & Fernandes, 2020).

Com este trabalho pretende-se analisar o contributo da Guerra do Golfo para a edificação da capacidade FMN na NATO. A estrutura do trabalho compreende cinco capítulos, incluindo a presente introdução. No segundo capítulo são citadas algumas das lições identificadas durante a Guerra do Golfo como fator iniciador de uma RAM. O terceiro capítulo apresenta a evolução do conceito NCW até à atual FMN. No quarto capítulo é elaborado o enquadramento conceptual da FMN e estabelecido um paralelismo entre as necessidades sentidas na Guerra do Golfo e as possibilidades garantidas pela FMN. Por fim, no quinto capítulo são tecidas as conclusões.

2. A Guerra do Golfo e o Início da Revolução em Assuntos Militares

A Guerra do Golfo, que compreendeu as operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, decorreu no período de 02 de agosto de 1990 a 28 de fevereiro de 1991. Ambas as operações foram conduzidas por uma coligação internacional das Nações Unidas, liderada pelos EUA. Este conflito caracterizou-se pelo emprego de uma nova estratégia militar, baseada na integração da componente aérea e terrestre, conhecida como “*AirLand Battle*”, dando novo ênfase às operações combinadas e conjuntas, através da aplicação de novas táticas com recurso a novas tecnologias (Cordesman, 2013; Macedonia, 1992).

Apesar de ter sido formada uma coligação internacional, verificou-se uma dependência total na capacidade de Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Informações (C4I) dos EUA. Este constituiu-se como o único país com capacidade para desenvolver operações de grande envergadura e em simultâneo garantir o seu controlo. O uso generalizado de computadores e de redes de dados por todos os membros da coligação, registado pela primeira vez em operações militares, desde os níveis tático ao estratégico, só viria a ser possível pelos cerca de cinco meses para preparar a operação ofensiva, permitindo a integração de procedimentos e tecnologia, adaptar e treinar forças, assim como desenvolver uma estrutura de C4I adequada (Cordesman, 2013; Macedonia, 1992).

2.1. As lições identificadas no conflito

Com o intuito de identificar os contributos da Guerra do Golfo para a criação da FMN, importa apresentar aquelas que, segundo Cordesman (2013), foram algumas das principais lições identificadas pelos EUA após o conflito:

- Partilha de informação: no decurso da operação ficou bem patente a necessidade da partilha de informação desde o nível estratégico ao tático, devido sobretudo ao conteúdo e à rapidez de processamento, permitindo que os comandantes aos diversos níveis pudessem tomar as melhores decisões em tempo oportuno;
- Uniformização de procedimentos: o sucesso desta operação deveu-se em grande parte ao facto de as forças inglesas e francesas terem treino, equipamento e procedimentos similares às forças americanas, facilitando a sua integração num curto espaço de tempo. As restantes nações acabaram por ter grandes dificuldades de integração e só acabaram por atingir um nível satisfatório devido ao tempo de preparação permitido pela Operação *Desert Shield*;
- Capacidade de projecção: nos futuros conflitos dificilmente será possível dispôr do mesmo tempo para a projecção de forças, pelo que deve ser organizada uma força altamente treinada e bem equipada, apta a operar em diferentes ambientes, capaz de desenvolver diferentes tipologias de operações e pronta a ser projetada num curto espaço de tempo. Neste âmbito, devem ainda ser garantidos meios de projecção estratégica para as Forças Armadas;
- Unidade de comando: ficou demonstrado que a unidade de comando é altamente eficaz na execução de operações conjuntas e combinadas, quando complementada com um sistema de comunicações interoperável. A dimensão das novas áreas de operações e a necessária dispersão de meios humanos e materiais, obrigam a um avanço tecnológico significativo nos meios de comunicação como forma de garantir a execução da acção de comando em direcção à finalidade da operação;
- Meios C4I: a Guerra do Golfo demonstrou que os meios C4I são fulcrais para o sucesso de qualquer operação, devido sobretudo ao elevado ritmo e intensidade das operações, garantindo uma maior segurança contra o fraticídio;
- Constituição de coligações/alianças: a condução de operações em coligação só é possível se for garantida a interoperabilidade entre as forças e equipamentos utilizados.

2.2. A contextualização da Guerra do Golfo no conceito NCW

Apesar do conceito de *Network-Centric Warfare* ter surgido alguns anos antes da Guerra do Golfo, importa destacar que foi neste conflito que se comprovou a sua importância. Este conceito permitiu colmatar diversas lacunas identificadas no seu decurso, resultando nas lições anteriormente identificadas (Wilson, 2000).

Segundo Alberts, Garstka e Stein (2000, cit. por Moreira, 2010, p. 6), o NCW:

[é um] conceito de operações facilitado pela superioridade de informação que gera um aumento do poder de combate ligando sensores, decisores e atiradores para alcançar uma consciência comum, aumento na velocidade de comando, maior ritmo das operações, maior letalidade, aumento da capacidade de sobrevivência, e um nível de auto-sincronização.

O NCW fornece assim, uma estrutura conceptual que permite a análise das operações militares e da própria organização, reconhecendo a informação como fator central e incrementador do potencial de combate. Este conceito não se restringe à utilização da tecnologia e dos meios de comunicação, mas estende-se à resposta militar à era da informação e tem como objetivo aumentar o ritmo das operações, incrementar a capacidade de resposta, reduzir os riscos e custos e aumentar a eficácia durante o combate (Alberts et al., 2000).

Durante a Guerra do Golfo, a recente integração deste conceito, que se havia tornado no elemento-chave da nova doutrina americana, permitiu melhorar significativamente a disseminação de informação, reduzir o tempo de tomada de decisão e das comunicações, permitiu coordenar e sincronizar as ações das diversas forças dispersas pela área de operações e integrar as forças de diferentes países sobre uma estrutura de comando única (Michele & Alessandro, 2012).

3. Do Conceito *Network-Centric Warfare* à *Federated Mission Networking*

3.1. *NATO Network-Enabled Capability*

Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, diversas nações viram-se obrigadas a lidar com as questões do terrorismo, seja no interior dos seus territórios, quer além-fronteiras, tendo iniciado ações de reestruturação e reequipamento das suas forças militares para fazer face a estas novas ameaças. Este facto foi extremamente relevante para a Aliança Atlântica que, na cimeira de Praga em 2002, implementou uma série de iniciativas para garantir a edificação de capacidades capazes de assegurar uma resposta adequada aos novos desafios securitários, destacando-se as capacidades centradas em rede. Entre as iniciativas da NATO destacou-se a criação do *Allied Command for Transformation (ACT)* e da *NATO Response Force* (Buckman, 2005; Michele & Alessandro, 2012).

Com o intuito de garantir o cumprimento dos seus objetivos estratégicos, a Aliança Atlântica criou o seu conceito NNEC, combinando numa única rede os diferentes elementos doutrinários, procedimentais, técnicos, organizacionais e sociais dos diferentes membros, para conseguir a sua interação e manter a superioridade estratégica. O desenvolvimento do conceito NNEC teve por base os princípios da NCW, após ser comprovado o seu potencial para aliança na Guerra do Golfo (Buckman, 2005; Michele & Alessandro, 2012).

O NNEC pode ser então entendido como a capacidade da aliança em associar diferentes valências a diversos níveis. Esta federação de valências que utilizou toda uma infraestrutura de informações, fazendo-se sentir em todos os níveis militares (estratégico ao tático) passando pelo civil, teve como principal objetivo aumentar a interação e partilha de informação entre membros (colaborando para a *situational awareness*), permitindo desse modo acelerar a tomada de decisão e assim economizar recursos e salvar vidas (NATO, 2015).

3.2. Afghanistan Mission Network

A AMN teve a sua génese em 2008 por iniciativa do General (Gen) David McKiernan, comandante da ISAF. O seu objectivo consistiu em melhorar e robustecer a forma como a comunicação fluía e era partilhada entre o Quartel-General da ISAF, o *ISAF Joint Command*, os *Regional Commands* e ainda as unidades subordinadas. A implementação da AMN fez com que a comunicação melhorasse significativamente dentro da estrutura de comando e controlo (C2) da ISAF, mas não entre a ISAF e os restantes parceiros, pois não foi prevista inicialmente esta possibilidade (Serena et al., 2014, p xii).

Mckiernan, aquando do *hand-over take-over* com o Gen McChrystal, transmite-lhe as necessidades operacionais combinadas e o projeto da AMN esboçado durante o seu comando. No entanto, é o Gen McChrystal que faz um enorme esforço para trazer à luz do dia a AMN, que se inicia com os serviços básicos de *chat*, voz sobre protocolo IP, e-mail, navegação *web* e vídeo conferência segura (NATO, 2012, p. 4).

Podemos dizer que a AMN desempenhava o seu desiderato no que era a capacidade de C2 dentro da estrutura da ISAF, podendo assim ser considerada efetivamente a precursora da FMN. Contudo, a AMN não abrangia todo o espectro do complexo ambiente operacional, deixando de fora os comandos operacionais resultando, por conseguinte, a dificuldade de partilha de informação entre o comando da ISAF e as unidades no campo de batalha (NATO, 2012, p. 4).

O *Command and Control Centre of Excellence (C2CoE)*, no seu relatório de 31 de maio de 2012, foi taxativo em concluir que, para além dos constrangimentos impostos pela AMN, haviam ainda os sistemas nacionais dos vários países (sobretudo ligados aos serviços de *Intelligence*), que ligados às suas redes nacionais, dificultavam ainda mais a partilha de informação. A situação era de tal forma crítica que constituía uma das principais preocupações do comandante da ISAF, levando a que este manifestasse em diversas ocasiões a intenção de que todos os membros da ISAF utilizassem a AMN como plataforma de C2.

Mais tarde, a AMN passou a integrar redes de alguns países como o CENTRIXS-ISAF-US, o CAESAR-Italia, o OVERTASK-UK e o LCSS-Canadá, entre outros, tendo evoluído até se tornar uma rede federada, permitindo a ligação e partilha de informação entre todos os países participantes na ISAF (Serena et al., 2014, p.5).

4. A Federated Mission Networking

A *Federated Mission Networking* teve como base as lições apreendidas com a implementação da AMN e decorre do programa NNEC.

4.1. Enquadramento da Federated Mission Networking

Depois da análise das lições identificadas pela NATO na guerra do Afeganistão e produzidas as respetivas lições apreendidas, foi solicitado pelo Comité Militar da NATO que o *Allied Command for Transformation*, juntamente com o *Allied Command Operations*, desenvolvessem um conceito que pudesse dar corpo às boas práticas aí identificadas, particularmente as relacionadas com a AMN (Grifo, 2019, p.181).

Para responder a este desiderato, foi desenvolvido inicialmente o conceito com a designação de *Future Mission Network* que, como podemos verificar num relatório produzido em maio de 2012 pelo C2CoE, não teve grande sucesso junto das nações participantes devido às notórias e manifestas falhas que o protótipo ainda tinha, tendo depois evoluído para o conceito FMN (NATO, 2012).

Atualmente, o ACT está a blindar a FMN para responder às necessidades de qualquer força da NATO, uma vez que nos dias de hoje, qualquer uma destas forças tem uma rede superior ao que era a AMN aquando do seu início. Hoje, a FMN procura que todos os membros da NATO federem os seus sistemas nacionais, sendo exemplo disso o *Mission Partner Environment*, dos EUA e o *Federated Coalition*

Environment do Canadá, permitindo desta forma que todos operem sobre o mesmo protocolo ou normas. Com o cumprimento deste requisito, a FMN passará a constituir-se como uma base para as comunicações entre as nações parceiras, quer no âmbito operacional, quer no âmbito da simulação ou formação (Pullen et al., 2020, p.2).

4.2. Objetivos e Conceitos

Os objetivos da FMN são:

- Interligar forças num ambiente federado de missão, a qualquer momento e num período curto de tempo, para além de otimizar o nível de interoperabilidade;
- Coordenar a abordagem e o empenho dos afiliados do FMN em criar, manter e envolver capacidades que permitam uma rede de missões federadas;
- Melhorar o C2 e a tomada de decisões através de uma melhor partilha de informação;
- Assegurar uma rede de missão eficaz e eficiente baseada na gestão, processos, actividades, tecnologia, normas, educação e formação comuns.

Segundo o ACT, a *FMN Framework* não é mais que uma estrutura gerida que disponibiliza uma base de normas, procedimentos, serviços, processos, instruções e templates, referências e arquiteturas alvo, ou seja, “todas as ferramentas necessárias para preparar, projetar, operar e terminar uma rede de missão em ambiente federado” (Grifo, 2019, p. 182). Conceptualmente a *FMN Framework*, constitui uma das três componentes que determina uma capacidade, conjuntamente com a *Governance* e com a *Mission Network*.

Dentro da FMN foram estabelecidos quatro níveis de capacidade ou afiliação (vide Figura 4) para os membros participantes, sendo eles:

- Opção A – *Mission Network Element* (MNE): dispõe de trabalho em rede e informação, infra-estruturas e serviços para auto-provisionamento, incluindo os serviços essenciais à missão;
- Opção B – *Mission Network Extension* (MNX): dispõe de infra-estruturas e serviços para auto-provisionamento, mas não inclui os serviços essenciais à missão;
- Opção C – *Hosted User*: é apenas um participante que não dispõe de infra-estruturas e serviços para auto-provisionamento, atua como utilizador através da infraestrutura disponibilizada por um MNE ou MNX;
- Opção Z: na realidade não é bem um nível de capacidade. Trata-se de uma opção que se destina a agentes que necessitem apenas de determinado tipo de informação, como são o caso das Organizações não Governamentais (Grifo, 2019, p.183).

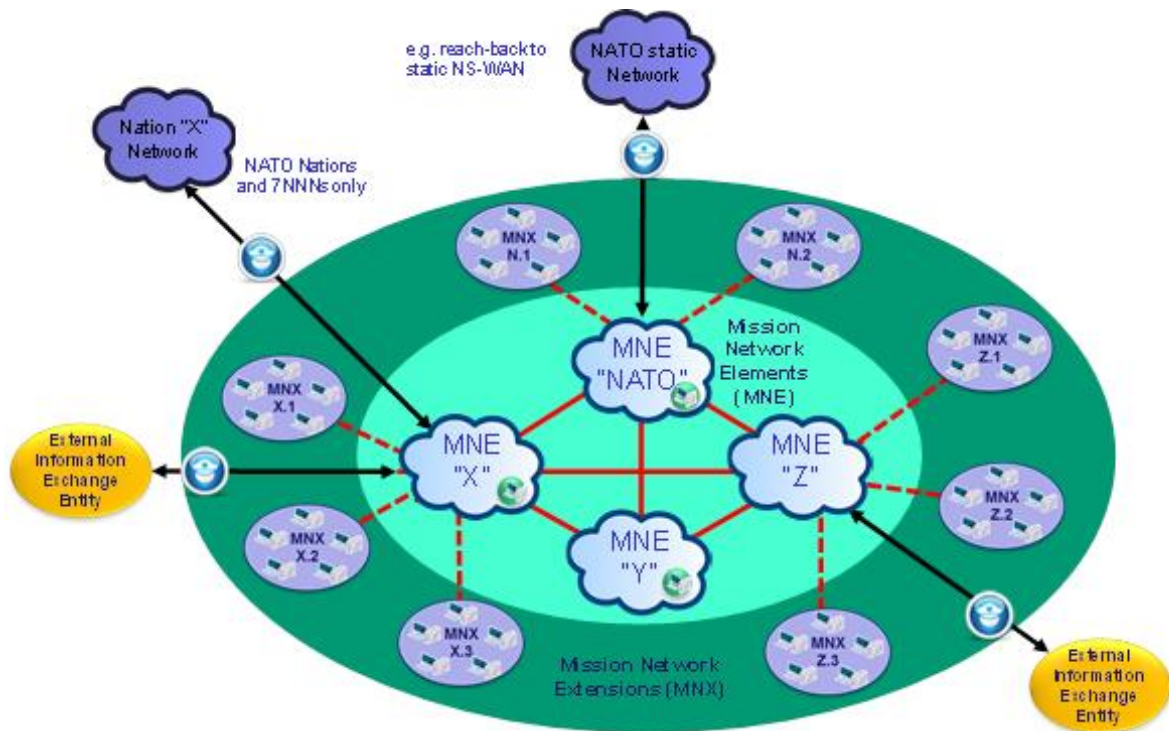


Figura 4 - Sample FMN Information Environment

Fonte: NATO Interoperability Standards and Profiles (2021).

Os parceiros NATO têm a possibilidade de assumir os níveis A, B e C de acordo com a sua intenção e o nível de ambição (Grifo, 2019, pp. 183-184).

Na Figura 2 apresenta-se a previsão da NATO relativa ao modelo de implantação da FMN transversal a todo o ambiente operacional em 2030.

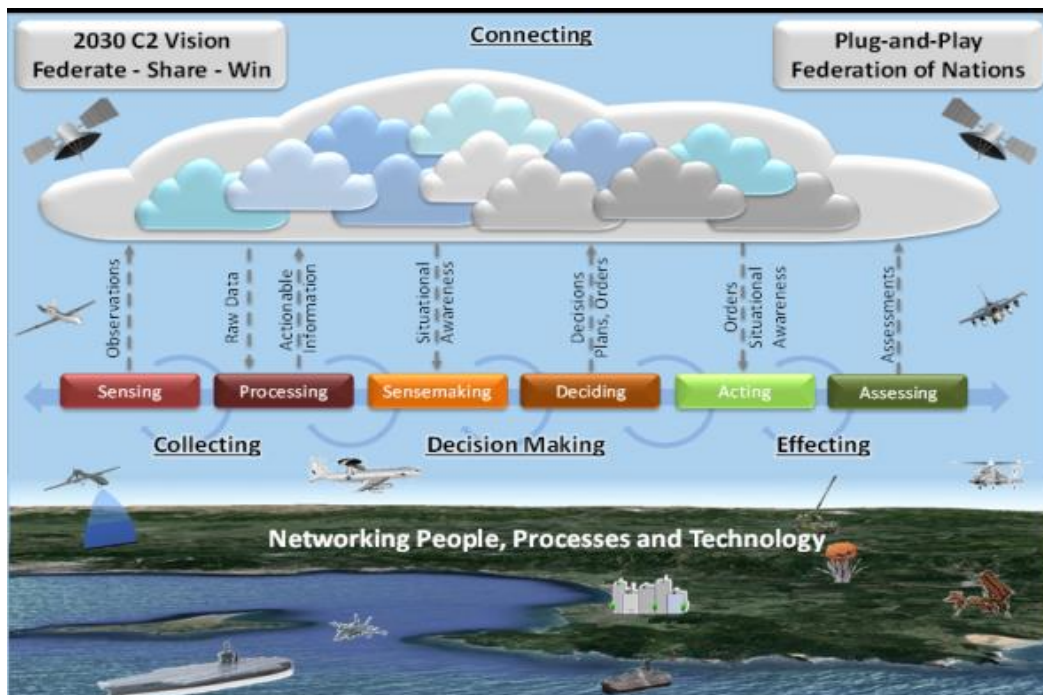


Figura 5 - NATO's 2030 C2 Vision

Fonte: Pullen et al. (2020, p.7).

5. Conclusões

A Guerra do Golfo, conduzida por uma coligação internacional liderada pelos EUA, caracterizou-se pelo emprego de uma nova estratégia baseada na integração da componente aérea e terrestre, tendo-se, no entanto, verificado uma dependência total nas capacidades C4I norte americanas porquanto eram a única nação com soluções para desenvolver operações de grande envergadura.

Pode-se por isso concluir que a Guerra do Golfo está na génese e contribuiu significativamente para a criação do que hoje conhecemos como o conceito de *Federated Mission Networking*, nomeadamente no que à partilha de informação, uniformização de procedimentos, capacidade de projeção, unidade de comando e meios de C4I diz respeito.

Neste quadro, podemos afirmar que só é possível constituir coligações em operações de grande envergadura se for possível, em simultâneo, garantir a interoperabilidade de C2 das diversas nações, assim como dos diversos equipamentos por elas utilizados.

No seio da NATO, a necessidade da aliança em associar diferentes capacidades a diversos níveis (político, militar e vertente civil), apenas foi entendida pela primeira vez com a resposta aos ataques do 11 de setembro de 2001. Esta resposta conduziu à realização da cimeira de Praga no ano seguinte. Desta cimeira, resultou a criação do *Allied Command for Transformation* e o desenvolvimento do conceito NATO *Network-Enabled Capability* que, assente na génese do *Network-Centric Warfare*, foi pensado como uma infraestrutura de informações para facilitar a interação e partilha de informação entre todos os membros da aliança, facilitando assim o *situational awareness* e contribuindo para uma rápida tomada de decisão a todos os níveis.

A FMN, tal como a conhecemos atualmente, teve por base outros conceitos e plataformas cujas necessidades, principalmente na área informacional e em particular na ligação entre todos os sensores do campo de batalha, já haviam sido identificadas na guerra do Afeganistão, através da implementação da *Afghanistan Mission Network*.

Hodiernamente, a FMN procura responder não apenas às necessidades verificadas na condução de uma operação de grande envergadura pela aliança, mas antes, pelas características das novas ameaças, à constante necessidade de manter o *situational awareness*. Este conhecimento situacional continuado constata-se como fundamental para todos os parceiros da aliança. Esta resposta provém da capacidade da FMN em garantir uma abordagem coordenada que permite a interligação de forças num ambiente federado e através de um C2 eficaz, resultando numa rápida e consciente tomada de decisão, baseada numa gestão eficiente de processos, atividades e normas.

Referências Bibliográficas

- Alberts, D. S., Garstka, J. J., & Stein, F. P. (2000). *Network Centric Warfare: Developing and leveraging information superiority* (2.ª Ed.). Washington: CCRP Publication Series.
- Buckman, T. (2005). *NATO Network Enabled Capability: Feasibility Study*. Brussels: NATO C3 Agency.
- Cebrowski, A. K., & Garstka, J. J. (1998). *Network-Centric Warfare: Its Origin and Future*. US Naval Institute Proceedings, 124(1), pp. 28–35. Retirado de https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/36514207/1_NCW_Origin_and_FutureVice_Admiral_Arthur_K._Cebrowski.pdf?1423060688=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DNetwork_Centric_Warfare_Its_Origin_and_F.pdf&Expires=1615311886&Signature=
- Cordesman, A. H. (2013). *Lessons of the Gulf War: 1990-1991*. Washington: Center for Strategic and International Studies.
- Grifo, P. M. M. (2019). Federated Mission Networking (FMN). *Brigada de Intervenção*, N.º 18, pp.181–187.
- Grifo, P. M. M., & Fernandes, L. M. C. (2020). *A experiência da ISAF como base para a criação da Federated Mission Networking da NATO (Trabalho de Aplicação de Grupo de Enquadramento Doutrinário das Operações Militares)*. Instituto Univeritário Militar, Lisboa.
- Macedonia, M. R. (1992). *Information Technology in Desert Storm*. *Military Review*, LXXII(10), pp. 34–41. Retirado de https://www.researchgate.net/profile/Michael-Macedonia/publication/263161887_Command_and_Control_in_Desert_Storm/links/02e7e53a0bab2350b6000000/Command-and-Control-in-Desert-Storm.pdf
- Michele, N., & Alessandro, M. (2012). *The new requirements and Network Centric Warfare (NCW) (Rep.)*. Roma: Istituto Affari Internazionali.
- North Atlantic Treaty Organization. (2012). *Afghanistan Mission Network / Future Mission Network Study*. Table of Contents (May). Netherlands: Command and Control Centre of Excellence (C2CoE).
- North Atlantic Treaty Organization. (2015, 13 de outubro). *NATO Network Enabled Capability* (archived). [Página online]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_54644.htm
- North Atlantic Treaty Organization Interoperability Standards and Profiles. (2021, 27 de março). *G.5. FMN Architecture* [Página online]. Retirado de <https://archive.nisp.nw3.dk/nisp-8.0/volume3/apgs05.html>
- Pullen, J. M., Galvin, K., & Brook, R. A. (2020). *NATO Federated Mission Networking Standards for CAX*. EasyChair Preprint: Manchester.
- Serena, C. C., Porche III, I. R., Predd, J. B., Osburg, J., & Lossing, B. (2014). *Lessons Learned from the Afghan Mission Network. Developing a Coalition Contingent Network*. Washington DC: Rand Offices.
- Wilson, J. R. (2000, 01 de janeiro). *Network-centric warfare 21st century*. [Página online]. Retirado de <https://www.militaryaerospace.com/home/article/16706659/networkcentric-warfare-21st-century>

IX – AS REGRAS DE EMPENHAMENTO

David Pinheiro Martins
Major, GNR

Nelson Filipe Neves Inácio
Major, Exército

1. Introdução

O objeto de estudo deste trabalho centra-se na análise da Função Conjunta Comando e Controlo (C2), em específico as Regras de Empenhamento (ROE) na Guerra do Golfo.

As Funções Conjuntas⁴³ são uma estrutura que fornece ao Comandante e ao seu Estado-Maior um enquadramento global das atividades da força, visam garantir que todos os aspetos da operação são abordados, e são relevantes para o levantamento inicial das capacidades necessárias para uma Força Conjunta e para a condução das operações (NATO, 2019). Estas proporcionam um quadro de recursos e atividades que, combinadas, ajudam os comandantes a integrarem, sincronizarem e direcionarem vários recursos e atividades em operações conjuntas (Instituto Universitário Militar [IUM], 2019).

O C2 constitui a forma de relacionamento entre as diversas forças, nomeadamente na definição da cadeia de comando, delegação e transferência de autoridade de comando, bem como a ligação e coordenação (NATO, 2019).

As ROE, enquadradas na Função Conjunta de C2 e segundo Carreira (2004, p. 46), são instrumentos que regulamentam o uso da força militar, a ameaça do uso dessa força ou as atividades relacionadas com o seu uso, as quais são controladas por motivos jurídicos, políticos e militares. Deste modo, as ROE são um dos meios para o exercício desse controlo nos planos político e militar.

Em 02 de agosto de 1990, por volta das 01H00, cerca de 100.000 militares iraquianos lançaram um ataque ao Kuwait. A partir desse momento o Iraque passou a controlar esse país, bem como cerca de 20% das reservas do petróleo do mundo, ameaçando outros 20% na Arábia Saudita, provocando assim uma surpresa na comunidade internacional (Finlan, 2003).

A presente investigação centra-se na análise das ROE usadas pelas forças da coligação na Guerra do Golfo, no desenrolar das operações *Desert Shield*⁴⁴ e *Desert Storm*⁴⁵. Para tal, inicialmente, enquadrar-se-á a investigação no espaço e tempo, caracterizando o Teatro de Operações (TO), passando pelo enquadramento conceptual, sendo à *posteriori* analisadas as ROE em específico neste TO, culminando com uma síntese conclusiva do objeto de estudo.

⁴³As Funções Conjuntas são: Manobra (*Manoeuvre*); Fogos (*Fires*); Comando e Controlo (*Command and Control*); Informações (*Intelligence*); Informação (*Information*); Sustentação (*Sustainment*); Proteção da Força (*Force Protection*); e Cooperação Civil-Militar (*Civil-Military Cooperation*) (NATO, 2019).

⁴⁴ Operação desencadeada pelos EUA, em 07 de agosto de 1990, com a coligação de 35 nações em defesa da Arábia Saudita com o fim de libertar o Kuwait. Esta operação empenhou de cerca de 600.000 militares (US Army, 2021).

⁴⁵ Em 17 de janeiro de 1991, a operação *Desert Shield* foi precedida por esta operação militar que contou com a coligação de 39 nações aliadas (Collins, 2019).

2. A Guerra do Golfo

No período pós-guerra fria, em pleno ano de 1990, deu-se a inesperada Guerra do Golfo, após a dissolução dos dois grandes blocos políticos existentes no mundo (EUA e ex-URSS). Esta Guerra foi iniciada como um conflito regional e que rapidamente assumiu proporções internacionais. O médio oriente, atendendo aos seus recursos de hidrocarbonetos sempre foi uma região muito cobiçada constituindo a invasão do Kuwait por parte do Iraque, uma ignição para o confronto que levou à intervenção de uma força multinacional para libertar este país dessa ocupação iraquiana (Finlan, 2003).

A invasão do Kuwait pelo Iraque deu-se em 02 de agosto de 1990 tendo surpreendido a Comunidade Internacional. A reação por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas foi imediata através da resolução 660. Esta resolução condenava a intervenção militar iraquiana e exigia a retirada imediata do Kuwait (Finlan, 2003).

Esta invasão associada a ameaça potencial que representava para a Arábia Saudita, o maior produtor e exportador de petróleo no mundo, levou os EUA e os seus aliados europeus da NATO a enviar tropas para a Arábia Saudita, por forma a impedir um possível ataque. O Egito e várias outras nações árabes uniram-se à coligação, iniciando-se assim a operação *Desert Shield* (Finlan, 2003; US Army, 2010).

Segundo Lousada (2008, cit. por Faro, 2008), a operação *Desert Shield* consistia em concentrar gradualmente forças na Arábia Saudita com a finalidade de proteger esse país do Iraque e, por outro lado, garantir que se reunisse o efetivo necessário para uma possível futura ação militar no Kuwait. O principal objetivo desta operação consistia na dissuasão do Iraque.

A 29 de novembro de 1990, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou o uso da força por parte das forças da coligação contra o Iraque caso este não retirasse as suas forças do Kuwait até 15 de janeiro de 1991. Por esta altura a coligação aliada já possuía uma força constituída por 700.000 militares de diversas origens como os EUA, o Reino Unido, França, Egito, Arábia Saudita, Síria, entre outros. Apesar de tudo, o presidente do Iraque, Saddam Hussein recusou a retirada das forças (Finlan, 2003; US Army, 2010).

Nos termos de tal desenvolvimento, e mediante o apoio internacional, era necessário transformar aquele que era até então o plano defensivo, materializado pela operação *Desert Shield*, num plano ofensivo para libertar o Kuwait. Para tal seria necessário envolver mais recursos (humanos e materiais). Estes recursos foram obtidos com o incremento de mais nações à coligação, passando de 35 para 39 países, ficando assim constituída a Coligação Multinacional que daria início à designada operação *Desert Storm* (Finlan, 2003; US Army, 2010).

A ofensiva militar da coligação contra o Iraque começou em 16 de janeiro de 1991, com uma campanha aérea massiva conduzida durante semanas e liderada pelos EUA. Destruindo todos os alvos estratégicos iraquianos. Esta campanha permitiu às forças terrestres avançar sensivelmente um mês depois, a meados de fevereiro, de encontro às forças iraquianas. Após eliminados os alvos designados em solo iraquiano, esta ação permitiu recuperar o Kuwait em aproximadamente três dias, sendo proclamado o cessar-fogo a 28 de fevereiro de 1991 (Finlan, 2003; US Army, 2010).

3. Regras de Empenhamento

A Função Conjunta C2 deve abarcar todas as forças e organizações que contribuem para a operação. A direção deverá estar centralizada ao mais elevado nível e, por sua vez, a autoridade para a execução deverá ser delegada no nível mais baixo, de modo a garantir o emprego das forças com maior eficácia (IUM, 2019, p. 28).

Segundo Plana (2009), o uso da força militar e as atividades relacionadas com o seu uso são conduzidas, limitadas e controladas pelos políticos e juristas. Para seu melhor controlo foram instituídas as ROE, as quais são interpretadas como sendo ordens de comando que determinam quando, onde, contra quem e como se usa a força, sendo linhas orientadoras para os comandantes no decorrer de uma operação militar.

A NATO conceptualiza as ROE como diretrizes para as forças militares que definem as circunstâncias, condições, grau e o modo pela qual a força, ou ações que podem ser interpretadas como uma provocação, podem ser aplicadas (NATO, 2003).

Segundo Carreira (2004, p. 47), no entendimento das ROE há dois aspetos essenciais a realçar, nomeadamente o seu carácter instrumental e não exclusivo. As ROE são um meio e não um fim, em si mesmo, e por outro lado, não esgotam os aspetos relativos ao controlo da força militar, designadamente, não se destinam a transmitir instruções táticas ou a estabelecer limitações ao uso de certos meios que decorrem da própria natureza do seu emprego.

No plano político as ROE asseguram que as políticas e objetivos da Aliança se reflitam nas ações dos comandantes no terreno. No plano militar, as ROE fixam os parâmetros dentro dos quais o comandante deve operar para cumprir a missão atribuída, designadamente restrições do direito internacional, das leis nacionais e do mandato – Resolução do Conselho de Segurança –, ou outras, como por exemplo, as destinadas a assegurar o apoio da opinião pública a uma operação específica (Carreira, 2004).

A dimensão política das ROE é a dominante, nomeadamente na conformação da ação militar com o objetivo político. No plano militar as ROE cobrem um vasto campo, designadamente controlo da escalada, gestão dos fatores “onde, quando, como”, otimização do emprego dos meios, articulação da ação militar com as diretivas políticas, razões de disciplina, ética e axiológicas (uma arma pode ser autorizada pelo Direito Internacional e o Estado abster-se de a utilizar num preciso contexto) (Carreira, 2004, p. 48).

No período pós-guerra fria, a NATO foi chamada a participar numa multiplicidade de missões que requereram um controlo político mais preciso. Esta necessidade proporcionou o desenvolvimento de uma nova doutrina no emprego de forças conjuntas e combinadas – as *Combined Joint Task Forces* (Carreira, 2004, p. 49).

As ROE são fundamentais para o cumprimento da missão. No entanto, não definem a forma de como alcançar o fim de uma missão do ponto de vista militar, regulando apenas a intervenção e os procedimentos tendo em conta o Direito Internacional. Neste sentido, as decisões de natureza militar são da inteira responsabilidade dos comandantes das operações (Center for Law and Military Operations [CLAMO], 2000).

Segundo o CLAMO (2000), no planeamento das ROE, para determinado TO, tem que se ter em conta a eficácia operacional, a lei e políticas nacionais e internacionais, os fatores diplomáticos e os interesses securitários e políticos nacionais. Centrando-se assim as ROE na interseção destas três áreas fundamentais, conforme Figura 1. Contudo, o centro de gravidade (CoG) das ROE pode ser alterado, aproximando-se ou afastando-se de cada uma das áreas fundamentais, mediante a tipologia de conflito, desde operações de paz até à guerra total, conforme exemplo na Figura 2 (Perry, 1999).

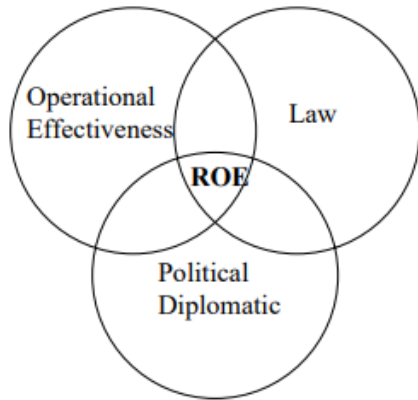


Figura 6 – Áreas centrais enquadrantes das ROE

Fonte: Roach (1983).

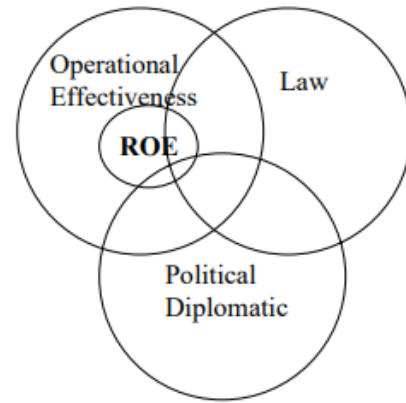


Figura 7 – Migração CoG ROE – Guerra Total

Fonte: Roach (1983).

4. Regras de Empenhamento na Guerra do Golfo

O Teatro de Operações da Guerra do Golfo foi palco de inovação em diversos aspetos, desde a implementação de novidades tecnológicas até ao relacionamento político-militar, entre eles a temática das ROE. Ao analisar a política nacional declarada, os objetivos militares nacionais, as missões atribuídas, as ROE e os resultados subsequentes, é evidente que as operações levadas à cabo neste TO, foram as mais bem sucedidas desde a Segunda Guerra Mundial (Hittinger, 2000).

Ao contrário da campanha desenvolvida pelos EUA no Vietname, o sucesso do emprego das ROE na Guerra do Golfo deveu-se primordialmente à aproximação dos objetivos políticos com os objetivos militares, tomando por base as lições aprendidas do passado. Neste TO os objetivos político-militares foram claramente definidos, tendo sido emanadas ROE que não fossem demasiado restritivas (ao contrário do Vietname). Estas regras eram indissociáveis da possibilidade de um comandante alcançar o sucesso operacional e tático, existindo uma liberdade operacional ao nível da execução, enquadrado na legalidade, traduzindo assim o sucesso estratégico, ao deslocar o CoG das ROE mais para as esferas da política e eficácia operacional (Figura 3), perfeitamente alinhadas entre si (Hittinger, 2000; Perry, 1999).

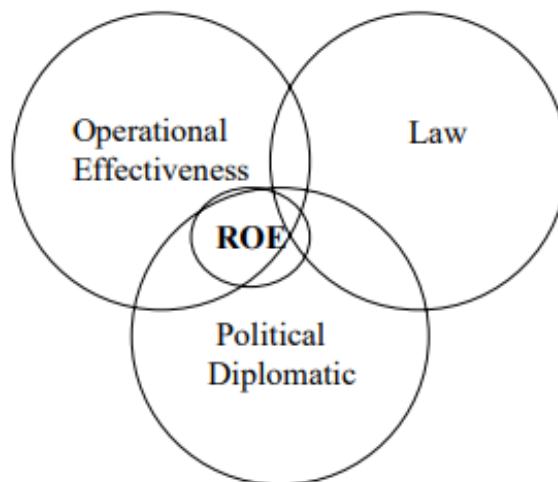


Figura 8 – Migração CoG ROE – Guerra do Golfo

Fonte: Roach (1983).

Após o poder político ter aprovado o envio das primeiras forças de combate para a Arábia Saudita em agosto de 1990, a “máquina jurídica” americana centrou-se na divulgação de um memorando denominado “*Peacetime Rules of Engadgment for U.S. Forces*” a empregar por todas as forças destacadas. Estas regras foram a base de todas as variantes das ROE no decorrer das operações na Guerra do Golfo, quer seja para as operações terrestres, marítimas ou aéreas (Borch, 2001).

Na Guerra do Golfo existiram duas categorias genéricas de ROE, nomeadamente para a operação *Desert Shield* e posteriormente para a operação *Desert Storm*. Cada categoria cobria períodos distintos e exigia ROE distintas.

<u>Desert Shield (Peacetime)</u>	<u>Desert Storm</u>
<p>THESE ARE PEACETIME RULES OF ENGAGEMENT. NOTHING IN THESE RULES LIMITS THE RIGHTS OF INDIVIDUAL SOLDIERS TO DEFEND THEMSELVES OR THE RIGHTS AND RESPONSIBILITIES OF LEADERS TO DEFEND THEIR UNITS.</p> <p>A. You may not conduct offensive military operations (raids, ambushes, etc.). B. You may use force in self-defense in response to attacks or threats of imminent attack against U.S. or host nation forces, citizens, property, or commercial assets. C. You are not permitted to enter the land, sea, or airspace of other countries--besides the host nation. D. If you inadvertently enter territorial land, sea, or airspace of another country, you may use force in self-defense to withdraw. E. You may not seize property of others to accomplish your mission in peacetime. F. Proper contracting processes must be followed to obtain supplies and other items necessary to accomplish the mission. G. Treat all persons and property with respect and dignity. Remember we are at peace.</p> <p style="text-align: center;">REMEMBER</p> <p>1. WE ARE NOT AT WAR. 2. THESE RULES ARE IN EFFECT UNLESS HOSTILITIES BEGIN 3. KNOW THE WARTIME ROE AND FOLLOW THEM IF HOSTILITIES BEGIN.</p> <p><u>Though the following are not "ROE," these tips were provided along with the ROE for Desert Shield:</u></p> <p style="text-align: center;">CULTURAL DOs AND DONTs</p> <p>DO:</p> <p>A. Be friendly and courteous. A handshake accompanied with the phrase id-Salaama 'Alaykum (Peace be upon you) is the most common form of greeting. B. If you smoke (most Arab men do), offer to share cigarettes with those present. C. Sit properly in chairs: upright with feet on the ground. D. When in doubt, observe locals and imitate their behavior. E. Avoid contact with Arab women. If introduced, be polite but do not stare or engage in any lengthy conversations.</p> <p>DONT.</p> <p>A. Make critical comparisons of your religion vs. Islam. B. Ask an Arab not to smoke. C. Point your finger or use your index finger to beckon people: it is considered demeaning. D. Use alcohol. E. Possess or use pornographic or sexually explicit material.</p>	<p>ALL ENEMY MILITARY PERSONNEL AND VEHICLES TRANSPORTING THE ENEMY OR THEIR SUPPLIES MAY BE ENGAGED SUBJECT TO THE FOLLOWING RESTRICTIONS:</p> <p>A. Do not engage anyone who has surrendered, is out of battle due to sickness or wounds, is shipwrecked, or is an aircrew member descending by parachute from a disabled aircraft. B. Avoid harming civilians unless necessary to save U.S. lives. Do not fire into civilian populated areas or buildings which are not defended or being used for military purposes. C. Hospitals, churches, shrines, schools, museums, national monuments, and any other historical or cultural sites will not be engaged except in self-defense. D. Hospitals will be given special protection. Do not engage hospitals unless the enemy uses the hospital to commit acts harmful to U.S. forces, and then only after giving a warning and allowing a reasonable time to expire before engaging, if the tactical situation permits. E. Booby traps may be used to protect friendly positions or to impede the progress of enemy forces. They may not be used on civilian personal property. They will be recovered or destroyed when the military necessity for their use no longer exists. F. Looting and the taking of war trophies are prohibited. G. Avoid harming civilian property unless necessary to save U.S. lives. Do not attack traditional civilian objects, such as houses, unless they are being used by the enemy for military purposes and neutralization assists in mission accomplishment. H. Treat all civilians and their property with respect and dignity. Before using privately owned property, check to see if publicly owned property can substitute. No requisitioning of civilian property, including vehicles, without permission of a company level commander and without giving a receipt. If an ordering officer can contract the property, then do not requisition it. I. Treat all prisoners humanely and with respect and dignity. J. ROE Annex to the OPLAN provides more detail. Conflicts between this card and the OPLAN should be resolved in favor of the OPLAN.</p> <p style="text-align: center;">REMEMBER</p> <p>1. FIGHT ONLY COMBATANTS. 2. ATTACK ONLY MILITARY TARGETS. 3. SPARE CIVILIAN PERSONS AND OBJECTS. 4. RESTRICT DESTRUCTION TO WHAT YOUR MISSION REQUIRES.</p>

Figura 9 – Cartões das ROE – Operação Desert Shield / Desert Storm

Fonte: Center for Law and Military Operations (2000)

A operação *Desert Shield* usou um conjunto de regras baseado em restrições enquadradas em tempo de paz (Figura 4). Embora mantendo o direito inerente à autodefesa, a consideração geral foi evitar um compromisso prematuro que iniciasse hostilidades entre as Forças da Coligação e o Iraque, colocando um forte ênfase em operações defensivas (Hittinger, 2000; Perry, 1999).

A operação *Desert Storm* usou um segundo conjunto de ROE que entrou em vigor após o início das hostilidades, a 17 de janeiro de 1991. Estas novas ROE eram baseadas em condições de guerra (Figura 4) perfeitamente alinhadas com a Lei da Guerra e dos Conflitos Armados. Aquando da sua elaboração foi garantido que estas novas regras não provocassem constrangimentos operacionais e que não eram mais restritivas do que o exigido pela Lei dos Conflitos Armados. Esta liberdade de ação combinada com as ROE razoáveis, a par da consistência política, objetivos militares e as declarações das missões a desenvolver, foram as peças fundamentais para o sucesso em todos os níveis das operações militares na Guerra do Golfo (Hittinger, 2000; Humphries, 1992; Perry, 1999).

A Guerra do Golfo serviu de base para uma maior aproximação entre os comandantes militares e os advogados e juízes. Existiu inovação na comunicação e execução das ROE, aliando o conhecimento de ambos na procura de um produto final que alcançasse um desidrato desejável, ou seja, umas ROE que permitissem dentro da legalidade conduzir ao sucesso das operações militares (Martins, 1994).

Esta simbiose existente entre planeadores e homens da justiça permitiu dar o enfoque necessário à importância da disseminação das ROE a todos os soldados envolvidos nas operações. Exigindo à estrutura que fizesse chegar as ROE a todos os envolvidos, para tal, os comandos militares ao seu nível restabeleciam as ROE e faziam-nas chegar aos seus militares. Exemplo disso eram os denominados “cartões amarelos”, onde estavam impressas as ROE conforme se demonstrou anteriormente na Figura 4. Um dos lados do cartão continha as ROE para tempo de Paz, o outro as ROE para tempo de Guerra (Borch, 2001).

As regras distribuídas foram “desenhadas” de forma a serem de fácil perceção, enquadrando os militares sobre o que podiam ou não fazer, mediante um conjunto de situações, diminuindo assim as suas indecisões face aos acontecimentos e transformando os seus comportamentos em mais adequados aos olhos do direito internacional, como por exemplo, a necessidade de tratar todas as pessoas e bens com dignidade e respeito (Borch, 2001; Martins, 1994).

O cumprimento das ROE deu um exemplo visível dos valores que a democracia promoveu e defendeu neste TO. Ao implementar este tipo de comportamento baseado nas ROE, verificou-se que os adversários ao perceberem que seriam tratados com dignidade, entregavam-se em massa, fornecendo informações valiosas, evitando-se assim um número de mortes incalculável (Zumwalt, 1995).

A Guerra do Golfo é um bom exemplo de como as ROE devem ser emitidas por todos os Estados que participam nas coligações. A implementação destas regras possibilita a definição de um modo similar de atuação e mesmo que existam diferenças, estas podem ser diminuídas ao agregar forças no terreno que estejam em sintonia (Bennett & Macdonald, 1995; Rowe, 2007).

5. Conclusões

Este trabalho ao centrar-se na questão das ROE, no contexto da Guerra do Golfo, demonstra bem a importância deste instrumento na função conjunta de C2, nomeadamente, no emprego do uso da força em operações militares. Constituindo-se estas regras como linhas orientadoras para os comandantes, estabelecendo o uso legítimo, gradual e proporcional do uso da força.

As ROE são desenvolvidas para cada operação militar, tendo por base a intervenção de três níveis (político, legal e operacional). Deste modo, assumem-se como um aspeto fundamental a ter em conta na ação de comando e disciplina, planeamento, doutrina e treino para determinada operação. As ROE combinam orientações políticas e legais com a execução militar aos mais baixos escalões, numa tentativa primordial de equilibrar dois requisitos concorrentes: a necessidade de eficácia e flexibilidade operacional; e a necessidade de controlo político sobre a aplicação da força. No entanto, as ROE por muito bem concebidas que sejam, não substituem legítima defesa nem tão pouco o bom senso.

A Guerra do Golfo alcançou a legitimidade internacional e doméstica logo no início da campanha. As lições aprendidas com o Vietname foram corretamente aplicadas. A política, a estratégia e os objetivos militares estavam alinhados. As ROE estabelecidas garantiram liberdade de ação aos comandantes, proporcionando-lhe uma maior probabilidade de sucesso. Tendo sido projetadas para minimizar o fratricídio e maximizar as oportunidades de alvos, para tal, a linguagem legislativa não foi incluída, num esforço de tornar as regras as mais simples e inequívocas possível, de fácil uso pela execução.

As ROE da Guerra do Golfo foram talhadas para um tempo de paz, precavendo o tempo de guerra, fazendo com que fossem alinhadas mediante a situação, que foi sendo alterada ao longo da campanha, com os objetivos político-militares bem definidos como pano de fundo. Delinearam um trajeto de sucesso, maximizando-se como um multiplicador de força para a coligação, permitindo salvar vidas humanas impossível de quantificar.

Mediante toda a análise que antecede, conclui-se que as ROE estabelecidas na Guerra do Golfo serviram e servem de exemplo na criação e condução de ROE em diversas campanhas, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra. Salienta-se a particularidade de inovação em campos diversificados, que vão desde o correto alinhamento das entidades políticas com as militares e legais, passando pela inovação da simbiose entre os comandantes no terreno e os advogados e juizes, até ao desenvolvimento de melhoria e aproximação de conceitos, no que a coligações entre Estados diz respeito.

Referências Bibliográficas

- Bennett, D., & Macdonald, A. (1995). *Coalition Rules of Engagement*. Washington: National Defense University.
- Borch, F. (2001). *Judge Advocates in Combat - Army Lawyers in Military Operations from Vietnam to Haiti*. Washington: Office of the Judge Advocate General and Center of Military History United States Army.
- Carreira, J. M. S. (2004). O Direito Humanitário, as Regras de Empenhamento e a condução das Operações Militares. Lisboa: Edições Culturais da Marinha [Página online]. Retirado de https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais/Documents/cadernos_navais_n11_outubro_dezembro_2004.pdf
- Center for Law and Military Operations. (2000). *Rules of Engagement (ROE) Handbook For Judge Advocates*. Charlottesville, Virginia: Autor.
- Collins, S. (2019). *Desert Storm: A Look Back*. U.S. Department of Defense [Página online]. Retirado de <https://www.defense.gov/Explore/Features/story/Article/1728715/desert-storm-a-look-back/>.
- Faro, M. (2008). *A Guerra do Golfo de 1991*. Lisboa: Academia Militar [Página online]. Retirado de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6982/1/A%20Guerra%20do%20Golfo%20de%201991.pdf>
- Finlan, A. (2003). *The Gulf War 1991*. Oxford: Osprey Publishing.
- Hittinger, W. (2000). *Rules of engagement as a force multiplier* [Página online]. Retirado de <https://smallwarsjournal.com/documents/hittinger.pdf>
- Humphries, J. (1992). *Operations Law and the Rules of Engagement in OPERATIONS DESERT SHIELD and DESERT STORM*. *Airpower Journal*, VI(3), 25–41.
- Instituto Universitário Militar. (2019). *Manual Escolar: Planeamento de Operações Conjuntas e Combinadas - Nível Estratégico e Nível Operacional*. Lisboa: Autor.
- Martins, M. (1994). *Rules of Engagement for Land Forces: A matter of training. Not lawyering*. *Military Law Review*, 143, 3–160.
- NATO. (2003). *MC 362/1 - NATO Rules of Engagement*. NATO Atlantic Military Committee.
- NATO. (2019). *Allied Joint Doctrine for the conduct of Operations AJP-03 Edition C Version 1*. Brussels: NATO Standardization Office.
- Perry, R. (1999). *Striking the Balance: Airpower Rules of Engagement in Peace Operations*. Alabama: School of Advanced Airpower Studies Air University.
- Plana, M. A. (2009). *Escuela Militar de Estudios Jurídicos*. Madrid: Ministerio da Defensa.
- Roach, A. (1983). *Rules-of-Engagement*. Syracuse: Naval War College Review.
- Rowe, P. (2007). *The Rules of Engagement in Occupied Territory: Should They Be Published?* *Melbourne Journal of International Law*, 8(2), 327–339.
- US Army. (2010). *War in the Persian Gulf: Operations Desert Shield and Desert Storm, August 1990-March 1991*. Washington: Center of Military History.
- US Army. (2021). *Operation DESERT SHIELD*. U.S. Army Center of Military History [Página online]. Retirado de https://history.army.mil/html/bookshelves/resmat/dshield_dstorm/desert-shield.html.
- Zumwalt, J. (1995). *The Law of War—Bringing Civility to the Battlefield*. *Marine Corps Gazette*, 79(2), 46–47.

X – AS INFORMAÇÕES

Bruno Miguel Passos Baraças
Major, GNR

Ricardo Manuel Martins Pereira dos Santos Coelho
Major, Exército

1. Introdução

Entre 1990 e 1991, uma coligação militar, liderada pelos Estados Unidos da América (EUA), viria a inverter os resultados da declarada agressão iraquiana contra o Kuwait, através do desenvolvimento sequencial das Operações *Desert Shield* e *Desert Storm* (Builder et al., 1990; Schubert & Kraus, 1995). A Operação *Desert Shield*, iniciada em agosto de 1990, visava salvaguardar uma eventual invasão da Arábia Saudita por parte dos iraquianos, pressionando também o Conselho de Segurança das Nações Unidas a uma tomada de posição e à autorização do uso da força (Trindade, 2016). Por sua vez, iniciou-se a Operação *Desert Storm*, a 17 de janeiro de 1991, na sequência da recusa de Saddam Hussein em retirar do Kuwait, após ultimato do então Presidente dos EUA, George Bush (Quinn, 2014).

Pouco mais de 40 dias depois, o Kuwait era libertado (Carpenter, 1994), tendo para isso contribuído, decisivamente, a formação, o equipamento e a moral das forças da coligação (Taft, 1991).

No seu conjunto, as Operações *Desert Shield/Desert Storm* configuraram numa grande guerra de teatro, envolvendo mais de 300.000 militares dos EUA e 160.000 de países aliados (Zanini & Taw, 2000, p. 49). Apesar da ausência de um Comando Militar da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), a sua influência viria a ser importante para a coligação militar que se formou em apoio aos EUA, materializando a preparação para uma guerra massiva que havia sido organizada para defender a Europa no período da Guerra Fria (National Intelligence Foundation, 1996; Taft, 1991).

Nas palavras do General Norman Schwarzkopf, oficial que liderou a Operação, a grande vitória militar alcançada, bem como as mínimas perdas sofridas pelas forças dos EUA, podem ser diretamente atribuídas à função das Informações (*Intelligence*), que permitiu uma excelente caracterização de toda a ameaça iraquiana (Schwarzkopf, 1991, citado por Keightley, 1996, p. 11).

O objeto de estudo deste trabalho é centrado na análise da função de combate Informações, com especial incidência na forma como o ciclo de produção de informações foi assegurado nos diferentes níveis da Operação, e da sua evolução ao nível da NATO nos últimos 30 anos. Para cumprir tal desiderato, procedeu-se a uma análise bibliográfica e à realização de entrevistas a oficiais portugueses que exercem funções nesta área, ao nível da NATO e a nível nacional. Estes métodos de recolha de dados permitiram uma melhor compreensão da evolução das Informações nos últimos anos, num arguto paralelismo às lições aprendidas do conflito ora analisado, que ficaria conhecido para muitos historiadores como o despertar das guerras da “Terceira Vaga”, preconizadas por Alvin Toffler (Toffler & Toffler, 1991).

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos. Após a presente introdução, o segundo capítulo apresenta o enquadramento, incluindo o ciclo de produção de informações e as informações no apoio às ações conjuntas. No terceiro capítulo analisa-se as informações na Guerra do Golfo ao nível da estrutura e do ciclo de produção. O quarto capítulo apresenta as lições aprendidas e a evolução das informações, seguindo-se o quinto capítulo com as conclusões.

2. Enquadramento

As funções conjuntas habilitam os comandantes a integrar, sincronizar e dirigir várias capacidades e atividades em operações conjuntas, assim como determinar os requisitos de força. Neste contexto, a NATO define as seguintes funções conjuntas: (i) *manoeuvre*; (ii) *fires*; (iii) *command and control*; (iv) *intelligence*; (v) *information activities*; (vi) *sustainment*; (vii) *force protection*; (viii) *civil-military cooperation* (NATO, 2019, p. 41-46).

Estas funções conjuntas sustentam o planeamento e a organização do quadro concetual que permite a integração e sincronização das forças. Neste quadro, as Informações, como função conjunta, têm um papel único na análise e compreensão do ambiente operacional, constituindo-se como ponto de partida do processo de planeamento de operações, permitindo identificar as condições necessárias à prossecução dos objetivos pretendidos, avaliar o impacto dos intervenientes adversários e evitar efeitos não apoiados (NATO, 2020, p. 20).

Por conseguinte, esta função é uma componente fundamental à condução de operações, encontrando-se presente em todas as fases do planeamento e do desenho de operações, fornecendo informação oportuna e descrevendo continuamente o ambiente operacional (NATO, 2020, p. 20).

2.1. Ciclo de Produção de Informações

O ciclo de produção de informações materializa-se na sequência de atividades através das quais a informação é obtida, processada, convertida em informações e disponibilizada para os utilizadores. Estas atividades estão focadas nas quatro fases centrais de informações: direção; recolha; processamento; e disseminação (NATO, 2016, p. 47).

Apesar de aparentar um conjunto procedimental de natureza simplista, o ciclo de produção de informações é, na realidade, um conjunto complexo de atividades compostas por muitos ciclos que operam a diferentes níveis e velocidades. Algumas tarefas sobrepõem-se e coincidem por forma a que sejam frequentemente conduzidas simultaneamente e não sequencialmente. No essencial, a direção pode ser aplicada em qualquer fase, não apenas após a disseminação de um determinado produto. Igualmente, o material recolhido pode, se a exigência for urgente, ser disseminado sem ser processado, com as ressalvas apropriadas (NATO, 2016, p. 47).

2.2. As Informações no apoio às ações conjuntas

Tal como preconizado pela NATO (2016, p. 71), o apoio das Informações às ações conjuntas concretiza-se em tarefas como localizar, identificar e analisar atores, sistemas e potenciais alvos, tendo em vista a identificação e caracterização do seu valor e vulnerabilidades face a meios de influência adequados. Deste modo, as Informações habilitam os comandantes na seleção de sistemas de atores benéficos e potenciais alvos que contribuam para a realização dos objetivos operacionais estabelecidos, relevando neste contexto o designado ciclo de *targeting*, composto por seis fases⁴⁶, baseadas nos princípios de uma orientação conjunta eficaz e eficiente (NATO, 2016, p. 72), que promovem a integração e o dinamismo das capacidades conjuntas de Informações, Vigilância e Reconhecimento - *Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (JISR) (NATO, 2019, p. 1-24).

⁴⁶ Para a NATO, o *Targeting* integra as seguintes fases: Fase 1 - *Commander's objective, guidance, and intent*; Fase 2 - *Target development*; Fase 3 - *Capabilities analysis*; Fase 4 - *Commander's decision, force planning and assignment*; Fase 5 - *Mission planning and force execution*; Fase 6 - *Assessment* (NATO, 2016, pp. 72-73).

No contexto das operações conjuntas, todas as nações envolvidas devem contribuir pró-ativamente com as suas capacidades de Informações, fornecendo ao comandante da operação toda a informação necessária para uma melhor compreensão do ambiente operacional, informação essa que deverá ser cuidadosamente harmonizada, integrada e disponibilizada através de produtos tempestivos que decorrem do processamento das mesmas (NATO, 2019, p. 1-24).

3. As Informações na Guerra do Golfo

Durante o período de sete meses da invasão iraquiana do Kuwait, até à capitulação iraquiana em 28 de fevereiro de 1991, houve uma concentração sem precedentes da atividade de recolha de informações na região do Golfo, tendo sido gastos milhões de dólares para a monitorização das movimentações militares de Saddam Hussein (Ball, 1991, p. 1).

Nesta conjuntura, o contributo das Informações, materializado pela disponibilização de informação precisa sobre a localização de instalações e equipamentos militares iraquianos, bem como pela capacidade de comunicar até ao nível tático, foi fundamental para o sucesso da coligação (Best, 1995, p. 2). Uma significativa parte deste sucesso advém da forma como os EUA, em todos os escalões operacionais, partilharam as Informações disponíveis com os demais elementos da coligação, desde os primeiros dias da Operação, num processo que incluiria a troca de agentes e analistas (Bird, 2004, p.1; Garrity, 1993, p. 6).

3.1. A estrutura das Informações

A estrutura de Informações⁴⁷ que suportou as Operações *Desert Shield/Storm* foi construída gradualmente nos diferentes níveis. No que concerne aos EUA, a fim de processar, analisar e disseminar o enorme volume de informação recolhida, foram constituídos dois *Joint Intelligence Centres* (JIC). Um estava situado no Pentágono, organizado pela *Defense Intelligence Agency*, e agregava efetivo da *Central Intelligence Agency* e da *National Security Agency*, entre outros organismos de nível departamental. O outro estava localizado na sede do *United States Central Command* (USCENTCOM), em Riade, na Arábia Saudita (Ball, 1991, p. 4).

Em meados de fevereiro de 1991 havia mais de 700 elementos de Informações a apoiar o USCENTCOM, incluindo mais de 300 no JIC e outros tantos num grande centro de interpretação de imagens e reprodução fotográfica que apoiava o teatro de operações no processo de *targeting* e na avaliação de danos (*Battle Damage Assessment* (BDA)) (Ball, 1991, p. 4).

Ao nível das componentes foram estabelecidos órgãos de Informações responsáveis pela recolha de informação e pela condução de guerra eletrónica em apoio direto aos comandantes táticos. O seu objetivo centrava-se especialmente na localização de alvos e na perturbação das capacidades de comando, controlo e comunicações iraquianas (Ball, 1991, p. 41).

Todavia, a unidade de esforços seria alcançada com a criação do *Coalition Communication and Integration Center*, sob a égide do Terceiro Exército (Swain, 1996). Este centro, para além da coordenação de áreas como a formação, campos de tiro e logística, ficaria com a responsabilidade da coordenação das operações especiais (SOF) e das Informações, constituindo-se como o principal instrumento de coordenação das operações militares combinadas, pois integrava oficiais de todas as forças da coligação (Department of Defense, 1992, p. 57).

⁴⁷ De notar que as operações *Desert Shield/Desert Storm* contaram com duas estruturas de forças conjuntas, uma sediada em Riade, com efetivos dos EUA e da Arábia Saudita, na sua maioria, e outra, pelos demais membros da coligação, localizada na Turquia (Laipson et al., 2018, p. 21).

Para além de toda a estrutura própria, não obstante os problemas identificados ao nível da interoperabilidade, os EUA receberam um forte apoio dos serviços de Informações dos países da coligação (U.S. House of Representatives Committee on Armed Services [USHRCAS], 1993, p. 7).

3.2. O Ciclo de Produção de Informações na Guerra do Golfo

Como preconizado por Keightley (1996, p.52), o ciclo de produção de informações configurou a pedra angular da atividade de Informações na Guerra do Golfo, pelo que importará revisitar alguns dos principais aspetos e inferências das suas diferentes fases.

3.2.1. Direção

Tal como já referido, a estrutura de Informações foi construída gradualmente, sendo de evidenciar que, no início da Operação *Desert Shield*, esta foi intencionalmente restringida pelo comandante do USCENTCOM, General Schwarzkopf, pois a prioridade fora dada à rápida movimentação e acumulação de forças de combate na Arábia Saudita, por forma a obstar um eventual avanço das forças iraquianas para este país (USHRCAS, 1993, p. 3).

Neste período, a direção do esforço das Informações seria assegurada maioritariamente pelas agências nacionais dos EUA, levando a que, no período inicial da Operação *Desert Storm*, os comandantes táticos tivessem de confiar nos produtos de um ciclo orientado por estruturas normalmente vocacionadas para o aconselhamento político de alto nível e não para serviços militares que prestam apoio direto aos comandantes táticos (USHRCAS, 1993, p. 5). Esta circunstância viria a alterar-se à medida que o USCENTCOM ia criando e robustecendo a sua própria estrutura, responsabilizando-se assim pelo ónus da direção das atividades de recolha, processamento e disseminação da informação, dispensando, inclusive, o apoio dos demais países da coligação no que ao *targeting* dizia respeito (Kettle, 2016, p. 21-22).

De uma forma transversal a todo o período da Guerra, a direção do esforço de pesquisa visou a obtenção de informação oportuna e precisa sobre as capacidades e intenções militares do Iraque (Collins, 1991, p. 11).

3.2.2. Recolha

Ao nível da recolha, a Guerra do Golfo foi palco de profícuos avanços no JISR, em especial no que concerne a três disciplinas das Informações⁴⁸ (NATO, 2016, p. 3-21): a *Signals Intelligence* (SIGINT); a *Imagery Intelligence* (IMINT); e a *Human Intelligence* (HUMINT).

No contexto da SIGINT⁴⁹, tornou-se claro que o investimento em ativos táticos não tinha acompanhado a evolução das estruturas das forças militares. Todavia, sobressaíam três sistemas fundamentais: o *Air Force-Army Joint Surveillance and Target Attack Radar System* (JSTARS); o *Advanced Synthetic Aperture Radar System* (ASARS); e o veículo aéreo não tripulado (UAV) *Pioneer* (USHRCAS, 1993, p. 7). O JSTARS, ainda em desenvolvimento provou ser o mais importante ativo de recolha para o USCENTCOM, fornecendo informação quase em tempo real sobre os alvos, em todas as circunstâncias meteorológicas. O ASARS, integrado no avião de reconhecimento U-2, potenciou as capacidades do JSTARS, fornecendo melhor cobertura e resolução. Por sua vez, o UAV *Pioneer* permitiu um apoio

⁴⁸ Numa perspetiva mais abrangente poderá ainda ser mencionado o vasto trabalho desenvolvido pelas agências dos EUA ao nível da *Open Source Intelligence* (OSINT), em especial no que concerne a informação básica obtida sobre o Iraque em fontes abertas, tais como a Biblioteca do Congresso norte-americano, bem como em antigos relatórios de Adidos e Oficiais de Ligação das embaixadas (Best, 1995, p. 7).

⁴⁹ De salientar que a SIGINT forneceu às agências dos EUA o primeiro aviso substantivo de uma invasão iraquiana do Kuwait, em especial no que respeita à deteção da ativação de radares, de construção soviética, no sul do Iraque (Ball, 1991, p. 1).

substancial na recolha de imagens para as diferentes componentes, tendo um papel ativo na validação de alvos e no BDA (USHRCAS, 1993, p. 8).

No contexto da IMINT, apesar das críticas que viriam a ser elencadas e que constituíram a base de algumas das lições aprendidas, todos os comandantes táticos foram servidos, em certa medida, com imagens detalhadas do terreno, com respetiva identificação de alvos, para apoiar o seu planeamento operacional (Bird, 2004, p. 8).

Não obstante todas as capacidades elencadas, a identificação de alvos viria a ser fortemente apoiada pela HUMINT, em grande parte desenvolvida pelas unidades da componente SOF, no que respeita à obtenção de plantas e planos de instalações iraquianas, bem como no que concerne à identificação de locais chave, tais como *bunkers* subterrâneos, em fotografias e mapas apresentados às fontes humanas exploradas (US Government, 2017, p. III-59).

3.2.3. Processamento

Desde o início da Guerra, os analistas trabalharam arduamente para desenvolver e apresentar uma imagem situacional do inimigo, sendo, no entanto, forçados a lidar com um ambiente em rápida mudança, que exigia o fornecimento de produtos informacionais oportunos, relevantes e precisos (Bird, 2004, p. 10). Todavia, tal como ao nível da recolha, foram retiradas lições duradouras no contexto da análise, em especial no que respeitou à *tactical intelligence analysis* e à necessidade de formação e doutrina conjunta, em muito potenciadas pelas falhas ao nível da BDA (USHRCAS, 1993, p. 1). Acima de tudo, como referenciado por Schwarzkopf, o problema residia na propensão para a apresentação de produtos de análise militarmente obtusos⁵⁰ (USHRCAS, 1993, p. 18).

3.2.4. Disseminação

Esta fase do ciclo foi vital durante todas as fases das duas operações, constituindo-se como um dos aspetos mais problemáticos das Informações, em grande parte devido ao elevado número de produtos que era necessário fazer fluir para todos os escalões, algo que se tornou mais complexo devido aos já mencionados problemas de compatibilidade⁵¹. Estes problemas levaram a que muitos relatórios fossem perdidos ou não enviados (Intelligence Program Support Group, 1992, p. 1-1). Estas dificuldades encontravam-se também associadas às insuficiências da comunicação de imagens, que implicavam uma maior capacidade dos sistemas, em comparação com os textos simples, pelo que, muitas das vezes, as longas impressões fotográficas tinham de ser enviadas por correio “humano”, devido à sobrecarga, ou incompatibilidade dos sistemas (Best, 1995, p. 7).

4. Lições Aprendidas e Evolução das Informações

A Guerra do Golfo confirmou a superioridade dos EUA e dos seus aliados no que concerne às Informações (Bird, 2004, p.2). Contudo, como o próprio General Schwarzkopf admitiria, esta função não poderia ficar isenta de críticas (Estvanik, 1992, p. 1).

Para Estvanik (1992, p. 4), os principais problemas resultaram da incapacidade de alinhar os produtos gerados pelas Informações com as reais necessidades táticas dos comandantes no teatro de operações. Estas dificuldades, segundo o mesmo autor, provinham essencialmente dos problemas detetados ao nível

⁵⁰ Um dos exemplos elencados por Schwarzkopf aludia a um relatório que identificava uma ponte “52% destruída”, quando, na realidade, a necessidade do comandante tático residia, única e exclusivamente, em saber se a mesma era, ou não, transitável (USHRCAS, 1993, p. 3).

⁵¹ A título de exemplo, dos 12 sistemas de disseminação de imagens secundárias existentes no teatro de operações, apenas quatro conseguiam comunicar entre si (USHRCAS, 1993, p. 2).

do BDA, da falta de doutrina conjunta (procedimental e organizativa) e da falta de interoperabilidade (Estvanik, 1992, p. 4). Tais problemas seriam também elencados por Miller (1997, p. 1). Este autor sintetizava a causa destes problemas na incapacidade de se garantir a sincronia entre as Informações e as operações em curso.

Acresciam ainda, no contexto da interoperabilidade, graves problemas de compatibilidade tecnológica e operacional entre os países da coligação, exceção feita ao Reino Unido e França, que optaram por destacar forças com treino conjunto prévio, no âmbito da NATO (Zanini & Taw, 2000, p. 51).

Estas lições, identificadas por diversos autores, viriam a ser debeladas ao longo dos últimos 30 anos, em especial no que concerne aos esforços desenvolvidos pela NATO em termos de interoperabilidade e de doutrina conjunta. Como salientava Santinho Garcia⁵² (entrevista por *e-mail*, 9 de março de 2021), os esforços desenvolvidos nos últimos anos, ao nível da doutrina de Informações, têm tido relevantes reflexos ao nível da interoperabilidade.

Apesar da função Informações ser amplamente influenciada pelos meios que cada país da NATO possui, a edificação de capacidades, em comum alinhamento com a aliança, bem como a normalização de procedimentos, têm contribuído para acautelar a necessária interoperabilidade (*op. cit.*).

Por outro lado, Luís Bernardino⁵³ (entrevista via *Teams*, 3 de março de 2021) relevava que a interoperabilidade nunca será perfeitamente adquirida, fruto da abrangência de atores que a aliança integra, pois, a mesma implica que todas as funções contribuam para o ciclo de produção de informações, sobrelevando, também, o papel fundamental que a doutrina encerra neste contexto. Na sua perspetiva, fruto da alteração dos tipos de conflitos, desde a Guerra do Golfo, importará vincar que as Informações devem continuar a focar-se nos efeitos, considerando um ciclo cada vez mais dinâmico e célere, que exige tecnologia diferenciada e exímia preparação de analistas (*op. cit.*).

5. Conclusões

Com este trabalho pretendeu-se analisar o emprego da função de combate Informações no decurso das Operações *Desert Shield/Desert Storm*, elencado, em especial, os principais aspetos das diferentes fases do ciclo de produção de informações e seus reflexos na evolução doutrinária ao nível da NATO, nos últimos 30 anos.

Tal como evidenciado pelo próprio General Schwarzkopf, as Informações no período da Guerra do Golfo constituíram-se como um dos principais motivos para uma vitória caracterizada pela celeridade e pelo emprego de um grande número de forças militares no teatro, com reduzido número de baixas.

Constatou-se uma notória movimentação da comunidade das Informações em prol das necessidades táticas das forças militares, potenciando o dinamismo do ciclo de produção de informações nos diferentes níveis. Estes ciclos visaram essencialmente o apoio à tomada de decisão e a disponibilização de dados precisos sobre a localização de instalações e equipamentos militares iraquianos.

Não obstante, nem sempre a integração dos produtos provenientes dos órgãos de nível nacional e departamental era de fácil execução, evidenciando-se problemas no âmbito da sincronização das Informações com as operações em curso.

⁵² Chefe do Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército Português.

⁵³ Oficial do Exército Português que exerceu funções de Chefe da Secção J2/COL/IRM do NATO *Joint Force Command Brunssun*.

Mesmo depois de consolidada a estrutura das Informações, já em apoio direto ao USCENTCOM, os problemas perduraram, em especial no contexto do BDA, da interoperabilidade no seio das operações conjuntas e na partilha de produtos informacionais.

As lições aprendidas neste episódio da história recente catapultaram a necessidade de desenvolvimento de doutrina comum, bem como a edificação de capacidades alinhadas entre os membros da NATO, facilitando deste modo o desenvolvimento da almejada interoperabilidade.

Ao longo dos últimos 30 anos, a NATO procedeu a uma profunda revisão doutrinária, tendo em vista o alinhamento procedimental e a criação de estruturas conjuntas em torno desta função, potenciando deste modo a eficácia das Informações em conflitos vindouros.

Referências Bibliográficas

- Ball, D. (1991). *The Intelligence War in the Gulf - Canberra Papers on Strategy & Defence* [versão PDF]. Retirado de <http://sdsc.bellschool.anu.edu.au/experts-publications/publications/3167/intelligence-war-gulf>
- Bird, J. J. (2004). *Analysis of Intelligence Support to the 1991 Persian Gulf War: Enduring Lessons*. (Tese de Mestrado em Estudos Estratégicos). U.S. Army War College [AWC], Carlisle Barracks.
- Builder, C. H., Bankes, S. C., & Nordin, R. (1990). *Technology's Child: Schwarzkopf And Operation Desert Storm. Command Concepts: A Theory Derived from the Practice of Command and Control*, pp. 55-71. Retirado de https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/MR775/MR775.chap5.pdf
- Carpenter, M. (1994). *Joint Operations in the Gulf War*. (Tese da Faculty of the School of Advanced Airpower Studies). Air University [AU], Alabama.
- Collins, J. M. (1991). *Desert Shield and Desert Storm: Implications for Future US Force Requirements*. pp. 91-361. Retirado de <https://www.everycrsreport.com/reports/91-361RCO.html>
- Department of Defense. (1992). *Conduct of the Persian Gulf War - Final Report to Congress* [versão PDF]. Retirado de <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a249270.pdf>
- Estvanik, R. (1992). *Intelligence and the Commander: Desert Shield/Storm Case Study*. (Tese para o Departamento de Operações). Naval War College [NWC], Newport.
- Garrity, P. J. (1993). *Why the Gulf War Still Matters: Foreign Perspectives on the War and the future of International Security* [versão PDF]. Retirado de <https://www.osti.gov/servlets/purl/10178236>
- Keightley, H. B. (1996). *Intelligence Support for Air Operations* [versão PDF]. Retirado de <https://airpower.airforce.gov.au/APDC/media/PDF-Files/Fellowship%20Papers/FEL09-Intelligence-Support-for-Air-Operations.pdf>
- Kettle, L. (2016). *Between Franks and Butler: British intelligence lessons from the Gulf war*. *Intelligence and National Security*, 31(2), pp. 201-223. doi: 10.1080/02684527.2014.978549
- Laipson, E., Kurtzer, D., & Moore, J. (2018). *Intelligence ant the Middle East - What do we need to know?* *Journal of Ayn Rand Studies* 18(1). doi: 10.5325/jaynrandstud.18.1.0118
- Miller, M. E. (1997). *The Integration of Operations and Intelligence; Getting Information to the Warfighter* [versão PDF]. Retirado de <https://fas.org/irp/eprint/97-0362.pdf>
- National Intelligence Foundation. (1996). *The Role of Intelligence. Preparing for the 21st Century - An Appraisal of U.S. Intelligence: Report of the Commission on the Roles and Capabilities of the United States Intelligence Community*. *American Intelligence Journal* 16(2/3), pp. 15-28. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/44326507>

- NATO. (2016). AJP-2.1 Allied Joint Doctrine for Intelligence Prodecures ((B)(v1)). Bruxelas: NSO.
- NATO. (2019). AJP-3 Allied Joint Doctrine for the Conduct of Operations ((C)(v1)). Bruxelas: NSO.
- NATO. (2020). AJP-2 Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-Intelligence and Security ((B)(v1)). Bruxelas: NSO.
- Norman Schwarzkopf. (1991). Oral History - The Gulf War [Página online]. Retirado de <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/gulf/oral/schwarzkopf/1.html>
- Quinn, R. (2014). Intelligence Center Provides Support to Desert Shield/Desert Storm [Página online]. Retirado de https://www.army.mil/article/118182/intelligence_center_provides_support_to_desert_shielddesert_storm.
- Schubert, F. N., & Kraus, T. L. (1995). The Whirlwind War - The United States Army in Operations Desert Shield and Desert Storm [versão PDF]. Retirado de https://history.army.mil/html/books/070/70-30-1/cmhPub_70-30-1.pdf
- Swain, R. M. (1996). «Lucky War»: Third Army in Desert Storm - U.S. Army Command and General Staff College Press [versão PDF]. Retirado de https://history.army.mil/html/bookshelves/resmat/dshield_dstorm/LuckyWar.pdf
- Taft, W. (1991). European Security: Lessons learned from the Gulf War. NATO Review - Web Edition, 39(3), pp. 16-21. Retirado de <https://www.nato.int/docu/review/1991/9103-2.html>
- Toffler, A., & Toffler, H. (1991). A new theory of warfare arrives: we make war the way we make wealth--with information: war is won today by information, not industrial power or strength of troops [Página online]. Retirado de <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1991-03-05-me-22-story.html>
- Trindade, S. M. P. (2016). Operação Desert Shield e Desert Storm. (Trabalho de Aplicação Individual). Instituto Universitário Militar [IUM], Pedrouços.
- U.S. House of Representatives Committee on Armed Services. (1993). Intelligence Successes and Failures in Operations Desert Shield/Storm. [versão PDF]. Retirado de <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a338886.pdf>
- US Government. (2017). Joint Publication 2-01 - Joint and National Intelligence Support to Military Operations. [versão PDF]. Retirado de https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp2_01_20170705v2.pdf
- Zanini, M., & Taw, J. (2000). The Army and Multinational Force Compatibility. [versão PDF]. Retirado de https://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR1154.html

XI – AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO

Fernando Alves
Major, GNR

Ricardo Oliveira
Major, Exército

1. Introdução

Na madrugada do dia 17 de janeiro de 1991, oito helicópteros *Apache* cruzavam a fronteira iraquiana para destruir dois radares e dessa forma davam início à operação *Desert Storm*. A 28 de fevereiro as forças iraquianas capitulavam e era declarado o cessar fogo apenas 100 horas após o início do ataque terrestre. Esta campanha terrestre, inicialmente designada *Desert Sword*, foi subsequentemente designada de operação *Desert Sabre*.

No atual quadro doutrinário, a forma de manobra ofensiva aliada foi um movimento torneante, neste caso, do dispositivo defensivo iraquiano por Oeste. Todavia, o facto desta manobra ter iniciado sem que as forças iraquianas se tenham apercebido, exigiu decepção, segurança das operações e informações, Operações Psicológicas (*PsyOps*) e uma adequada presença, postura e perfil das forças na operação de moldagem. Hoje, todas estas capacidades e técnicas estão doutrinariamente enquadradas pelas Operações de Informação (*Info Ops*), pelo que, 30 anos passados, importa visitar esta temática.

Assim, o objeto desta investigação é a aplicação da atual concetualização de *Info Ops* à operação *Desert Sabre*. Este objeto fica delimitado, no tempo, apenas à duração da referida operação, no espaço, à área de operações conjunta e concetualmente às *Info Ops*.

Este trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. Após a presente introdução, segue-se o segundo capítulo, onde se apresenta o atual e antecedente quadro doutrinário sobre a temática. No terceiro capítulo tem lugar a caracterização do plano de decepção da operação *Desert Sabre* sob a ótica das *Info Ops*. No quarto e último capítulo apresentam-se as conclusões.

2. As Operações de Informação e a Doutrina

Neste capítulo abordam-se conceitos doutrinários conjuntos da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), pelo que se entende relevante perceber que as Forças Armadas portuguesas, como regra, assumem como nacional toda a doutrina conjunta NATO que seja ratificada. Por conseguinte, significa que este estudo aborda também a doutrina nacional (PDMC-01, 2012).

Todavia, ao abordar um estudo que recua 30 anos na sua análise, corre-se o risco de empregar concetualização atual, a um tempo onde esses conceitos não existiam, ou existindo, poderiam ser abordados de forma diferente. Como tal, considera-se importante esclarecer que grande parte dos conceitos atuais – que seguidamente se mencionam – têm que, necessariamente, ser encarados sob uma perspetiva que evite esse anacronismo.

Assim, no que concerne à temática das *Info Ops*, a doutrina aliada é regulada pelo *Allied Joint Publication* (AJP) 3-10 (2015). As *Info Ops* são consideradas neste manual como função conjunta (algo que veio a ser alterado com o AJP-3 (2019)), definindo-as como uma função que analisa, planeia, avalia e integra

as atividades de informação⁵⁴ para criar os efeitos desejados na vontade, compreensão e capacidades dos adversários, potenciais adversários e audiências aprovadas, por forma a apoiar o cumprimento dos objetivos (NATO, 2015, pp. 1–5).

Desta definição não resulta que as *Info Ops*, *per se*, devam ser encaradas como uma capacidade, mas antes como uma célula integradora de capacidades e técnicas, essas sim, passíveis de provocar os efeitos desejados.

Em função das capacidades que, na atualidade, as *Info Ops* agregam (Figura 1), torna-se relevante perceber qual o enquadramento doutrinário que tinham à época da operação *Desert Sabre*.

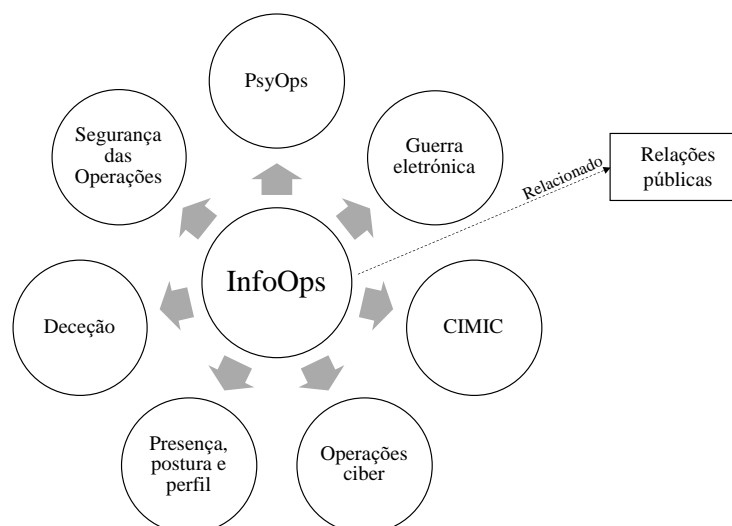


Figura 10 - As *Info Ops*

Fonte: Adaptado a partir de AJP 3-10 (NATO, 2015, pp. 1-10 - 1-16).

Ao manter o foco na NATO, como refere Nunes (2006), verifica-se que a sua política de *Info Ops*, remonta a 1998. Todavia, para aquela organização, o primeiro documento doutrinário sobre *Info Ops* trata-se do *Field Manual (FM) 100-6 Information Operations* (1996). Este manual, emitido cinco anos após a Guerra do Golfo, já alude e reconhece que se vive numa era da informação marcada por grandes avanços tecnológicos o que tem reflexos no ambiente operacional onde as forças militares operam. Por outro lado, também se conclui que as *Info Ops*, à época da operação *Desert Sabre*, não estavam doutrinariamente desenvolvidas, tal como na atualidade. Face ao que antecede, entende-se como relevante perceber se as atuais capacidades de *Info Ops* estavam doutrinariamente previstas durante a operação.

Para Wright (2018, p. 219), o plano de decepção foi enformado pelo princípio de Magruder⁵⁵. Este princípio defende que é mais fácil induzir um adversário em manter uma percepção preconcebida, do que tentar mudar essa percepção. No caso concreto, o dispositivo defensivo iraquiano estava claramente pronto para receber um ataque vindo de Sul e de Este, a partir do Golfo Pérsico, pelo que, interessava manter e alimentar essa convicção de forma a permitir o movimento torneante.

Do ponto de vista doutrinário, a decepção estava prevista no FM 100-5 *Operations* (1986, p. 53). Este manual refere, justamente, que é mais fácil convencer um adversário que a modalidade que ele adotou está correta do que o contrário. Ainda sobre a decepção, o Exército norte-americano chega a publicar o FM 90-

⁵⁴ Ações destinadas a afetar a informação ou sistemas de informação. Estes sistemas são definidos como o conjunto de equipamento, métodos e procedimentos – e se necessário pessoal – necessário para a função de processamento de informações.

⁵⁵ General John Bankhead Magruder (1807–1871) – serviu o exército da confederação na guerra civil americana.

2, *Battlefield Deception* (1988), fazendo menção, no seu primeiro capítulo, que pretende revitalizar essa arte da decepção perdida.

Para robustecer essa decepção, no dia 15 de fevereiro (apenas alguns dias antes do início da ofensiva terrestre), o próprio General Schwarzkopf visitou as forças *Marine*, e tornou pública essa visita, num comportamento típico de forças militares prestes a ser empenhadas. Esta ação, na atual doutrina, pode-se relacionar com *Info Ops*, designadamente com a presença, postura e perfil (NATO, 2015, pp. 1–12) no sentido em que tinha por objetivo alterar a percepção iraquiana (Wright, 2018, p. 223).

Quando de facto existiu a necessidade de iniciar movimentos para Oeste, foram empregues capacidades que incluíram *PsyOps* e guerra eletrónica (nomeadamente contramedidas eletrónicas) cujo enquadramento doutrinário estava também previsto no FM 100-5 *Operations* (1986, p. 54-55).

Em sùmula, com este capítulo verificou-se que o quadro doutrinário das *Info Ops*, como presentemente se conhece, teve os seus alvares apenas após 1996. Daqui resulta que as capacidades e técnicas que as *Info Ops* na atualidade sincronizam, não obstante estarem doutrinariamente enquadradas à época da operação *Desert Sabre*, encontravam-se dispersas em vários manuais, com destaque para o FM 100-5 *Operations* (1986) e o FM 90-2, *Battlefield Deception* (1988).

3. A Operação *Desert Sabre* e as Operações de Informação

Com este capítulo pretende-se caracterizar o plano de decepção da operação *Desert Sabre* à luz da concetualização das *Info Ops*.

Antes de indagar sobre o objetivo a que este capítulo se propõe, cumpre ter presente que a modalidade de ação terrestre que viria de facto a ser executada, foi a segunda a ser apresentada ao poder político.

Na primeira modalidade de ação, apresentada a 11 de outubro de 1990, o General Schwarzkopf idealizou uma forma de manobra assente no ataque frontal. Esta modalidade, dada a atrição que implicava, acarretava a previsão de baixas militares elevadas, o que se veio a revelar como politicamente inaceitável e, como tal, solicitou-se a apresentação de uma solução alternativa.

Assim, a nova modalidade de ação, com dois corpos de exército, consistia numa operação de moldagem em que se fixam as forças iraquianas de forma a impedir interferências com a operação decisiva que assentava num movimento torneante pelo flanco Oeste do dispositivo defensivo (Wright, 2018, p. 218). Por conseguinte, o sucesso desta modalidade de ação assentava, também, na capacidade de impedir que as forças iraquianas se apercebessem das intenções da coligação, de que decorre a necessidade de um plano de decepção.

A tarefa de conceber o plano recaiu sobre uma célula do J5 – Planos. O seu objetivo era evitar que as forças iraquianas se apercebessem do envolvimento dos dois Corpos de Exército, pelo que o foco iraquiano teria de permanecer sobre as forças a Sul do Kuwait e sobre as forças anfíbias no Golfo Pérsico, a Este (Wright, 2018, p. 220). Este desiderato era auxiliado pela convicção iraquiana, aposta em vários relatórios de informações, que apontavam para a preocupação com um ataque vindo de Este com forças anfíbias, assim como, davam a entender a impossibilidade de um ataque através do deserto (Breitenbach, 1991, pp. 10–11).

Para impedir que as forças iraquianas se apercebessem da forma de manobra da coligação, era fundamental que a localização dos dois corpos de exército (XVIII *Airborne Corps* e o VII *Corps*) que a viriam a executar, de alguma forma alimentasse a convicção de um ataque por Sul. Assim, as suas zonas de reunião iniciais localizaram-se em regiões a Sul da linha defensiva.

À medida que a campanha aérea progrediu, e que a capacidade radar iraquiana foi sendo reduzida, o XVIII *Airborne Corps* iniciou o seu movimento para Oeste, na direção das suas bases de ataque. Todavia, para evitar a deteção, estes movimentos foram realizados apenas no período noturno. Quanto ao VII *Corps*, aguardou a Sul até apenas alguns dias antes do início da operação terrestre (Wright, 2018, pp. 222–223). Daqui resulta, que todo este movimento implicou o recurso à segurança das operações e da informação, que na atualidade estão abrangidas pelas *Info Ops*.

Sendo a postura, presença e perfil da força, também, um dos atuais elementos das *Info Ops*, é de notar a ligação com as demonstrações executadas, como foi o caso da Operação *Imminent Thunder*. Esta operação contemplou a condução de exercícios de desembarque anfíbio para reforçar a ideia da prontidão americana para esse tipo de operação. A cobertura mediática destes exercícios foi permitida e incentivada (Monroe, 2012, p. 30; Dvorchak, 1990) – o que demonstra a ligação com as relações públicas que hoje se observa na concetualização das *Info Ops*.

No campo das *PsyOps*, realça-se a difusão de panfletos a solicitar a rendição das unidades iraquianas no Kuwait. Paralelamente, em Hafr al Batin – a Sul da posição da 1st *Cavalry Division* – foi disseminada junto dos iraquianos, a narrativa de uma operação de grande envergadura a ocorrer em direção ao Kuwait apoiada no rio Wadi Al Batin (Wright, 2018, p. 221).

Aquando do início da operação, de forma sincronizada com a aquela narrativa, a 1st *Cavalry Division*, efetuou várias fintas apoiada a Oeste do rio Wadi Al Batin, por forma a simular uma força numericamente superior (McCausland, 1993, p. 42).

A *Task Force Troy* é um outro exemplo paradigmático da deceção. Esta força de *Marines* localizada a Sul do Kuwait, em Al Wafrah, com um efetivo de 460 militares e cinco carros de combate, dispondo-se ao longo de uma frente de 30 quilómetros e com recurso a altifalantes, procurou, também simular uma força numericamente superior (Quilter, 1993, p. 64).

Para Monroe (2012, p. 131), o plano de deceção usado nesta operação é um paradigma da sincronização que deve existir nestas circunstâncias e que se resume no Quadro 1.

Quadro 2 - O plano de deceção da operação *Desert Sabre*

Deception Objective (DO)	Iraqi forces concentrate away from “Hail Mary” flanking movement
Deception Target	Saddam
Deception Story (THINK)	Coalition main effort will come through Wadi Al Batin with supporting amphibious landing
Deception Events (SEE)	Demonstration – 1st Cavalry Division entry into Wadi Al Batin Demonstration – II Marine Expeditionary Force’s amphibious training Demonstration – Training facilities in the assembly areas Disinformation – PSYOP using amphibious imagery Portrayal – Radio traffic of XVIII Corps Blending – Radio silence by XVIII Corps
Termination Trigger	On order

Fonte: Retirado de Monroe (2012, p. 131).

O sucesso deste plano ficou patente, pelo facto de, após a operação, os transparentes de operações iraquianos encontrados refletirem uma modalidade de ação da coligação com um ataque terrestre vindo de Sul, assim como, pelo facto dos generais iraquianos interrogados não fazerem ideia do movimento dos dois corpos por Oeste (McCausland, 1993, p. 42).

Através da análise que foi feita às principais ações do plano de decepção encetado pela coligação em apoio ao movimento torneante sobre as forças iraquianas, verifica-se que as *Info Ops*, à luz da atual doutrina, foram empregues e que contribuíram para o sucesso da operação.

O plano de decepção destacou-se pela sua sincronização, combinando a segurança das operações e informações na movimentação das forças para Oeste, assim como, pela postura, presença e perfil das unidades que executaram demonstrações tanto em terra como no mar, e, também, pelo recurso a *PsyOps* junto das forças e população iraquiana. Assim, o comprovado sucesso deste plano, enquadrando-se atualmente nas *Info Ops*, contribuiu de forma decisiva para o sucesso da operação *Desert Sabre*.

4. Conclusões

A operação *Desert Sabre* consistiu na ofensiva terrestre lançada pela coligação sobre as forças iraquianas. Esta operação, tendo iniciado a 24 de fevereiro de 1991, em apenas três dias, e através de um movimento torneante por Oeste das posições defensivas iraquianas, atingia os objetivos a que se propunha. O sucesso de tal operação só é possível ao empregar capacidades que, atualmente no quadro doutrinário, são sincronizados pelas *Info Ops*. Assim, com este trabalho revisitou-se o planeamento e execução da operação *Desert Sabre* à luz da atual conceitualização de *Info Ops*.

No que diz respeito ao enquadramento doutrinário das *Info Ops* – como atualmente existe – verificou-se que teve o seu início apenas em 1996, no Exército norte-americano, com o FM 100-6 *Information Operations*. Com efeito, concluiu-se que as capacidades e técnicas que as *Info Ops* presentemente englobam, estavam doutrinariamente previstas, mas de forma dispersa por vários manuais como o FM 100-5 *Operations* (1986) e o FM 90-2, *Battlefield Deception* (1988).

Da análise do plano de decepção da operação *Desert Sabre*, concluiu-se que o mesmo desencadeou tarefas típicas de *Info Ops*, com destaque para as *PsyOps*, presença, postura e perfil, relação com os *media* e para a decepção propriamente dita. Verificou-se assim, que o emprego destas capacidades, sincronizado com uma adequada segurança das operações e informações, condicionou o conhecimento situacional das forças iraquianas. Estas, permaneceram convencidas que a operação decisiva seria conduzida de Sul para Norte e a partir do mar e por conseguinte, desconhecedoras do movimento torneante por Oeste.

Tendo sido apresentadas as principais conclusões, considera-se que o principal contributo desta investigação para o conhecimento, está relacionado com a análise da operação *Desert Sabre* à luz do atual enquadramento doutrinário das *Info Ops*.

Referências Bibliográficas

- Breitenbach, D. L. (1991). *Operation Desert Deception: Operational Deception in the Ground Campaign*. Newport: Naval War College.
- Dvorchak, R. (1990). U. S., Saudi Forces Start ' Imminent Thunder ' Exercise in Gulf. Retirado de <https://apnews.com/article/b725461875b6227b7757a809c1ed4a3e>.
- FM 100-5. (1986). *Operations*. Washington: Department of the Army.
- FM 100-6. (1996). *Information operations*. Washington: Department of the Army.
- FM 90-2. (1988). *Battlefield Deception*. Washington: Department of the Army.
- McCausland, J. (1993). Operation desert storm. *The Adelphi Papers*, 33(282), 3-91. doi: 10.1080/05679329308449204.
- Monroe, J. (2012). *Deception: Theory and Practice*. (Naval Postgraduate School Thesis). Naval Postgraduate School, California.
- NATO. (2015). *NATO AJP 3-10 Allied Joint Doctrine for Information Operations*. Brussels: NATO Standardization Office.
- NATO. (2019). *NATO AJP-3 Allied Joint Doctrine for for the conduct of operations*. Brussels: NATO Standardization Office.
- Nunes, V. (2006). Operações de Informação: Enquadramento e impacto nacional. *Revista Militar* (Vol. 2457). Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/137>.
- Publicação de Doutrina Militar Conjunta 01 (PDMC-01). (2012). *Doutrina Militar Conjunta*. Lisboa: EMGFA.
- Quilter, J. (1993). *US Marines in the Persian Gulf War (1990-1991)*. Washington D.C.: U.S. Marine Corps.
- Wright, D. (2018). *Deception in the Desert: Deceiving Iraq in Operation Desert Storm*. In C. Rein (Ed.), *Weaving the Tangled Web Military Deception in Large- Scale Combat Operations*. Fort Leavenworth, Kansas: Army University Press.

XII – AS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

Adolfo Henrique de Assis Ferreira dos Reis
Major, Exército

Iacyara Adryenne Santos
Tenente-coronel, Força Aérea do Brasil

José Manuel Ferreira Lopes
Major, GNR

1. Introdução

No seguimento da invasão do Kuwait por forças iraquianas, com o objetivo de controlar os poços de petróleo daquele país, foi estabelecida uma coligação internacional liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) mandatada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de restabelecer a integridade territorial do Kuwait. Esta campanha ficou positivamente marcada pelo emprego das ações psicológicas em apoio aos objetivos estabelecidos (Canal História, 2020).

A guerra psicológica tem sido utilizada desde a antiguidade como forma de potenciar os medos e as crenças de adversários, bem como para galvanizar as próprias tropas. Durante a 1.^a Guerra Mundial, as Operações Psicológicas (PsyOps) passaram de mero recurso circunstancial, para um dos mais importantes recursos militares, tendo a 2.^a Guerra Mundial sido decisiva para avanço das PsyOps, segundo Albuquerque (2017). Conforme apontado pelo mesmo autor, tal aconteceu em virtude de o III *Reich* ter utilizado fortemente a propaganda, de forma mais planeada e estruturada, em apoio às suas operações, propiciando o surgimento do termo “Guerra Psicológica” e das PsyOps como uma função de comando, que não podia ser executada de forma isolada e independente.

Com o presente trabalho prende-se efetuar uma retrospectiva da função conjunta PsyOps, na campanha do Golfo de 1990/1991, efetuando uma análise à luz da doutrina atual, seja nacional, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou americana.

Após a presente introdução, no segundo capítulo efetua-se um breve enquadramento conceptual, que permitirá entender o que são as PsyOps e o modo como são planeadas. No terceiro capítulo analisa-se a campanha da Coligação, focando o modo como a campanha foi planeada, conduzida e quais os contributos para o resultado do conflito, finalizando com umas breves conclusões.

2. Enquadramento Conceptual das Operações Psicológicas

2.1. Conceitos estruturantes

Por forma a melhor compreender o assunto é fundamental definir o conceito de PsyOps. Para o efeito, toma-se como referência a doutrina da OTAN pelo que, segundo a *Allied Joint Doctrine for Psychological Operations* (AJP 3.10.1), PsyOps são as atividades planeadas e desenvolvidas que utilizam meios e métodos de comunicação (imprensa, rádio, vídeo, sonora, entre outros) direcionados a audiências-alvo (AA) previamente aprovadas, a fim de manipular e condicionar percepções, atitudes e comportamentos, constituindo-se como um multiplicador de forças e contribuindo para os objetivos políticos e militares estabelecidos (OTAN, 2014).

Ao nível nacional, a finalidade das PsyOps, num sentido lato, visa cooperar para atingir os objetivos definidos em todo o conjunto de operações, através do direcionamento de públicos específicos. De uma forma mais clara, pode dizer-se que é “[...] enfraquecer ou modificar para um sentido favorável a vontade

do inimigo ou de qualquer outra potencial AA adversa; estimular e reforçar a dedicação das AA amigas e ganhar o apoio de AA neutrais.” (Ministério da Defesa Nacional, 2009).

2.2. Organização

Na OTAN, cabe ao Comité Militar (CM) conduzir as PsyOps, atribuição essa, que desempenha por intermédio do Estado-Maior Militar Internacional. Durante um conflito ou crise, o CM assessora o Conselho do Atlântico Norte (CAN) em assuntos relacionados com as PsyOps, o que propicia uma direção estratégica geral para a operação, que serve como o ponto de referência central, permitindo que as nações compatibilizem as suas estratégias de informação (OTAN, 2014).

A OTAN não possui forças de PsyOps permanentes, sendo que a única capacidade permanente, dentro da organização, são os oficiais do estado-maior com responsabilidades de PsyOps em tempo de paz. Em tempos de crise ou guerra, as unidades de PsyOps são constituídas a partir de contribuições nacionais e organizadas por tarefas para missões específicas, cuja composição levará em consideração características da missão. Normalmente, o apoio PsyOps é fornecido por uma Força-Tarefa Conjunta Combinada de Operações Psicológicas, com uma nação líder contribuindo com o núcleo em torno do qual esta pode ser formada (OTAN, 2014).

2.3. Planeamento

Segundo o Manual Escolar: Operações Psicológicas (ME 20-04-05), o planeamento das PsyOps é um processo organizado e dirigido, apropriado para o emprego de forças conjuntas e combinadas, que possibilita aos comandantes e respectivos estados-maiores estudar o ambiente, concluir quais as condições da missão e definir o método mais adequado e eficaz para o seu cumprimento (Ministério da Defesa Nacional, 2011).

De acordo com a já referida publicação AJP 3.10.1, a sequência do processo de decisão da OTAN depende do interrelacionamento e coordenação entre fatores políticos e militares. É imprescindível que as PsyOps estejam representadas em todos os organismos ligados à concepção da estratégia de operações de, pois os assuntos e mensagens das PsyOps serão entendidos como representação das políticas da OTAN e dos seus Estados-Membros. Qualquer incoerência ou contradição entre os temas e mensagens utilizados por diferentes agências ou níveis, pode tirar a credibilidade da operação e desvalorizar as causas da Aliança e dos Estados-Membros. Para impedir isso, os responsáveis pelo planeamento das Operações de Informação (Info Ops) deverão coordenar de forma cuidadosa e alinhar as PsyOps e outras atividades de informação, para obter os efeitos pretendidos, conforme a estratégia de informação estabelecida previamente, de modo a evitar e minimizar qualquer implicação negativa das atividades desenvolvidas (OTAN, 2014).

Na mesma linha e de acordo com a doutrina nacional, para o êxito das PsyOps é essencial que estas se desenvolvam inicialmente no mais alto nível político, de modo a servir de referência posteriormente para as PsyOps no âmbito militar, cujo planeamento será realizado ao nível estratégico, por meio da emissão de normas e procedimentos, do reconhecimento de possíveis AA, da definição das mensagens que serão disseminadas, da distribuição de tarefas aos meios específicos e dos efeitos que se pretende atingir, que não serão somente militares, mas também políticos, sociais, económicos, religiosos, entre outros, dentro e fora da área de operações. Todavia, os efeitos desejados apenas serão atingidos se as PsyOps forem coordenadas num contexto de estratégia de informação mais ampla, ou seja, se desenvolvidas conforme

um plano de Info Ops, onde se ajustam as PsyOps com as Relações-Públicas, a Cooperação Civil-Militar (CIMIC) e outras atividades militares e não-militares (Ministério da Defesa Nacional, 2011).

Conforme o *Field Manual* (FM) 3-05.302, além do planejamento, as demais fases da Psyops são: análise de AA, desenvolvimento e desenho de produtos, aprovação, produção, distribuição e disseminação; avaliação (United States Army, 2005).

3. As Operações Psicológicas na Guerra do Golfo

A Guerra do Golfo ficou marcada pelo emprego decisivo das PsyOps durante grande parte da campanha, tendo a mesma iniciado muito antes do emprego de meios cinéticos a fim de degradar as forças Iraquianas (Whitenack, 1993).

Este capítulo aborda o modo como as PsyOps foram organizadas, planejadas e empregues, bem como qual o contributo das mesmas para o desfecho do conflito.

3.1. A estrutura implementada

No que respeita à estrutura implementada, esta pode ser enquadrada de duas formas distintas; uma primeira quanto à organização para planejamento e também quanto à organização para a execução, havendo, contudo, uma estreita relação entre as duas estruturas.

Assim, para efeitos de planejamento, o emprego das PsyOps foi considerado apenas na primeira e segunda fase⁵⁶ da campanha. Os objetivos definidos para a primeira fase, designada como operação “*Desert Shield*”, consistiam em “[...] encorajar a retirada de forças iraquianas do Kuwait”. Nesta linha, um dos objetivos atribuídos à força terrestre foi o de “[...] conduzir operações psicológicas a fim de degradar a moral iraquiana” (Craft, 1992; Department of Defense [DoD], 1992).

A fim de preparar a intervenção militar, a campanha de PsyOps começou a ser planeada imediatamente após a invasão do Kuwait pelas forças iraquianas, tendo sido constituído, para o efeito, um grupo de planejamento, integrando militares e civis de várias estruturas das Forças Armadas dos EUA, incluindo o quarto Grupo de Operações Psicológicas (POG), que mais tarde viria a constituir-se como o núcleo das PsyOps para a campanha (Craft, 1992; Whitenack, 1993).

O POG ficou inicialmente na dependência do *Special Operations Command Central* (SOCCENT) que, por sua vez, estava na dependência direta do *United States Central Command* (CENTCOM), órgão responsável pelo planejamento e condução da campanha. Durante a preparação desta fase, o POG passou a designar-se por oitava *Psychological Operations Task Force* (POTF), uma vez que passou a integrar o Batalhão de PsyOps e elementos do Batalhão de Dissiminação de PsyOps (Scales, 1995; Whitenack, 1993).

Na segunda fase da campanha, o esforço das PsyOps estava direcionado para as forças de combate iraquianas, divididas em subgrupos, com o objetivo que estas se rendessem, evitando assim o combate efetivo com forças da Coligação. No início da segunda fase, os arranjos de Comando e Controlo (C2) mantiveram-se inalterados, no entanto com o reconhecido aumento da eficácia da campanha de PsyOps, as restantes componentes começaram a ter uma exigência cada vez maior de recursos, o que levou ao emprego de todo o quarto POG, no Teatro de Operações (TO). Esta alteração levou a que o POTF passasse para a dependência do CENTCOM em Controlo Operacional, situação que se manteve até ao final da campanha (Scales, 1995).

⁵⁶ A campanha foi conduzida em três fases: (i) Defesa da Península Arábica; (ii) Destruição da capacidade de combate das forças iraquianas e restaurar a integridade do Kuwait e (iii) Reconstrução do Kuwait (Craft, 1992).

Para além dos meios orgânicos de PsyOps, foram destacados elementos de ligação (EILig) do POTF para as demais componentes, de modo a coordenar todas as atividades de PsyOps, tendo em alguns casos, havido o reforço de capacidades para conduzir essas mesmas atividades (Craft, 1992; Scales, 1995; Whitenack, 1993).

3.2. Ações desenvolvidas

No que concerne ao planeamento e condução das ações de PsyOps realizadas durante a campanha, destaca-se o modo como foi conduzido o planeamento, tendo o POG desenvolvido 117 temas de forma autónoma e em coordenação com os parceiros árabes. Por forma a que se enquadrassem com a realidade, cultura e mentalidade das AA, mas sempre em linha com os objectivos e condições estabelecidas pelos líderes políticos da coligação, numa escala internacional. Após o desenvolvimento dos temas e de identificadas as possíveis AA, procedeu-se ao processo de aprovação pelo poder político dos EUA, após parecer do Chefe de Estado-Maior-Conjunto, General Colin Powell (Scales, 1995; Whitenack, 1993).

O processo de aprovação foi moroso por questões administrativas, contudo, o POG continuou com o desenvolvimento dos produtos em coordenação com os parceiros sauditas, mesmo sem a aprovação de temas e AA por parte do Secretário da Defesa dos EUA. Nesta fase os principais produtos desenvolvidos, que mais tarde se verificaram como sendo os mais eficazes, destacam-se os panfletos, as emissões rádio e as mensagens audio difundidas por meio de altifalantes. Para além destes, foi ainda desenvolvido um filme, distribuído sobre a forma de cassete, destinado a influenciar a população árabe, por forma a ganhar o seu apoio para com a coligação (DoD, 1992; Scales, 1995).

Por último, a fase da distribuição e difusão foi conduzida tendo como princípio orientador anteceder e preceder uma ação cinética com uma atividade de PsyOps, potenciando desta forma os efeitos da ação cinética e a credibilidade das forças da coligação, numa lógica de ação/consequência (DoD, 1992).

3.3. O contributo para o resultado do conflito

O grau inesperado de sucesso da Coligação na Guerra do Golfo pode ser atribuído diretamente à maneira como as PsyOps complementaram a condução geral das operações contra o exército iraquiano no TO. Segundo o relatório final do DoD, o esforço das PsyOps focou-se em exponenciar o medo nos soldados iraquianos e assim quebrar a sua vontade de combater, tendo este objetivo sido alcançado com elevado grau de sucesso, o que contribuiu diretamente para o rápido e de certa forma inesperado colapso da “máquina de guerra” iraquiana (DoD, 1992; Whitenack, 1993).

As operações de guerra psicológica na Guerra do Golfo foram realizadas de forma declarada, mas também dissimulada. A conjugação das duas, constituiu-se como um multiplicador de força significativo, o que permitiu concluir as operações de forma decisiva, com o mínimo de perda de vidas, para ambos os lados (Whitenack, 1993).

A coordenação das operações de lançamento de panfletos, anunciando o bombardeamento de determinadas posições ou equipamento específico, seguido do bombardeamento efetivo dessas mesmas posições, foi particularmente eficaz, dando uma tremenda credibilidade a toda a campanha das PsyOps, produzindo um grande número de rendições e deserções entre os soldados iraquianos (Whitenack, 1993). Estes panfletos tiveram pois, de acordo com o mesmo autor (Whitenack, 1993), um impacto significativo para a degradação do moral e da vontade de combater dos soldados iraquianos.

Também o emprego de altifalantes se mostrou eficaz. Numa situação em particular, uma das unidades de PsyOps conduziu uma das missões mais eficazes na história da guerra das PsyOps. Utilizando altifalantes acoplados num helicóptero, uma equipa táctica sobrevoou a guarnição iraquiana na Ilha Failaka, na costa

do Kuwait. A equipa transmitiu repetidamente uma mensagem às tropas iraquianas, pedindo que se rendessem no dia seguinte e descrevendo como deviam proceder. A mensagem prometia que, se obedecessem às instruções, ninguém seria morto ou ferido. No dia seguinte, uma força de assalto dos EUA desembarcou na ilha, tendo-se deparado com 1.405 soldados iraquianos e o seu general comandante, formados e a aguardar, conforme as instruções transmitidas. A ilha foi tomada sem ter sido efetuado um único disparo (Zimmerman, 2012).

De acordo com o testemunho de prisioneiros de guerra (PG) iraquianos, os mesmos foram expostos a uma ou mais mensagens das PsyOps, evidenciando que esta campanha foi de facto eficaz e teve um grande alcance. Uma pesquisa do pós-guerra com cerca de 250 PG iraquianos mostrou que 98% foram expostos a panfletos, 58% a rádio e 34% a programas de altifalantes PsyOps (Hosmer, 1996, p. 148).

Previamente à ofensiva militar, os esforços das PsyOps levaram os soldados iraquianos a questionar a razão pela qual haviam invadido o Kuwait. Posteriormente, a falta de confiança generalizada nos líderes, fracos abastecimentos e um sentimento de impotência face à perceção de que estariam a lutar contra um inimigo com capacidades muito superiores, contribuíram para incapacitar a eficácia de combate de muitas unidades, cujo moral e espírito de coesão era já muito baixo. As PsyOps apoiaram o plano operacional, aumentando a atmosfera dominante de desespero por entre os soldados iraquianos, que se tornou mais agudo ainda após ataques aéreos devastadores, previamente ao início das operações terrestres (Whitenack, 1993).

Muitos PG iraquianos relataram que as PsyOps da Coligação influenciaram, em algum grau, a sua decisão de rendição ou deserção. Dos 250 PG, acima referidos, entrevistados sobre os efeitos das PsyOps, 70% relataram que a sua rendição ou deserção fora influenciada por panfletos, 34% relataram ter sido influenciados por transmissões de rádio e 16% relataram ter sido influenciados por transmissões de altifalantes. Um brigadeiro-general iraquiano, capturado pelas forças do Reino Unido em 27 de fevereiro de 1991, afirmou que depois da campanha de bombardeamento dos aliados, os panfletos das PsyOps eram a maior ameaça ao moral das tropas (Hosmer, 1996, p. 150).

As PsyOps e a campanha aérea da Coligação na Guerra do Golfo revelaram-se uma conjugação de sucesso. A campanha aérea foi muito bem-sucedida em condicionar os soldados iraquianos a não operar as suas armas e equipamentos e este padrão de comportamento originou-se (em parte), devido à crença iraquiana de que os sistemas de informações e designação de alvos da coligação poderiam direcionar as aeronaves no sentido de atacar qualquer movimento de veículos, artilharia ou disparo antiaéreo, bem como o uso de rádios, radares e outros emissores. Junto com a perceção iraquiana de que o equipamento e não as tropas eram o principal alvo, levou os soldados iraquianos a permanecerem nas suas trincheiras e casamatas, longe dos seus veículos blindados, peças de artilharia e em muitos casos, das suas armas de defesa antiaérea, quando os aviões da Coligação estavam por perto. Mais significativa ainda, esse padrão de comportamento foi transportado para a campanha terrestre, verificando-se que as forças iraquianas abandonavam rotineiramente os veículos de combate quando os aviões da Coligação sobrevoavam as suas posições, sem dispararem um único tiro (Hosmer, 1996, pp. 197-198).

4. Conclusões

A resposta da Coligação à invasão do Kuwait, em particular dos EUA, no que respeita ao planeamento e emprego de PsyOps, mostrou-se ser extremamente eficaz, contribuindo de forma decisiva para a sua vitória esmagadora na Guerra do Golfo. Constitui-se como um verdadeiro multiplicador de força, que levou à capitulação em massa das forças iraquianas, deixando lições aprendidas que podem ser empregues nos conflitos atuais.

Inicialmente a forma como o POG planeou a campanha de PsyOps, envolvendo os parceiros locais, mostrou ser a chave do sucesso para o desenvolvimento de temas e mensagens, uma vez que estavam adaptadas à realidade local e regional, sendo por isso mais eficazes. Num momento posterior, o sucesso gizou-se pela forma como foram empregues as PsyOps, (i) ganhar a confiança da população árabe, criando as condições necessárias para a entrada em teatro das forças ocidentais e (ii) acentuando o desespero e desmoralização das tropas iraquianas, levando a rendições e deserções em massa.

Também a forma como as estruturas de planeamento e execução foram organizadas mostraram ser a mais adequada, com um planeamento centralizado, conjunto e combinado, ao mais alto nível da cadeia de comando e com uma execução descentralizada ao nível das componentes, pese embora coordenada através dos ELLig do POTF.

No que concerne à organização da campanha de PsyOps, constata-se que foram cumpridas as sete fases previstas na doutrina atual, desde a análise de AA à avaliação dos efeitos, embora tenha havido por vezes sobreposições de fases e em algumas situações, ultrapassagem de fases por fatores de tempo.

Em sùmula, ao nível doutrinário, podemos concluir que a condução da campanha de PsyOps levada a cabo pela Coligação cumpriu com o previsto na doutrina atual OTAN. Em particular no que ao processo de planeamento diz respeito, bem como à organização e à condução das atividades de informação e influência, destacando-se o facto de que, acima de tudo, foi flexível face às constantes necessidades operacionais.

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, F.I.C (2017). Operações psicológicas: a necessidade de integração com as demais capacidades relacionadas à informação. *Revista Doutrina Militar Terrestre – maio a agosto/2017*, 64-73. Retirado de <http://ebrevistas.eb.mil.br>
- Canal História. (2020). Persian Gulf War - Definition, Causes & Dates [Página Online]. Retirado de <https://www.history.com/topics/middle-east/persian-gulf-war>
- Craft, D. W. (1992). *An Operational analysis of the Gulf war*. Carlisle: Strategic Studies Institute.
- Department of Defense. (1992). *Conduct of the Persian Gulf war - Final report to Congress*. Rosslyn: Autor.
- Hosmer, S. T., (1996). *Psychological effects of U.S. Air operations in four wars 1941-1991. Lessons for U.S. Commanders*. Santa Monica: RAND.
- Ministério da Defesa Nacional (2009). *Manual Escolar ME 20-04-05: Operações Psicológicas*. Lisboa: IESM.
- Ministério da Defesa Nacional (2011). *Manual Escolar ME 20-04-05: Operações Psicológicas (Atualização)*. Lisboa: IESM.
- OTAN. (2014). *AJP-3.10.1 (B) Allied Joint Doctrine for Psychological Operations*. Bruxelas: NATO Standardization Office.
- Scales, R. H. (1993). *Certain Victory: The U.S. Army in the Gulf War*. Washington D.C: Department of the Army.
- United States Army (2005). *FM 3-05.032/MCRP 3-40.6B Tactical Psychological Operations: Tactics, Techniques and Procedures*. Washington D.C: Department of the Army
- Whitenack, P. A. (1993). *An analysis of Gulf war PsyOps and their applicability to future operations* [Página online]. Retirado de <https://universityofleeds.github.io/philtaylorpapers/vp01fae9.html>
- Zimmerman, D. J. (2012). *4th Psychological Operations Group (PSYOP)*. [Página online]. Retirado de <https://www.defensemecanetwork.com/stories/4th-misga-45th-anniversary-the-word-will-conquer/>

XIII – A LOGÍSTICA OPERACIONAL

Ana Sofia de Sousa Guedes Vaz
Major, GNR

Pablo Estevan Barceló
Major, Guarda Civil de Espanha

Ricardo Vieira Azevedo Estrela
Major, Exército

1. Introdução

A Guerra do Golfo englobou três operações: (i) *Desert Shield*, que teve início a 7 de agosto de 1990; (ii) *Desert Storm*, que se iniciou a 17 de janeiro e (iii) *Desert Farewell*, que começou a 28 de fevereiro de 1991. Segundo Serrano (2014, pp. 31-32): a primeira destas operações “[...] consistiu numa série de acções que visavam a dissuasão de uma intervenção iraquiana na Península Arábica”; a operação *Desert Storm*, no entanto, assentou “[...] em acções predominantemente ofensivas, apoiadas por operações psicológicas e de decepção, para obrigar à retirada das forças iraquianas e restaurar o governo legítimo, sendo que na sua generalidade visavam a destruição das capacidades das forças de combate iraquianas”; enquanto a *Desert Farewell* se caracterizou como uma operação em que “[...] foram conduzidas actividades relacionadas com a retracção do dispositivo militar da região, envolvendo tanto os recursos humanos como materiais, sendo sob o ponto de vista logístico, uma das fases mais complexas”.

Este conflito demonstrou a importância do posicionamento atempado de todos os meios e recursos necessários, assim como a capacidade de projeção a longas distâncias por meio de importantes inovações tecnológicas, que tiveram também um importante papel na planificação das manobras militares, de acordo com o referido autor (p. 31).

Convém realçar, no entanto, e segundo o mesmo autor, que o sucesso desta operação militar se ficou a dever a “[...] factores dificilmente repetíveis noutras situações [...]”, com especial destaque para as excelentes infraestruturas que serviram de apoio às operações e auxílio prestado pela Arábia Saudita.

A finalidade de este estudo é avaliar o papel da logística operacional em ambiente de guerra, mais concretamente na Guerra do Golfo, procurando incidir sobre o que a tornou um fator decisivo no conflito em análise. Por conseguinte, a recolha de dados foi baseada na análise documental de artigos científicos de autores académicos, bem como em publicações de autores militares que desempenharam funções no Teatro de Operações (TO) no Golfo Pérsico.

Esta investigação é composta por quatro capítulos, incluindo a presente introdução. O segundo capítulo debruça-se sobre alguns dos artigos que abordam a temática da Logística Operacional, tema que será reforçado no terceiro capítulo onde se analisam os constituintes que influenciaram de forma decisiva a sustentação das forças na Guerra do Golfo. As conclusões sobre o tema em análise, assim como algumas recomendações, são apresentadas no quarto e último capítulo do presente trabalho.

2. Enquadramento Teórico

Do ponto de vista doutrinário, Zijm, Klumpp, Regattieri e Heragu (2019, p. 33) definem logística como sendo o transporte e o armazenamento de materiais, artigos e produtos pertencentes a uma cadeia de abastecimento. Já Carvalho (2002, p. 24), no entanto, vai mais longe e determina que a logística é uma parte do processo de gestão da cadeia de abastecimento, destinada a planear e a implementar o armazenamento

e o fluxo de diversos materiais, desde o ponto de origem até ao destino final, com a finalidade de atender às necessidades dos clientes.

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, a logística desempenhou um papel crucial em várias operações durante todo o conflito, ao garantir uma base permanente de apoio e sustentação. Este conflito à escala mundial obrigou os Estados Unidos da América (EUA) a desenvolver, em tempo recorde, estratégias logísticas que lhe permitissem manter, nas suas duas frentes (Europeia e Asiática), uma grande quantidade de militares e de mantimentos. Este foi um momento de viragem, passando a logística a desempenhar um lugar de destaque no desenrolar dos vários conflitos ocorridos desde então, especificamente nas atividades de projeção, sustentação e retração (Silva & Musetti, 2003, p. 343).

2.1. A logística militar

É possível constatar, ao longo dos anos, a influência da logística na forma como certas guerras foram planeadas e conduzidas. O que se deveu, em grande parte, à sua capacidade de adaptação perante fatores políticos, económicos, tecnológicos e obviamente militares. As cadeias logísticas, por exemplo, baseiam-se em conceitos de logística militar e nas atividades por ela executadas nos diferentes níveis em que atua, tático, operacional e estratégico (Serrano, 2014, p. 7).

Neste raciocínio, para o Exército português, a logística “[...] é a ciência do planeamento e da execução de movimentos e sustentação de forças.” (Estado-Maior do Exército, 2013, p 2-3). Garantindo desta forma, ao nível operacional e estratégico, a projeção de forças militares para um determinado TO e a sustentação dessas forças e ao nível tático, a manutenção do máximo potencial de combate para a condução das várias operações militares (Estado-Maior do Exército, 2013, p. 2-3).

Como referido, as operações militares são conduzidas com base em três níveis distintos (Estado-Maior do Exército, 2013, p. 2-2), nomeadamente:

- Ao nível estratégico estabelece-se onde são obtidos, em larga escala, os recursos necessários, normalmente através das Bases Industriais de Tecnologia e Defesa (BITD), podendo ser também designadas como logística de produção. É a este nível que são realizados acordos entre as autoridades militares e políticas com as indústrias, no sentido de serem garantidas as condições essenciais para a sustentação das forças militares;

- Ao nível operacional garante-se o estabelecimento e a manutenção das linhas de comunicação e de sustentação da(s) força(s) presente(s) no TO. Serve ainda de elo de ligação entre os níveis estratégico e tático ao estabelecer as atividades de *Reception, Staging and Onward Movement (RSOM)*⁵⁷;

- Ao nível tático definem-se as diferentes atividades, recorrendo, para o efeito, a distintas funções logísticas, garantindo as condições para a sustentação das unidades táticas na execução das suas missões.

Assim, para que a logística possa cumprir na íntegra a sua missão, o conjunto destas atividades, as designadas Funções Logísticas, tem de estar garantidas. Atualmente, para o Exército Português (Estado-Maior do Exército, 2013, p 5-1), são consideradas o (i) reabastecimento; o (ii) movimento e transporte; a (iii) manutenção; o (iv) apoio sanitário; as (v) infraestruturas; a (vi) aquisição, contratação e alienação e os (vii) serviços.

⁵⁷ Ao nível nacional, utiliza-se a abreviatura REM (Receção, Estacionamento e Movimentos) (Estado-Maior do Exército, 2013, p. 5-1).

Relativamente à (i) primeira função acima mencionada, o (re)abastecimento, é importante referir que existem duas formas (métodos) possíveis de abastecimento (Estado-Maior do Exército, 2013, p 6-16), podendo este ser realizado: (a) no órgão de reabastecimento; sendo o local onde a unidade que necessita do abastecimento o pode levantar ou (b) na unidade; sendo o órgão de reabastecimento responsável por entregar os reabastecimentos na unidade que deles necessita.

Para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a logística é uma ciência de planeamento que cria as condições necessárias para a condução das operações através da sustentação das forças. No sentido mais abrangente do termo, está interligada a diversas atividades, nomeadamente à (i) obtenção; à (ii) receção e armazenagem de artigos; à (iii) manutenção; ao (iv) movimento e transporte; à (v) evacuação; à (vi) construção e conservação de instalações; à (vii) alienação de materiais e equipamentos; (viii) à sustentação; e aos (ix) serviços e apoio sanitário (NATO, 2003).

2.2. A logística multinacional

Para Thompson (1991, p. 297), a sustentação é uma capacidade que permite às forças militares garantirem os níveis necessários para a condução de uma determinada operação, com vista a atingirem os objetivos definidos a um nível superior. Para tal, são necessários equipamentos e pessoal, bem como competências que lhes permitam prestar o devido apoio em caso de necessidade.

No decorrer de uma operação militar que contemple forças de diversas nações, devem às mesmas ser asseguradas condições que lhes possibilitem conduzir de forma eficaz as respetivas operações, o que implica, muitas vezes, a presença de uma logística multinacional. A OTAN defende, por isso, que todas as nações deverão cooperar, partilhando abastecimentos, recursos e capacidades. Em suma, meios que lhes permitam prestar um apoio eficiente a qualquer força que dele necessite. A OTAN agrega, deste modo, todas as formas de apoio naquilo que designa como *Multinational Integrated Logistic Units, Role Specialisation e Lead Nation* (NATO, 2003).

A logística multinacional, contudo, não é a única forma de condução de operações, podendo esta ser realizada através da Organização das Nações Unidas (ONU), de uma organização regional ou com base numa coligação. Em termos de comando e controlo, existem três formas de organização possíveis: através (i) da nação líder, responsável por conduzir a operação; (ii) de uma coligação paralela, onde nestes casos a responsabilidade de comando e controlo recai sobre uma das nações que integra a coligação, mas sempre com algumas limitações (dado que tem de responder aos restantes membros da respetiva coligação) e (iii) de um comando paralelo, que se caracteriza por ser uma combinação das duas formas de organização anteriores (Kees, 2010, p. 106).

O planeamento delineado para a operação *Desert Storm* contemplava quatro fases distintas, cada uma com um objetivo específico: (i) fase I de campanha aérea; (ii) fase II de supremacia aérea no Kuwait; (iii) fase III de preparação ofensiva; e (iv) fase IV de ofensiva terrestre. Para tal, as forças da Coligação contaram, em termos logísticos, com o total apoio dos EUA, que se assumiram como a nação líder, tendo sido os responsáveis por todo o fornecimento e pela coordenação do apoio logístico (Serrano, 2014, p. 32).

Este apoio dividiu-se em várias etapas, tendo a primeira delas sido desagregada em três fases distintas: (i) projeção (*Alfa*); (ii) combate (*Bravo*); e (iii) retração (*Charlie*). Mais tarde, seriam adicionadas outras duas fases. Na primeira fase, denominada por *Alfa*, procedeu-se à preparação e ao pré-posicionamento das forças e dos respetivos abastecimentos. Na fase seguinte, a fase *Bravo*, foram determinados os movimentos de cada unidade de acordo com as respetivas posições. A fase *Charlie* destinou-se à condução da operação propriamente dita, garantindo todos os apoios ao nível do

equipamento e abastecimento. As duas últimas fases, a que foram dados os nomes de *Delta* e *Echo*, respetivamente, destinavam-se à defesa territorial do Kuwait e à retração de todas as forças militares do TO (Pagounis, 1992, p. 119).

3. A Sustentação das Forças na Guerra do Golfo

3.1. A estrutura logística no Teatro de Operações

Numa fase inicial do conflito, todo o apoio logístico foi garantido pela Arábia Saudita, que se constituiu como *Host Nation Support* (HNS). Este apoio manifestou-se essencialmente através do fornecimento de combustíveis, água, instalações, transporte e alimentação. Nesta fase, a logística das forças norte-americanas ainda se encontrava num estado muito embrionária, o que não lhes permitia conduzir de forma consistente uma operação militar conjunta e combinada. Neste âmbito e em jeito de Coligação, a Arábia Saudita, através do seu HNS, estabeleceu um acordo denominado *Implementation Plan for Logistics Support of the United States Forces in Defense of the Kingdom of Saudi Arabia* (Tillson, 1997, p. S-7).

O referido acordo entrou em vigor em novembro de 1990 e, numa primeira fase, o *United States Central Command* (CENTCOM) ficou responsável pela gestão logística do TO, que determinou que a gestão dos portos e a distribuição dos abastecimentos em Ad-Dammam e Al-Jubail ficaria a cargo das forças terrestres. Uma transição que registou, inicialmente, alguns sobressaltos, derivados essencialmente da falta de doutrina e da incapacidade de decisão e que acabaria por causar problemas de sustentação logística entre as forças que atuavam no TO (Serrano, 2014, p. 31).

Por isso, no mês seguinte à entrada em vigor do acordo, o 22.º Comando Logístico (CmdLog), pertencente ao *Army Forces Central Command* (ARCENT)⁵⁸, passou a conduzir as operações logísticas a partir do porto de Dhahran, na Arábia Saudita, tendo sido responsável por, entre outras tarefas, organizar todo o apoio logístico da HNS, garantir o desenvolvimento de infraestruturas, montar o CmdLog do ARCENT e assegurar todo o apoio logístico no TO (Ribeiro, 2000, p. 29).

3.2. A evolução do apoio logístico na Guerra do Golfo

A primeira fase do plano de apoio logístico, conforme referido, consistia em estabelecer bases de apoio ao longo das principais estradas de forma a permitir o abastecimento de água, alimentos, combustível, munições e outros artigos essenciais para deslocação dos movimentos táticos, o que exigiu o pré-posicionamento dos reabastecimentos desde as imediações de Dahahran e Jubail até às bases logísticas avançadas ao longo do Itinerário Principal de Reabastecimento (IPR) Dodge e do IPR Nash ou Sultan. Simultaneamente, o 22.º CmdLog recebia e deslocava o VII Corpo de Exército para a sua área de operações. Para permitir uma melhor coordenação e controle, o 22.º CmdLog foi dividido, tendo uma parte sido destacada para um Centro de Operações Logísticas (COL) avançado na cidade militar de Rei Khaled (Ribeiro, 2000, p. 34). As bases logísticas criadas passaram a designar-se, respetivamente: *Alfa*, *Bravo*, *Charlie*, *Delta* e *Echo*; onde era possível realizar todo o tipo de reabastecimentos, os quais visavam apoiar o deslocamento dos XVIII e VII Corpos de Exército (Center of Military History, 2010, p. 30), patente na Figura 1.

⁵⁸ O ARCENT consistia no XVIII Corpo de Exército (Aerotransportado) e no VII Corpo de Exército; a Divisão britânica participou na ofensiva do VII Corpo, que constituiu a principal força blindada da guerra terrestre.

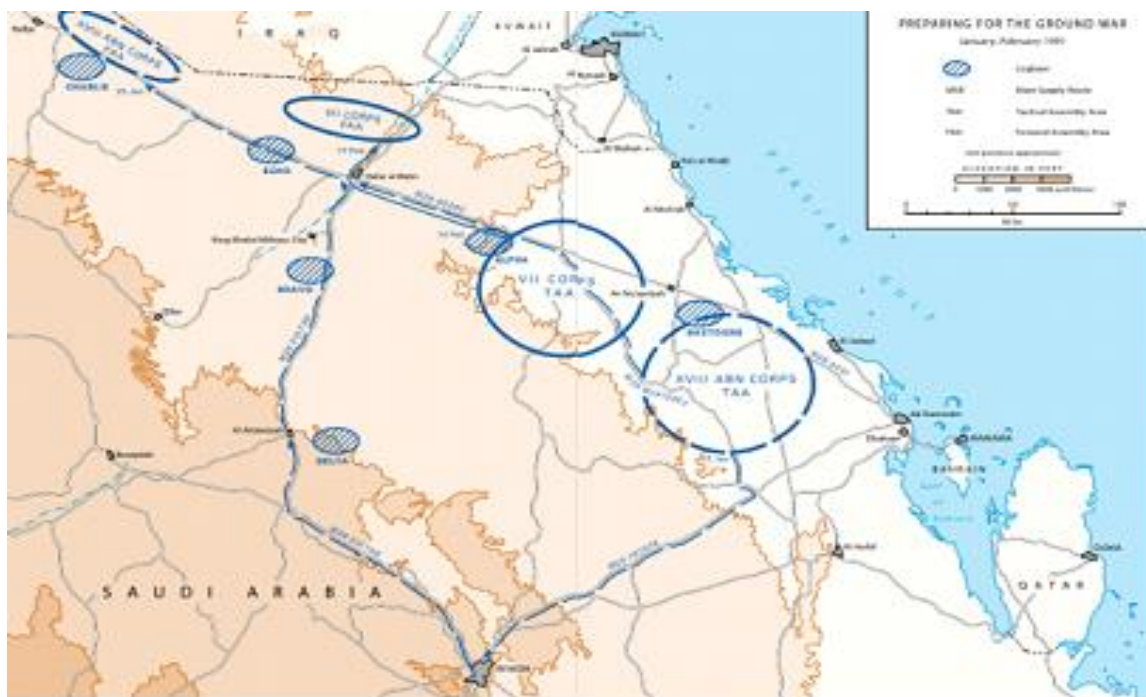


Figura 1 – Bases logísticas
 Fonte: Center of Military History (2010, pp. 30-31).

Na segunda fase, o apoio logístico contemplava a coordenação dos transportes pesados e o estabelecimento das principais bases logísticas avançadas, sendo que *Charlie* e *Echo* estavam adstritas ao XVIII e VII Corpos de Exército (Center of Military History, 2010, p. 30). Com o início das operações aéreas, os deslocamentos passaram a registrar-se sobretudo à noite de forma a não comprometer a segurança das operações (Center of Military History, 2010, p. 31). Para se deslocar para norte, o XVIII Corpo de Exército utilizou o IPR Dodge, enquanto para se movimentar a sul optou pelo IPR Nash, cubrindo distâncias superiores a 800 km. O VII Corpo do Exército, por seu turno, deslocou-se durante mais de 550 km através do IPR Dodge. Para poderem realizar estes deslocamentos, ambas as unidades receberam apoio ao nível do embarque e transporte de milhares de viaturas mecanizadas e ao controle de dezenas de milhares de viaturas de rodas. O que constituiu um enorme problema dado o número insuficiente de *Heavy Equipment Transporter(s)* (HET) existentes no Exército dos EUA capazes de transportar o equipamento, principalmente blindado, da área dos terminais de desembarque até às áreas de concentração no deserto. Para fazer face a esta situação, recorreram ao *outsourcing*, a contratos de arrendamento, a empréstimos e doações de empresas dos EUA, aos governos da Arábia Saudita, Alemanha, Egito, Itália e Checoslováquia, assim como à contratação de motoristas do Paquistão, Bangladesh e de outros pequenos países próximos do TO (Pagonis & Krause, 1992, p. 5). O uso de HET no transporte de blindados mostrou-se bastante eficiente por permitir a redução de paragens por falhas mecânicas nas viaturas blindadas e assegurar a chegada de guarnições às posições de combate (Ribeiro, et al., 2005, p. 94).

A terceira fase consistiu na sustentação da ofensiva terrestre no Iraque e no Kuwait, caracterizando-se pelo apoio prestado pela estrutura logística do TO à ofensiva terrestre, regulando o fluxo logístico de todas as classes de reabastecimento, bem como os serviços técnicos. De acordo com Ribeiro et al. (2005) foi realizada ainda uma manobra logística que consistiu em instalar bases (*Oscar, Romeo, November, Hotel e Cobra*) no interior do território num posicionamento mais avançado (Figura 2), de forma a antecipar-se aos elementos de combate.

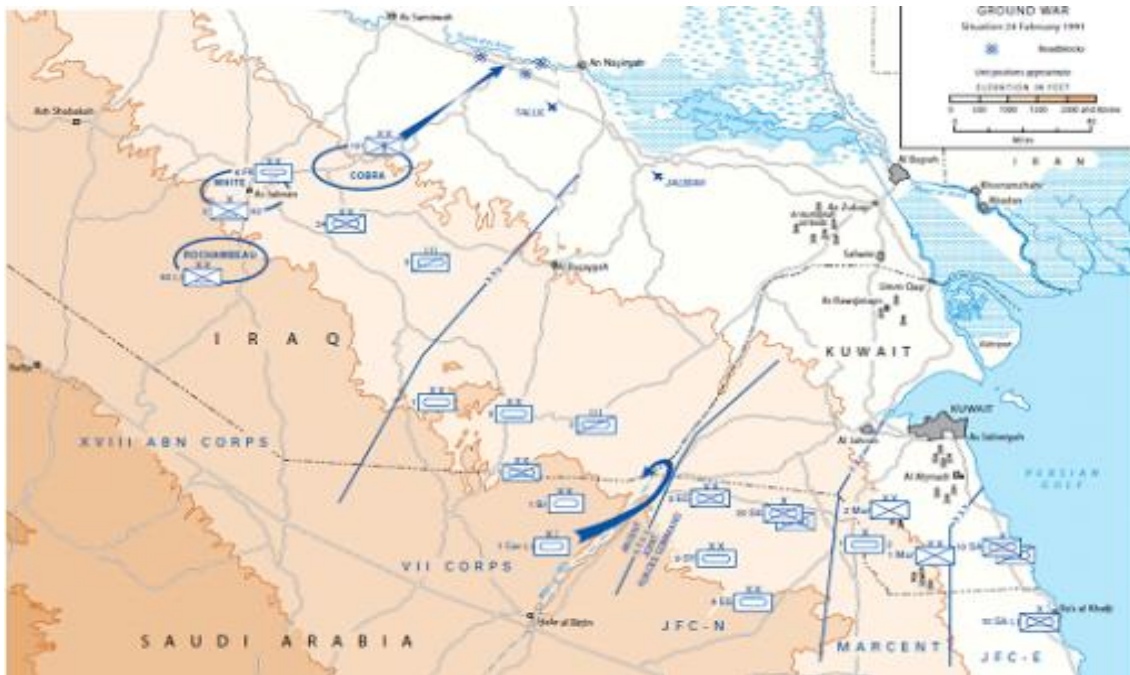


Figura 2 – Bases logísticas após a manobra
 Fonte: Center of Military History (2010, pp. 30-31).

Não obstante a vitória e o final abrupto da guerra terrestre, o esforço logístico na fase quatro permaneceu inalterado, com exceção da grande redução no consumo de munições. O enfoque foi então transferido para o apoio às forças de combate encarregues de afastar o inimigo do Kuwait, tendo-se intensificado as atividades relacionadas com assuntos civis, particularmente nas áreas de serviço público e economia (Ribeiro et al., 2005, p. 94).

A quinta fase, por seu turno, teve como objetivo delinear o planeamento logístico da retração progressiva das forças. Durante a sua elaboração, foram estabelecidas áreas de estacionamento e de limpeza de equipamento em Dammam, Dhahran, Jubail e na cidade militar de Rei Khaled na Arábia Saudita. A fase final do planeamento do 22.º CmdLog reuniu esforços para permitir a restauração dos serviços no Kuwait, concomitantemente com a defesa e a retração das forças, assim como o apoio aos campos de refugiados e aos prisioneiros iraquianos (Ribeiro, et al., 2005, p. 95).

Durante a condução da operação ofensiva, o método adotado de fornecimento de abastecimento centrou-se no fornecimento das unidades através das bases logísticas localizadas na Arábia Saudita. Ou seja, os artigos eram transportados para as bases logísticas avançadas no território iraquiano, que eram estabelecidas à medida que as unidades de combate progrediam no terreno. No entanto, as grandes distâncias entre as unidades e as bases levaram a uma resposta muitas vezes ineficaz, por não conseguirem fazer face às necessidades de consumo. De forma a evitar estes constrangimentos, foram adotados diversos procedimentos que permitissem garantir um apoio ininterrupto às operações militares.

3.3. Problemas logísticos na Guerra do Golfo

Em primeiro lugar, é necessário afirmar que a logística influenciou “[...] decisivamente a capacidade de ambas as forças em presença [...] mas com efeitos diametralmente opostos” (Monteiro, 1992, p. 79, cit. por Ribeiro, et al., 2005, p. 95). Um dos desafios deste conflito prendeu-se, de entre outros, com a falta de transportes marítimos de mercadorias, sólidas e líquidas, que viria a ser colmatada através da utilização de navios-cisterna civis de elevada capacidade. Já a ausência de apoio médico foi mitigada com a presença de navios-hospital, permitindo à Coligação enfrentar possíveis contingências sanitárias (Romero, 2000, pp. 1-2).

Dada a envergadura das operações e o ambiente árido em que decorreram, as unidades depararam-se ainda com alguns problemas mecânicos, sobretudo ao nível dos filtros e dos pneus, havendo a necessidade de recurso ao *outsourcing* ao nível da assistência técnica. As revisões dos helicópteros, por exemplo, também tiveram de ser encurtadas, passando das 300 para as 50 horas de voo (Romero, 2000, pp. 2-3).

As Divisões e Brigadas ao serviço da Coligação viram-se também a braços com algumas limitações logísticas, muito por força de alguns desajustes entre as previsões definidas no planeamento inicial e as reais necessidades no terreno. Muitas destas unidades de combate não obtiveram em tempo útil os materiais e os suprimentos necessários às suas operações, o que levou de uma centralização dos meios de apoio à consequente criação de um Comando de Apoio que os pudesse agregar. Com efeito, os procedimentos foram depois adaptados no sentido de prestar a devida assistência às unidades a partir da retaguarda (*Push*) e de forma a que estas não tivessem de o solicitar antecipadamente (*Pull*) como estava inicialmente previsto (Pagonis & Krause, 1992, p. 10).

Alén disso, as ligações entre os diferentes pontos do TO eram igualmente dificultadas pelo número reduzido de autoestradas (existindo apenas quatro) e pela ausência de ferrovias nos portos, sendo que o transporte de materiais ou combustíveis para as frentes de batalha era sempre feito por camião. Para impedir qualquer falha, os EUA, através de um comando logístico centralizado, implementaram um sistema permanente de entregas às unidades mediante solicitação (desde combustível a água e produtos alimentares), enquanto cada nação estava encarregue de apoiar as suas próprias forças no terreno. Neste âmbito, o papel do *Military Airlift Command* (MAC) foi fundamental, rececionando numa fase anterior toda a informação relativa às necessidades das unidades no terreno e posteriormente, coordenando as entregas (Blogspot, 2013).

Relativamente à disponibilização de bens de primeira necessidade, como a água, é importante referir que a maior parte era obtida de instalações de dessalinização e a restante era colocada ao dispor dos militares em garrafas descartáveis (o que significou outra inovação), chegando geralmente a cada 60 dias (tempo que mediava entre cada entrega de provisões). As unidades eram sempre reabastecidas por via aérea (C-130 e helicópteros) (Blogspot, 2013).

Mas independentemente dos problemas registados do lado das forças atacantes, a *United States Air Force* (USAF) desferiu um duro golpe ao Iraque ao causar danos irreparáveis às suas rotas de abastecimento e às pontes que atravessavam o rio Eufrates, tendo reduzido em cerca de 30%, logo nas primeiras incursões aéreas, a sua capacidade de atuação ao desarticular por completo todo o sistema logístico de distribuição iraquiano (Currie, 1995).

4. Conclusões

Como conclusão, inicialmente, a logística foi integrada como um elemento essencial na definição das operações, provando ser a base de um planejamento e execução eficazes.

A existência de um único gestor responsável para articular esta função de combate, uma infraestrutura única de gestão logística *ad hoc*, assim como a criação de bases logísticas, facilitaram o planejamento e o apoio prestado às forças da Coligação. Nesta mesma direção, o apoio prestado pela nação anfitriã além do papel dos EUA na sustentação logística da coligação, revelou-se também essencial para o sucesso das operações na Guerra do Golfo, sobretudo quando se tratava de sustentar todas as forças da Coligação no TO.

As inovações que foram sendo introduzidas ao longo do processo, designadamente o melhoramento das infraestruturas de apoio na HNS, a instalação de unidades logísticas modernas com numerosas comodidades, a utilização de veículos adequados para abastecimento em combate e a contratação de serviços e mão de obra civis. Apesar de pouco desenvolvido, este último ponto permitiu diminuir a forte dependência de recursos militares e viria a marcar o início da utilização gradual de meios civis em cenários bélicos. A mesma tendência verificou-se no recurso ao *outsourcing* ao nível da assistência técnica às tropas (como nas reparações e disponibilização de sobresselentes). Neste cenário, o desenvolvimento de uma estrutura de apoio de base por parte do CmdLog, que permitiu estender o apoio logístico por todo o TO, revelar-se-ia também de crucial importância.

As soluções inovadoras que foram implementadas com vista à diminuição da duração do conflito e a relevância das operações ofensivas levadas a cabo garantiram que o esquema da manobra não fosse significativamente afetado por limitações logísticas.

Referências Bibliográficas

- Blogspot. (2013). A Logística Militar na Guerra do Golfo. [Página online] <http://logistica-militar.blogspot.com/2013/11/la-logistica-militar-en-la-guerra-del.html>
- Carvalho, J. M. C. de. (2002). Logística. Lisboa: Edições Silabo.
- Center of Military History. (2010). War in the Persian Gulf. In United States Army.
- Currie, J. (1995). Operational Logistics, war and Operations other than war: What applies? Retirado de <https://www.hsdl.org/?view&did=724882>.
- Estado-Maior do Exército. (2013). PDE 4-00 - Logística. Autor.
- Kees, H. (2010). Multinational Peace Support Operations: Problems and Prospects. In Beyond the UN Charter de Olivier Ribbelink. Berlin: Springer.
- NATO. (2003). Allied Joint Logistic Doctrine AJP-4(A). Autor.
- Pagonis, W. P., & Krause, M. D. (1992). Operational Logistic and the Gulf War (N.º 13). Virginia. Institute of Land Warfare.
- Pagounis, W. (1992). Moving Mountains. Massachusetts: Harvard Business School Press.
- Ribeiro, Carlos; Menezes, Sofia; Macieira, C. (2005). Análise das duas guerras do Golfo Pérsico (1991 e 2003), contributos para a transformação do exército português (1a Parte). In Proelium (Academia Militar, pp. 55-112).
- Ribeiro, C. (2000). A Questão do Conflito do Golfo Pérsico (90/91) Consequências Políticas, Estratégicas, Operacionais, Logísticas e Táticas Prospectivas (trabalho individual de longa duração). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Romero, P. (2000). Operaciones Lógicas. [Página online] <https://m.monografias.com/trabajos76/operaciones-logicas/operaciones-logicas.shtml>.
- Serrano, P. (2014). A logística Multinacional em Teatros de Operações. O caso da NATO. (Proposta de tema de dissertação em estudos da Paz e da Guerra nas relações internacionais. Universidade Autónoma de Lisboa [UAL]. Lisboa).
- Silva, C. A. V. da, & Musetti, M. A. (2003). Logísticas militar e empresarial: uma abordagem reflexiva. R.Adm., v.38, n.4, p.343-354.
- Thompson, J. (1991). The lifeblood of war. Logistics in armed conflicts. Londres: Brassey's.
- Tillson, J. (1997). The role of external support in total force planning. Virgínia: Institute for Defense Analyses.
- Zijm, H., Klumpp, M., Regattieri, A., & Heragu, S. (2019). Operations, Logistics and Supply Chain Management. Gewerbestrasse: Springer.

XIV – A PROTEÇÃO DA FORÇA

Luis Filipe Xavier Cavaco de Mendonça Dias
Major, Exército

Válter Mário Mendes Martins
Major, Exército

1. Introdução

Em 17 de janeiro de 2021 deu-se o trigésimo aniversário da Operação *Desert Storm*, a ofensiva devastadora no Iraque, de apenas 43 dias, por parte da Coligação liderada pelos Estados Unidos da América (EUA), na sequência da invasão iraquiana ao Kuwait e da sua recusa em retirar (Lange, 2021). Antes da ofensiva, decorreu a Operação *Desert Shield* para defesa da Arábia Saudita e como aviso ao Iraque, com mais de cinco meses de movimentações de destacamentos militares da Coligação na região mais vasta do Golfo Pérsico (Brill, 2021). Este conflito é popularmente conhecido como a Guerra do Golfo.

Qualquer força conjunta tem as suas vulnerabilidades e é possível a um adversário infligir-lhe danos, mesmo com uma relação de poder e de potencial de combate assimétrico (Berkebile, 2016). Contudo, segundo Desportes (2008), ao nível tático, ter um maior efetivo aumenta a Proteção da Força (PF), pois a escassez de forças no terreno obriga a correr mais riscos e requer maior dependência de apoios aéreos aumentando danos colaterais e fratricídio.

Em quaisquer circunstâncias, é fundamental planear e executar ações que visem a PF para preservar o potencial de combate da mesma (Berkebile, 2016). Adicionalmente, a evolução da sociedade ocidental e crescente mediatização das guerras e a disponibilidade de informação, tornaram ainda mais inaceitável as perdas de vidas humanas, o que torna a PF ainda mais importante. É igualmente fundamental uma abordagem holística em que a força conjunta deve agir pela proximidade às populações e procurar a diminuição da violência (AJP-3.14, 2015, p. 1–7).

É importante realçar que apesar da PF ser defensiva por natureza, prepara-se para uma ameaça latente, mas não denunciada, não permitindo concretizar objetivos políticos ou militares, como nas operações defensivas em que o inimigo é esperado e empenhado com recurso à manobra e ao emprego de fogos (Berkebile, 2016). Por exemplo, a PF pode implicar medidas para impedir o fratricídio, medidas de defesa ativa (e.g., montar segurança a um quartel), medidas de defesa passiva (e.g., segurança física de um quartel), ou medidas para recuperação e gestão de emergências (e.g., evacuação de pessoal, gestão das consequências de um ataque NBQR)⁵⁹ (AJP-3.14, 2015, p. 1-4; JP3-0, 2018, p. III-39).

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, incluindo a presente introdução. No segundo capítulo apresenta um enquadramento teórico da PF enquanto função conjunta. O terceiro capítulo descreve e analisa aspetos relativos à PF na Guerra do Golfo. O quarto capítulo procura fazer uma retrospectiva e lições identificadas. Por fim, no quinto capítulo apresentam-se as principais conclusões.

⁵⁹ Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Funções conjuntas

As funções conjuntas proporcionam um quadro de referência que ajuda os comandantes a integrar, sincronizar e dirigir várias capacidades e atividades em operações conjuntas, permitindo determinar os requisitos de força de acordo com essas funções: Manobra, Fogos, Comando e Controlo (C2), Informações, Informação, Apoio de Serviços, Cooperação Civil-Militar (CIMIC) e Proteção da Força⁶⁰ (AJP-5, 2019, pp. 1–21).

As funções exprimem a melhor forma de combinar armas e domínios de operações, colocando as capacidades de *soft power* (e.g., Informação, Informações) em pé de igualdade com as de *hard power* (e.g., Fogos, Manobra), com a Proteção a assumir um papel transversal e fundamental, tal como todas as outras funções (Crosbie, 2019).

2.2. Proteção da Força

A PF, segundo a definição da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), compreende as “[...] medidas e meios para minimizar a vulnerabilidade do pessoal, instalações, equipamento, material, operações e atividades, às ameaças e perigos, a fim de preservar a liberdade de ação e a eficácia operacional, contribuindo assim para o sucesso da missão” (AJP-3.14, 2015, p. 1–1). A finalidade resume-se à manutenção do potencial de combate da força e a garantia da sua liberdade de ação.

A PF, enquanto função conjunta, é essencial em todo o espectro das operações e a sua implementação tem de ser considerada por parte do comandante da força conjunta (*Joint Force Commander [JFC]*), incluindo os recursos necessários para cada operação (AJP-3.14, 2015).

Embora as nações tenham diferentes filosofias, políticas e prioridades de PF, o foco é comum, a proteção de um contingente, elementos e meios de apoio, de forma a permitir que a força conduza a sua missão sem influência das ações de um adversário. Numa força multinacional, as diferenças de abordagem à PF devem ser dirimidas, tendo em consideração tanto as advertências nacionais, como uma combinação das prioridades, devendo ser estabelecida juntamente com táticas, técnicas e procedimentos (TTP), para facilitar a unidade de esforço e melhorar as medidas de PF (AJP-3.14, 2015).

No que diz respeito ao planeamento da PF, este deve efetuar uma identificação integrada de perigos e ameaças, assim como ter em conta a análise do risco e a gestão do mesmo, sendo que a PF assenta nesta gestão do risco e não na eliminação do mesmo (AJP-3.14, 2015).

Segundo a doutrina OTAN (AJP-3.14, 2015), as áreas de coordenação da PF são ativa, passiva e recuperação.

A área de coordenação ativa envolve todas as medidas, tarefas e atividades com a finalidade de “[...] impedir, prevenir, anular ou reduzir a eficácia de um ataque inimigo [...]” e estas são principalmente proativas, tanto por parte das capacidades defensivas contra uma ameaça, mas também por parte de capacidades ofensivas que quando necessário, identifiquem e/ou ataquem determinada ameaça antes que essa seja eficaz contra as nossas forças (NF) (AJP-3.14, 2015, p. 1–4).

A área de coordenação passiva envolve medidas, tarefas e atividades com vista a negar ou minimizar os efeitos dos ataques de forças opositoras ou de ameaças sobre os meios de uma força. Essas medidas,

⁶⁰ Esta é a função conjunta em estudo.

tarefas e atividades passivas devem também ser proativas e empregues antes de qualquer ataque ou materialização de perigo ou ameaça (AJP-3.14, 2015, p. 1–5).

Quanto à área de coordenação recuperação, a PF deve incluir um plano geral para retomar as suas funções operacionais primárias após ser alvo de ataque ou desastre e considerar os efeitos que daí advenham. As medidas de recuperação são, portanto, respostas pré-planeadas que são reativamente empregues após o incidente, habilitando a continuidade das operações, com o mínimo de interrupção possível (AJP-3.14, 2015, pp. 1–5).

A PF compreende elementos transversais e essenciais tais como o C2, a Coordenação, as Comunicações e a Integração, a par das Informações em apoio à PF (AJP-3.14, 2015, p. 1–6). Adicionalmente, a PF contempla elementos que se interligam numa ou mais áreas de coordenação acima discutidas e o seu emprego será determinado consoante os riscos identificados no Ambiente Operacional, nomeadamente quanto à Defesa Aérea, Apoio de Engenharia, Segurança, Gestão de Consequências, Resiliência, Defesa NBQR, Apoio Sanitário e às Áreas de Responsabilidade Tática (AJP-3.14, 2015, p. 1–6).

Um dos grandes desafios, que se coloca atualmente à PF, é a abordagem de *soft power versus hard power*, pois uma das prioridades numa missão é conquistar os corações e as mentes da população, o que se traduz numa mentalidade de *soft power* em detrimento de *hard power*, exigindo aos militares maiores riscos a curto prazo, aumentando todavia a segurança a longo prazo (Bjerre & Schöenberg, 2018).

3. A Proteção da Força na Guerra do Golfo

A tecnologia tem sido um fator decisivo no campo de batalha e a guerra do Golfo Pérsico provou esse facto, uma vez que os EUA e os seus aliados provaram ser extremamente bem-sucedidos (Mansky, 2016).

Os objetivos militares da Coligação durante a Operação *Desert Shield* eram desenvolver uma capacidade defensiva na região do Golfo Pérsico para dissuadir Saddam Hussein de continuar ataques e defender a Arábia Saudita de forma eficaz se a dissuasão falhasse (Jonas, 1992).

Devido à necessidade de se transformar o plano da Operação *Desert Shield* num plano ofensivo que libertasse o Kuwait do domínio iraquiano, foram definidos os seguintes objetivos militares para a Operação *Desert Storm* (Jonas, 1992):

- Atacar a liderança político-militar do Iraque e o sistema de C2;
- Obter e manter a superioridade aérea;
- Neutralizar as linhas de comunicação (e reabastecimentos) iraquianas;
- Destruir as infraestruturas de produção, armazenamento e lançamento de armas NBQR;
- Destruir as Forças da Guarda Republicana no teatro de operações do Kuwait;
- Libertar a cidade do Kuwait.

A operação *Desert Storm* iniciou-se no dia 17 de janeiro de 1991, pelas 02H38, descolando sete bombardeiros B-52 de uma base aérea no Louisiana (EUA), com destino ao Iraque para destruir instalações de produção de energia a par de outros cinco alvos, como parte do ataque inicial. De acordo com Jonas (1992), quatro destes alvos eram aeródromos operacionais avançados, nomeadamente, As Salman, Glalaysan, Wadi Al Khirr e Mudaysis. O quinto alvo foi Al Khafi, uma pista de aterragem numa base de operações avançada.

Analisando particularmente o início da operação, temos que a primeira ação que dá início à Operação *Desert Storm* e que visa contribuir para os objetivos estratégicos, enquadra-se desde logo perfeitamente em termos de PF. Uma vez que se constituiu como uma medida proativa, por parte das capacidades ofensivas contra uma ameaça, identificada, atacando-se essa ameaça antes que ela pudesse ser eficaz contra

as forças da Coligação e assim impediu-se, preveniu-se, anulou-se a eficácia de um ataque inimigo (AJP-3.14, 2015). Esta ação, em termos de PF, pode incluir-se por isso na área de coordenação ativa. Foi uma ação essencial para neutralizar esses alvos nas primeiras horas da guerra.

A falta de atributos furtivos do B-52 exigia grandes escoltas de PF para apoiar as suas missões ofensivas contra os alvos atribuídos, o que se constitui numa medida da área de coordenação passiva da PF com vista a negar ou minimizar os efeitos dos ataques de forças opositoras ou de ameaças sobre os meios de uma força (Jonas, 1992). Essas escoltas foram efetuadas por meio de aeronaves F-15C, geralmente categorizadas como aeronaves de patrulha aérea de combate (CAP) ou de PF, neste caso protegendo as forças aéreas amigas do ataque inimigo pelo ar (Mansky, 2016).

Para uma aeronave da Coligação poder continuar em missão, era obrigatório ter os equipamentos de guerra eletrônica operacionais, pois eram o único meio de proteção contra radares dos sistemas de defesa antiaérea (SAMs) que acabaram por abater algumas aeronaves (Mcmanners, 2010, p. 174).

Forças navais da Coligação (como Missouri e Winsconsin dos EUA) no Golfo Pérsico, iniciaram o lançamento de mísseis Tomahawk, dirigidos a alvos de C2 em Bagdad, tendo como principal ameaça a frota de superfície iraquiana juntamente com as baterias de mísseis de costa e a ameaça das minas iraquianas (Jonas, 1992). Este problema foi superado pela marinha britânica que possuía um dos navios mais avançados do mundo em medidas contra-minas, possuindo vasta experiência nestas operações (Jonas, 1992). Neste caso a ação em termos de PF é enquadrável na área de coordenação passiva que envolve medidas, tarefas e atividades com vista a negar ou minimizar os efeitos dos ataques de forças opositoras ou de ameaças sobre os meios de uma força. Essas medidas, tarefas e atividades passivas devem também ser proativas e empregues antes de qualquer ataque ou materialização de perigo ou ameaça (AJP-3.14, 2015).

Seguiu-se um ataque de helicópteros do Exército dos EUA a dois radares situados na zona oeste do Iraque, que poderiam obter informações avançadas e alertar antecipadamente as forças iraquianas sobre possíveis raids aéreos da Coligação (Jonas, 1992). Esta foi outra medida ativa relativamente à ameaça identificada e que visou “[...] impedir, prevenir, anular ou reduzir a eficácia de um ataque inimigo [...]” (AJP-3.14, 2015, p. 1–4).

Tendo as duas estações radar sido destruídas, a fim de permitir a entrada de aeronaves de forma segura em espaço aéreo iraquiano, os aviões F-117 destruíram seguidamente sistemas de C2 em Bagdad, o que se enquadra também nas medidas ativas de PF.

Interessante que, apesar de serem aeronaves *stealth* (medida passiva), tiveram que cumprir a missão em silêncio radio para não serem detetadas através das comunicações.

O Lockheed F-117, um "caça furtivo", utilizado pela primeira vez quando os EUA invadiram o Panamá em 1989, teve aplicação fundamental na Guerra do Golfo e a tecnologia *stealth* permitiu-lhe eliminar a capacidade de reação do inimigo, uma vez que “[...] a sua assinatura de radar não é maior do que a de um pato [...]” (Mansky, 2016).

Durante a Guerra do Golfo, soldados, marinheiros e tripulações aéreas também usaram óculos amplificadores de luz holográfica para amplificar a luz visível residual (muito fraca para o olho humano), eletronicamente, o que deu vantagem sobre as forças iraquianas em batalhas noturnas aos EUA e aos seus aliados (Mansky, 2016).

As três primeiras fases da campanha permitiram destruir o sistema de C2 iraquiano, neutralizar os sistemas de radares e mísseis, destruir muitas das pistas de aterragem, portos, autoestradas e principalmente, todas as pontes que permitiam a retirada das forças iraquianas do Kuwait, limitando a capacidade de Saddam de infligir baixas pesadas (Craft, 1992). No final destas fases, as forças iraquianas

encontravam-se a cerca de 50% das suas capacidades de combate (Craft, 1992). Considera-se que estas primeiras ações compreenderam a campanha aérea estratégica, concorrentes para fase I da operação *Desert Storm*, com a finalidade de destruir as bases da Força Aérea iraquiana, o sistema de defesa aérea iraquiano, os seus sistemas de comunicações e a sua capacidade de produção de armas NBQR e embora tenham sido ações estratégicas, encontram-se enquadradas no conceito de PF e muito contribuíram para a mesma. Constituíram-se como “Medidas e meios para minimizar a vulnerabilidade do pessoal, instalações, equipamento, material, operações e atividades, às ameaças e perigos, a fim de preservar a liberdade de ação e a eficácia operacional, contribuindo assim para o sucesso da missão” (AJP-3.14, 2015, p. 1–4).

Importa também realçar que a ameaça química foi uma constante durante toda a operação e, para além da ameaça ou da experiência de combate, a Guerra do Golfo envolveu uma projeção rápida e inesperada, condições de vida difíceis, a antecipação da exposição a agentes químicos e biológicos e à poluição ambiental devido à queima de petróleo (IOM, 2006). Sabia-se que o Iraque tinha anteriormente utilizado tais armas químicas no combate ao Irão e contra minorias curdas iraquianas, sendo que os líderes militares da Coligação temiam que a utilização de tais armas no Golfo Pérsico pudesse resultar na morte de dezenas de milhares de americanos e assim, para além das vacinas padrão antes do destacamento militar, cerca de 150.000 soldados receberam a vacina contra o Antrax e cerca de 8.000 a vacina toxoide botulínica (IOM, 2006, p. 14). Antes do início da incursão em território iraquiano, houve uma hesitação geral por parte dos comandantes com receios de um apoio logístico insuficiente e especificamente a escassez de vestuário de proteção química (Friedrich et al., 1991, p. 73). Como medida adicional de PF, a dispersão espacial das unidades divisionárias era uma preocupação constante dos comandantes, evitando ao máximo a exposição a uma eventual ameaça química (Mcmanners, 2010). Claramente, estas ações enquadram-se nas medidas passivas de PF.

4. Retrospectiva e Lições Identificadas

Ao longo dos últimos 30 anos, a aposta na tecnologia militar tem sido clara, pois ficou claramente marcado na Guerra do Golfo que as medidas ativas e ofensivas, com recurso à superioridade militar e tecnológica, podem ganhar guerras com o mínimo de baixas, contribuindo assim para a PF, pelo menos no curto prazo. Refere Pattee (2005) que as medidas ativas são a única forma de garantir soluções duradouras. Contudo, em termos de PF a longo prazo, é discutível se a Operação *Desert Storm* foi um sucesso, pois por exemplo, os recentes ataques com mísseis contra alvos dos EUA no Iraque ilustram que as suas consequências são ainda hoje visíveis (Vita & Taha, 2021). De facto, a guerra parece nunca ter sido resolvida. Na sequência do 11 de Setembro de 2001 e da invasão do Afeganistão, o então presidente George W. Bush declarou uma nova guerra contra o Iraque, ato que muitos consideraram tratar-se de um assunto inacabado decorrente da primeira Guerra do Golfo, iniciada pelo pai de Bush (Vita & Taha, 2021).

Quanto ao impacto tecnológico, a tecnologia *stealth* dos caças americanos à época era pouco desenvolvida, exemplo disso foi o facto de os aliados britânicos terem sido capazes de identificar o F-117 a até 40 milhas dos seus alvos, usando tecnologia com mais de uma década, o que “[...] convenceu a Força Aérea dos EUA a fazer mudanças significativas após a guerra”, levando os EUA em direção a novas tecnologias e táticas (Mansky, 2016). Resultado das guerras mais recentes acima referidas, houve necessidade de desenvolver os designados veículos resistentes a minas e emboscadas (*Mine-Resistant Ambush Protected* -MRAP), desenvolvidos em massa desde 2007, uma preocupação especial nas operações dos EUA no Iraque (*Iraqi Freedom*) e no Afeganistão (*Enduring Freedom*) para proteger as tropas de dispositivos explosivos improvisados (Tucker et al., 2010, p. 813).

Segundo um relatório do Instituto de Medicina dos EUA em 2013, cerca de um terço dos veteranos da Guerra de 1991 sofreram do síndrome da Guerra do Golfo, que se supõe ter origem nos agentes químicos dados preventivamente contra agentes neurotóxicos (IOM, 2003, p. 12). Mais de 100.000 veteranos americanos regressaram a casa com diversos sintomas, de problemas cognitivos a dores estomacais, de entre outros e a investigação e tratamento dá-se ainda hoje um pouco por todos os EUA, tendo enquadramento na área de coordenação de recuperação da PF (O'Dowd, 2021; The Johns Hopkins University, n.d.).

5. Conclusões

A Guerra do Golfo teve uma das melhores taxas de sobrevivência relativamente a outros conflitos, certamente pelas medidas de PF adotadas, ativas e passivas, não só aquelas que foram pensadas ao nível estratégico para destruir a capacidade de resposta de Saddam, mas também as que foram desenvolvidas num nível operacional e tático, bem como a eficiência da organização médica e sobretudo a qualificação das unidades de combate e a implementação de meios de proteção individual. A PF foi transversal a todos os domínios de operações em todo o espectro das operações. Ainda hoje, a resposta médica um pouco por todo o território dos EUA, que trata (e investiga causas e tratamento) os veteranos com a síndrome da guerra do golfo, é uma medida de recuperação da PF.

Na campanha do Golfo, uma grande preocupação era a ameaça química iraquiana, por falta de informações precisas, tendo sido um fator de stress por toda a hierarquia militar. Assim, a PF focou as medidas ativas e ofensivas para reduzir a violência dirigida contra as forças da Coligação, tornando as medidas passivas mais eficazes.

A tecnologia revelou-se fundamental na Guerra do Golfo, mas claramente a PF não pode resumir-se a um desafio tecnológico e a quem tem mais potencial de combate, pois a guerra inacabada no Golfo é um claro exemplo de que é fundamental ter a população do lado da força. A longo prazo, os meios e medidas implementadas para a PF na Guerra do Golfo, não parecem ter sido adequados, e hoje, a doutrina americana reflete a necessidade de adotar abordagens holísticas que tenham a população como o principal foco.

Ficou demonstrado no Golfo, que a PF é para todos, independentemente do posto, serviço, ou nação, e todos os comandantes devem incluir a PF no seu planeamento. Contudo, presentemente percebe-se que é fundamental balancear as medidas ativas ao nível de ações *hard power* e *soft power*, e as medidas passivas devem ser pensadas para minimizar o impacto negativo que possam ter na população. Por exemplo, a mais recente doutrina americana, na guerra contrainsurgência, prevê uma área de responsabilidade com meios dispersos e conectados em rede, traduzindo-se num grande número de pequenos postos autónomos, em vez da concentração de tropas em grandes bases.

Na atualidade, a ênfase na PF é cada vez maior, e pode ser explicada principalmente pelo elevado custo dos soldados do ocidente, mas deve-se sobretudo ao enorme impacto das baixas na opinião pública, um impacto que é ampliado pela crescente cobertura mediática das operações.

As ameaças híbridas, ciberataques e terrorismo, são exemplo de que a conflitualidade atual é diferente, e aparentemente a PF implica um maior uso de meios *soft power*.

Referências Bibliográficas

- AJP-3.14. (2015). NATO Standard AJP-3.14 Allied Joint Doctrine For Force Protection. Bruxelas: NATO Standardization Office.
- AJP-5. (2019). NATO Standard AJP-5 - Allied Joint Doctrine for the Planning of Operations. Bruxelas: NATO Standardization Office.
- Berkebile, R. E. (2016). Thoughts on Force Protection. *Joint Force Quarterly* 81 (2nd Quarter), 140-148.
- Bjerre, J., & Schöenberg, S. (2018). *Counterinsurgency in New Wars – Human Security as a Strategic Military Advantage* (Master of Social Science in International Security and Law). University of Southern Denmark, Odense.
- Brill, M. (2021). Remembering Desert Storm and the Gulf War(s) Odyssey of Iraq's Air Force. [Página Online] Retirado de <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/remembering-desert-storm-and-gulf-wars-odyssey-iraqs-air-force-part-1>.
- Craft, D. W. (1992). *An Operational Analysis of the Persian Gulf War*. Carlisle: Strategic Studies Institute - U.S. Army War College.
- Crosbie, T. (2019). Getting the Joint Functions Right. *Joint Force Quarterly*, 94 (3rd Quarter), 96-100.
- Desportes, V. (2008). Force Protection. *Doctrine General Military Review*, 15.
- Friedrich, O., Morrow, L., Ogden, C., Magnuson, E., Elson, J., Cloud, S., Birnbaum, J., Gray, P., Kramer, M., Hull, J., Voorst, B., III, W. H., Morrison, D., Greenwald, J., Kriss, R., & Gibbs, N. (1991). *Desert Storm - The War in the Persian Gulf*. Nova Iorque: Time Warner Publishing.
- Institute of Medicine (IOM). (2003). *Insecticides and Solvents*. Gulf War and Health Vol 2. Washington, DC: The National Academies Press.
- IOM. (2006). *Health Effects of Serving in the Gulf War*. War and Health Vol 4. Washington, DC: The National Academies Press.
- Jonas, G. H. and F. (1992). Final report to congress, conduct of the persian gulf war. *Em Adv. Mater.* (Vol. 4, Issue April).
- JP-3.0. (2018). Joint Publication 3-0 (Issue January 2017). Washington: Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América.
- Lange, K. (2021). 6 Things to Know About Operation Desert Storm. DoD News, Defense Media Activity. [Página Online] Retirado de <https://www.military.com/history/operation-desert-storm-6-things-know>.
- Mansky, J. (2016). Operation Desert Storm Was Not Won By Smart Weaponry Alone [Página Online] Retirado de <https://www.smithsonianmag.com/history/operation-desert-storm-was-not-won-smart-weaponry-alone-180957879/>
- McManners, H. (2010). *Gulf War One - The truth from those who were there*. Londres: Ebury Press.
- O'Dowd, P., & McMahon, S. (2021). 30 Years Of Gulf War Illness: How U.S. Troops' Health Was Compromised By Toxic Exposures In Kuwait. [Página Online] Retirado de <https://www.wbur.org/hereandnow/2021/02/23/gulf-war-illness>.
- Pattee, P. G. (2005). Force Protection Lessons from Iraq. *Joint Force Quarterly*, National Defense University, Institute for National Strategic Studies, Washington, DC, 37, 65-71.
- The Johns Hopkins University. (n.d.). Gulf War Syndrome. *Johns Hopkins Medicine*. [Página Online] Retirado de <https://www.hopkinsmedicine.org/health/conditions-and-diseases/gulf-war-syndrome#:~:text=What%20are%20the%20possible%20causes,as%20post%2Dtraumatic%20stress%20disorder.>

Tucker, S., Morelock, J. D., Zabecki, D., & Zuhur, S. (2010). *The Encyclopedia of Middle East Wars*. California: ABC- CLIO, LCC.

Vita, L. De, & Taha, A. (2021). Gulf War: 30 years on, the consequences of Desert Storm are still with us. [Página Online] Retirado de <https://theconversation.com/gulf-war-30-years-on-the-consequences-of-desert-storm-are-still-with-us-156140>.

XV – A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

Pedro Miguel Alves Barrete
Major, GNR

Rui Jorge Neves Moura
Major, Exército

Samuel de Freitas Gomes
Major, Exército

1. Introdução

A Cooperação Civil-Militar (CIMIC) é um conceito relativamente recente, usado para descrever as atividades e relações entre militares e civis (que coexistem nos diversos Teatros de Operações), que tem emergido devido à crescente complexidade do ambiente em que as operações militares estão inseridas (Grigorov, 2017, p. 119).

As Forças Armadas dos Estados Unidos da América (EUA) têm conduzido operações de CIMIC, sob diferentes designações ao longo de mais de 200 anos, tendo as suas forças de *Civil Affairs* (CA) evoluído, transformando-se num “[...] reconhecido instrumento de poder nacional [...]”⁶¹ (Hicks et al., 2009, p. 1). Importa distinguir o conceito de CIMIC da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO)⁶² em relação à dos EUA. Enquanto a CIMIC se refere à cooperação entre as forças da NATO e as instituições civis (incluindo as organizações humanitárias, as Nações Unidas, etc.) por outro lado, o CA inclui um conjunto alargado de atividades em que a CIMIC é apenas mais uma (Mockaitis, 2004).

A invasão do Kuwait por parte do Iraque, em 1990, resultou na projeção para a região do Golfo Pérsico de militares dos EUA com o objetivo de alcançar uma retirada pacífica das forças iraquianas (a designada Operação *Desert Shield*), o que acabou por se transformar numa operação ofensiva (*Desert Storm*), na sequência da resistência do Iraque em abandonar o Kuwait. Os meios de CA empregues acabaram por desempenhar um papel determinante, baseado no lema “*Secure the Victory*” (Grigorov, 2017, p. 120), ao prevenir a interferência de civis com as missões de combate, lidando com os deslocados/refugiados e assegurando cuidados médicos de emergência. Neste âmbito, importa destacar a ação da *Kuwait Task Force* (KTF) (Hicks et al., 2009, p. 7).

2. A Função Conjunta Cooperação Civil-Militar

Segundo a NATO (2019, p. 1-21), as funções conjuntas fornecem uma estrutura de recursos e atividades relacionadas, agrupadas para ajudar os comandantes a integrar, sincronizar e dirigir várias capacidades e atividades em operações conjuntas, assim como determinar os requisitos da força, existindo as seguintes funções comuns às operações conjuntas em todos os níveis: manobra, fogos, comando e controlo, informações, atividades de informação, sustentação, proteção da força e CIMIC.

Na Guerra do Golfo, o conceito de CIMIC não existia e as suas atividades encontravam-se enquadradas no conceito de CA. O conceito da CIMIC, relativamente recente, foi referido inicialmente em 1999 no *The Alliance's Strategic Concept* (NATO, 1999, p. 45); seguido do MC 411/1 NATO *Military Policy for CIMIC* em 2001, que visou estabelecer, no seio da NATO, o enquadramento político-militar da CIMIC;

⁶¹ Tradução do autor de “[...] *recognized instrument of national power* [...]”.

⁶² CIMIC, como doutrina formal, remonta às operações da NATO da década de 1990 (Mockaitis, 2004).

com a primeira publicação doutrinária a ser publicada em 2003, a AJP-9 NATO CIMIC *Doctrine* que atualmente se encontra vertida na AJP-3.19 *Allied Joint Doctrine for CIMIC* de 2018.

A CIMIC compreende as capacidades essenciais para apoiar a realização dos objetivos e permitir que os comandos da NATO participem num amplo espectro de interações civis-militares⁶³ (*Civil-Military Interactions* [CMI]) com diversos atores não-militares (NATO, 2018, pp. 2-1; 2019, pp. 1-25). Alcançar o estado final desejado exige relações estreitas com todos os atores que não são opositores dentro de uma área de operações conjunta (*Joint Operations Area* [JOA]), considerando também que os comandantes têm uma responsabilidade moral e legal para com as populações civis da sua JOA (NATO, 2019, p. 1-25). A CIMIC permite ao comandante criar, influenciar e sustentar as condições que possibilitam alcançar os objetivos e, assim, maximizar a eficácia da contribuição militar para a missão, requerendo a aplicação integrada e abrangente dos meios de poder (militares e não-militares) para criar efeitos que contribuam para o estado final desejado (NATO, 2019, p. 1-25).

A CIMIC é aplicável a todos os tipos de operações e o seu objetivo é apoiar os objetivos da missão, estabelecendo e mantendo a cooperação com atores não-militares dentro da JOA onde, idealmente, todos os atores trabalham para um objetivo comum (NATO, 2018, p. 2-1). Mas onde tal não for possível, a interação garantirá a harmonização tanto quanto possível, para evitar impactos negativos nas próprias operações, bem como nas operações não-militares e no ambiente civil (NATO, 2018, p. 2-1). A CIMIC e a doutrina associada, tradicionalmente, concentram-se no domínio terrestre, mas enquanto função conjunta, tem uma aplicabilidade mais ampla, incluindo o domínio do espaço e o do ciberespaço (NATO, 2018, p. 3-4).

2.1. Princípios

Os princípios da CIMIC são os fundamentos que orientam o planeamento e a condução das operações, contribuindo para uma implementação bem-sucedida de uma abordagem abrangente⁶⁴ com a CIMIC como facilitadora da CMI (NATO, 2018, p. 2-1). Estes princípios passam por compreender o ambiente civil, bem como a intenção e objetivos de todos os atores não-militares. Desta forma, importa atuar com integridade e respeitar a primazia civil, integrando o planeamento com atores não-militares, para com os quais deverão ser estabelecidos um relacionamento e comunicação eficazes (NATO, 2018, pp. 2-1 e 2-2).

2.2. Responsabilidades

Quem trabalha na CIMIC deve, em todos os níveis, aconselhar os comandantes sobre a CMI e traduzir as suas orientações sobre estas em ação (NATO, 2018, p. 2-3).

Segundo a NATO (2018, pp. 2-4 e 2-5) (Figura 1): a nível estratégico, o quartel-general deve determinar com que atores não-militares deve estabelecer ligação; ao nível operacional, o comandante será aconselhado pelo J9⁶⁵ sobre as questões da CIMIC relacionadas com o planeamento e execução das

⁶³ A política da NATO define CMI como um grupo de atividades, baseado na comunicação, planeamento e coordenação, que todos os órgãos militares da NATO compartilham e conduzem com atores não-militares locais e internacionais, tanto durante as operações da NATO como na preparação das mesmas, aumentando assim mutuamente a eficácia e eficiência das suas respetivas ações em resposta à crise (NATO, 2018, p. 1-4).

⁶⁴ De uma perspetiva militar, a abordagem abrangente (*comprehensive approach*) é baseada numa consciência situacional compartilhada, compreensão e reconhecimento de que às vezes atores não-militares podem apoiar os militares e vice-versa. A NATO contribui para uma abordagem abrangente através de quatro áreas principais: (i) planeamento militar e condução de operações; (ii) lições aprendidas; (iii) treino, educação e exercícios; e (iv) interação com atores não-militares e comunicações estratégicas (NATO, 2018, p. 1-2).

⁶⁵ Chefe da célula da CIMIC num estado-maior de nível operacional.

responsabilidades operacionais, bem como a determinação das prioridades para as atividades CIMIC e a respetiva alocação de recursos serão efetuadas no processo de planeamento deste nível operacional; ao nível tático, as principais responsabilidades da CIMIC concentram-se em facilitar a interação efetiva e eficiente com atores não-militares locais, conforme descrito no plano da operação e na avaliação e apresentação de relatórios sobre os aspetos da CIMIC no ambiente civil.



Figura 1 – Responsabilidades

Fonte: NATO (2018, pp. 2-4 e 2-5).

2.3. Principais funções

A CIMIC possui como funções principais a ligação civil-militar com o objetivo de estabelecer e manter a ligação com atores não-militares nos níveis apropriados e o apoio à força (que visa responder às solicitações dos comandantes, de apoio não-militar dentro da sua JOA, bem como de coordenação de esforços para minimizar a interrupção das operações militares) e aos atores não-militares e ao ambiente civil (que geralmente só será realizado se for necessário criar condições que apoiem o cumprimento da missão militar) (NATO, 2018, pp. 2-5 e 2-6).

3. A Cooperação Civil Militar na Guerra do Golfo

A capacidade de CA na Guerra do Golfo, ajustada ao conceito atual de CIMIC, permitiu estabelecer a ligação entre os militares e as entidades sauditas que forneceram combustível, instalações, água e alimentos (*Civil-Military Cooperation Centre of Excellence [CCOE], 2013*). Desde a prevenção da interferência civil nas missões de combate da Coligação liderada pelos EUA, passando pelo tratamento de cidadãos refugiados/deslocados, até à prestação de apoio de emergência essencial aos kuwaitianos, nas horas imediatamente a seguir à libertação do país, esta função conjunta desempenhou um papel vital nas Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*. As ações desenvolvidas foram assim de extrema importância, por exemplo ajudando os cidadãos deslocados, reconstruindo o Kuwait e até a salvar vidas.

A fim de dar resposta ao pedido do governo kuwaitiano para assistência em matéria de CA, no planeamento da prestação de assistência pós-libertação, o governo dos EUA formou a KTF (Ridge, 2009). Esta unidade, após operacional, assumiu a liderança do planeamento dos EUA para o governo do Kuwait, apoiando este na execução de uma multiplicidade de tarefas necessárias, tais como o fornecimento de bens

de primeira necessidade e a reconstrução das instituições locais e das infraestruturas públicas (Ridge, 2009).

Em novembro de 1990, o planejamento do governo dos EUA concentrou-se na prestação do apoio do CA às operações de combate, em que o objetivo principal era conduzir atividades de apoio a civis deslocados e refugiados em todo o Iraque e Kuwait (Ridge, 2009). O *Central Command* (CENTCOM) dos EUA planejou a execução de uma operação terrestre pelo sul do Iraque, mas não antecipou qualquer ocupação dessa área (Ridge, 2009). Os especialistas do CENTCOM concluíram, erradamente, que os EUA não eram obrigados pelo direito internacional a proteger ou a cuidar de civis no sul do Iraque. Perdeu-se tempo precioso, antes que os responsáveis pelo planejamento de CA convencessem o CENTCOM de que uma incursão dos EUA no Iraque exigiria uma administração civil e a oferta de ajuda aos civis deslocados (Ridge, 2009). Como resultado, neste âmbito, o objetivo do apoio para as operações de combate foi alargado para incluir a conduta da autoridade civil temporária, não só no Kuwait, mas também no sul do Iraque (Fishel, 1997).

O principal objetivo das forças dos EUA na reconstrução do Kuwait era fornecer ao governo legítimo deste país a assistência militar e civil, concretamente, na implementação de um programa para restaurar o mais rapidamente possível as funções e serviços do governo kuwaitiano, após a retirada das forças iraquianas (McDonnell, 1999).

De acordo com McDonnell (1999), as numerosas e abrangentes tarefas executadas por esta função conjunta no apoio às operações de combate, durante a Guerra do Golfo, incluíram:

- O apoio à deslocação de civis, onde se salienta o fornecimento de comida, água e combustível a civis para minimizar a sua interferência nas operações militares dos EUA. Os civis foram alertados para evitarem as principais rotas de abastecimento e para não interferirem com colunas militares;
- A localização de fontes potenciais de água, como poços e lagos, coordenando com os agricultores a possibilidade de as forças dos EUA utilizarem os seus poços;
- A assistência nas operações com prisioneiros de guerra, recorrendo a entrevistas, expondo soldados iraquianos que se faziam passar por civis e processando prisioneiros para posterior entrega à Polícia Militar;
- A organização do apoio local, na compra de alimentos e outros bens para civis deslocados nas áreas de retenção. Envolveram-se na resolução de problemas através de acordos com a nação hospedeira;
- A realização de levantamentos de área, nomeadamente, o estudo do terreno e da economia local, das pessoas, a cultura e os recursos;
- O aconselhamento dos comandantes sobre como se adaptar à cultura local;
- O aconselhamento sobre procedimentos de revista às mulheres iraquianas;
- A realização de inspeção de instalações locais para uso dos EUA, nomeadamente, a avaliação de danos nas instalações. Encontraram, por exemplo, fábricas de asfalto de mistura a quente (parcialmente utilizáveis), áreas de habitação (inutilizáveis) e equipamentos de construção (alguns utilizáveis);
- A inspeção de alimentos e análises à qualidade da água;
- O apoio às unidades médicas para prestar cuidados a civis e prisioneiros deslocados;
- A prestação de serviços de intérprete;
- A ajuda para manter a integridade familiar.

4. Lições Aprendidas

Os elementos de CA desempenharam um papel extremamente importante ao acautelar a interferência negativa de iraquianos, refugiados kuwaitianos e prisioneiros de guerra com as operações de combate. De modo similar, após cessarem as operações de combate, os militares pertencentes aos CA foram dos primeiros a entrar no Kuwait, cumprindo de forma muito positiva as suas tarefas⁶⁶ (Ridge, 2009, p. 8).

Contudo, o emprego dos CA deparou-se com alguns obstáculos que serviram como lições aprendidas para os esforços da futura função conjunta de CIMIC.

- Planeamento *ad hoc* relativo aos CA. O processo de planeamento da KTF foi conduzido de forma independente da elaboração de planos por parte do CENTCOM dos EUA. Baseado nesta experiência, analistas concluíram que “No futuro, o processo de planeamento deve incluir mais cedo as considerações de CA”⁶⁷ (Brinkerhoff, 1991, cit. por Ridge, 2009, p. 8);

- Grandes exigências de requisitos para a mobilização resultaram em atrasos na implantação desta capacidade. As unidades de CA tiveram de cumprir requisitos rigorosos para serem consideradas prontas para operar, resultando num processo moroso e cuja validação foi realizada em Fort Bragg (EUA), em vez de ser descentralizada por diversas instalações militares. Deste modo, alguns especialistas argumentaram que “Eles poderiam ter realizado um trabalho muito melhor se estivessem com as suas unidades apoiadas durante vários meses”⁶⁸ para além de que “As unidades de CA devem ser destacadas em simultâneo com as suas unidades apoiadas”⁶⁹ (Brinkerhoff, 1991, cit. por Ridge, 2009, p. 9);

- Falta de entendimento das capacidades de CA. É praticamente unânime que o contributo de CA foi prejudicado pela falta de entendimento das suas capacidades, pois “A maioria das unidades não sabia ‘o que fazer’ com uma unidade de CA e os elementos avançados que chegaram à Arábia Saudita descobriram que as unidades táticas e de apoio para as quais foram designados, muitas vezes, nem sabiam da sua chegada”⁷⁰ (Sandler, 1994, cit. por Ridge, 2009, pp. 9-10). A solução passou pela inclusão de temáticas sobre esta capacidade nos estabelecimentos de ensino militar e no Curso de Promoção a Oficial-General;

- Distribuição desequilibrada de meios de CA. Um melhor planeamento teria permitido a alocação dos meios de acordo com o volume de tarefas exetáveis (e.g. em proporção de acordo com o número da população local) em vez de simplesmente atribuir uma equipa a cada unidade que se encontrava no terreno (Ridge, 2009, p. 10).

5. Conclusões

A CIMIC é aplicável a todos os tipos de operações, sendo o seu objetivo o de apoiar os objetivos da missão, estabelecendo e mantendo a cooperação com atores não-militares dentro da área de operações. Permite ao comandante criar, influenciar e sustentar as condições que possibilitam alcançar os objetivos e, assim, maximizar a eficácia da contribuição militar para a missão, requerendo a aplicação integrada e abrangente dos meios de poder, militares e não-militares, para criar efeitos que contribuam para o estado final desejado.

⁶⁶ “Largely due to the Kuwait Task Force’s effective planning efforts, in the days following Kuwait’s liberation, no public health crises arose.”

⁶⁷ Tradução do autor de “Future planning should include CA considerations earlier in the process.”

⁶⁸ Tradução do autor de “They could have done a much better job if they had been with their supported units for several months.”

⁶⁹ Tradução do autor de “CA units should deploy at the same time as their supported units.”

⁷⁰ Tradução do autor de “Most units did not know what to ‘do with’ a Civil Affairs unit and CA advance parties arriving in Saudi found that the tactical and support units to which they were assigned often did not even know they were coming.”

Na Guerra do Golfo, o conceito de CIMIC não existia como hoje é conhecido e as suas atividades encontravam-se enquadradas no conceito de CA.

A invasão do Kuwait por parte do Iraque, em 1990, resultou na projeção para a região do Golfo Pérsico de militares dos EUA, com o objetivo de defender o Kuwait e alcançar uma retirada pacífica das forças iraquianas (operação *Desert Shield*), o que acabou por se transformar na operação ofensiva *Desert Storm*. Sendo que os meios de CA empregues desempenharam um papel determinante, assente na ação da KTF.

No apoio às operações de combate, no Iraque e no Kuwait, o CA conduziu atividades de apoio a civis deslocados e refugiados, destacando-se o fornecimento de comida, água e combustível e, entre outros, a prestação de cuidados médicos.

O emprego dos CA foi caracterizado por um planeamento *Ad Hoc*, com atrasos na sua implementação, associado a um desconhecimento das suas capacidades e a uma distribuição desequilibrada de meios, que permitiram formular um conjunto de lições aprendidas com impacto na função conjunta CIMIC.

Referências Bibliográficas

- Civil-Military Cooperation Centre of Excellence. (2013). Civil Affairs United States of America. CIMIC MESSENGER, 5(1), 1-16. Retirado de <https://cupdf.com/document/cimic-messenger-2013-01.html>
- Fishel, J. T. (1997). Civil-Military Operations in the New World. Westport: Praeger Publishers.
- Grigorov, G. (2017). Emergence and Development of Civil-Military Cooperation. International Conference KNOWLEDGE-BASED ORGANIZATION, 23(1), 119-123. DOI: 10.1515/kbo-2017-0018.
- Hicks, K. H., Wormuth, C. E., & Ridge, E. (2009). The Future of U.S. Civil Affairs Forces: A Report of the CSIS International Security Program (Issue February). Washington: Center for Strategic and International Studies.
- Kasselmann, H-J. (2012). Civil-Military Cooperation - A Way to Resolve Complex Crisis Situations. PRISM, 4(1), 17-30. Retirado de <https://www.hsdl.org/?view&did=727929>
- NATO. (1999). The Alliance's Strategic Concept. Bruxelas: NATO Public Diplomacy Division.
- NATO. (2001). MC 411/1 NATO Military Policy for CIMIC.
- NATO. (2003). AJP-9 NATO Civil-Military Co-operation (CIMIC) Doctrine. NATO Standardization Office.
- NATO. (2018). AJP-3.19 -Allied Joint Doctrine for Civil-Military Cooperation. NATO Standardization Office.
- NATO. (2019). AJP-3 Allied Joint Doctrine for the Conduct of Operations. NATO Standardization Office.
- McDonnell, J. A. (1999). After Desert Storm: The U.S. Army and the Reconstruction of Kuwait. Washington: Department of the Army.
- Mockaitis, T. R. (2004). Civil-Military Cooperation in Peace Operations: The Case of Kosovo. Carlisle: Strategic Studies Institute - U.S. Army War College.
- Ridge, E. (2009). Civil Affairs in the Desert Shield/Storm. Center for Strategic and International Studies, 1-12. Retirado de https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fspublic/legacy_files/files/media/csis/pubs/090129_desert_shield_desert_storm_study.pdf

POSFÁCIO DE COORDENADORES

António José Pardal dos Santos é Coronel Tirocinado do Exército Português. É licenciado e mestre em Ciências Militares – Artilharia, pela Academia Militar. Está habilitado com os cursos curriculares de carreira, o *Field Artillery Officer Advanced Course* da *United States Army Field Artillery School*, o Curso de Estado-Maior e o Estágio de Estados-Maiores Conjuntos do Instituto de Estudos Superiores Militares, o Curso de Comandantes e o Curso de Promoção a Oficial General do IUM. Dispõe ainda de diversos cursos de curta duração da Organização do Tratado do Atlântico Norte e do Exército Português. Ao longo da sua carreira prestou serviço em várias Unidades, Estabelecimentos e Órgãos exercendo o cargo de comandante de unidades de escalão pelotão, bateria e grupo e de Comandante do Regimento de Artilharia N.º 5. Cumpriu comissões de serviço no *Allied Joint Command Lisbon* como *Military Assistant do Deputy Commander* e no *Allied Land Component Command Madrid* como *Military Assistant do Chief of Staff*. Coordenou a elaboração de duas Publicações Doutrinárias do Exército (PDE). É autor de uma PDE e coautor do livro “O Legado da Artilharia na Serra do Pilar”. No IUM coordenou a Área de Ensino de Operações Militares/Área de Ensino de Técnicas e Tecnologias Militares (AEOM/AETTM), e é orientador de Trabalhos de Investigação Individuais (TII) do Curso de Promoção a Oficial General e presidente de Júris de Avaliação de TII do Curso de Estado-Maior Conjunto. Foi membro do Conselho da Arma de Artilharia. Fez parte da Comissão Executiva da Revista de Artilharia entre 2013 e 2015, tendo sido o Presidente do Conselho Fiscal em 2019 e 2020. Atualmente, é Assessor do Chefe do Departamento de Estudos Pós-Graduados.

Ricardo Dias da Costa é Tenente-coronel do Exército Português. É Professor de Estratégia e de Operações Militares no Instituto Universitário Militar e investigador do Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM. É doutorado em Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra; mestre em Ciências Militares pela Academia Militar, mestre em Estudos sobre a Europa pela Universidade de Coimbra e licenciado pela Academia Militar em Ciências Militares - Artilharia. Possui também o Curso de Estado-Maior do Instituto Superior de Estudos Militares e quatro pós-graduações nas áreas do Direito Europeu, Direitos Humanos, Estudos Europeus e Estudos da Paz e da Guerra. Dispõe ainda de diversos cursos de curta duração frequentados no Exército Português, na NATO School Oberammergau; na NATO Joint Force Training Center; e na European Security Defence College. Foi presidente da Associação de Direito e Economia Europeia da Universidade de Coimbra entre 2010 e 2015 e Coordenador do Núcleo de Estudos Militares Europeus (NEMEU) em 2020. Desde 1997 que tem desempenhado diversas funções de Estado-maior e de Comando na Componente Operacional do Exército, nomeadamente na Brigada de Intervenção, Brigada Mecanizada, e Brigada de Reação Rápida, tendo colaborado no treino da força portuguesa para a NATO Response Force 14 (NRF14) em 2009/2010 e da força portuguesa para a NATO Response Force 2016 (NRF2016). Participou nas seguintes missões internacionais: Missão UNTAET das Nações Unidas em Timor-Leste em 2000/2001; Missão SFOR da NATO na Bósnia-Herzegovina em 2003/2004; Missão ISAF da NATO no Afeganistão em 2013; e em 2017 foi Diretor do Projeto de Cooperação Técnico Militar com a Escola Superior de Guerra de Angola.

Antero de Aguiar Marques-Teixeira é Major de Cavalaria. É professor de Operações Militares no Instituto Universitário Militar. É mestre em Guerra da Informação, mestre e licenciado em Ciências Militares-Cavalaria pela Academia Militar. Possui também o Curso de Estado-Maior Conjunto e duas pós-graduações, respetivamente em Ciências Militares, Segurança e Defesa e em Informações Militares, pelo Instituto Universitário Militar. Para além de habilitado com os cursos curriculares de carreira e de diversos cursos de curta duração do Exército Português e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), destacam-se os de *Leopard 2A6 Tank Commander/ Master Gunner Transition Course* e de *Supervision Holder Maintenance Course*, realizados em Amersfoort, Holanda, bem como o Curso de Proteção Biológica, Nuclear e Química realizado em Tancos, o de *NATO Exercise Planning Course- Component Level* realizado no *Rapid Reaction Corps- France* em Lille, França e o de *NATO Staff Officer Orientation Course* da *NATO School Oberammergau (NSO)*, Alemanha. Serviu entre 2004/15 no Regimento de Cavalaria n.º 4/Brigada Mecanizada Independente e Grupo de Carros de Combate (GCC)/Brigada Mecanizada, destacando-se as funções de Comandante de Pelotão de Carros de Combate (também no *NATO Response Force-5*), Comandante de Esquadrão de Carros de Combate e Oficial de Operações do GCC e entre 2015/18 de Adjunto e Chefe em suplência da Repartição de Doutrina e Treino do Comando das Forças Terrestres. Foi também Comandante do 3.º Pelotão/GCC/EUFOR em 2006 na Bósnia-Herzegovina, Comandante da *BRAVO Troop/Agrupamento INDIA/KTM/KFOR* em 2012/13 no Kosovo) e *Combined Joint Intelligence Staff Officer* no *Combined Joint Operations Center/RS* em 2018 no Afeganistão). Foi instrutor de diversos cursos de Carro de Combate M60A3 TTS e Leopard 2A6, *supporting speaker* no *Chemical, Biological, Radiological, Nuclear Defense and Exercise Planning Course (M3-72-B-19 CBRN-D & EPC)* em 2019 na NSO, Alemanha e em 2021 Assessor Técnico Temporário no Projeto n.º 5 da Cooperação no Domínio da Defesa Portugal- Angola, na Escola Superior de Guerra em Luanda, Angola.

Dinis Filipe Vargas Cabrita é Capitão-tenente da Marinha Portuguesa. É Professor de Operações Militares no Instituto Universitário Militar e investigador do Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM. É licenciado pela Escola Naval em Ciências Militares Navais – Ramo de Marinha. Possui o Curso de Estado-Maior Conjunto pelo Instituto Universitário Militar e a pós-graduação em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Está habilitado com diversos cursos curriculares de carreira e de curta duração da Marinha Portuguesa. No seu percurso militar, a bordo de unidades navais, desempenhou funções na área da Navegação, da Fiscalização da Pesca, das Operações Navais, da Artilharia e das Informações, tendo internacionalmente desempenhado, por duas vezes, funções de Estado-Maior na Força Tarefa 465 da Operação Atalanta (EU NAVFOR Somália), primeiro, como oficial de Operações (DACOS N3) e, posteriormente, como oficial de Pessoal e Logística (ACOS N1/4). Em terra, desempenhou as funções de formador na área das Operações Navais na Escola de Tecnologias Navais e chefiou o Departamento de Pessoal e Organização na Esquadilha de Navios de Superfície. Foi por duas vezes Assessor Técnico Temporário no Projeto n.º 5 da Cooperação no Domínio da Defesa Portugal-Moçambique, no Instituto Superior de Estudos de Defesa, em Moçambique.

POSFÁCIO DE AUTORES⁷¹

Adolfo Henrique de Assis Ferreira dos Reis é Major do Exército, licenciado em Ciências Militares – Especialidade Infantaria, pela Academia Militar. Possui várias formações técnico-profissionais no âmbito da segurança e defesa, tendo-se especializado na área aeroterrestre. No seu percurso profissional, enquanto subalterno comandou diversas unidades escalão pelotão e companhia, como capitão desempenhou funções de comandante de companhia e como oficial superior exerceu funções como adjunto do chefe da secção logística da Brigada de Reação Rápida. Participou em várias operações sobre a égide da OTAN e da UE.

Aires Almeida Carqueijo é Major do Exército. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade de Artilharia, pela Academia Militar. Possui ainda formação diversa de âmbito militar. No seu percurso profissional exerceu cargos de Comandante de Bateria de Tiro, Comandante de Bateria, Oficial de Operações e 2.º Comandante, no Grupo de Artilharia de Campanha 10,5 Rebocado, da Brigada de Reação Rápida, bem como os de Chefe da Secção de Operações, Informações e Segurança, e Chefe da Secção de Formação, no Regimento de Artilharia N.º 4. Integrou o aprontamento de três forças de resposta da Organização do Tratado do Atlântico Norte, tendo ainda participado em duas Forças Nacionais Destacadas, no Kosovo e na Lituânia. Atualmente encontra-se a frequentar o Curso de Estado-Maior Conjunto.

Alexandre de Souza Gomes é Capitão-de-fragata da Marinha do Brasil. É Bacharel em Ciências Navais – Especialidade de Eletrônica pela Escola Naval e aperfeiçoado em Aviação Naval. Possui mestrado em ciências aeronáuticas pela *Embry-Riddle Aeronautical University* e em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval. Possui pós-graduação em Administração Pública pelo Instituto de Pós-Graduação em Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Exerceu funções na Fragata Greenhalgh, no 1º Esquadrão de Helicópteros de Esclarecimento e Ataque, na Diretoria de Aeronáutica da Marinha, no 5º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral (Comandante) e na Escola de Guerra Naval (instrutor). Participou, como piloto embarcado, da *United Nations Interim Forces in Lebanon* (UNIFIL).

Alberto Filipe Duarte Gonçalves é Major da Guarda Nacional Republicana. É licenciado em Ciências Militares - Especialidade Guarda Nacional Republicana, ramo Administração, pela Academia Militar. Possui uma pós-graduação em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa e diversa formação técnico-profissional no âmbito da gestão e administração pública, ciências militares e segurança interna. No seu percurso profissional, enquanto subalterno e capitão, foi Chefe da Contabilidade e Chefe de Repartição na GNR. Foi Chefe de diversas seções e serviços nos Serviços Sociais da GNR, em diversas áreas, como contabilidade e orçamento, pessoal e logística. Como oficial superior foi Chefe da Repartição de Planeamento e Monitorização, da Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais, da GNR.

Albino José Pinheiro de Jesus é Major de Artilharia do Exército Português. Frequentou a Academia Militar no período letivo de 2000-2005, licenciando-se em Ciências Militares – Especialidade de Artilharia. No seu percurso profissional, enquanto subalterno desempenhou funções de Chefe de Posto Central de Tiro e Comandante de Bateria de Tiro no Regimento de Artilharia n.º 4, foi ainda 2ºCmdt de uma bateria inserida na NRF 14. Como Capitão destaca-se o comando de uma bateria inserida na NRF 17, a par do comando da Bateria de Comando e Serviços do Regimento de Artilharia n.º 4. Como Major foi Oficial de Operações do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Reação Rápida e oficial de Logística do Regimento de Artilharia n.º 4. Participou em 3 missões no estrangeiro.

Ana Sofia de Sousa Guedes Vaz é Major da GNR. É licenciada em Ciências Militares – Especialidade GNR pela Academia Militar. Possui uma pós-graduação em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa e várias formações técnico-profissionais no âmbito da Segurança Interna. Durante o seu percurso profissional, enquanto subalterno e capitão, dirigiu várias subunidades escalão enquanto Comandante de Pelotão e Comandante de Destacamento. Como Oficial Superior, exerceu funções como assessora jurídica do gabinete do Comandante-Geral da GNR.

Bruno Alexandre Soares Mercier é Capitão-tenente na Marinha. Frequentou a Escola Naval no período letivo de 1996-2002, concluindo a licenciatura em Ciências Militares Navais – Ramo de Administração Naval. Possui uma pós-graduação em Gestão de Projetos pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa e diversa formação técnico-profissional no âmbito da Administração Naval, tecnologias de informação e operações militares. No seu percurso profissional, como oficial subalterno, chefiou o Serviço de Abastecimento do N.R.P. Álvares Cabral, o Serviço de Aprovisionamento e Património do Instituto Hidrográfico e o Serviço de Abastecimento da Base de Fuzileiros e, como oficial superior, chefiou o Departamento de Logística do N.R.P. Corte Real contexto de Força Nacional Destacada.

Bruno Miguel Passos Baraças é Major da Guarda Nacional Republicana. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade GNR, pela Academia Militar. Possui uma pós-graduação em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa, uma Pós-graduação em Informações e Segurança pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e diversa formação técnico-profissional no âmbito da Segurança Interna. No seu percurso profissional, enquanto Subalterno e Capitão, comandou subunidades de escalão Destacamento Territorial e chefiou Órgãos de Investigação Criminal. Como Oficial superior exerceu funções de Chefe da Secção de Investigação Criminal do Grupo de Intervenção de Operações Especiais da Unidade de Intervenção da GNR.

Clara Cristina Machado Lopes é Major da Guarda Nacional Republicana. Frequentou a Academia Militar no período letivo de 1999-2004, concluindo a licenciatura em Ciências Militares – especialidade de Segurança. Possui uma pós-graduação em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa e diversa formação técnico-profissional no âmbito da Segurança Interna. No seu percurso profissional, enquanto subalterna e capitão, comandou diversas subunidades escalão Destacamento Marítimo e de Controlo Costeiro, bem como Comandante de Companhia, participou numa missão internacional da Organização das Nações Unidas e exerceu funções na área da formação e aprontamento de forças para missões internacionais. Como oficial superior exerceu funções como Chefe da Secção de Formação Contínua na Unidade de Acção Fiscal da GNR.

David Pinheiro Martins é Major da Guarda Nacional Republicana (GNR). Frequentou a Academia Militar entre 1999-2004, licenciando-se em Ciências Militares – Especialidade GNR. No seu percurso profissional, enquanto subalterno comandou os Destacamentos Territoriais (DTER) de Idanha-a-Nova e Covilhã. Com a promoção a capitão exerceu funções como chefe da Secção de Justiça e Recursos Humanos do Comando Territorial da Guarda, comandante do DTER de Pinhel, bem como, 2.º comandante do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR. Como oficial superior desempenhou funções de estado-maior na Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da GNR.

Ernesto António de Jesus Alves é Capitão-tenente Fuzileiro. É licenciado em Ciências Militares Navais – Classe de Fuzileiros, pela Escola Naval. Possui uma pós-graduação em *Competitive Intelligence* e Guerra da Informação pela Academia Militar e diversas formações técnico-profissionais nas mais diversas áreas militares. No seu percurso profissional, comandou diversas subunidades, unidades e forças de fuzileiros, exerceu as mais diversas funções inerentes à formação de Oficiais Fuzileiros na Escola de Fuzileiros e na Escola Naval, e exerceu funções de Estado-Maior e Relações-Públicas. A nível internacional integrou uma missão no quadro da ONU em Timor-Leste e outra no quadro da NATO no Afeganistão.

Fernando Alves é Major da GNR. Frequentou a Academia Militar entre 1999 – 2005. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade GNR, pela Academia Militar. Possui uma pós-graduação em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa e diversa formação técnico-profissional no âmbito da Segurança Interna. No seu percurso profissional, enquanto subalterno e capitão, comandou diversas subunidades escalão Destacamento Territorial e Comandante de Companhia na Brigada Territorial n.º 2 e Comando Territorial de Lisboa bem como funções de Estado Maior, como oficial superior exerceu funções como Chefe de Repartição de Assuntos Gerais na Direção de Recursos Humanos da GNR.

Humberto Gourdin de Azevedo Coutinho Rosa é Major do Exército. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria pela Academia Militar e possui uma Pós-Graduação em Gestão das Informações e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa. No seu percurso profissional, foi Comandante de Pelotão no Regimento de Cavalaria N.º 6, foi Adjunto e posteriormente Chefe do Gabinete de Cursos na Escola Prática de Cavalaria, desempenhou as funções de Comandante do 1º Esquadrão de Polícia do Exército e Chefe da Secção de Logística no Regimento de Lanceiros N.º 2 e foi nomeado Ajudante de Campo de S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional. Ao nível internacional, desempenhou o cargo de Oficial de Operações de Informação (InfoOps) no Quartel-General da *European Union Training Mission*, em Bamako, Mali.

Iacyara Adryenne Santos é Tenente-coronel da Força Aérea Brasileira. É licenciada em Ciências Militares – Especialidade Intendência, pela Academia da Força Aérea do Brasil. É também Bacharel em Direito pela Faculdade dos Guararapes – Brasil. Possui diversos cursos de carreira, bem como outros cursos, militares e civis, voltados especialmente para a sua área de atuação, ou seja, Administração Militar e Logística. No seu percurso profissional chefiou diversos setores, como por exemplo de Registro Patrimonial, Provisões, Finanças e Pagamento de Pessoal, Licitações e Contratos, Controle Interno, Instrução de Intendência, entre outros. Além disso, desempenhou função de auditora na área de Finanças e Pessoal, bem como de Assessoria no Gabinete do Comandante da Aeronáutica do Brasil.

João Paulo Ferreira Lourenço é Tenente-coronel da Força Aérea. É licenciado em Tecnologias Militares Aeronáuticas – Especialidade TOCART, pela Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas. Possui uma pós-graduação em Ciências Militares e Aeronáuticas pelo Instituto Universitário Militar e diversa formação técnico-profissional no âmbito da Aeronáutica e da Segurança e Defesa Militar. No seu percurso profissional, enquanto subalterno e capitão, obteve todas as qualificações de controlador de tráfego aéreo, como oficial superior exerceu funções como Comandante da Esquadra de Tráfego Aéreo da BA4, Chefe da Secção de Operações do Centro de Gestão de Tráfego Aéreo do CA, Chefe de Operações Aéreas da Força de Reação Imediata e Adjunto do Chefe da Repartição de Operações da Divisão de Operações do EMFA.

João Pedro Viana Fragoso Xavier é Major do Exército Português. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade Artilharia, pela Academia Militar. Possui diversa formação técnico-profissional, destacando-se os cursos de *Counter Insurgency*, operações HUMINT, CIMIC nível tático e planeamento de operações psicológicas. No seu percurso profissional, enquanto Oficial subalterno e Capitão, comandou diversas unidades escalão Pelotão e Companhia, tendo ainda exercido as funções de Oficial de Informações e Oficial de Operações de unidade de escalão Batalhão e Adjunto da Secção de Treino e Doutrina da Brigada Mecanizada. Como oficial superior exerceu funções como Adjunto da Secção de Pessoal da Brigada Mecanizada.

José Manuel Ferreira Lopes é Major da GNR. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade GNR, pela Academia Militar. Possui uma pós-graduação em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa e diversa formação técnico-profissional no âmbito da Segurança Interna. No seu percurso profissional, enquanto subalterno e capitão, comandou diversas subunidades de escalão Pelotão, Companhia e Destacamento Territorial. Como oficial superior exerceu funções como adjunto do Chefe de Gabinete do Comandante Operacional da GNR.

Luís Carlos Brandão Marques é Capitão-de-fragata da Marinha portuguesa. É licenciado em Ciências Militares Navais – Classe de Marinha, pela Escola Naval. No seu percurso profissional, enquanto oficial subalterno, desempenhou funções de chefia em diversas unidades navais e, após concluída a especialização em mergulhador-sapador, foi oficial imediato do Destacamento de Mergulhadores Sapadores n.º 2 e Chefe do Gabinete de Tecnologias Educativas da Escola de Mergulhadores. Como oficial superior, foi Comandante do Destacamento de Mergulhadores Sapadores n.º 2 e Chefe do Serviço de Mergulho, no Departamento de Mergulhadores da Esquadilha de Subsuperfície.

Luís Filipe Pratas Quinto é Major do Exército Português. É mestre em Engenharia Mecânica Militar, pela Academia Militar, possui uma pós-graduação em Sistemas de Gestão Integrados, pela SGS e o Ciclo de Estudos Avançados em Engenharia Mecânica no Instituto Superior Técnico, na área dos exoesqueletos. No seu percurso profissional, enquanto subalterno e capitão, comandou diversas subunidades escalão Pelotão e Companhia e exerceu funções nas áreas do controlo e gestão da qualidade, segurança e saúde no trabalho e ambiente, nas Oficinas Gerais de Material de Engenharia. A nível internacional integrou a missão da ONU no Líbano (UNIFIL – 2009/2010) como Oficial de Manutenção. É atualmente docente da Academia Militar nas áreas do desenho e modelação geométrica, processos de fabrico, logística e manutenção.

Luis Filipe Xavier Cavaco de Mendonça Dias é Major de Transmissões do Exército, especializado em Segurança da Informação. Em 2010 integrou a UnEng nº8/UNIFIL, no Líbano, como Comandante do Módulo de Transmissões. Entre 2011 e 2015 desempenhou funções no Centro de Segurança de Informação do Exército. Desde 2015 foi colocado como Docente na Academia Militar. Tem o diploma de estudos avançados em Segurança de Informação no Instituto Superior Técnico (IST) e mestrado em Engenharia Eletrotécnica Militar da Academia Militar. Detém várias certificações da Indústria (SANS GCFE, EC-Council ECSA e ENSA, etc.) e é membro do GIAC advisory board. Encontra-se a frequentar o Doutoramento em Segurança da Informação no IST e é atualmente auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto.

Luís Manuel Ferreira Fernandes é Major da GNR. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade GNR pela Academia Militar, possui duas Pós-Graduações, em Ciências Militares e Policiais, e em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa. Como subalterno, comandou diversas subunidades escalão de Pelotão e Companhia no Regimento de Infantaria/Unidade de Intervenção, e integrou o 5.º e o 7.º Contingente do Subagrupamento Bravo, em Timor-Leste, no âmbito da UNMIT, como 2.º Comandante. Como Capitão comandou o Destacamento Territorial (DTER) de Ponte de Sôr, o DTER de Santarém e a Companhia de Apoio Geral da Unidade de Apoio Geral. Como Major desempenhou funções de Chefe da Repartição de Reservas, Reformas e Aposentações, e de Chefe da Repartição de Civis, da Direção de Recursos Humanos da GNR.

Luís Miguel da Silva Resende Mouta é Major do Exército. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade Artilharia, pela Academia Militar. No seu percurso profissional, enquanto oficial subalterno e capitão, comandou diversas subunidades de Artilharia Antiaérea de escalão Pelotão e escalão Companhia. Como oficial superior exerceu funções de estado-maior regimental, nas áreas da formação e logística, assim como oficial de operações no estado-maior do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Intervenção. Recentemente desempenhou funções ainda como adjunto do Chefe de Repartição de Logística do Comando das Forças Terrestres.

Miguel Ângelo da Costa Jorge é Major do Exército português. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade Cavalaria, pela Academia Militar. Possui uma pós-graduação em Gestão de Projetos pela Universidade Autónoma, o Curso de Operações de Paz e Ação Humanitária pelo Human Rights Centre/Universidade de Coimbra e ainda diversa formação técnico-profissional no âmbito das crises e dos conflitos armados. No seu percurso profissional, enquanto, oficial subalterno e capitão, comandou diversas unidades escalão Pelotão e Companhia, exerceu ainda funções como Oficial de Segurança e Oficial de Gestão de Informação/EM/Comd/BrigInt e QG/BrigInt. Como oficial superior exerceu funções como *Intelligence Analyst* no MIC/CJTF/OIR/Iraque, bem como chefiou a secção de Pessoal e a Secção de formação do RC6.

Miguel António Gomes é Major da GNR. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade GNR, pela Academia Militar. Possui uma pós-graduação em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa e diversa formação técnico-profissional no âmbito da Segurança Interna. No seu percurso profissional, enquanto Subalterno e Capitão, exerceu funções de Comandante de Pelotão e Companhia no Grupo de Intervenção e Operações Especiais, participou em missões de apoio à paz sob a égide da Organização das Nações Unidas em Timor-Leste. Como oficial superior desempenhou funções de formador, diretor de cursos e chefe da Secção de Planeamento e Avaliação da Escola da Guarda. Atualmente encontra-se colocado no Departamento de Operações do Comando Operacional na Guarda Nacional Republicana.

Nelson Filipe Neves Inácio é Major Pára-quedista do Exército português. Frequentou a Academia Militar entre de 2001-2006, licenciando-se em Ciências Militares – Especialidade Infantaria. Foi colocado no 1ºBatalhão de Infantaria Pára-quedista (1ºBIPara), local onde desenvolveu o seu percurso profissional. Como subalerno foi Cmdt de pelotão e 2ºCmdt de Companhia, como Capitão foi Cmdt da 11ª Companhia de Pára-quedistas, S4 do 1ºBIPara e do RI15, e S3 do 1ºBIPara, como Major foi S2, S3 e 2ºCmdt do 1ºBIPara. Destacam-se cinco comissões no estrangeiro, três delas no Kosovo, KFOR-NATO (em 2008, 2010 e 2014) e duas na República Centro Africana, MINUSCA/ONU (em 2018 e 2019/20).

Nuno Fernando Ramos Hingá Fernandes é Major do Exército Português. Está habilitado com o Mestrado em Engenharia Militar da Academia Militar. Para além dos cursos de promoção, possui formação técnico-profissional no âmbito da Engenharia Militar. No seu percurso profissional, enquanto subalerno e capitão, comandou várias unidades escalão pelotão e companhia, no Regimento de Engenharia n.º 3, em Espinho. Desempenhou também funções no âmbito da assessoria e das infraestruturas em contexto de Força Nacional Destacada, no Líbano, Afeganistão e Somália. Como oficial superior exerceu funções na repartição de Operações e no gabinete do Chefe de Estado-Maior, no Quartel-General da Brigada de Intervenção.

Pablo Estevan Barceló é Major da Guarda Civil de Espanha. É formado em Direito e possui várias pós-graduações civis e militares, muitas das quais no âmbito do terrorismo, da segurança e defesa, das relações internacionais, da liderança, da diplomacia e inteligência informações e da alta direção pública do Estado. No que se refere à sua carreira profissional, esteve vinculado ao campo da investigação e das informações, tendo sido durante vários anos assessor da Presidência do Governo de Espanha no âmbito da segurança.

Pablo Vázquez Edo é Major do Exército de Espanha. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade Cavalaria, pela Academia General Militar. Possui uma especialização de Oficial Superior em Operações Militares pela Escola de Guerra do Exército espanhol e diversa formação técnico-profissional no âmbito das Operações Especiais Aéreas. No seu percurso profissional, enquanto subalerno e capitão, comandou diversas subunidades escalão Seção de Cavalaria e Companhia de Helicópteros, como oficial superior exerceu funções como Chefe de Unidade de Manutenção de Helicópteros. A nível internacional integrou duas missões no quadro da ONU no Líbano e outra no quadro da NATO no Kosovo.

Pedro Miguel Alves Barrete é Major da Guarda Nacional Republicana (GNR) e licenciado em Ciências Militares – Especialidade GNR, pela Academia Militar. Possui uma pós-graduação em Segurança e Higiene no Trabalho pelo Instituto Politécnico de Setúbal, e uma pós-graduação em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa. Em termos profissionais, além de formador em vários cursos de trânsito, desempenhou funções de Comandante de Destacamento de Trânsito em diversas subunidades. Em termos internacionais integrou uma missão de assessoria técnica à Polícia Nacional de Timor-Leste, em 2016/2017. Como oficial superior exerceu as funções de Adjunto do Chefe da Secção de Operações, Informações e Relações Públicas da Unidade de Ação Fiscal e Chefe da Secção de Operações, Informações, Treino e Relações Públicas do Comando Territorial da Madeira.

Pedro Miguel Falcão Raposo é Major da GNR. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade GNR, pela Academia Militar. Possui uma pós-graduação em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa e diversa formação técnico-profissional no âmbito da Segurança Interna. No seu percurso profissional, enquanto subalerno e capitão, comandou em Portugal, Timor-Leste e Bósnia Herzegovina, diversas subunidades, escalão pelotão e Comandante de Companhia na especialidade de Ordem Pública, como oficial superior exerceu funções como Chefe de Repartição de Relações Internacionais da Direção de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais da GNR.

Ricardo Manuel Martins Pereira dos Santos Coelho é Major de Cavalaria do Exército. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade Cavalaria, pela Academia Militar e possui diversa formação técnico-profissional no âmbito da Defesa, onde se destaca o *NATO Open Source Intelligence Course*, o Curso de Informações em Fontes Abertas e o Curso de Operações HUMINT. No seu percurso profissional, enquanto subalerno e capitão, comandou diversas subunidades escalão Pelotão e Companhia, e exercido as funções de Diretor do Tirocínio para Oficial de Cavalaria e do Curso de Promoção a Capitão de Cavalaria, tendo ainda integrado duas Forças Nacionais Destacadas, no Kosovo e no Iraque. Como oficial superior exerceu funções de Chefe do Gabinete de Tática e Técnica de Informações da Escola das Armas.

Ricardo Miguel Ramos Bailote é Major da Guarda Nacional Republicana. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade Infantaria, pela Academia Militar. No seu percurso profissional, enquanto oficial subalterno e capitão, comandou diversas subunidades territoriais, de escalão Destacamento, designadamente nos Comandos Territoriais de Faro e dos Açores. Ainda como Capitão comandou uma companhia de alistados no Centro de Formação de Portalegre, no âmbito do Curso de Formação de Guardas. Como oficial superior exerceu funções de estado-maior no Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana, nomeadamente na Divisão de Estudos Planeamento e Organização da Direção de Operações, como Chefe da Repartição de Organização.

Ricardo Oliveira é Major do Exército Português. Frequentou a Academia Militar no período letivo de 2001-2006, concluindo a Licenciatura em Ciências Militares – especialidade de Cavalaria. Possui uma pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade do Minho. No seu percurso profissional, enquanto subalterno e Capitão, comandou diversas subunidades de escalão Pelotão e Companhia designadamente na Escola Prática de Cavalaria (Abrantes) e Regimento de Cavalaria n.º 6 (RC6 – Braga) de que se destaca a integração numa força nacional destacada para o teatro de operações do Kosovo em 2008-2009. Como Oficial Superior exerceu funções como Oficial de Logística do RC6 e Oficial de Operações do Grupo Reconhecimento da Brigada de Intervenção.

Ricardo Vieira Azevedo Estrela é Major do Exército português. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade Infantaria pela Academia Militar. Durante o seu percurso profissional foi, enquanto subalterno, instrutor na Escola Prática de Infantaria. Como Capitão, comandou diversas subunidades na Brigada Mecanizada e exerceu funções no Estado-Maior de uma Unidade Escalão Batalhão. Como oficial superior, foi Oficial de Operações, 2.º Comandante de uma Unidade Escalão Batalhão na Brigada Mecanizada, Comandante de uma Força Nacional Destacada no Afeganistão e foi chefe da Secção de Logística do Campo Militar de Santa Margarida.

Rui Coelho Borges é Major do Exército. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade de Infantaria, pela Academia Militar, e mestre em *Business Economics* pela Católica Porto *Business School*. Possui ainda formação diversa de âmbito técnico-tático militar. No seu percurso profissional exerceu cargos de Comandante de Pelotão, Comandante de Companhia de Atiradores Mecanizados no 2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado da Brigada Mecanizada, de Diretor de Curso de Formação de Sargentos de Infantaria na Escola Prática de Infantaria, Comandante de Companhia de Paraquedistas, Oficial de Informações, Oficial de Ligação e Oficial de Operações no 2º Batalhão de Infantaria Paraquedista da Brigada de Reação Rápida. Participou em três Forças Nacionais destacadas, no Kosovo e na República Centro-Africana. Atualmente encontra-se a frequentar o Curso de Estado-Maior Conjunto.

Rui Jorge Neves Moura é Major do Exército e licenciado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria, pela Academia Militar. No seu percurso profissional enquanto subalterno e capitão prestou serviço no Regimento de Cavalaria n.º 4 e Grupo de Carros de Combate da Brigada Mecanizada, em Santa Margarida, e no Regimento de Cavalaria n.º 6, em Braga, tendo desempenhado funções de Comandante de Pelotão, Comandante de Esquadrão e funções de Estado-Maior. Durante o mesmo período integrou Forças Nacionais Destacadas na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo e na Lituânia. Como oficial superior desempenhou funções como Chefe da Subsecção de Avaliação e Aconselhamento da Repartição de Gestão de Carreiras, da Direção de Administração de Recursos Humanos do Comando de Pessoal do Exército no Porto.

Samuel de Freitas Gomes é Major do Exército e licenciado em Ciências Militares – Especialidade Cavalaria, pela Academia Militar. Ao longo da sua carreira prestou serviço no Regimento de Cavalaria N.º 3, em Estremoz, Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar da Madeira, no Funchal, Comando da Brigada de Intervenção, em Coimbra e Regimento de Cavalaria N.º 6, em Braga. Nestas Unidades desempenhou funções de Comando e Estado-Maior. Destacam-se ainda, as funções de Oficial de Informações e *Headquarters Security Officer* do GAM/KTM/KFOR, no Kosovo, em 2015 e de Comandante da 3.ª FND/QRF/RSM, no Afeganistão, em 2019.

Sérgio Miguel Gorjão Marques é Major Páraquedista do Exército português. É licenciado em Ciências Militares – Especialidade Infantaria, pela Academia Militar. Enquanto oficial subalterno foi Comandante de Pelotão de Paraquedistas, incluindo uma missão nessas funções na força da NATO no Kosovo, e cumpriu uma missão como acessor técnico-militar no âmbito da formação militar em Timor-Leste. Como Capitão, exerceu funções como Comandante de Companhia de Paraquedistas e diversas funções de estado-maior. Neste âmbito regressou ao Kosovo como oficial de ligação e fez duas missões no integrando a força de reação rápida portuguesa da missão das Nações Unidas na República Centro-Africana, na primeira como adjunto do oficial de operações e na segunda como oficial de ligação e relações-públicas.

Válter Mário Mendes Martins, Major de Infantaria, licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar (AM), integrou como Alferes o 1BIMec da Brigada Mecanizada, atribuído à Nato Response Force 12. Como Subalterno desempenhou funções de comandante de pelotão de morteiros pesados, comandante da companhia de apoio de combate e Adjunto do Oficial de Operações. Integrou o 1CN/ISAF no TO do Afeganistão em 2010 como formador no Kabul Military Training Centre (KMTC). Como Capitão desempenhou funções na AM, como Comandante da 4ª Companhia de Alunos da AM, Adjunto da Secção de Formação Geral Militar e Chefe da Secção de Logística. Foi assessor técnico permanente na Academia Militar do Exército de Angola em 2016/17.

*Endereço eletrónico: cidium@ium.pt
Telefone : (+351) 213 002 100 | Fax: (+351) 213 002 162
Morada: Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa*



*Capa
Composição gráfica
Tenente-coronel TINF Rui José da Silva Grilo
Sobre aguarela de
Tenente-general Vítor Manuel Amaral Vieira*